

Documento-Referência

Diagnóstico da Educação Pública de Joinville

2026



Prefeitura de
Joinville

EDUCAÇÃO

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	2
1. ACESSO À EDUCAÇÃO INFANTIL.....	4
2. QUALIDADE DA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	13
3. ALFABETIZAÇÃO.....	21
4. ACESSO, TRAJETÓRIA E CONCLUSÃO NO ENSINO FUNDAMENTAL E ENSINO MÉDIO.....	33
5. APRENDIZAGEM NO ENSINO FUNDAMENTAL E NO ENSINO MÉDIO.....	51
6. EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL.....	63
7. CONECTIVIDADE, EDUCAÇÃO DIGITAL E INTEGRAÇÃO DAS TDICS À EDUCAÇÃO.....	70
8. SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL NA EDUCAÇÃO.....	85
9. EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA, EDUCAÇÃO DO CAMPO E EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA.....	92
10. EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA E EDUCAÇÃO BILÍNGUE DE SURDOS....	108
11. EDUCAÇÃO DE JOVENS, ADULTOS E IDOSOS.....	127
12. ACESSO, PERMANÊNCIA E CONCLUSÃO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA.....	154
13. QUALIDADE DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA.....	165
14. ACESSO, PERMANÊNCIA E CONCLUSÃO NA GRADUAÇÃO.....	170
15. QUALIDADE DA GRADUAÇÃO.....	187
16. PÓS-GRADUAÇÃO <i>STRICTO SENSU</i>	195
17. FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA.....	203
18. PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL E GESTÃO DEMOCRÁTICA NA EDUCAÇÃO PÚBLICA.....	221
19. FINANCIAMENTO E INFRAESTRUTURA DA EDUCAÇÃO.....	234

APRESENTAÇÃO

O Diagnóstico da Educação Pública de Joinville é o ponto de partida para orientar os debates da Conferência Municipal de Educação - 2026. Ao reunir dados, evidências e análises causais, este levantamento traça o panorama da rede pública, evidenciando avanços, desafios e eixos prioritários. Além de ser um retrato territorial, este documento é um guia para fundamentar políticas voltadas à garantia de um ensino inclusivo, com qualidade e equidade.

Sua concepção adota os referenciais conceituais e as etapas do Guia Metodológico para Elaboração dos Planos Estaduais e Municipais de Educação, desenvolvido pelo Ministério da Educação (SASE/MEC). Além disso, alinha-se às diretrizes do novo Plano Nacional de Educação, instituído pela Lei nº 15.388/2026.

A construção deste material reflete um esforço coletivo dos Grupos de Trabalho (GTs) para fortalecer a gestão educacional. A governança do processo foi formalizada pelo Decreto Municipal nº 72.118/2026, que instituiu a Comissão Gestora responsável por coordenar e supervisionar as atividades sob o princípio da gestão democrática.

Como instrumento de orientação deliberativa, o documento aplica a metodologia do planejamento estratégico focado em problemas públicos. O percurso envolveu a delimitação dos desafios locais, a mensuração de suas manifestações por indicadores específicos e o mapeamento de causa e efeito (árvores de problemas). Essa análise permitiu identificar as "causas críticas" (alvos prioritários), sobre os quais o governo e a sociedade civil devem atuar para gerar transformações efetivas.

A preparação para a elaboração do novo Plano Municipal de Educação começou em agosto de 2025, com oficinas promovidas pelo suporte da Associação dos Municípios do Nordeste de Santa Catarina (AMUNESC). Em fevereiro de 2026, a assessoria técnica da Secretaria Municipal de Educação iniciou a avaliação do cumprimento das metas do PME vigente. A partir de maio, com uma equipe especializada e o acompanhamento de uma técnica local do MEC, o processo avançou pelo alinhamento metodológico, padronização dos instrumentos e consolidação do cronograma.

Para garantir precisão analítica em todas as etapas e modalidades de ensino, a estrutura dividiu-se em 14 eixos temáticos (liderados por 14 coordenadores) e 19 objetivos estratégicos, assegurando convergência com as diretrizes nacionais.

O trabalho mobiliza cerca de 70 profissionais, reunindo uma equipe intersetorial composta por representantes da Secretaria Municipal de Educação, da Coordenadoria

Regional de Educação, de universidades públicas, de movimentos sociais e de outras instituições. Essa diversidade reafirma o compromisso de Joinville com a equidade e a efetiva participação social.

Esta versão preliminar consolida a síntese diagnóstica, oferecendo a sustentação técnica necessária para orientar as deliberações da Conferência Municipal de Educação e embasar a redação do Projeto de Lei do novo PME (2027-2037).

VERSÃO PRELIMINAR

1. ACESSO À EDUCAÇÃO INFANTIL

Problema

Apesar dos investimentos expressivos do Município na expansão da rede com a construção de novos Centros de Educação Infantil (CEIs), **o atendimento integral à demanda manifesta¹ por creche (0 a 3 anos) e a efetiva universalização da pré-escola (4 e 5 anos) ainda não se encontram plenamente assegurados.** A permanência de uma fila residual e a constante pressão demográfica em diferentes territórios exigem a continuidade e o aprimoramento do planejamento municipal, garantindo a conclusão das obras em andamento, o mapeamento contínuo das necessidades locais e a busca ativa das populações de maior vulnerabilidade socioeconômica para zerar o déficit de acesso.

Análise descritiva

A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, compreende a atenção e o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físico, social, emocional e cognitivo. A Constituição Federal de 1988 assegura como dever do Estado a garantia de oferta em creches e pré-escolas. Do mesmo modo, a Emenda Constitucional nº 59/2009 e a Lei de Diretrizes e Bases (Lei nº 9.394/1996 - LDB) estabeleceram a obrigatoriedade da Educação Básica dos 4 aos 17 anos, tornando imperativa a universalização do atendimento na pré-escola, enquanto a oferta para a faixa de 0 a 3 anos (creche) constitui dever público para o atendimento da demanda manifesta.

No âmbito municipal, os dados demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam que, em 2022, a população de Joinville era de 616.317 habitantes, enquanto que as estimativas para 2025 indicaram 664.541 pessoas - o que demonstra um crescimento demográfico de 7,8%. Ao isolar os dados da população infantil de 0 a 6 anos, observa-se que, em 2022, o município registrava 44.589 crianças nessa faixa etária, número que ascendeu para 48.078 em 2025. Esse contingente representa cerca de 7,2% da população total do município, evidenciando a expressiva dimensão da demanda demográfica por essa etapa educacional

¹ Refere-se à quantidade de crianças que desejam ser matriculadas em creches e pré-escolas, refletindo a necessidade real de atendimento. Essa demanda deve ser levantada periodicamente e é fundamental para o planejamento e a tomada de decisão acerca da oferta da/na Educação Infantil (Conviva Educação, 2019).

O Plano Municipal de Educação de Joinville (PME - Lei nº 8.043/2015) e ao Plano Nacional de Educação (PNE - Lei nº 13.005/2014), pactuou na Meta 1: universalizar a Educação Infantil na pré-escola para as crianças de 4 a 5 anos e expandir a oferta em creches de modo a atender, no mínimo, 50% das crianças de até 3 anos. O Quadro 1, demonstra o percentual de crianças atendidas na rede pública de Joinville em 2022 e 2025.

Quadro 1 – Percentual de crianças atendidas na Educação Infantil na rede municipal

	População Infantil 2022	Matrículas 2022	%		Estimativa População 2025	Matrículas 2025	%
0 a 3 anos	28.956	9450	32,64%		31.222	11.867	38,01%
4 e 5 anos	15.633	12490	79,90%		16.856	12.700	75,34%
Total	44.589	22.530			48.078	24.037	

Fonte: Secretaria de Educação - SED / Setor de Estatística / Painel de dados abertos, 2026.

Para ampliar a oferta de vagas na Educação Infantil, o município realiza o atendimento em unidades próprias, em escolas que atendem a etapa da pré-escola e realiza conveniamento com instituições privadas por meio do processo de credenciamento, conforme demonstra o Quadro 2.

Quadro 2 – Distribuição das Unidades de Ensino com Oferta de Educação Infantil - Joinville/SC

Tipo de Unidade Escolar	Quantidade	Oferta
CEIs Municipais	78	Creche e Pré-escola
Escolas Municipais com Pré-Escola	27	Pré-escola
CEIs Conveniados	57	Predominante em Creche
OSCIP, OSC e OS	07	Creche e Pré-escola

Fonte: Secretaria de Educação - SED / Dados Gerais - 2026.

Atendimento na Pré-Escola - 4 e 5 anos

Na pré-escola, de matrícula compulsória, o município de Joinville apresenta uma trajetória de expansão contínua, alinhada aos padrões estaduais e nacionais. De acordo com os relatórios de monitoramento e dados do Tribunal de Contas do Estado (TCE/SC), a taxa de atendimento para esta faixa etária atingiu 92,74% em 2024, caminhando para a consolidação

da universalização (100%), conforme o Quadro 1. O Quadro 3 apresenta a evolução do atendimento de 2020 a 2025.

Quadro 3 – Número de Crianças Matriculadas na pré escola (4 e 5 anos)

	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Conveniadas	185	134	176	163	190	275
Municipal	10.345	9.996	10.437	10.590	10.829	10.674
Municipal /escola	2.099	2.060	1.942	2.008	1.884	1.760
Total	12.629	12.190	12.555	12.761	12.903	12.709

Fonte: Secretaria de Educação - SED / Setor de Estatística, 2026.

Neste sentido, a partir dos 4 anos de idade, a matrícula das crianças vem sendo garantida na Rede Municipal de Ensino. De acordo com os dados apresentados, no ano de 2020, foram matriculadas 12.629 crianças na pré-escola (4 e 5 anos). No ano de 2025, o censo escolar identificou 14.876 crianças matriculadas na pré-escola dos CEIs municipais e privados; destas matrículas, 12.709 correspondem a crianças da rede municipal, o que demonstra o atendimento de 85,4% de crianças nesta faixa etária. Ressalta-se que no período de 2020 a 2025, houve uma ampliação de 0,63% no atendimento para a pré-escola.

Atendimento em Creche - 0 a 3 anos

A oferta de vagas em creches (de 0 a 3 anos) configura-se como um dos principais desafios da gestão pública municipal. Ao analisar o contexto regional, Santa Catarina registrou um avanço no acesso a essa etapa. De acordo com o Diagnóstico da Educação Catarinense (2025), a taxa de atendimento da população de 0 a 3 anos em creches atingiu 52,3% em 2019, superando a meta de 50% pactuada no Plano Estadual de Educação (PEE/SC), no entanto, este percentual voltou a cair em 2022 para 49,5%, mesmo assim, muito próximo a meta estipulada.

Joinville, no entanto, de acordo com os dados do TCE/SC apontam que a taxa de atendimento situava-se em 42,78% em 2019, passando a 38,55% em 2022 atingindo a média de 46% em 2024. Este dado corresponde a todo atendimento de creches, públicas e particulares. Embora os dados estejam abaixo da média do estado, permanece acima da média nacional que foi 41,2% de acordo com o Relatório de Análises do MEC (2025). Os dados apresentados demonstram que, embora tenham sido evidenciados avanços no atendimento,

conforme aponta o Quadro 4, o estado de Santa Catarina, assim como o município de Joinville, não atingiram a meta estabelecida de 50%.

Quadro 4 – Número de Crianças Matriculadas em Creche (0 a 3 anos)

	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Conveniadas	2.064	2.096	2.370	3.182	4.036	4.585
Municipal	7.060	7.246	7.509	7.568	7.747	7.909
Total	9.124	9.342	9.879	10.750	11.783	12.494

Fonte: Secretaria de Educação - SED / Setor de Estatística, 2026.

Joinville ainda enfrenta uma demanda reprimida de atendimento à creche. O quadro 05 apresenta a evolução do número de crianças aguardando atendimento em Creche, conforme demanda manifesta no processo de cadastro de intenção de matrículas do Município. Em 2021, eram 7.843 crianças aguardando vaga em creche, enquanto que em 2026, há uma fila de espera de 4.713 crianças. O cenário torna-se mais desafiante quando analisa-se a fila com foco na equidade. Percebe-se que nas regiões periféricas e de maior vulnerabilidade social encontra-se a maior concentração de crianças fora da creche em contraste com regiões norte e centro norte. Nas áreas rurais, o cadastro demonstra menor procura absoluta, no entanto, ainda encontram-se crianças não atendidas que residem em localidades isoladas, sem unidades escolares próximas.

Quadro 5 – Demanda de Atendimento em Creches por Bairro/Região

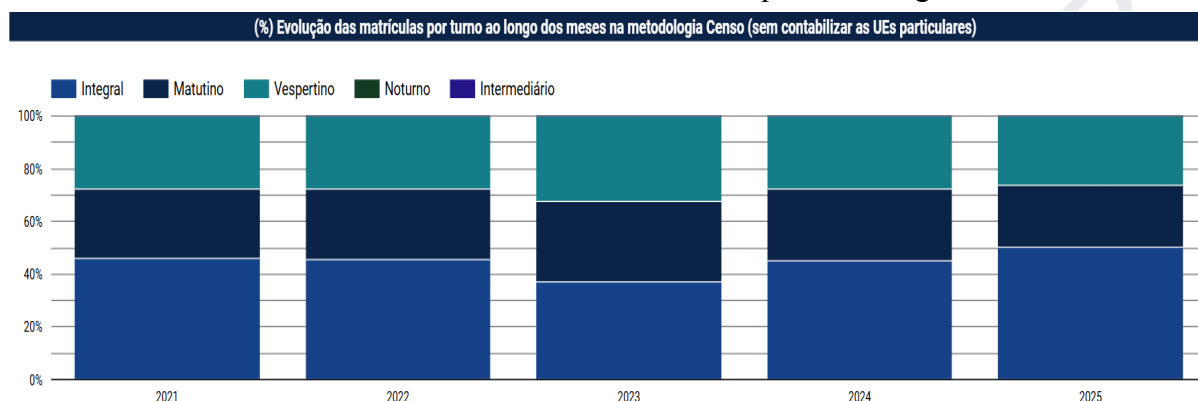
Ano	Centro - Norte	Leste	Norte	Oeste	Sul	Total
2021	278	2.619	737	1.058	3.151	7.843
2022	323	3.540	896	1.515	4.651	10.925
2023	546	2.391	886	1.071	3.499	8.393
2024	296	2.063	715	941	3.042	7.058
2025	173	1.717	584	788	3.810	6.072
2026	116	1.244	448	537	2.368	4.713

Fonte: Secretaria de Educação - SED / Setor de Estatística, 2026.

Outro dado importante e que requer atenção do poder público é a progressão do atendimento integral em período integral na Educação Infantil. Os dados dos Gráficos 01 e 02 extraídos do Painel de Dados Gerais da Secretaria Municipal de Educação, demonstram

que a maior concentração de crianças matriculadas em turno integral estão concentradas na etapa Creche. No ano de 2025, foram atendidas 7.138 crianças em período integral, o que representa 57% do total das matrículas nessa faixa etária. Embora mais da metade do atendimento em creche seja em período integral, o atendimento não contempla a necessidade das famílias, visto que o pouco número de vagas ociosas na rede são de atendimento em período parcial.

Gráfico 1 – Atendimento em creche no período integral



Fonte: Secretaria de Educação - SED / Setor IPPI - Painel de Dados Gerais

Gráfico 2 – Atendimento em creche no período integral



Fonte: Secretaria de Educação - SED / Setor IPPI - Painel de Dados Gerais

Atendimento Educacional Especializado

A Constituição Federal (1988) estabelece a educação como direito de todos e define, em seu Art. 208, Inciso III, a obrigatoriedade da oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE). No ano de 2021, 897 crianças com alguma deficiência frequentaram a Rede Municipal de Ensino, conforme descrito no Quadro 6.

Quadro 6 – Número de Crianças com Deficiência na Educação Infantil

Deficiência	2021	2022	2023	2024	2025
Transtorno do Espectro Autista	577	685	1.564	1.632	1.554
Baixa Visão	23	18	29	23	30
Cegueira	2	1	1	4	4
Surdo Cegueira	1	1	0	0	0
Deficiência Auditiva	21	18	38	28	22
Surdez	12	14	5	1	0
Deficiência Física	68	77	95	94	93
Deficiência Intelectual	110	92	220	166	114
Deficiência Múltipla	26	24	68	52	56
Atraso Global do Desenvolvimento	57	54	79	94	92
Total	897	984	2.099	2.094	1.965

Fonte: Secretaria de Educação - SED / Setor de Estatística, 2021-2025.

Ao analisar os dados referentes aos tipos de deficiência, observa-se um aumento gradativo no número de crianças com diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista (TEA), que em 2021 contava com o registro de 577 crianças e, em 2025, teve um aumento de **169,32%**, passando a atender 1.554 crianças.

De acordo com a LDB (1996), Art. 58, a oferta da Educação Especial é dever constitucional do Estado a ser garantida aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, desde a etapa da Educação Infantil. Como meio de garantir que as crianças com deficiência, desde os primeiros anos de vida e de sua trajetória educacional, recebam um suporte especializado que atenda às suas necessidades específicas, a Secretaria de Educação vem trabalhando desde 2009 na implementação do Serviço do Atendimento Educacional Especializado (AEE) nas unidades de ensino. Atualmente, a Rede Municipal conta com 10 salas de recursos multifuncionais já instaladas

nos espaços de CEIs. As que ainda não possuem o espaço físico para este tipo de atendimento, recebem a visita semanal de um profissional do AEE para dar suporte ao professor no atendimento às crianças com deficiência.

Os dados revelam que o município manteve uma tendência de expansão no atendimento à Educação Infantil. Contudo, esse crescimento não ocorreu em ritmo suficiente para assegurar o cumprimento das metas pactuadas. Diante desse cenário, torna-se imperativo ir além dos números descritivos e busca investigar as raízes estruturais, demográficas, territoriais e de gestão que impedem a plena universalização da Pré-Escola (4 e 5 anos) e o cumprimento da Meta 1 do PNE/PME para a Creche (0 a 3 anos).

Análise causal

1. O expressivo crescimento populacional de Joinville - que registrou um incremento demográfico de 7,8% entre 2022 e 2025 (saltando de 616.317 para 664.541 habitantes) - exerce uma pressão contínua sobre a infraestrutura pública. O dinamismo econômico e industrial do município atrai constantemente fluxos migratórios e novas famílias em idade reprodutiva. Esse movimento fez a população infantil de 0 a 6 anos saltar de 44.589 para 48.078 crianças no mesmo período. A velocidade de expansão física das vagas de Creche e Pré-escola é historicamente suplantada pela **velocidade de chegada e nascimento de novas crianças**. Assim, mesmo com o incremento constante de novas matrículas, o saldo da fila de espera (demanda manifesta) permanece elevado e em patamares desafiadores.

2. Embora a Secretaria Municipal de Educação reveja com frequência seu plano de expansão, há uma grave limitação territorial e urbanística. **A indisponibilidade de terrenos públicos** regulares e com dimensões adequadas para a construção de Centros de Educação Infantil (CEIs) de médio e grande porte, somada ao crescimento desordenado de áreas periféricas, inviabiliza a implementação de projetos arquitetônicos padronizados.

3. Ao analisar a **demanda reprimida por bairro/região**, observa-se que a fila de espera não se apresenta de forma homogênea no território municipal. A expansão urbana de Joinville produziu adensamentos populacionais acelerados em regiões periféricas e de maior vulnerabilidade social, com destaque para as regiões: Sul, Leste, Nordeste e Sudeste, que concentram o maior volume de crianças aguardando vaga. Paralelamente, áreas rurais e isoladas enfrentam barreiras de dispersão geográfica. Há um descompasso espacial: enquanto bairros centrais ou consolidados podem apresentar estabilização da demanda, os territórios periféricos enfrentam vazios assistenciais recorrentes. O *déficit* de oferta atinge justamente as

populações de maior vulnerabilidade socioeconômica, perpetuando ciclos de desigualdade e demandando soluções logísticas específicas para localidades rurais, até então desprovidas de unidades escolares próximas.

4. A morosidade na entrega de novos CEIs próprios gera dependência de alternativas temporárias. O ritmo de construção e entrega de novas unidades escolares permanece aquém do crescimento demográfico e do avanço da demanda manifesta nas áreas mais vulneráveis. Além disso, a manutenção e expansão de vagas integrais implicam custos operacionais e de custeio elevados (alimentação, higiene, equipamentos), o que explica a estagnação histórica das matrículas em tempo integral.

5. O município utiliza de forma expressiva o conveniamento com a rede privada e Organizações da Sociedade Civil (OSC) para complementar a oferta, sobretudo em creches. A dependência da rede parceira esbarra na **capacidade física e cadastral das instituições credenciadas** no município, que também possuem limites de ampliação de espaço físico e de atendimento aos critérios técnicos exigidos pelos editais de credenciamento. Embora o modelo tático de conveniamento seja fundamental para amortecer a demanda imediata, ele não tem conseguido suprir com a velocidade necessária a atual demanda de atendimento em Joinville.

6. Entre 2021 e 2025, os dados municipais revelam uma **expansão acentuada dos casos de Transtorno do Espectro Autista (TEA)**, que saltaram de 577 para 685 apenas entre 2021 e 2022, mantendo curva ascendente até 2025. Essa mudança de perfil gera uma pressão inédita sobre a infraestrutura pedagógica e de recursos humanos da Secretaria Municipal de Educação. Exige-se maior quantidade de Salas de Recursos Multifuncionais em CEIs, contratação de profissionais de apoio, formação continuada para educadores e reorganização da razão professor/criança, encarecendo o custo *per capita* da Educação Infantil e demandando adequações rápidas na gestão da rede municipal.

Causas críticas

A partir da análise dos dados e dos documentos norteadores, identificam-se como causas críticas:

- a atração migratória eleva a população geral e expande o contingente populacional infantil, fazendo a demanda crescer mais rápido do que a capacidade física de expansão da rede;

- a escassez de terrenos públicos regularizados em dimensões adequadas nas áreas vulneráveis, somada à insuficiência de recursos próprios e limites do FUNDEB, impede o ritmo necessário de construção de novos CEIs;
- exigências técnicas específicas, normas de acessibilidade/vigilância e a morosidade nos processos licitatórios; além disso, os elevados custos operacionais inviabilizam a ampliação de turmas em tempo integral.

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 22 jul. 2026.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 22 jul. 2026.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009**. Altera os incisos I e VII do art. 208 da Constituição Federal. Brasília, DF: Presidência da República, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Nacionais de Qualidade da Educação Infantil**. Brasília, DF: MEC/SEB, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Retrato da Educação Infantil no Brasil – Relatório e Análises (2025)**. Brasília, DF: MEC, 2025.

BRASIL. **Lei nº 15.388, de 14 de abril de 2026**. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE). Brasília, DF: Presidência da República, 2026.

CONVIVA EDUCAÇÃO. Registrar a demanda na educação infantil é estratégia do PNE. 2019. Disponível em: https://convivaeducacao.org.br/fique_atento/1657

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. **Diagnóstico da educação catarinense: documento preliminar**. Florianópolis: Rokembach Tecnologia, 2025. Livro digital. 470 p. Disponível em: <https://www.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2026/01/DIAGNOSTICO-DA-EDUCACAO-CATARINENSE-Documento-preliminar-2025-E-BOOK.pdf>. Acesso em: 06 jul. 2026.

2. QUALIDADE DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Problema

A garantia do direito à Educação Infantil exige ir além da ampliação do acesso, tornando imprescindível a oferta de ambientes educativos qualificados e alinhados às diretrizes nacionais. Contudo, **a insuficiência de padrões nacionais de qualidade na oferta de creches e pré-escolas, especialmente nas dimensões estruturais, pedagógicas, de gestão e de acessibilidade**, ainda representa um entrave central para os sistemas de ensino. Essa lacuna compromete a padronização dos ambientes, o que dificulta a consolidação das aprendizagens e o desenvolvimento integral de todas as crianças.

Análise descritiva

A garantia do direito à Educação Infantil em Joinville abrange não apenas a expansão do acesso, mas também a oferta de ambientes educativos qualificados, cujas condições físicas impactam diretamente no desenvolvimento integral das crianças. Reconhecer a criança como sujeito histórico e de direitos exige a estruturação de uma rede sólida, com profissionais valorizados e infraestrutura adequada, em alinhamento às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI).

Em consonância com os Parâmetros Nacionais de Qualidade da Educação Infantil (Brasil, 2018), a infraestrutura física não deve ser vista como mero espaço predial, mas como um elemento curricular ativo que viabiliza a indissociabilidade entre o educar e o cuidar. Para que essa qualidade se materialize no cotidiano escolar, as unidades precisam dispor de ambientes que garantam a funcionalidade, o bem-estar e a segurança, incluindo locais apropriados para repouso, higienização, alimentação, brincadeiras ao ar livre e acessibilidade universal.

Infraestrutura da Oferta e Rede Física de Ensino

A etapa da Educação Infantil em Joinville é viabilizada por meio de unidades próprias municipais e parcerias com a rede privada/comunitária. A infraestrutura pública própria conta com 78 Centros de Educação Infantil (CEIs), 27 escolas municipais que ofertam turmas de pré-escola, além de 64 Centros de Educação conveniados (particulares e filantrópicos). Das

80 unidades próprias da rede, 17 atendem exclusivamente a etapa de creche, 11 atendem apenas a pré-escola e 52 atendem as duas etapas.

As 80 unidades contam com 779 salas de aula, 47 espaços destinados a atividades de artes (ateliê), 15 unidades possuem espaço de biblioteca e todas possuem parque adequados à faixa etária. Atualmente as unidades de educação Infantil da rede municipal estão adequadas aos Parâmetros Nacionais de Qualidade e Equidade da Educação Infantil.

Nesse sentido, as unidades de CEIs desempenham um papel fundamental na disponibilização desses espaços educadores. Os espaços, ambientes, materiais e mobiliários, devem levar em conta as características da faixa etária e as diferentes infâncias, respeitando a diversidade e promovendo a equidade.

Além dos aspectos arquitetônicos, a qualidade da oferta é diretamente influenciada por fatores operacionais como, por exemplo, a assiduidade de crianças e profissionais. Em 2025, a frequência média das crianças da Educação Infantil registrada foi de **85,70%**, índices considerados acima da média de frequência - 60% recomendada para esta etapa.

Outro fator de extrema importância para a garantia da qualidade é a presença de profissionais para atuarem na Educação Infantil, pois eles não apenas reconhecem as necessidades específicas dessa faixa etária e as atendem, mas também desempenham o papel de mediadores entre a criança e o conhecimento. Essa mediação abrange diferentes aspectos, como o desenvolvimento cognitivo, sensorial, motor e emocional da criança.

Quadro 7 – Profissionais da Área Pedagógica que Atuam na Educação Infantil

Profissionais	2021	2022	2023	2024	2025
Diretores	75	75	74	74	75
Auxiliares de Direção	63	63	62	67	68
Professores de Apoio Pedagógico	82	82	106	107	114
Professores	481	545	596	724	928
Auxiliares de Educador	279	504	430	664	783
Auxiliar de Desenvolvimento Infantil	0	0	0	0	92

Fonte: Secretaria de Educação - SED / Núcleo de Gestão de Pessoas, 2021-2025.

Os dados apresentados no Quadro 7, sobre o quantitativo de profissionais da área pedagógica que atuam na etapa da Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino, indicam um aumento tanto no número de profissionais que compõem as equipes diretiva e pedagógica, quanto dos professores de apoio pedagógico, professores de sala de aula e auxiliares de educador. Embora os dados indiquem a expansão do quadro funcional da Educação Infantil, a simples ampliação numérica de profissionais não assegura, por si só, a continuidade do trabalho pedagógico. Na primeira infância, a estabilidade das equipes em sala de aula é o pilar central para o desenvolvimento integral, para a construção do vínculo afetivo e sensação de segurança da criança. Essa relação professor-criança, contudo, é fragilizada pelo expressivo volume de substituições, desligamentos e entradas de novos servidores na rede municipal.

Quadro 8 - Movimentação de Pessoal na Educação Infantil - 2025

Categoria	Exonerações	Admissões	Total de Movimentações
Professor	197	283	480
Auxiliares /ADIs	166	289	455
Total Geral	363	572	935

Fonte: Secretaria de Educação - SED / Núcleo de Gestão de Pessoas, 2025.

Somente no ano de 2025, foram contabilizadas 935 movimentações entre docentes e profissionais que atendem a Educação Infantil, o que compromete diretamente a rotina das unidades.

O Plano Nacional de Educação (PNE) estabelece metas específicas para a formação inicial e continuada dos docentes. A Meta 16 do Plano define como um dos objetivos “formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica”. De acordo com os dados apresentados no Quadro 9, dos professores que atuam na Educação Infantil, 52% possuem pós-graduação na área, sendo 7 em nível de Mestrado.

Quadro 9 – Nível de Formação dos professores que atuam na Educação Infantil

	Nível médio	Graduação	Especialização	Mestrado	Doutorado
2021	0	48	401	9	1
2022	0	71	369	9	0
2023	0	186	397	8	0
2025	0	300	411	7	0
2025	0	441	472	7	0

Fonte: Secretaria de Educação - SED / Núcleo de Gestão de Pessoas, 2016-2022.

Com o objetivo de apoiar o Desenvolvimento Profissional Docente (DPD) e garantir a qualidade e equidade da Educação Infantil, a Secretaria Municipal de Educação consolida um modelo de formação continuada em serviço (Portaria nº 2.825/2025). Ancorado na reflexão sobre a prática e no conhecimento pedagógico do conteúdo, o programa é ofertado de forma direta ou por parceiros, nas modalidades presencial, a distância e híbrida (síncrona ou assíncrona). Para assegurar a efetividade desse processo, a organização pedagógica da rede estrutura-se em duas frentes complementares de formação: Núcleos de Colaboração e Desenvolvimento (Portaria nº 509/2023) realizados por meio da nucleação territorial, reunindo as unidades escolares em paradas pedagógicas. Esse movimento promove a articulação entre profissionais de diferentes etapas, conectando o que antecede e o que sucede na trajetória da criança, fortalecendo o compromisso coletivo com a aprendizagem superando a fragmentação no percurso educativo.

Organizadas por grupos de atuação, promovem o desenvolvimento profissional contínuo dos professores por meio de encontros presenciais de 4 horas mensais e assíncronos de 2 horas, realizados no dia da hora-atividade (exceto nos meses com Parada Pedagógica, que cumprem esse papel presencial). Essa ação busca qualificar a prática pedagógica dos docentes, fortalecendo a intencionalidade educativa para conectar os interesses e as necessidades de aprendizagem das crianças aos marcos do desenvolvimento infantil e aos documentos norteadores da Rede.

Em **2024**, o programa alcançou um total de [inserir número] profissionais capacitados. Mantendo o fluxo contínuo, no ano de 2025 a oferta garantiu 46 horas de formação para os

docentes de Creche (568 professores) e 46 horas para os de Pré-Escola (460 professores), totalizando 1.028 docentes atendidos em modalidades presencial e síncrona.

A validação e o aproveitamento dessas formações seguem critérios de acompanhamento. Conforme prevê a normatização anual (Portaria nº 970/2025, Art. 6º), a certificação é garantida mediante a comprovação de, no mínimo, 80% de participação na trilha formativa designada. Essa estrutura integrada fortalece a valorização da docência, atuando em sintonia com o enfrentamento contínuo dos desafios de infraestrutura e estabilidade das equipes.

Em síntese, assegurar o padrão de qualidade na Educação Infantil de Joinville exige enfrentar desafios interligados, que vão desde a adequação físico-espacial até a garantia de profissionais qualificados e estáveis. Diante dessas evidências, torna-se indispensável avançar para a identificação das causas que sustentam tais fragilidades. Compreender a raiz desses gargalos é a premissa fundamental para subsidiar a pactuação de metas realistas e eficazes.

Análise causal

Compreender os fatores que impactam a qualidade da oferta exige olhar além do acesso e analisar a funcionalidade dos espaços físicos, as condições de trabalho pedagógico e a sustentabilidade do corpo docente.

A rede municipal apresenta uma heterogeneidade significativa entre unidades próprias (CEIs), escolas de Ensino Fundamental que acolhem turmas de pré-escola e CEIs conveniados.

1. Insuficiência de espaços para movimento e convivência: muitas unidades carecem de quadras cobertas ou áreas externas adequadas para o brincar ao ar livre em dias de chuva. Em uma região com alto índice pluviométrico como Joinville, a ausência de áreas cobertas para psicomotricidade limita as experiências corporais e o desenvolvimento motor das crianças.

2. Refeitórios e espaços de alimentação/higienização pequenos: o refeitório na Educação Infantil deve ser um espaço pedagógico de autonomia e nutrição. Em unidades com limitação de metragem, o refeitório é improvisado ou subdimensionado, gerando rotatividade apressada durante as refeições e prejudicando o momento do cuidado.

3. Falta de salas para estudo, planejamento e reuniões: a qualidade da mediação docente exige momentos de reflexão individual e coletiva. A escassez de salas exclusivas para planejamento pedagógico e atendimento adequado às famílias faz com que o trabalho de

preparação de aulas e reuniões de equipe ocorram em espaços improvisados, comprometendo a rotina da unidade.

4. Rotatividade e pressão sobre a equipe de apoio: apesar da elevada qualificação do corpo docente (com 58,55% dos professores pós-graduados, superando a Meta 16 do PNE), a estabilidade operacional da rede enfrenta desafios nos quadros de apoio. O quantitativo de professores e auxiliares de educador/desenvolvimento infantojuvenil teve expansão contínua, porém o ritmo de contratação enfrenta gargalos de retenção e substituição rápida em casos de licenças e afastamentos. A alta rotatividade de auxiliares afeta diretamente o vínculo afeto-transformador necessário na creche (0 a 3 anos). Além disso, a falta de padronização nas formações continuadas voltadas aos profissionais de apoio enfraquece a integração entre a docência e as tarefas de cuidado diário (higiene, alimentação e sono).

5. A assiduidade de crianças e profissionais é um fator crítico para a consolidação das aprendizagens na Primeira Infância. Fatores como sazonalidade de doenças respiratórias, vulnerabilidade socioeconômica das famílias e barreiras de transporte provocam oscilações na frequência média das crianças. Ausências frequentes quebram a continuidade das experiências pedagógicas e fragilizam o desenvolvimento e aprendizagem das crianças.

6. Ruptura de vínculo e adaptação contínua: com 363 exonerações e 572 novas admissões em 2025 (somando 935 alterações diretas na rotina das turmas), bebês e crianças enfrentam contínuos processos de readaptação a novas figuras de referência, o que afeta o acolhimento emocional.

7. Prejuízo à continuidade do acompanhamento: a troca frequente de professores e auxiliares dificulta a observação diagnóstica do desenvolvimento individual, fragilizando o registro e a avaliação pedagógica ao longo do ano letivo.

8. Desarticulação da dupla pedagógica: a constante rotatividade exige tempo de alinhamento entre o professor e o auxiliar/ADI recém-chegado, reduzindo a eficiência das dinâmicas de sala de aula e o tempo de atenção direta dedicado a cada criança.

Causas críticas

A partir da análise dos dados e dos documentos norteadores, identificam-se como causas críticas:

- Superlotação das turmas e dimensão inadequada dos ambientes para o manejo pedagógico e segurança;
- Demora e burocracia na contratação de profissionais para substituições e suporte escolar;
- Inadequação física e de acessibilidade das unidades em relação aos padrões nacionais de qualidade.

Conclusão

A consolidação deste diagnóstico revela que assegurar o direito pleno à Educação Infantil em Joinville exige uma atuação simultânea na expansão do acesso e no fortalecimento dos padrões de qualidade. A identificação das causas estruturais oferece o retrato fiel e evidenciado da realidade municipal, permitindo superar a mera análise descritiva dos dados para reconhecer onde se concentram as principais fragilidades da rede pública.

A partir dessas evidências, torna-se imprescindível orientar as ações futuras em três frentes prioritárias: em primeiro lugar, a **revisão curricular da Educação Infantil**, focada no desenvolvimento integral e na consolidação das **habilidades precursoras da alfabetização e do pensamento matemático**; em segundo lugar, o fortalecimento da **transição entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental**, por meio de ações articuladas que garantam a continuidade do percurso pedagógico sem rupturas no processo de aprendizagem da criança; e, por fim, a implementação de processos institucionais de **avaliação de contexto**, balizados rigorosamente pelos **Parâmetros Nacionais de Qualidade e Equidade da Educação Infantil**. Somente por meio do alinhamento entre estrutura, currículo e avaliação será possível converter os diagnósticos apresentados em políticas públicas efetivas e transformadoras.

Referências

- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 22 jul. 2026.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 22 jul. 2026.
- BRASIL. **Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009**. Altera os incisos I e VII do art. 208 da Constituição Federal. Brasília, DF: Presidência da República, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Nacionais de Qualidade da Educação Infantil**. Brasília, DF: MEC/SEB, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Retrato da Educação Infantil no Brasil – Relatório e Análises (2025)**. Brasília, DF: MEC, 2025.

BRASIL. **Lei nº 15.388, de 14 de abril de 2026**. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE). Brasília, DF: Presidência da República, 2026.

CONVIVA EDUCAÇÃO. **Registrar a demanda na educação infantil é estratégia do PNE**. 2019. Disponível em: https://convivaeducacao.org.br/fique_atento/1657

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. **Diagnóstico da educação catarinense**: documento preliminar. Florianópolis: Rokembach Tecnologia, 2025. Livro digital. 470 p. Disponível em: <https://www.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2026/01/DIAGNOSTICO-DA-EDUCACAO-CATARINENSE-Documento-preliminar-2025-E-BOOK.pdf>. Acesso em: 06 jul. 2026.

3. ALFABETIZAÇÃO

Problema

O direito à alfabetização e letramento matemático, no município de Joinville, encontra-se em processo de consolidação progressiva, com avanços significativos na institucionalização de políticas e programas, porém persistem desafios para o alcance das metas nacionais e municipais. Um contingente relevante de crianças concluiu o 2º ano do Ensino Fundamental sem alcançar os níveis adequados de aprendizagem em leitura, escrita e compreensão e matemática, em contexto de persistência de desigualdades raciais de aprendizagem no município (Brasil, 2026).

Análise descritiva

Contexto institucional e cobertura

O Plano Municipal de Educação de Joinville (PME 2015-2025), assim como o Plano Estadual de Educação de Santa Catarina, em consonância com o Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), estabeleceu, na Meta 5, o compromisso de alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º ano do Ensino Fundamental (Joinville, 2015; Santa Catarina, 2015; Brasil, 2014). Em 2023, o Município aderiu ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA), instituído pelo Decreto nº 11.556, de 12 de junho de 2023. Posteriormente, a Lei nº 15.247, de 2025, dispôs sobre o Compromisso, que tem como objetivo garantir que todas as crianças estejam alfabetizadas ao final do 2º ano do Ensino Fundamental, além de assegurar a recuperação das aprendizagens das crianças matriculadas até o 5º ano (Brasil, 2023; Brasil, 2025a).

Atualmente, o município de Joinville possui uma população de 616.317 habitantes, dos quais 18,7% estão na faixa etária de 0 a 14 anos (IBGE, 2022). A rede pública de Joinville reúne 162 escolas municipais e 39 escolas estaduais, com 14.115 matrículas no 1º e 2º anos. A rede municipal concentra 88,3% das matrículas dos Anos Iniciais da rede pública (32.113), configurando-se como principal ator na alfabetização de crianças de 6 a 8 anos. A rede estadual, embora menor nessa etapa, conta com 11,7% das matrículas dos Anos Iniciais da rede pública (4.254) (INEP, 2025).

Nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, a Rede Municipal de Joinville conta com 1.052 docentes, enquanto a Rede Estadual conta com 443 docentes (INEP, 2025). Em relação à Rede Estadual, observa-se que há professores contratados em caráter temporário que ainda

não possuem a graduação completa, pois, nas seleções, quando não se apresentam docentes graduados, são admitidos estudantes de pedagogia.

A alfabetização na Rede Estadual de ensino é orientada pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e pelo Currículo Base do Território Catarinense (CBTC), bem como pela recente Política de Alfabetização do Sistema Estadual de Educação e pelas diretrizes do programa Alfabetiza SC, conciliando abordagens tradicionais com inovações científicas focadas na aprendizagem e na inclusão. O fluxo das ações pedagógicas acompanha as determinações nacionais, mas adota mecanismos estaduais de monitoramento técnico e intervenção. Para garantir que o fluxo não gere defasagens, a Secretaria de Estado da Educação (SED) utiliza avaliações somativas e diagnósticas padronizadas com base na Teoria de Resposta ao Item (TRI), cujos resultados são alimentados na Plataforma de Avaliação e Monitoramento de Santa Catarina, gerando relatórios detalhados por escola.

A Rede Municipal de Ensino de Joinville organiza a alfabetização como um processo contínuo e progressivo, articulado entre a Educação Infantil e os Anos Iniciais do Ensino Fundamental. A organização pedagógica considera o Currículo da Rede Municipal, os Mapas de Progressão da Aprendizagem e as avaliações, buscando assegurar a continuidade das aprendizagens e o avanço dos estudantes ao longo das diferentes etapas. Os Mapas de Progressão contemplam, inclusive, a articulação entre a Pré-escola, o 1º e o 2º ano do Ensino Fundamental.

No 1º e 2º anos, a Rede Municipal utiliza Material Estruturado² organizado para desenvolver aprendizagens essenciais por meio da instrução fônica, com propostas intencionais, explícitas, sistemáticas e cumulativas. Essa organização dialoga com contribuições da Ciência Cognitiva da Leitura, entre as quais as de Dehaene (2012), sobre a aprendizagem do sistema de escrita alfabética e a automatização progressiva do reconhecimento de palavras. As atividades priorizam a relação entre os sons da fala e sua representação escrita, a aprendizagem do princípio alfabético, a decodificação e o desenvolvimento progressivo da leitura, articulando o reconhecimento de palavras à construção de sentidos.

No processo de alfabetização, são desenvolvidas diferentes habilidades, incluindo consciência fonológica, princípio alfabético, decodificação, reconhecimento e leitura de palavras, fluência, vocabulário e compreensão leitora. Essas habilidades são trabalhadas de

² Material Estruturado: conjunto organizado e sequenciado de materiais e recursos pedagógicos que orientam o ensino e a aprendizagem, com objetivos definidos e progressão das habilidades. Na alfabetização, favorece um ensino intencional, explícito e sistemático, respeitando a progressão das aprendizagens.

forma articulada e progressiva, considerando que a aprendizagem da leitura envolve tanto o desenvolvimento da capacidade de reconhecer e decodificar palavras quanto a construção de significado a partir do que é lido. (Ehri, 2020; Sargiani, 2022; Savage, 2006; Maluf; Cardoso-Martins, 2013).

A proposta também contempla formação continuada dos professores, articulada aos conteúdos e às necessidades da prática docente. Em 2026, as formações abordam o ensino explícito, sistemático e cumulativo, a utilização intencional do Material Estruturado, a gestão do tempo pedagógico, a compreensão da progressão das aprendizagens e os fundamentos da Ciência Cognitiva da Leitura aplicados ao processo de alfabetização. A formação continuada considera conhecimentos sobre os processos de aprendizagem, avaliação e feedback para o acompanhamento e o ajuste das práticas de ensino (Ruiz Martín, 2024).

O acompanhamento da aprendizagem ocorre por meio de avaliações, análise de dados e visitas técnicas, permitindo identificar avanços, dificuldades e necessidades de intervenção. A partir desses resultados, são planejadas estratégias de recomposição e acompanhamento da aprendizagem, fortalecendo a atuação conjunta das equipes pedagógicas e dos professores.

Segundo dados do Censo Escolar de 2025, as matrículas nas turmas de 1º e 2º ano do Ensino Fundamental na rede pública alcançaram 14.115, sendo 6.977 no 1º ano e 7.138 no 2º ano, abrangendo as crianças em processo de alfabetização (INEP, 2025). O volume dessas matrículas, combinado com os indicadores de proficiência insuficiente apresentados adiante, configura o cenário de crianças que concluem a etapa de alfabetização sem alcançar os níveis esperados de aprendizagem.

No comparativo entre as redes públicas, o Censo Escolar (2025) apresenta a seguinte distribuição nos anos iniciais, conforme o Quadro 1.

Quadro 1 – Distribuição de matrículas, docentes e indicadores nos anos iniciais em Joinville

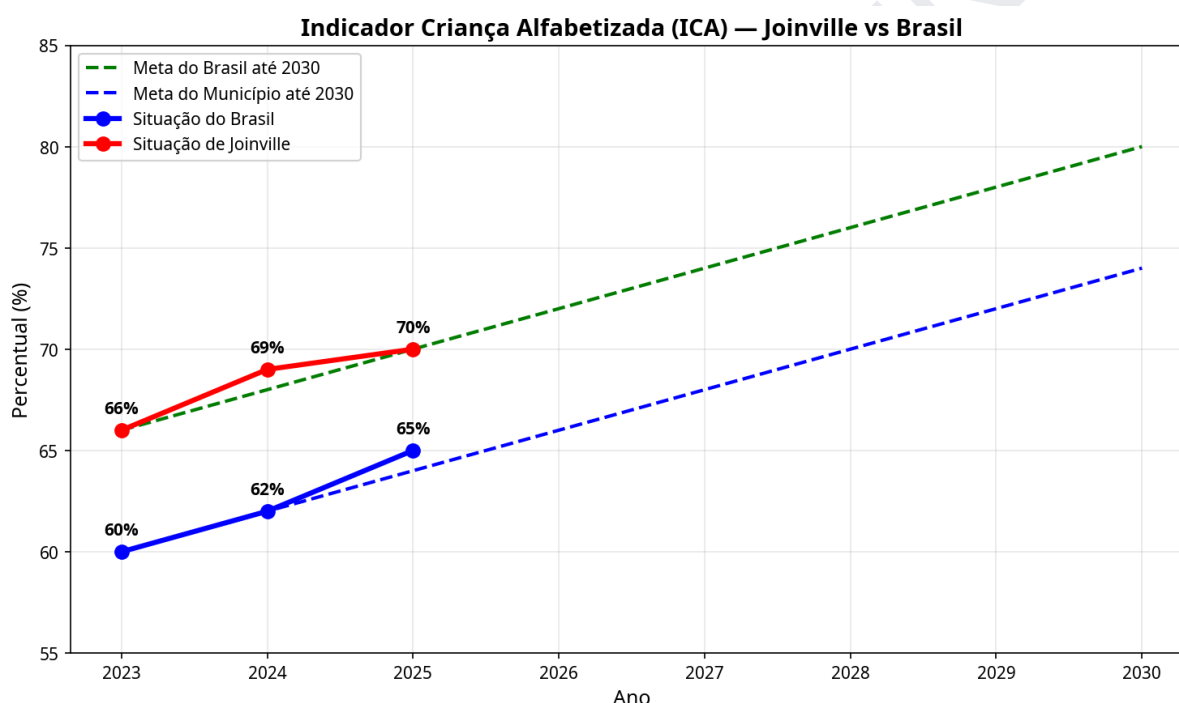
Rede	Matrículas	Docentes	Razão estudante/Professor	Distorção Idade-Série
Municipal	30.689	1.112	27,6	3,3%
Estadual	4.254	443	9,6	5,4%
Pública (Total)	36.367	1.483	24,5	-

Fonte: Brasil (2025); Joinville (2024a).

Indicadores de aprendizagem

Os resultados do município de Joinville evidenciam que a cidade encontra-se em processo de avanço gradual na consolidação da alfabetização. O Relatório do MEC sobre a Educação no Município de Joinville (2025) registra que 66% das crianças estavam alfabetizadas ao final do 2º ano do Ensino Fundamental em 2023, segundo o Indicador Criança Alfabetizada (ICA) (Brasil, 2025). Esse percentual evoluiu para 69% em 2024, observando-se, contudo, uma redução para 66% em 2025, interrompendo a trajetória de crescimento verificada nos anos anteriores (Brasil, 2025). A evolução do ICA em Joinville, comparada ao Brasil e às metas projetadas até 2030, pode ser observada na imagem 1.

Imagem 1 - Evolução do Indicador Criança Alfabetizada (ICA) - Joinville vs Brasil.



Fonte: Brasil (2025).

Para o acompanhamento do CNCA, a Rede Municipal aderiu ao programa e recebeu o Selo Nacional Compromisso com a Alfabetização na categoria Ouro em 2025 (Brasil, 2025). Contudo, a meta estabelecida pelo CNCA para Joinville era de 70,4% de crianças alfabetizadas ao final do 2º ano e o município alcançou 66% (Brasil, 2025). A política municipal é regida pela Política de Alfabetização e Letramento da Rede Municipal de Ensino, lançada em 2024, que estabelece 8 eixos estruturantes e articula a transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental (Joinville, 2024b). Em março de 2026, a rede municipal

realizou as formações iniciais do Pacto pela Alfabetização³, envolvendo mais de 300 professores do 1º e 2º ano, com o propósito de transformar o cenário da educação de Joinville por meio da implementação do Material Estruturado e da consolidação de uma política pública de alfabetização sustentável e efetiva.

Na rede estadual foram promovidos encontros formativos específicos para professores dos 1º e 2º anos por meio do Programa Alfabetiza SC, realizados de forma presencial, com a participação de 54 professores. Em outra etapa, a formação contou com encontros concentrados no município de Florianópolis, ofertados a todos os profissionais que atuam nas turmas de 1º e 2º anos da rede estadual, com a participação de 60 professores.

No que se refere aos indicadores de qualidade, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) dos Anos Iniciais na rede municipal apresentou a seguinte evolução: 7,2 (2017); 7,2 (2019); 6,8 (2021); 7,0 (2023) e 7,1 (2025), registrando uma queda de 0,2 ponto entre 2019 e 2023 (Brasil, 2025). Na rede estadual, os valores foram: 6,5 (2017); 6,3 (2019); 6,4 (2021); 6,1 (2023) e 6,7 (2025) (Brasil, 2025).

Em relação à proficiência média do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), em 2023 a rede municipal alcançou nota padronizada de 7,21 e, em 2025, nota padronizada de 7,1. A rede estadual obteve 6,14 em 2023 e 6,7 em 2025 (Brasil, 2025).

O Relatório de Equidade Racial do MEC (Brasil, 2026) evidencia que o município não reduziu a desigualdade racial na aprendizagem (-11,34%) nem a desigualdade socioeconômica (-10,87%) entre duas edições consecutivas do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), ficando inabilitado na condicionalidade III da Complementação do VAAR/FUNDEB⁴ (Brasil, 2026). O município apresenta índice geral de educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER) de 38,7, posicionando-se abaixo das medianas estadual (60) e nacional (69,9). Desde a sanção da Lei nº 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira nas redes de ensino, a rede desenvolve ações voltadas à educação para as relações étnico-raciais (Brasil, 2026).

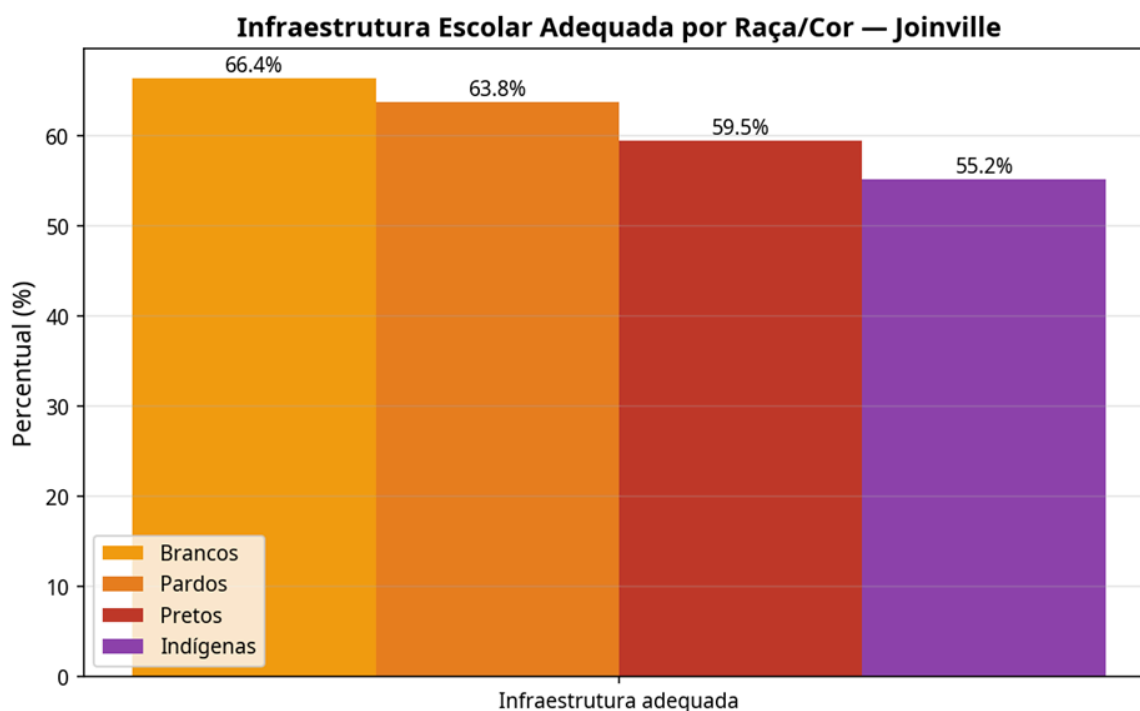
A infraestrutura das escolas que atendem predominantemente estudantes pretos, pardos e indígenas revela disparidades: enquanto 66,4% dos estudantes brancos frequentam escolas com todos os requisitos de infraestrutura básica adequados, esse percentual cai para

³ Pacto pela Alfabetização: iniciativa que reúne ações de formação, acompanhamento pedagógico e avaliação da aprendizagem para fortalecer o processo de alfabetização. Em Joinville, o Pacto Todos pela Alfabetização articula o uso dos materiais estruturados, a formação dos professores e o acompanhamento do desenvolvimento dos estudantes.

⁴ Valor estudante Ano Resultado do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.

63,8% entre pardos, 59,5% entre pretos e 55,2% entre indígenas (Brasil, 2026), conforme Imagem 2.

Imagem 2 - Percentual de infraestrutura escolar adequada por raça/cor.



Fonte: Brasil (2026).

Destaca-se, ainda, a implantação de um sistema de monitoramento contínuo das aprendizagens, com avaliações internas compostas pelo Programa Bússola, que contempla avaliações diagnósticas, formativas, somativas e de fluência leitora, e por avaliação externa (Joinville, 2024b).

Segundo resultados da avaliação externa, em julho de 2026, os estudantes do 1º ano da Rede Municipal de Ensino de Joinville realizaram a Avaliação dos Indicadores A1, Pacto pela Alfabetização, com o objetivo de acompanhar as aprendizagens em Língua Portuguesa e Matemática. Os resultados indicam desempenho positivo do município, com 44% das crianças em nível adequado de leitura, superando a média do Pacto (33%) e a meta A1 (40%). Em Matemática, 80% das crianças foram consideradas proficientes, também acima da média do Pacto (72%) e da meta estabelecida (75%).

No que tange à formação continuada, a Política Municipal de Alfabetização e Letramento (2024) prevê ações presenciais, síncronas e assíncronas com acompanhamento pedagógico e devolutivas às práticas em sala de aula (Joinville, 2024b). O Relatório de Monitoramento do PME de Joinville 2025 (dados 2023-2024) aponta que a estratégia 5.6, voltada à formação de professores alfabetizadores, encontra-se em estágio de "Em

desenvolvimento/Parcialmente", enquanto as estratégias voltadas à permanência e formação de professores também estão em estágio parcial de implementação. Na rede municipal, 91,6% dos professores dos Anos Iniciais participaram de formação continuada ofertada pela Secretaria Municipal de Educação (Joinville, 2025).

Na Rede Estadual, a formação continuada dos professores dos Anos Iniciais é promovida por meio do Programa Alfabetiza SC, que realiza encontros presenciais e assíncronos com foco no processo de alfabetização, e pela Escola de Formação de Professores, Equipes Técnicas e Gestores, instituída por meio de decreto estadual.

Em 2026, a Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina (SED/SC), por meio da Escola de Formação de Professores, Equipes Técnicas e Gestores, desenvolve ações de formação continuada destinadas aos profissionais da rede estadual de ensino. A Coordenadoria Regional de Educação de Joinville (CRE Joinville), vinculada à SED/SC, participa da organização e do acompanhamento das ações voltadas às unidades escolares estaduais de sua abrangência. Segundo informações da SED/SC, cerca de 36.000 profissionais da rede pública estadual, incluindo professores, equipes técnicas e gestores escolares, participam da Jornada Pedagógica, com temas relacionados à modernização pedagógica, à aprendizagem e à inclusão. A Escola de Formação também disponibiliza, por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), materiais de orientação aos profissionais efetivos e contratados em caráter temporário. Os cursos do Programa Formação pela Escola são ofertados ao longo do ano, com cargas horárias entre 40 e 60 horas (Santa Catarina, 2026).

Quadro 2 – Nível de escolaridade dos professores da Rede Estadual

Nível de Formação	Percentual de Professores	Detalhes
Graduação (Ensino Superior Completo)	Mais de 99%	Possuem nível superior (Licenciatura Plena) em sala de aula.
Mestrado (Stricto Sensu)	3,9%	Professores que atuam na educação básica estadual.
Doutorado (Stricto Sensu)	Cerca de 1,6%	Do total de docentes em exercício na educação básica.

Fonte: Santa Catarina, 2026.

Análise causal

A consolidação da alfabetização em Joinville é influenciada por um conjunto de fatores estruturais e operacionais que afetam o processo de consolidação das aprendizagens. A geração, a manutenção e a evolução do problema estão conectadas a questões de equidade, infraestrutura, gestão de recursos humanos e articulação pedagógica.

A desigualdade estrutural. O município encontra-se inabilitado na condicionalidade III da Complementação VAAR/FUNDEB por não ter reduzido as desigualdades de aprendizagem entre grupos vulneráveis (Brasil, 2026). O índice geral de EREB do município é de 38,7, posicionando-se abaixo das medianas estadual (60) e nacional (69,9). Desde a sanção da Lei nº 10.639/2003, a Rede Pública realizou formações pontuais e seminários voltados à educação para as relações étnico-raciais, contudo sem a sistematização de um programa continuado de formação nesta temática (Brasil, 2026).

Rotatividade constante de profissionais nos anos iniciais. O Indicador de Regularidade do Corpo Docente (IRD) do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep, 2025) registra que 48,5% das escolas de Joinville apresentam baixa regularidade de professores nos últimos cinco anos (Brasil, 2025). A estratégia 5.8 do PME, voltada à política de permanência dos professores alfabetizadores nos 1º e 2º anos, encontra-se classificada como "Em desenvolvimento/Parcialmente" (Joinville, 2024a). Essa situação se explica porque o quadro de professores efetivos muitas vezes se encontra incompleto, havendo afastamentos de saúde e profissionais que, por inexperiência, questões pessoais ou exigências de conhecimentos e demandas específicas dessas etapas, não desejam atuar na alfabetização. Nesse cenário, o município tem buscado consolidar políticas que favoreçam a permanência do professor alfabetizador nos 1º e 2º anos, com vistas ao fortalecimento das práticas pedagógicas articuladas à formação continuada.

A composição das turmas. A média de estudantes por turma nos anos iniciais em Joinville é de 26,7 no 1º ano e 27,1 no 2º ano na rede pública (Brasil, 2025). Esses valores encontram-se dentro do limite normativo da Resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE)/Conselho Nacional de Educação Básica (CEB) nº 1/2024, que estabelece o máximo de 30 estudantes por turma (Conselho Nacional de Educação, 2024). Contudo, situam-se acima das médias nacionais (22 estudantes por turma) e da rede particular (19,8 estudantes por turma) (Brasil, 2025). A *Education Endowment Foundation* (2026) aponta que turmas menores geram avanços de até um mês adicional de progresso na alfabetização, indicando que a redução do número de estudantes por turma pode representar uma estratégia complementar à diferenciação pedagógica. A composição atual das turmas frequentemente

considera critérios de organização da rede, disponibilização de vagas e infraestrutura física disponível, em contexto de crescimento das demandas por matrículas.

A fragilidade na implementação de práticas pedagógicas inclusivas. O Censo Escolar (2025) registra 8.876 matrículas de estudantes do público da educação especial em Joinville, sendo que 8.811 (99,24%) estão em ensino regular (Brasil, 2025). Essa situação ocorre porque as necessidades educacionais dos estudantes são diversas e demandam diferentes formas de ensino. O uso dos recursos e o acompanhamento das práticas inclusivas ainda precisam ser fortalecidas. A estratégia 5.7 do PME, referente à alfabetização de pessoas com deficiência e educação bilíngue de surdos, encontra-se classificada como "Em desenvolvimento/Parcialmente" no Relatório de Avaliação do PME (Joinville, 2024a).

Articulação entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental. O Relatório de Avaliação do PME indica que a estratégia 5.1, voltada à articulação entre as etapas e à nucleação, encontra-se em estágio de desenvolvimento (Joinville, 2024a). A Política de Alfabetização e Letramento (2024) estabelece como habilidades precursoras da alfabetização a linguagem oral, a consciência fonológica, o letramento emergente e as funções executivas (Joinville, 2024b). Esse cenário sugere que a transição para o 1º ano ocorra com a garantia de um alinhamento sistemático de práticas pedagógicas entre as etapas.

O desenvolvimento profissional e acompanhamento sistemático. O desenvolvimento profissional dos professores constitui um elemento fundamental para a melhoria da qualidade do ensino e para a garantia da aprendizagem dos estudantes. Embora sejam realizadas ações de formação continuada, nem todos os professores participam regularmente dessas iniciativas, o que pode limitar o acesso às discussões, orientações e estratégias pedagógicas propostas. Além disso, a participação na formação, por si só, não garante mudanças efetivas na prática pedagógica, sendo necessário fortalecer a transposição dos conhecimentos e estratégias discutidos nos momentos formativos para o cotidiano da sala de aula. Diante disso, torna-se fundamental ampliar e qualificar os processos sistemáticos de acompanhamento pedagógico, garantindo momentos de observação, orientação, devolutiva e apoio aos professores e às equipes escolares. Esse acompanhamento permite identificar avanços, desafios e necessidades específicas, favorecendo intervenções mais assertivas e o aprimoramento contínuo das práticas de ensino.

Causas críticas

Entre as causas identificadas, destacam-se aquelas que representam centros práticos de ação, sobre as quais é possível atuar por meio de políticas públicas e cuja modificação

produziria alterações significativas nos indicadores da alfabetização, dentre as quais identificam-se como causas críticas do eixo:

- A **desigualdade estrutural**. A implementação de práticas de equidade e a ampliação dos apoios pedagógicos para estudantes em situação de vulnerabilidade são ações significativas nos indicadores de alfabetização por raça/cor e nível socioeconômico.
- A **rotatividade constante de profissionais nos anos iniciais**. Com 48,5% das escolas apresentando baixa regularidade de professores nos últimos cinco anos (Brasil, 2025), a consolidação de um corpo estável de alfabetizadores é uma ação viável e central para a continuidade das práticas pedagógicas e a construção de vínculos estáveis com as crianças. Um dos dados que confirma a baixa permanência dos professores em sala de aula pode estar vinculado ao número reduzido de professores efetivos nas redes de ensino em Santa Catarina, sendo que, em 2023, o número de professores efetivos estava em 38.930 e o de não efetivos em 42.283. Observa-se a distinção entre essa relação de acordo com cada rede, pois, na rede municipal, o percentual de docentes efetivos contava com 56,2%; na rede estadual, o percentual de efetivos atingiu apenas 30,1% do quadro total de professores (Santa Catarina, 2025).
- A **composição das turmas**. Dados do Inep (2025) indicam que a média de estudantes por turma nos anos iniciais é de 28,1 na rede municipal e 24,6 na rede estadual. A atuação sobre a redução do número de estudantes por turma é viável politicamente e produziria alterações na diferenciação pedagógica necessária ao processo de alfabetização.

Referências

BENEDETTI, Kátia Simone. **A falácia socioconstrutivista**: por que os alunos brasileiros deixaram de aprender a ler e escrever. 1. ed. Campinas: Kíron, 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 28 jul. 2026.

BRASIL. **Decreto nº 11.556, de 12 de junho de 2023**. Institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada. Brasília, DF: Presidência da República, 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm . Acesso em: 19 out. 2026.

BRASIL. **Lei nº 15.247, de 31 de outubro de 2025**. Dispõe sobre o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (Compromisso). Brasília, DF: Presidência da República, 2025a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/lei/115247.htm. Acesso em: 19 out. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Relatório do MEC sobre a Educação no Município de Joinville**. Versão gerada em 14 maio de 2026. Brasília, DF: MEC, 2025b.

BRASIL. Ministério da Educação. **Relatório de Equidade Racial: Joinville (SC)**. Versão gerada em 14.05.2026. Brasília: MEC/SEGAPE/SECADI, 2026.

DEHAENE, Stanislas. **Os neurônios da leitura**: como a ciência explica a nossa capacidade de ler. Porto Alegre: Penso, 2012.

EDUCATION ENDOWMENT FOUNDATION (EEF). **Teaching and Learning Toolkit: Reducing Class Size**. London: EEF, 2026. Disponível em: <https://educationendowmentfoundation.org.uk/education-evidence/teaching-learning-toolkit/reducing-class-size>. Acesso em: 22 jul. 2026.

EHRI, Linnea C. The science of learning to read words: a case for systematic phonics instruction. **Reading Research Quarterly**, [S. l.], v. 55, n. S1, p. S45-S60, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1002/rrq.334>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2022**: população residente, por sexo e idade, segundo as Unidades da Federação, Mesorregiões, Microrregiões, Municípios, Distritos, Subdistritos e Bairros. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/9514> . Acesso em: 19 out. 2026.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo Escolar da Educação Básica: caderno do censo 2025**. Brasília, DF: INEP, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar>. Acesso em: 28 jul. 2026.

JOINVILLE. Secretaria Municipal de Educação. **Lei nº 8.043, de 02 de setembro de 2015**. Aprova o Plano Municipal de Educação (PME) e dá outras providências. Joinville, 2015.

JOINVILLE. Secretaria Municipal de Educação. **Relatório de Monitoramento do Plano Municipal de Educação**: dados de 2023. Joinville: SME, 2024a.

JOINVILLE. Secretaria Municipal de Educação. **Política de Alfabetização e Letramento da Rede Municipal de Ensino de Joinville**. Joinville: SME, 2024b.

JOINVILLE. Secretaria de Educação. **Secretaria de Educação realiza 11º Seminário para Promoção da Igualdade Racial**. Joinville, 27 mar. 2025b. Disponível em: <https://www.joinville.sc.gov.br/noticias/secretaria-de-educacao-realiza-11o-seminario-para-promocao-da-igualdade-racial/> . Acesso em: 20 out. 2026.

JOINVILLE. Secretaria de Educação. **Secretaria de Educação realiza 12º Seminário para Promoção da Igualdade Racial**. Joinville, 26 mar. 2026. Disponível em:

<https://www.joinville.sc.gov.br/noticias/secretaria-de-educacao-realiza-12o-seminario-para-promocao-da-igualdade-racial/> . Acesso em: 20 out. 2026.

JOINVILLE. Secretaria Municipal de Educação. Setor de Avaliação e Currículo. **Meta 5: alfabetização** — quadro de níveis de proficiência e taxa de nível insuficiente. Documento interno. Joinville: SME, 2024c.

JOINVILLE. Secretaria Municipal de Educação. Sistema de Gestão Educacional (EVN). **Dados de participação em formação continuada:** Anos Iniciais. Joinville: SME, 2025a.

MALUF, Maria Regina; CARDOSO-MARTINS, Claudia (org.). **Alfabetização no século XXI:** como se aprende a ler e a escrever. 1. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

PULIEZI, Sandra; MALUF, Maria Regina. **A fluência e sua importância para a compreensão da leitura.** Psico-USF, [S. l.], v. 19, n. 3, p. 467-475, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-82712014019003009>.

QEDU. **Censo Escolar:** Joinville (SC). Disponível em: <https://qedu.org.br/municipio/4209102-joinville/censo-escolar>. Acesso em: 23 jul. 2026.

RUIZ MARTÍN, Héctor. **Como aprendemos?:** uma abordagem científica da aprendizagem e do ensino. 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2024.

SANTA CATARINA. **Lei Complementar nº 170, de 7 de agosto de 1998.** Dispõe sobre o Sistema Estadual de Educação. Florianópolis: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1998. Disponível em: <https://leis.alesc.sc.gov.br/ato-normativo/12409> . Acesso em: 20 out. 2026.

SANTA CATARINA. Assembleia Legislativa. **Plano Estadual de Educação de Santa Catarina.** Florianópolis: ALESC, 2015.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. **Diagnóstico da Educação Catarinense: documento preliminar.** Florianópolis: Rokembach Tecnologia, 2025.

SARGIANI, Renan (org.). **Alfabetização baseada em evidências:** da ciência à sala de aula. Porto Alegre: Penso, 2022.

SAVAGE, John F. **Sound it out!:** phonics in a comprehensive reading system. [S. l.]: Open University Press, 2006.

4. ACESSO, TRAJETÓRIA E CONCLUSÃO NO ENSINO FUNDAMENTAL E ENSINO MÉDIO

Problema

Embora o acesso à escolarização obrigatória esteja amplamente consolidado no município de Joinville, persistem desafios relevantes à continuidade das trajetórias escolares e à permanência dos estudantes na escola ao longo da Educação Básica. A infrequência escolar compromete o percurso de uma parcela dos estudantes do Ensino Fundamental, acumulando riscos progressivos de defasagem e interrupção da escolarização, os quais concretizam-se com maior intensidade no Ensino Médio, onde os índices de abandono e desistência são significativamente mais elevados, agravados pela inserção precoce desses estudantes no mercado de trabalho, por dificuldades de mobilidade urbana e por defasagens acumuladas nas etapas anteriores. Em ambas as etapas, são os estudantes em situação de maior vulnerabilidade social, econômica e territorial os mais expostos a esses riscos, evidenciando que a garantia do acesso ainda não se traduz, de forma plena, na garantia da permanência e da conclusão da Educação Básica.

Análise descritiva

A garantia do direito à educação ultrapassa a perspectiva da universalização do acesso e envolve a construção de trajetórias escolares regulares, com permanência, aprendizagem e conclusão das etapas previstas na Educação Básica. Conforme estabelecido pelo Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014) e reafirmado pelas diretrizes do novo PNE (Lei nº 15.388/2026), a expansão das oportunidades educacionais deve estar articulada à redução das desigualdades, à garantia de qualidade e à promoção da equidade, considerando que a exclusão escolar não ocorre apenas pela ausência de matrícula, mas também por processos progressivos de afastamento, infrequência, retenção e interrupção dos estudos.

Joinville apresenta elevada cobertura da escolarização obrigatória, resultado da expansão da oferta educacional e da consolidação das políticas de acesso. A oferta da Educação Básica no município é compartilhada entre diferentes redes: a Rede Municipal é responsável pela Educação Infantil e pelo Ensino Fundamental; a Rede Estadual de Santa Catarina oferta o Ensino Fundamental e responde por todo o Ensino Médio; e, em paralelo à

Rede Estadual, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC) oferece o Ensino Médio profissionalizante. O Quadro 1 detalha essa distribuição.

Quadro 1 - Distribuição do Ensino em Joinville

Rede	Escolas	Matrículas	% Mat.	Infantil	Anos Iniciais	Anos Finais	Médio	EJA	Noturno
Municipal	162	74.997	51,7%	19.999	32.113	22.236	0	649	566
Estadual	39	30.832	21,3%	0	4.254	6.554	18.120	814	5.372
Federal	1	602	0,4%	0	0	0	441	16	141
Filantrópica	24	9.051	6,2%	1.640	3.109	2.466	1.487	0	250
Particular	137	29.479	20,3%	8.030	5.012	3.458	3.337	3.374	1.329
Total	363	144.961	100%	29.669	44.488	34.714	23.385	4.853	7.658

Fonte: INEP — Censo Escolar da Educação Básica, Caderno do Censo 2025. Filantrópica = privada sem fins lucrativos (cat_priv=4); Particular = privada com fins lucrativos (cat_priv=1).

O dimensionamento do atendimento escolar em Joinville, com base nos dados consolidados do biênio 2023/2024 do Relatório de Avaliação do Plano Municipal de Educação (2025), revela uma consolidação do acesso na etapa obrigatória inicial, mas aponta para gargalos importantes de permanência à medida que os estudantes avançam nas etapas de ensino.

No Ensino Fundamental, para uma população estimada de 79.191 crianças e adolescentes de 6 a 14 anos em 2024, registrou-se um total de 77.891 matriculados, taxa expressiva de escolarização bruta. Desse contingente, 82,6% (64.339 estudantes) estavam matriculados em instituições públicas (Redes Municipal e Estadual), evidenciando a forte responsabilidade do poder público no atendimento desta etapa.

No Ensino Médio, o cenário passa a refletir as pressões típicas de evasão e as assimetrias na transição entre etapas. Para uma população estimada de 28.554 jovens de 15 a 17 anos em 2024, computou-se um total de 23.293 matrículas. O perfil de atendimento revela uma dependência pública de 79,8% (18.600 matrículas), enquanto a Rede Privada absorve os 20,2% restantes (4.693 matrículas) participação do setor privado proporcionalmente maior do que no Ensino Fundamental. O Quadro 2 sistematiza a relação entre a demanda demográfica estimada e o atendimento efetivamente realizado no período analisado.

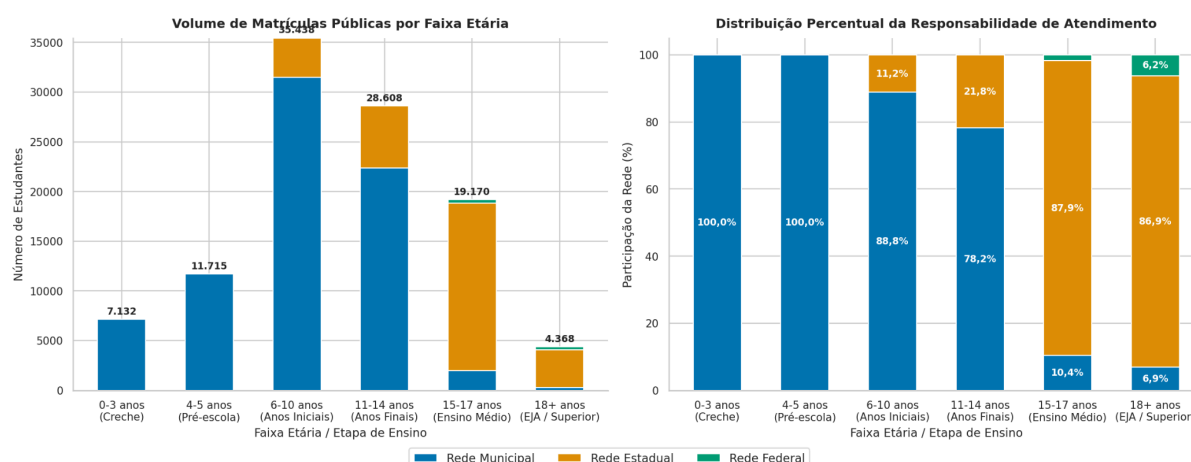
Quadro 2 - Diagnóstico de demanda e atendimento, Joinville (2023–2024)

Indicador	Faixa etária	2023	2024
População estimada (Ensino Fundamental)	6 a 14 anos	76.595	79.191
Matrículas públicas (Ensino Fundamental)	6 a 14 anos	63.690	64.339
População estimada (Ensino Médio)	15 a 17 anos	26.938	28.554
Matrículas públicas (Ensino Médio)	15 a 17 anos	18.252	18.600
Matrículas privadas (Ensino Médio)	15 a 17 anos	4.177	4.693

Fonte: Relatório de Avaliação do PME de Joinville (2025), com base no INEP e no TCE/SC.

A distribuição das matrículas por dependência administrativa em 2025 (Gráfico 1) ilustra esse desenho de cooperação federativa, destacando a atuação preponderante da Rede Municipal na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, enquanto a Rede Estadual assume o protagonismo a partir dos Anos Finais e no Ensino Médio.

Gráfico 1 - Distribuição de Matrículas por Faixa Etária e Dependência Administrativa, Joinville (2025)



Fonte: Censo Escolar da Educação Básica (2025)/INEP; análise do grupo de trabalho do PME de Joinville.

Os indicadores de trajetória do próprio Plano Municipal de Educação, apresentados no Quadro 3, mostram evolução positiva nos dados extraoficiais acompanhados pelo município: o Indicador 2B (percentual de jovens de 16 anos com Ensino Fundamental concluído) avançou de 79,5% em 2014 para 98,3% em 2024, e o Indicador 3B (taxa de escolarização líquida no Ensino Médio) subiu de 60,5% para 76,7% no mesmo período. Esse panorama confirma que o gargalo na transição do Ensino Fundamental para o Ensino Médio, amplamente diagnosticado em escala nacional, também se manifesta em Joinville, ainda que em trajetória de superação. Chama atenção, contudo, a estagnação dos dados oficiais reportados ao SIMEC, mantidos fixos em 76,70% (2B) e 58,10% (3B) ao longo de praticamente todo o ciclo de monitoramento. Essa discrepância sugere desatualização no

reporte das informações oficiais e antecipa a primeira causa crítica apresentada adiante: a fragilidade dos mecanismos de acompanhamento e governança de dados do município.

Quadro 3 - Taxa de escolarização líquida (dado extraoficial), Joinville

Indicador	2014	2019	2024
2B · Ensino Fundamental (6 a 14 anos)	79,5%	83,8%	98,3%
3B · Ensino Médio (15 a 17 anos)	60,5%	55,0%	76,7%

Fonte: Relatório de Avaliação do PME de Joinville (2025), dados locais do município.

A infrequência escolar deve ser compreendida não apenas como um evento administrativo relacionado ao controle da frequência, mas como um fenômeno educacional complexo, associado a fatores individuais, familiares, escolares e territoriais. Estudos sobre trajetórias educacionais evidenciam que a ausência sistemática dos estudantes reduz as oportunidades efetivas de aprendizagem, fragiliza vínculos com a escola e pode constituir indicador precoce de risco de abandono e interrupção da escolarização (Fonseca, *et al.*, 2023).

Em Joinville, as dinâmicas de fluxo escolar revelam uma trajetória de perda progressiva de regularidade. Conforme dados oficiais do Censo Escolar (INEP) sistematizados no Quadro 4, ao analisar a transição entre 2021 e 2022 observa-se que, enquanto nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental a taxa de promoção é de 97,3% (com 2,0% de repetência e 0,7% de evasão), essa regularidade declina nos Anos Finais, onde a promoção cai para 93,1%, a repetência sobe para 3,6% e a evasão alcança 2,4%. O cenário torna-se criticamente mais agudo no Ensino Médio, em que apenas 76,8% dos estudantes alcançam a promoção regular, com repetência de 8,7%, evasão acumulada de 11,1% e migração de 3,4% dos jovens para a Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Quadro 4 - Matriz de Fluxo Escolar das Redes Públicas, Joinville (2021–2022)

Etapa de Ensino	Promoção	Repetência	Evasão (Abandono)	Migração para EJA
Anos Iniciais (EF)	97,3%	2,0%	0,7%	0,0%
Anos Finais (EF)	93,1%	3,6%	2,4%	0,9%
Ensino Médio (Regular)	76,8%	8,7%	11,1%	3,4%

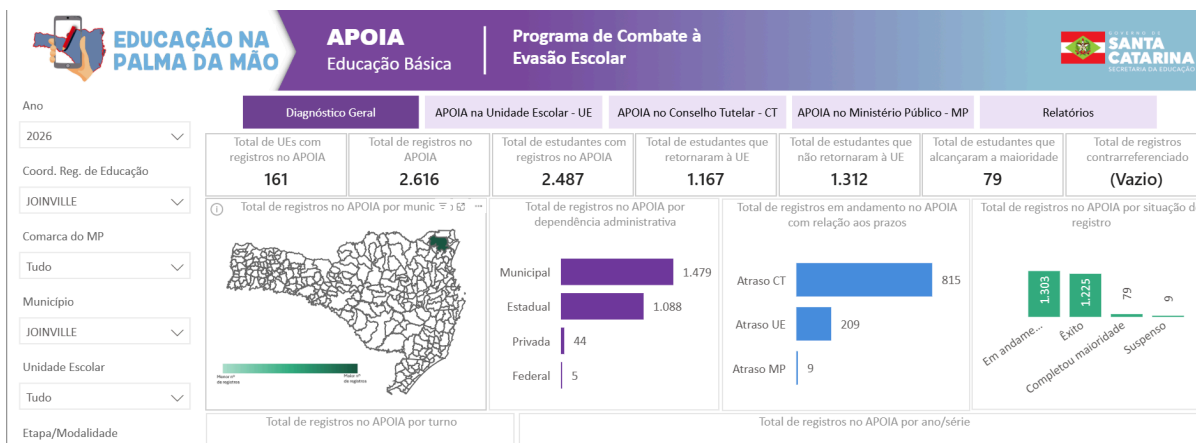
Fonte: INEP/MEC — EducaDados, 2021-2022.

Para enfrentar a infrequência e reduzir o risco de evasão, as duas redes que atuam no município mantêm estratégias específicas de busca ativa. A Rede Municipal fortaleceu, nos últimos anos, o Programa de Combate à Evasão e Infrequência Escolar (APOIA), instituído

originalmente em 2013 por meio de Acordo de Cooperação Técnica com o Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) e consolidado, desde então, como principal instrumento de articulação em rede para assegurar acesso e permanência. Essa trajetória foi qualificada em 2024 pela migração para o sistema APOIA GOV, que ampliou a integração digital entre unidades escolares, Conselhos Tutelares e Promotorias de Justiça, e reforçada, em abril de 2023, pela publicação do Protocolo de Busca Ativa Escolar, que normatizou fluxos e rotinas antes restritos ao conhecimento tácito das equipes, com registro padronizado nos sistemas Escola ViaNet e APOIA GOV. Na Rede Estadual, o Comitê de Busca Ativa de Santa Catarina articula a Secretaria de Estado da Educação (SED), o Núcleo de Educação, Prevenção, Atenção e Atendimento às Violências na Escola (NEPRE), Conselhos Tutelares, Ministério Público e secretarias municipais, com o objetivo de identificar, registrar, acompanhar e intervir prontamente em situações de infrequência ou risco de evasão.

Os resultados dessa estruturação já aparecem nos indicadores de assiduidade de diversas unidades da rede municipal. Na Escola Municipal Nelson de Miranda Coutinho, por exemplo, a frequência média escolar historicamente estava entre 80% e 86%. Em 2021, atingiu 95% nas turmas de 2º e 9º anos do Ensino Fundamental e 97% nas turmas de 5º ano em 2023, viabilizando o cumprimento integral das metas do Índice de Desenvolvimento da Educação Municipal (IDEM) e 100% de adesão à avaliação formativa Bússola. Na Escola Municipal Joaquim Felix, 50% dos estudantes matriculados não registraram nenhuma falta ao longo do período, e a Escola Municipal José Motta Pires reduziu as saídas antecipadas a patamares residuais por meio de monitoramento individualizado da assiduidade.

Um levantamento censitário realizado ao término de 2022 identificou que a evasão na etapa da Educação Básica em Joinville associa-se a múltiplos fatores, como vulnerabilidade social, fluxos migratórios, dificuldades de aprendizagem acumuladas e perdas educacionais remanescentes da pandemia de Covid-19, o que levou a Rede Municipal a priorizar o acolhimento pedagógico humanizado e a identificação precoce de vulnerabilidades em detrimento de abordagens punitivas, com trilhas formativas contínuas para gestores e equipes multiprofissionais.



Fonte: Painel de monitoramento do Programa APOIA (busca ativa escolar), com registros por dependência administrativa — Joinville, 2026.

Essa irregularidade de trajetórias repercute diretamente nas taxas de distorção idade-série registradas no município em 2025. Conforme o Quadro 5, o percentual de estudantes com atraso escolar de dois anos ou mais cresce ao longo do percurso: nas redes públicas do território, a distorção passa de 3,7% nos Anos Iniciais para 10,8% nos Anos Finais do Ensino Fundamental, atingindo 19,9% no Ensino Médio. Analisada isoladamente, a Rede Municipal apresenta distorção de 3,3% nos Anos Iniciais e 9,0% nos Anos Finais patamares inferiores às médias estadual e nacional, o que demonstra a robustez do atendimento local, embora o gargalo dos Anos Finais permaneça evidente.

Quadro 5 - Taxa de Distorção Idade-Série por Território e Dependência Administrativa, Joinville (2025)

Nível de Ensino	Município de Joinville (Redes Públicas)	Rede Municipal de Joinville	Estado de Santa Catarina (Média)	Brasil (Média)
Anos Iniciais (EF)	3,7%	3,3%	6,0%	7,3%
Anos Finais (EF)	10,8%	9,0%	15,0%	16,4%
Ensino Médio (Regular)	19,9%	dado não disponível	18,6%	17,6%

Fonte: INEP/MEC — EducaDados, Censo Escolar (2025). Disponível em: gov.br/inep (indicadores educacionais de distorção idade-série).

Para enfrentar a evasão no Ensino Médio, que alcança 11,1% no fluxo de transição, destaca-se a implementação do Programa Pé-de-Meia no município. Essa poupança de incentivo financeiro-educacional, instituída pelo Governo Federal (Lei nº 14.818/2024), atua como pilar de proteção social voltado à permanência e à conclusão do Ensino Médio. Em

2024, o programa beneficiou 4.711 estudantes de Joinville em 37 escolas da Rede e Estadual; em 2025, ampliou a cobertura para 6.791 jovens, o equivalente a 25,37% do total de estudantes do Ensino Médio público do território. Trata-se de política de equidade articulada à Estratégia 3.15 do PME de Joinville, voltada a reestruturar e apoiar o fluxo de transição entre o Ensino Fundamental e o Ensino Médio.

Outro aspecto relevante para a permanência escolar são as desigualdades territoriais. A distância entre a residência dos estudantes e as unidades de ensino, associada às condições de mobilidade, à disponibilidade de transporte, à organização da dinâmica familiar e às características dos territórios atendidos, constitui dimensão relevante para compreender as oportunidades educacionais oferecidas a diferentes grupos sociais. A literatura mostra que as desigualdades educacionais não se explicam apenas por fatores internos à escola, mas também pelas condições sociais, econômicas e territoriais em que os estudantes estão inseridos, já que os territórios produzem diferentes possibilidades de acesso a bens e serviços educacionais (Arroyo, 2010; Koslinski; Alves, 2012).

Em Joinville, essa disparidade espacial reflete-se na própria configuração física da oferta das redes de ensino. Das 361 unidades escolares de Educação Básica registradas no Censo Escolar de 2025, a distribuição revela um "funil físico" acentuado entre as etapas: enquanto o Ensino Fundamental conta com 140 escolas de Anos Iniciais e 109 de Anos Finais, etapas sob forte atuação da Rede Municipal, a oferta de Ensino Médio Regular se contrai para apenas 54 escolas em todo o território. Essa retração ocorre em paralelo a uma forte dependência de cooperação entre redes: a rede privada responde por 44,8% das escolas locais e a rede municipal por 44,5%, enquanto a rede estadual, responsável por regulamentar o Ensino Médio, detém apenas 10,7% dos estabelecimentos do município. O estrangulamento da infraestrutura escolar nos bairros periféricos impõe deslocamentos progressivamente mais longos aos jovens ao final da Educação Básica, coincidindo justamente com a etapa de fluxo mais frágil do Ensino Médio, com evasão de 11,1%.

Como resposta a essas barreiras de distância, as políticas de transporte escolar assumem papel determinante de proteção social e permanência ativa. Em 2025, por meio do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE), o poder público atendeu diretamente 1.957 estudantes da rede pública residentes em áreas rurais ou periurbanas, com investimento federal complementado por aporte municipal para as despesas de manutenção de rotas. Registra-se, contudo, que o investimento federal em novos veículos escolares para Joinville, por meio do programa Caminho da Escola, não ocorreu em 2025, ponto de atenção crítica para o planejamento da expansão da frota na próxima década.

O crescimento dos fluxos migratórios e imigratórios amplia, ainda, a necessidade de estratégias de acolhimento, integração e acompanhamento dos estudantes que ingressam nas redes de ensino. A matrícula representa apenas o primeiro passo para a garantia do direito à educação, sendo necessário assegurar condições pedagógicas, linguísticas e culturais que favoreçam a participação e a aprendizagem desses estudantes. Políticas educacionais contemporâneas destacam que a inclusão exige o reconhecimento da diversidade cultural, o enfrentamento das barreiras linguísticas e a construção de práticas pedagógicas capazes de acolher diferentes trajetórias, identidades e experiências socioculturais (UNESCO, 2021; Brasil, 2018).

Em Santa Catarina, essa pressão demográfica é evidenciada pelo salto nas matrículas de estudantes estrangeiros na Educação Infantil: em 2023, foram 3.268 matrículas na pré-escola (com destaque para 2.306 estudantes de nacionalidade venezuelana e 113 de nacionalidade haitiana) e mais 1.648 matrículas de estrangeiros em creches do estado. Em Joinville, as avaliações diagnósticas realizadas pelas equipes escolares identificaram que os fluxos migratórios e as perdas educacionais remanescentes constituem, ao lado da vulnerabilidade socioeconômica, fatores determinantes de risco para o abandono e a interrupção da trajetória escolar.

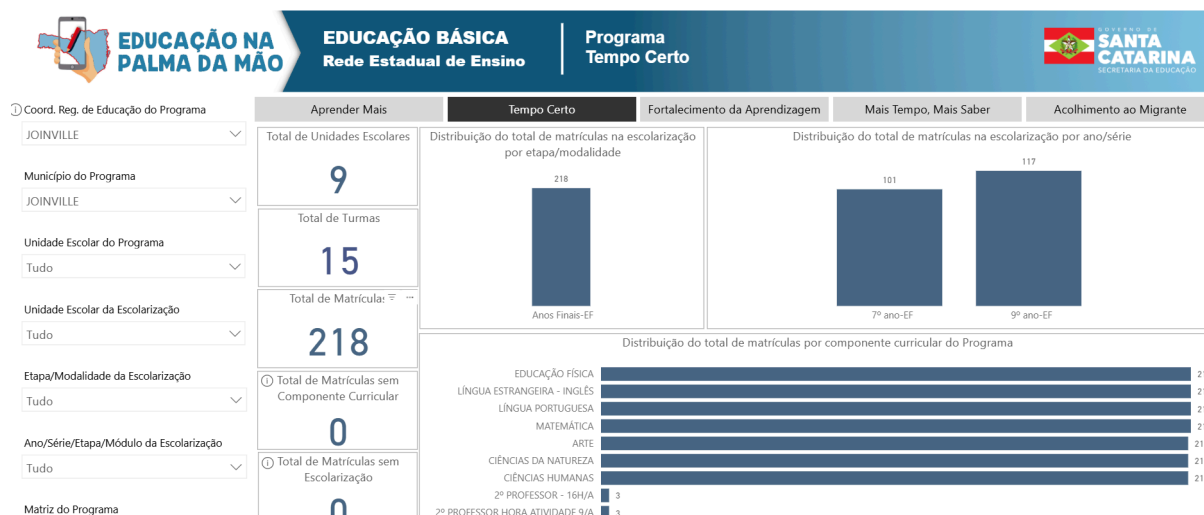
Para atenuar as barreiras de integração e garantir a permanência de estudantes imigrantes na Rede Estadual, o governo do estado instituiu o Programa de Apoio ao Migrante (PAM), com diretrizes correlatas ao Programa de Acolhimento a Refugiados e Estrangeiros (PARE). O PAM tem como objetivo promover a acolhida humanizada dos estudantes migrantes matriculados na Rede Estadual, minimizando os impactos nos processos de aprendizagem, socialização e sociabilidade e assegurando apoio pedagógico e integração linguística ao longo do percurso formativo. Na Rede Municipal, essa frente é potencializada intersetorialmente pelo próprio sistema APOIA GOV, já descrito, que integra unidades de ensino, Conselhos Tutelares e o Ministério Público de Santa Catarina para a execução de buscas ativas coordenadas, com orientações específicas às escolas para o acolhimento e o acompanhamento de estudantes migrantes.



Fonte: Programa Estadual de Acolhimento ao Migrante — Rede Estadual de Ensino de Santa Catarina.

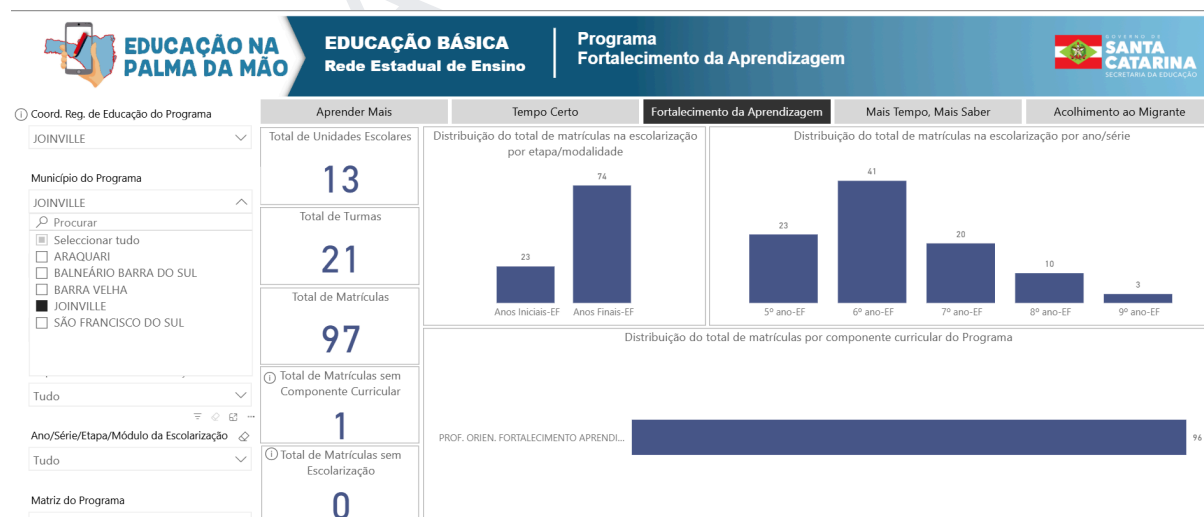
Na prática pedagógica, a Secretaria Municipal realiza atendimentos no contraturno escolar com professores especialistas em Língua Portuguesa e oferta o curso presencial "Língua Portuguesa para Estrangeiros", aberto à comunidade. Com carga horária de 80 horas semestrais, o curso desenvolve competências linguísticas e promove o diálogo intercultural em quatro polos descentralizados: na Escola Municipal de Jovens e Adultos (Itaum, nos três turnos) e, no período noturno, nas escolas municipais Dom Jaime de Barros Câmara (Comasa), Laura Andrade (Iriú) e Rosa Maria Berezoski Demarchi (Jardim Paraíso).

Como resposta direta ao gargalo de fluxo nos Anos Finais, a Rede Estadual disponibiliza o Programa Tempo Certo, voltado ao atendimento de estudantes em situação de distorção idade-ano escolar. O programa justifica-se pelo elevado contingente de estudantes em defasagem e atua como ferramenta estratégica para mitigar as taxas de reprovação e abandono, assegurando condições diferenciadas de aceleração pedagógica e a continuidade do percurso formativo rumo ao Ensino Médio.



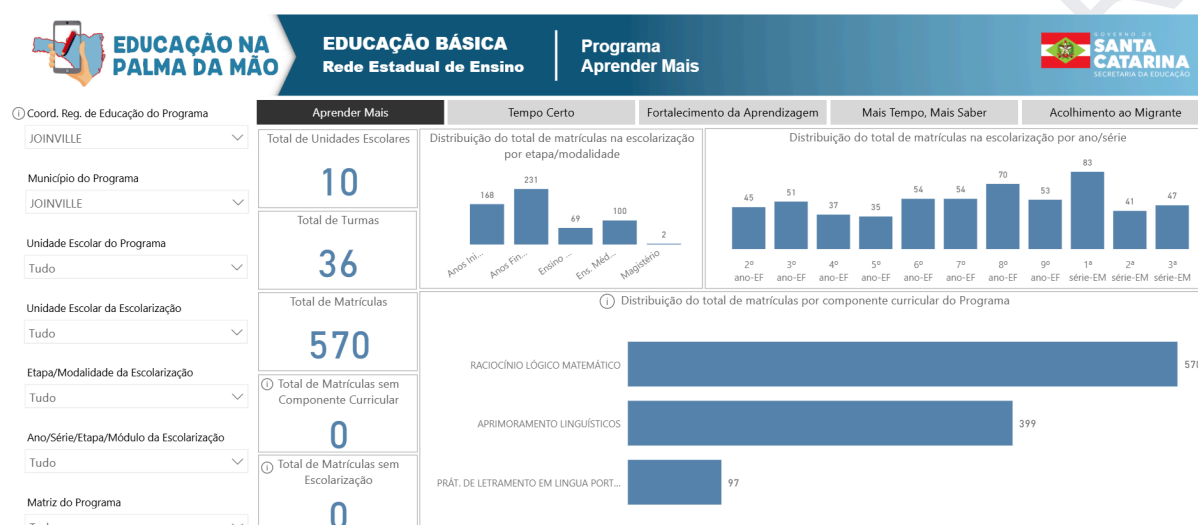
Fonte: Programa Tempo Certo — Rede Estadual de Ensino de Santa Catarina.

Em complemento à correção de fluxo, a consolidação pedagógica exige ações estruturadas de recomposição de conteúdos essenciais de alfabetização e letramento matemático. Para isso, a Rede Estadual executa o Programa Fortalecimento da Aprendizagem, direcionado a estudantes do 5º ao 9º ano do Ensino Fundamental, com prioridade para discentes não totalmente alfabetizados que apresentem dificuldades severas em leitura, escrita, interpretação textual, oralidade, raciocínio lógico-matemático e operações matemáticas básicas. A intervenção inicia-se obrigatoriamente por avaliação diagnóstica, o que permite personalizar o apoio pedagógico oferecido.



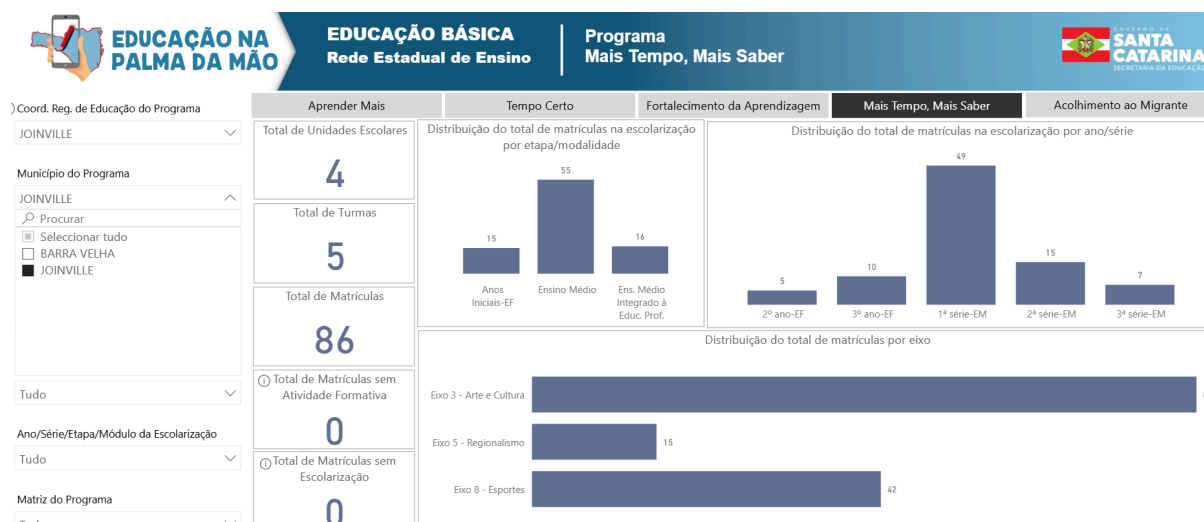
Fonte: Programa Fortalecimento da Aprendizagem — Rede Estadual de Ensino de Santa Catarina.

Na mesma direção de consolidação das aprendizagens essenciais e redução das iniquidades internas às redes, insere-se o Programa Aprender + (Reforço Escolar), com foco em Língua Portuguesa, Língua Portuguesa e Literatura e Matemática. O programa desenvolve intervenções pedagógicas sistemáticas, acompanhamento contínuo e ampliação qualificada do tempo escolar, estendendo-se do 2º ao 9º ano do Ensino Fundamental e alcançando também a 1ª à 3ª série do Ensino Médio e do Ensino Técnico Integrado, o que fortalece a regularidade das trajetórias educacionais.



Fonte: Programa Aprender + (Reforço Escolar) — Rede Estadual de Ensino de Santa Catarina.

Por fim, a ampliação do tempo escolar na perspectiva do desenvolvimento humano integral é materializada pelo Programa Mais Tempo, Mais Saber. Estruturado para ofertar atividades formativas e pedagógicas no contraturno escolar em três dias da semana, o programa amplia as oportunidades de aprendizagem integrando as dimensões cognitiva, física, socioemocional, ética, cultural, artística, esportiva, tecnológica e de preservação socioambiental dos estudantes da rede pública do território.



Fonte: Programa Mais Tempo, Mais Saber - Rede Estadual de Ensino de Santa Catarina.

No âmbito municipal, e não somente voltado a imigrantes e migrantes, a Rede lançou em 2026 o Guia de Estratégias de Recomposição das Aprendizagens da Rede Municipal de Ensino de Joinville, que estabelece um conjunto de ações pedagógicas intencionais e articuladas, fundamentadas no Pacto Nacional pela Recomposição das Aprendizagens. O programa tem como propósito identificar defasagens e garantir que todos os estudantes consolidem as habilidades essenciais em Língua Portuguesa e Matemática ao longo da trajetória escolar, sustentando também o aprendizado nas demais áreas do conhecimento.

A implementação do Guia depende de responsabilidade compartilhada entre diferentes instâncias da rede. A Secretaria de Educação define diretrizes, fornece materiais pedagógicos estruturados e oferece formação continuada aos profissionais; a equipe gestora de cada unidade escolar organizar tempos, espaços e turmas, além de monitorar a frequência e o desenvolvimento dos estudantes; e os professores identificam as defasagens com base em evidências, planejam intervenções diferenciadas e registram a evolução diária dos estudantes.

O atendimento é estruturado em três estratégias principais. A Recomposição em Sala de Aula Regular é voltada a todos os estudantes, com atenção especial aos 2º, 5º e 9º anos: o professor regente ou especialista utiliza Sequências Didáticas de Referência e dedica uma aula semanal ao fortalecimento da aprendizagem. O Atendimento Complementar (Programa Aprender Mais) destina-se aos estudantes do 3º ao 9º ano já alfabetizados, mas com dificuldades persistentes nas habilidades essenciais: em turmas de até 15 estudantes, recebem quatro horas-aula semanais de intervenção, divididas entre Português e Matemática, no contraturno, na 6ª aula ou no próprio turno, organizados em grupos mais homogêneos ("Inicial" ou "em Desenvolvimento") a partir de uma Matriz de Habilidades. Já o

Atendimento Intensivo (Programa ALFA+) volta-se aos estudantes do 2º ao 9º ano com defasagens mais acentuadas com prioridade absoluta para os não alfabetizados (atenção especial ao 3º ano), estudantes com transtornos de aprendizagem, imigrantes não alfabetizados e estudantes sem domínio das operações matemáticas básicas: conduzido por pedagogos, em turmas de até 15 estudantes, exige no mínimo três atendimentos semanais de duas horas no próprio turno, com o estudante temporariamente retirado da sala regular para trabalho focado em consciência fonológica, alfabetização e matemática elementar.

Esse processo pedagógico funciona como um ciclo contínuo: começa pelo diagnóstico (avaliações, histórico escolar e identificação dos níveis de alfabetização), segue para o direcionamento do estudante a uma das três estratégias e seu agrupamento com base na matriz de habilidades ou em sondagens de escrita, avança para a intervenção pedagógica com materiais estruturados e progressivos como o Passaporte da Aprendizagem e se completa no monitoramento contínuo, quando os dados de evolução são analisados periodicamente, sobretudo nos Conselhos de Classe, para decidir sobre reagrupamento, migração entre estratégias ou alta do atendimento assim que as habilidades forem consolidadas. A proposta fundamenta-se em princípios como o acesso universal garantindo que qualquer estudante com defasagem receba o suporte necessário, a intencionalidade pedagógica baseada em evidências, a equidade e a flexibilidade: os agrupamentos não têm caráter rígido ou rotulador, funcionando como arranjos temporários que mudam conforme o ritmo individual de evolução de cada estudante.

Historicamente, o Ensino Médio registra as maiores taxas de abandono e desistência escolar da Educação Básica, realidade associada ao déficit de aprendizagens trazidas do ensino fundamental, necessidade de conciliar estudo e trabalho, dificuldades de deslocamento, vulnerabilidades socioeconômicas familiares e às próprias exigências estruturais e pedagógicas dessa etapa. De acordo com dados sistematizados no Relatório de Avaliação do PME de Joinville (2025) e na plataforma QEdU, a taxa de rendimento no Ensino Médio mostrou avanços recentes, apresentados no Quadro 6.

Quadro 6 - Taxa de rendimento do Ensino Médio, Joinville

Indicador	2023	2024
Abandono no Ensino Médio	4,7%	3,8%
Repetência no Ensino Médio	13,6%	9,4%

Fonte: Relatório de Avaliação do PME de Joinville (2025), dados QEdU (qedu.org.br/municipio/4209102-joinville).

Embora a redução no abandono (de 4,7% para 3,8%) e na repetência (de 13,6% para 9,4%) confirme uma trajetória recente de melhoria, a sustentabilidade desses avanços ainda

enfrenta gargalos estruturais. É especialmente relevante destacar que a Estratégia 3.15 do PME de Joinville que previa regulamentar e estruturar o fluxo de transição dos jovens de 15 a 17 anos do Ensino Fundamental para o Ensino Médio, monitorando seu acesso e permanência foi classificada no próprio relatório oficial de 2025 como não alcançada, o que reforça a fragilidade do percurso educacional entre essas duas etapas estratégicas.

Como resposta a essas desigualdades e ao gargalo na transição para o Ensino Médio Técnico Profissionalizante, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica oferta o programa “Partiu IF - Programa Nacional de Promoção de Igualdade de Oportunidades para acesso de estudantes da rede pública à Rede Federal”. O programa tem como objetivo enfrentar as desigualdades étnico-raciais na educação por meio de aulas e atividades de recuperação de aprendizagens, com foco em estudantes do 9º ano que cursaram integralmente o Ensino Fundamental na rede pública, negros, quilombolas, indígenas ou com deficiência, e renda familiar per capita de até um salário mínimo. Articulado a outros programas do MEC voltados à equidade, o “Partiu IF” contribui para a igualdade de oportunidades de estudantes que ingressarão no Ensino Médio nas instituições da Rede Federal.

O programa tem dois eixos de formação: Ciclo Básico e Formação Suplementar. O primeiro é formado por três componentes curriculares: linguagem, matemática e ciências naturais, com habilidades e competências articuladas ao currículo das instituições federais aderentes, além de oficinas de redação. A Formação Suplementar reúne atividades de acompanhamento psicopedagógico, monitoramento do progresso acadêmico e emocional dos participantes, orientação individual e/ou em grupo para desafios específicos, e construção de um ambiente comunitário. A carga horária total é de 160 horas. Em 2025 o IFSC - Joinville ofereceu 80 vagas distribuídas em dois turnos: matutino 40 vagas e vespertino 40 vagas. Houve 357 inscritos, 80 matriculados e 65 concluíram o curso.

O atendimento às populações pretas, pardas, indígenas e quilombolas em Joinville está formalmente assegurado sob a ótica do acesso universal à matrícula, mas ainda carece de espaços físicos, propostas curriculares e práticas pedagógicas plenamente adequados às especificidades culturais, identitárias e linguísticas desses grupos.

De acordo com os dados oficiais do Censo Escolar de 2025 processados pelo MEC, a distribuição das matrículas por raça/cor na Rede Municipal de Joinville é composta por 67,3% de estudantes autodeclarados brancos, 21,0% pardos, 3,8% pretos, 0,4% amarelos, 0,1% indígenas e 7,4% que optaram por não declarar seu pertencimento racial. A análise da infraestrutura escolar territorializada, porém, revela severa assimetria na oferta de

atendimento diferenciado: o município não possui nenhuma escola caracterizada nas modalidades de Educação Escolar Indígena, Educação do Campo ou Educação Escolar Quilombola.

Essa omissão física diferenciada significa que a totalidade dos 18.600 estudantes pretos e pardos (24,8% do contingente municipal) e dos 75 estudantes indígenas (0,1%) matriculados na rede pública municipal frequenta exclusivamente escolas urbanas convencionais. Da mesma forma, embora o Censo Demográfico do IBGE aponte a existência de 317 quilombolas residentes no território em 2022, o percentual de matrículas ativas em escolas de modalidade quilombola na rede é de 0,0%, em razão da ausência completa de unidades escolares específicas para essa modalidade no município.

Esse distanciamento entre o acesso geral e a adequação pedagógica é corroborado pelo Diagnóstico de Equidade da Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (PNEERQ) de 2024. Joinville registrou Índice Geral de Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER) de 38,7 pontos, em escala de 0 a 100, patamar que, embora supere a média do estado de Santa Catarina (18,1 pontos), permanece aquém da média nacional (40,4 pontos).

Essas lacunas associam-se diretamente às dificuldades do município em reduzir desigualdades de aprendizagem, o que culminou na inabilitação de Joinville na Condicionalidade III do Valor estudante-Ano Resultado (VAAR) do FUNDEB em 2026, após uma queda de 11,34 pontos percentuais no aprendizado adequado de estudantes pretos, pardos e indígenas entre as edições de 2019 e 2023 do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB). Evidencia-se, assim, a urgência de transitar de uma política de mera garantia de vagas para uma política pública estruturada de equidade racial e de respeito à diversidade cultural e linguística no município.

Análise causal

A análise descritiva evidencia que, embora o acesso à escolarização obrigatória esteja praticamente assegurada no município, a garantia de trajetórias regulares e da conclusão das etapas da Educação Básica ainda constitui um desafio. Essa leitura está alinhada ao movimento contemporâneo das políticas educacionais, que desloca o foco da expansão quantitativa da oferta para a garantia do percurso educacional completo: indicadores de matrícula precisam ser analisados em conjunto com indicadores de permanência, progressão, aprendizagem e conclusão, já que trajetórias interrompidas ou marcadas por sucessivas dificuldades revelam desigualdades na efetivação do direito à educação.

Como apontam Soares, Alves e Fonseca (2021), o acesso, por si só, não é suficiente para evidenciar a qualidade de um sistema educacional: é a trajetória do estudante sua permanência, progressão e conclusão nos tempos esperados que revela as reais condições de efetivação do direito à educação. Simões (2019) demonstra, de forma complementar, que a curva de acesso de uma coorte de estudantes tende a se manter elevada nos anos iniciais e a declinar progressivamente ao longo da trajetória, sobretudo na transição para o Ensino Médio padrão que também se manifesta, em alguma medida, nas redes municipal e estadual de Joinville. As dificuldades identificadas podem ser compreendidas a partir de cinco causas críticas.

A primeira é a infrequência escolar e a fragilidade dos mecanismos de identificação precoce e acompanhamento preventivo. A ausência recorrente dos estudantes compromete a continuidade das aprendizagens, fragiliza os vínculos entre estudante e escola e amplia o risco de retenção, abandono e interrupção da trajetória. O aprimoramento de mecanismos de identificação precoce e de acompanhamento sistemático é, portanto, fator estratégico para reduzir esses riscos antes que a infrequência evolua para abandono.

A segunda causa refere-se às desigualdades territoriais que dificultam o acesso e a permanência nas unidades de ensino. A distância entre residência e escola, associada às dificuldades de deslocamento e de oferta de transporte, e a distribuição desigual das unidades em determinados territórios problema cuja mensuração encontra respaldo metodológico na escala de infraestrutura escolar proposta por Neto et al. (2013) interfere diretamente na frequência, na permanência e na continuidade dos estudos, especialmente entre estudantes em maior vulnerabilidade socioeconômica.

A terceira causa é a dificuldade das redes de ensino em sanar as defasagens de aprendizagem acumuladas ao longo da trajetória escolar. Por ter caráter processual, cumulativo e progressivo, a aprendizagem não consolidada nos anos iniciais tende a repercutir nas etapas seguintes, dificultando a adaptação a conteúdos mais complexos e ampliando a vulnerabilidade ao abandono, particularmente no Ensino Médio. Indicadores de regularidade de trajetórias educacionais, como o proposto por Fonseca *et al.* (2023), evidenciam justamente essa relação entre defasagens não superadas e descontinuidade do percurso escolar.

A quarta causa diz respeito à necessidade de fortalecimento da articulação intersetorial, sobretudo diante do crescimento dos fluxos migratórios e imigratórios no município. A inserção desses estudantes nas redes de ensino, muitas vezes marcada por desafios linguísticos e de adaptação sociocultural, exige ações articuladas entre Educação,

Assistência Social e Saúde, capazes de ampliar a capacidade de acolhimento, acompanhamento pedagógico e proteção social.

Por fim, a quinta causa refere-se à necessidade de fortalecimento das políticas de equidade e de valorização da diversidade. Embora o acesso de estudantes indígenas, negros, quilombolas e migrantes esteja assegurado, persistem desafios quanto à construção de espaços e práticas pedagógicas plenamente adequados às especificidades culturais, linguísticas e territoriais desses grupos condição indispensável para trajetórias efetivamente equitativas.

Causas críticas

A partir da análise dos dados e dos documentos norteadores, identificam-se como causas críticas do eixo:

- infrequência escolar e fragilidade dos mecanismos de identificação precoce e acompanhamento preventivo dos estudantes;
- desigualdades territoriais que dificultam o acesso e a permanência nas unidades de ensino;
- dificuldade das redes de ensino em sanar as defasagens de aprendizagem acumuladas ao longo da trajetória escolar;
- necessidade de fortalecimento da articulação intersetorial para o acolhimento e acompanhamento de estudantes migrantes e imigrantes;
- necessidade de fortalecimento das políticas de equidade e valorização da diversidade cultural, linguística e territorial dos estudantes indígenas, negros, quilombolas e migrantes.

Referências

ARROYO, Miguel G. **Políticas educacionais e desigualdades:** à procura de novos significados. Educação & Sociedade, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1381-1416, out./dez. 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília, DF: MEC, 2018.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jun. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Articulação Intersetorial com os Sistemas de Ensino; Fundação Joaquim Nabuco. **Documento Diagnóstico da Educação Nacional: Plano Nacional de Educação**. Recife: Editora ANPAE, 2025.

FONSECA, Izabel da Costa; RODRIGUES, Clarissa Guimarães; ALVES, Maria Teresa Gonzaga; MACANA, Esmeralda Correa; SOARES, José Francisco. **Monitoramento da permanência na educação básica com o indicador de regularidade de trajetórias educacionais**. 2023. [Versão preprint]. Disponível em: <https://osf.io/k2mb9/>. Acesso em: 11 dez. 2023.

KOSLINSKI, Mariane Campelo; ALVES, Fátima. **Novos olhares para as desigualdades de oportunidades educacionais: a segregação residencial e a relação favela-asfalto no Rio de Janeiro**. Educação & Sociedade, Campinas, v. 33, n. 120, p. 805-831, 2012.

NETO, Joaquim José Soares; JESUS, Girlene Ribeiro de; KARINO, Camila Akemi; ANDRADE, Dalto Francisco de. Uma escala para medir a infraestrutura escolar. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 24, n. 54, p. 78-99, jan./abr. 2013.

SIMÕES, Armando Amorim. Acesso à educação básica e sua universalização: missão ainda a ser cumprida. In: MORAES, Gustavo Henrique; ALBUQUERQUE, Ana Elizabeth M. (Org.) **Cadernos de estudos e pesquisas em políticas educacionais: 5 anos de Plano Nacional de Educação**. Brasília, DF: Inep, 2019. p. 17-72.

SOARES, José Francisco; ALVES, Maria Teresa Gonzaga; FONSECA, José Aguiinaldo. Trajetórias educacionais como evidência da qualidade da educação básica brasileira. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Rio de Janeiro, v. 38, e0167, 2021.

UNESCO. **Reimagining our futures together: a new social contract for education**. Paris: UNESCO, 2021.

UNICEF. **Busca Ativa Escolar: uma estratégia para garantir o direito à educação**. Brasília, DF: Fundo das Nações Unidas para a Infância. Disponível em: <https://buscaativaescolar.org.br/>. Acesso em 22 de julho de 2026.

5. APRENDIZAGEM NO ENSINO FUNDAMENTAL E NO ENSINO MÉDIO

Problema

Garantir que todos os estudantes do Ensino Fundamental e do Ensino Médio desenvolvam as aprendizagens essenciais previstas para cada etapa da Educação Básica é o desafio central deste eixo, que pressupõe assegurar qualidade, equidade e condições adequadas para o desenvolvimento integral. Em Joinville, embora as redes educacionais apresentem avanços na ampliação do acesso e da oferta escolar, permanecem desafios quanto à consolidação das aprendizagens dos estudantes nas diferentes etapas da Educação Básica.

No Ensino Fundamental, os principais desafios estão relacionados à garantia da aprendizagem contínua e equitativa, considerando fatores como formação/capacitação/valorização docente, infrequência escolar, defasagem acumulada e diferenças nos ritmos de aprendizagem, o que evidencia a necessidade de práticas pedagógicas e currículos mais significativos, nas quais as teorias apresentadas e conhecimentos construídos em sala de aula, tenham relação prática com o mundo real, o que possibilita aos estudantes o interesse pelo saber *stricto e lato sensu*, pois percebem que há sentido de porquê estar na escola e sentido no que se estuda/aprende na escola. No Ensino Médio, observa-se a necessidade de enfrentar dificuldades relacionadas à baixa consolidação das aprendizagens trazidas do Ensino Fundamental, somadas a desafios semelhantes aos da etapa inicial e aos desafios dessa etapa de finalização.

Análise descritiva

A aprendizagem constitui dimensão central da efetivação do direito à educação; é elemento fundamental para assegurar o desenvolvimento integral dos estudantes e a qualidade da Educação Básica. Sua garantia, no entanto, não depende exclusivamente dos resultados obtidos em avaliações externas, mas da articulação entre diferentes condições educacionais, currículo, práticas pedagógicas, formação/capacitação docente, gestão escolar, avaliação, infraestrutura e políticas de equidade. A qualidade educacional deve, assim, ser compreendida como fenômeno multidimensional, relacionado tanto ao desenvolvimento das aprendizagens quanto às condições oferecidas para que todos os estudantes possam aprender (UNESCO, 2021; Brasil, 2018; OECD, 2023).

As discussões do grupo de trabalho evidenciaram que parte dos estudantes ingressa nas diferentes etapas da Educação Básica apresentando defasagens de aprendizagem que tendem a se acumular ao longo dos anos escolares. Essas dificuldades tornam-se mais

evidentes nas transições entre etapas, especialmente entre os Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental, e entre o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, quando aumenta a complexidade das competências e habilidades esperadas.

Outro aspecto recorrente refere-se à diversidade dos estudantes atendidos pela Rede Municipal: diferenças de contexto social, cultural, linguístico e econômico, associadas a distintos ritmos de aprendizagem, demandam práticas pedagógicas diversificadas, capazes de promover maior participação, engajamento e desenvolvimento das aprendizagens.

As contribuições do grupo destacam, ainda, que a infrequência escolar interfere diretamente na continuidade dos processos de ensino e aprendizagem, dificultando a consolidação dos conhecimentos previstos para cada etapa. Foram identificadas, igualmente, necessidades relacionadas ao fortalecimento da formação continuada dos profissionais da educação e ao desenvolvimento de metodologias que aproximem os conhecimentos escolares das vivências e dos projetos de vida dos estudantes.

No que se refere à equidade, identificou-se a necessidade de ampliar estratégias pedagógicas que contemplem as especificidades de diferentes grupos socioculturais incluindo estudantes indígenas, migrantes e demais públicos que demandam adaptações curriculares, materiais didáticos específicos e abordagens pedagógicas culturalmente sensíveis. A garantia da aprendizagem pressupõe não apenas igualdade de acesso às oportunidades educacionais, mas também condições que permitam a todos os estudantes desenvolver plenamente suas potencialidades. Nesse contexto, a melhoria da aprendizagem depende da articulação entre políticas curriculares, práticas pedagógicas, avaliação educacional, formação continuada, gestão escolar e acompanhamento sistemático dos resultados de aprendizagem.

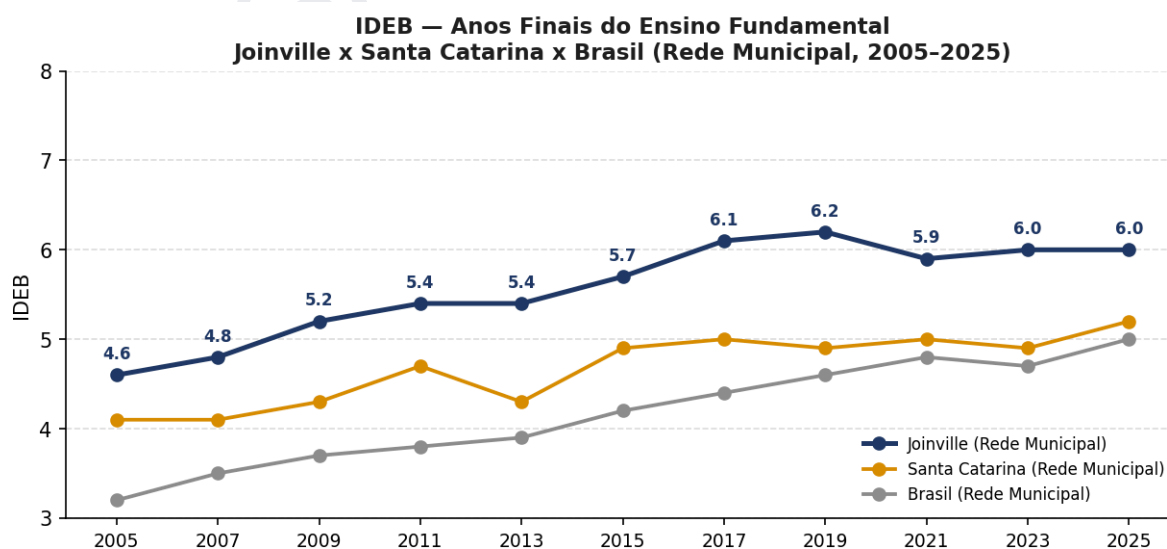
Os resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) 2025, divulgados pelo INEP/MEC em 5 de agosto de 2026, permitem qualificar esta análise com dados objetivos de aprendizagem e fluxo escolar, maior evolução acumulada da série histórica, iniciada em 2005. O Quadro 7 compara a evolução do Ideb entre 2023 e 2025 nas três etapas avaliadas, contrastando a Rede Municipal de Ensino de Joinville, a rede estadual de Santa Catarina e as redes públicas do Brasil.

Quadro 7 - IDEB por etapa de ensino, Joinville, Santa Catarina e Brasil (2023–2025)

Nível de Ensino	Joinville — Rede Municipal	Santa Catarina — Rede Estadual	Brasil — Redes Públicas
Anos Iniciais (EF)	7,0 → 7,1	6,4 → 6,7	5,7 → 6,1
Anos Finais (EF)	6,0 → 6,0	5,2 → 5,4	4,7 → 5,0
Ensino Médio	não ofertado pela Rede Municipal	4,2 → 4,5	4,1 → 4,3

Fonte: INEP/MEC — Ideb 2025 (divulgação de 5/8/2026); Prefeitura de Joinville — Secretaria de Educação (5/8/2026); Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina SED (5/8/2026). O Ensino Médio em Joinville é ofertado pela rede estadual; por isso não há nota de Ideb isolada para a rede municipal nessa etapa.

Os resultados confirmam, com dados de 2025, o padrão diagnosticado nesta análise: o desempenho declina à medida que os estudantes avançam nas etapas da Educação Básica, tendência observada tanto no Brasil quanto em Santa Catarina e em Joinville. A Rede Municipal de Ensino manteve a liderança nacional do IDEB entre municípios brasileiros com mais de 500 mil habitantes nos Anos Iniciais (7,1) e nos Anos Finais (6,0, empatada com São José dos Campos-SP), evidenciando que as defasagens de aprendizagem tendem a ser menores nas etapas sob responsabilidade direta do município. Já no Ensino Médio etapa sob responsabilidade da rede estadual, Santa Catarina avançou de 4,2 para 4,5, igualando a média nacional, mas permanecendo distante da meta do PNE para a etapa (5,2), o que reforça a primeira e a segunda causas críticas identificadas a seguir: o acúmulo de defasagens de aprendizagem ao longo da escolarização e a descontinuidade dos processos de ensino nas transições entre etapas.



Fonte: IDEB/INEP (divulgação 2025), planilhas de municípios.

A regularidade do fluxo e a consistência das proficiências médias da Rede Municipal de Joinville nos Anos Iniciais são demonstradas pela evolução das notas na escala do SAEB. Em Língua Portuguesa, a proficiência média dos estudantes do 5º ano saltou de 234,6 pontos em 2023 para 236,1 pontos em 2025 (um ganho expressivo de +1,5 ponto na escala). Em Matemática, a proficiência média registrou evolução ainda mais robusta, passando de 251,9 pontos em 2023 para 254,7 pontos em 2025 (+2,8 pontos na escala). Na mesma etapa de Anos Iniciais, o fluxo escolar municipalizado atingiu a taxa de aprovação de 99,6% em 2024, evidenciando que os elevados índices do IDEB são sustentados por aprendizagem real e efetiva em sala de aula, sem distorções induzidas por processos de retenção.

Nos Anos Finais (9º ano), Joinville manteve estabilidade com a nota de 6,0, empatando com São José dos Campos (SP) na liderança nacional das cidades de grande porte. Contudo, à medida que os estudantes avançam na trajetória escolar e migram para a Rede Estadual de Ensino, responsável pelo Ensino Médio, observa-se uma descontinuidade no percurso pedagógico. O Ensino Médio público do território, majoritariamente sob responsabilidade da rede pública estadual (que detém apenas 10,7% das escolas básicas do município, concentrando a oferta), registrou um IDEB de apenas 4,1 em 2023, mantendo-se significativamente distante das metas estipuladas e acompanhando a estagnação histórica identificada no estado de Santa Catarina (4,2). Esse declínio de desempenho nas séries finais correlaciona-se diretamente com as elevadas taxas de evasão (11,1%) e distorção idade-série (19,9%) verificadas na transição para a etapa regular terminal da Educação Básica.

Componente	2023	2025	Variação
Língua Portuguesa	234,6	236,1	+1,5
Matemática	251,9	254,7	+2,8

Esse acúmulo de defasagens ao longo do percurso escolar é corroborado pelas taxas de distorção idade-série de 2025 no município. O atraso escolar de dois anos ou mais, que é de apenas 3,3% nos Anos Iniciais da Rede Municipal, eleva-se para 9,0% nos Anos Finais (atingindo 10,8% na média das redes públicas do município) e atinge o patamar alarmante de 19,9% no Ensino Médio Regular. Essa descontinuidade de percurso e desempenho nas transições de etapas evidencia que as defasagens de alfabetização e letramento matemático não sanadas na idade recomendada geram um efeito cumulativo de exclusão, penalizando o estudante exatamente no momento em que aumenta a complexidade das habilidades exigidas pelo currículo.

No âmbito da alfabetização na idade recomendada (foco do Objetivo 3), as ações do município articulam-se à implementação do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA), instituído para assegurar o direito à alfabetização plena das crianças até o final do 2º ano do Ensino Fundamental. Em Joinville, o teste do painel oficial revelou que 65,9% das crianças do 2º ano estavam plenamente alfabetizadas em 2024, aproximando-se da meta local projetada de 70,4%. Em decorrência do desenvolvimento dessas boas práticas pedagógicas de acompanhamento e suporte, o município foi contemplado pelo Ministério da Educação com o Selo Nacional Compromisso com a Alfabetização na Categoria Ouro em 2025. Como estratégia de sustentabilidade do letramento, foram viabilizados “Cantinhos de Leitura” em 95 unidades de ensino do município, e a Rede Municipal promoveu a participação ativa de 3.910 estudantes em avaliações diagnósticas e contínuas de alfabetização e fluência leitora, gerando dados individualizados para a reorientação da prática pedagógica dos docentes alfabetizadores.

Outro aspecto recorrente refere-se à diversidade étnico-racial, cultural, linguística e socioeconômica dos estudantes atendidos pelas redes de ensino no território. De acordo com os dados oficiais do Censo Escolar de 2025 processados pelo Ministério da Educação, a distribuição das matrículas por raça/cor na rede municipal de Joinville é composta por 67,3% de estudantes autodeclarados brancos, 21,0% pardos, 3,8% pretos, 0,4% amarelos e 0,1% indígenas. Embora a população negra, parda e indígena (PPI) represente 24,9% do contingente de estudantes, o município registra uma severa assimetria estrutural: existem zero escolas caracterizadas nas modalidades de Educação do Campo, Educação Escolar Indígena ou Educação Escolar Quilombola no território municipal. Essa configuração implica que a totalidade dos 18.600 estudantes negros e dos 75 estudantes indígenas de Joinville frequenta exclusivamente escolas urbanas convencionais comuns. Tais unidades de ensino operam sem adequações curriculares diferenciadas, materiais didáticos específicos ou metodologias culturalmente sensíveis capazes de acolher as diferentes identidades, trajetórias e cosmovisões desses grupos.

Essa homogeneização curricular impõe ritmos rígidos de aprendizagem e desconsidera as necessidades de letramento bilíngue e intercultural, gerando barreiras invisíveis que limitam a participação, o engajamento e o sucesso escolar de minorias e de populações periféricas vulneráveis.

Análise causal

A análise descritiva evidencia que a garantia da aprendizagem em Joinville decorre da interação entre fatores pedagógicos, sociais, institucionais e culturais ao longo de toda a Educação Básica. A análise dos dados, articulada às discussões do grupo de trabalho e ao referencial teórico adotado, permite identificar seis causas críticas.

A primeira causa crítica são as defasagens de aprendizagem acumuladas ao longo da escolarização. A não consolidação das aprendizagens essenciais nos anos iniciais repercute nas etapas posteriores, dificultando a apropriação de conteúdos mais complexos e ampliando as diferenças de desempenho entre estudantes quadro agravado pelos efeitos da pandemia de Covid-19 sobre o aprendizado, já documentados na literatura (Bartholo *et al.*, 2023; Bof; Moraes, 2022), o que reforça a importância de estratégias locais de recomposição das aprendizagens. A não consolidação das aprendizagens essenciais e das habilidades básicas de alfabetização e letramento matemático nos anos iniciais do Ensino Fundamental gera um efeito cumulativo de exclusão pedagógica

Essas lacunas comprometem a capacidade dos estudantes de se apropriarem de conteúdos curriculares de complexidade progressiva nas etapas subsequentes, ampliando severamente as disparidades internas de rendimento escolar; cenário que foi substancialmente agravado pelas perdas de aprendizagem decorrentes do isolamento social no período pandêmico da Covid-19, amplamente documentadas na literatura científica. No município de Joinville, essa fragilidade manifesta-se no contraste dos resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) de 2025. Embora a Rede Municipal de Ensino apresente a liderança nacional das grandes cidades nos Anos Iniciais com a nota 7,1, o rendimento declina para 6,0 nos Anos Finais do Ensino Fundamental e atinge o patamar crítico de 4,1 no Ensino Médio regular de Joinville. Para sanar esse gargalo, a rede municipal implementou de forma inédita o seu Guia de Estratégias de Recomposição das Aprendizagens (2026), estruturado em três níveis de intervenção pedagógica baseados em matrizes de habilidades (Recomposição Regular, Atendimento Complementar "Aprender Mais" e Atendimento Intensivo "ALFA+") e no uso de materiais estruturados como o Passaporte da Aprendizagem. Essa ação de recomposição é crucial para dar sustentação ao fluxo e elevar as taxas de alfabetização na idade recomendada, em que Joinville registrou 65,9% de suas crianças alfabetizadas ao final do 2º ano do Ensino Fundamental, sendo contemplada com o Selo Nacional Compromisso com a Alfabetização na Categoria Ouro.

A segunda causa crítica é a infrequência escolar e a descontinuidade dos processos de ensino e aprendizagem, que reduzem as oportunidades de acesso aos conhecimentos

oportunizados pela escola, dificultam o acompanhamento pedagógico e favorecem o acúmulo de defasagens ao longo da trajetória. Essa descontinuidade manifesta-se com particular intensidade nos momentos de transição entre etapas da Educação Infantil para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental, e destes para os Anos Finais, quando mudanças metodológicas e organizacionais podem fragilizar a adaptação dos estudantes (Dockett; Perry, 2007; Bera, 2016). Sendo a alfabetização o alicerce sobre o qual se constroem as aprendizagens seguintes, sua não consolidação na idade esperada compromete diretamente o desenvolvimento posterior das competências leitoras e escritoras (*National Reading Panel*, 2000).

A ausência sistemática e a infrequência dos discentes reduzem drasticamente o tempo pedagógico efetivo e as oportunidades de interação em sala de aula, impedindo o monitoramento preventivo e favorecendo o acúmulo de defasagens estruturais que culminam no abandono escolar. Essa descontinuidade letiva atinge patamares críticos nos momentos de transição entre as etapas de ensino, quando as alterações metodológicas, organizacionais e de regime de docência fragilizam a adaptação e o sentimento de pertencimento dos estudantes. No território de Joinville, as dinâmicas de fluxo do Censo Escolar revelam uma nítida quebra de regularidade: a taxa de promoção, que é de 97,3% nos Anos Iniciais (com 0,7% de evasão), recua para 93,1% nos Anos Finais (com 2,4% de evasão), e despencando para 76,8% de promoção regular no Ensino Médio, etapa marcada por uma alarmante taxa de 11,1% de evasão (abandono). Como a alfabetização precoce constitui o alicerce fundamental para a continuidade bem-sucedida das trajetórias escolares, a infrequência nessas etapas iniciais compromete o desenvolvimento posterior das competências leitoras e escritoras. Para enfrentar esse nó causal, a RME de Joinville migrou em 2024 para o sistema unificado APOIA GOV e normatizou o seu Protocolo de Busca Ativa Escolar em abril de 2023. O impacto prático dessa estruturação operacional é observado em unidades como a E.M. Nelson de Miranda Coutinho, onde a frequência média, historicamente situada entre 80% e 86% em 2021, alcançou o patamar de 95% nos anos estratégicos (2º e 9º) e 97% no 5º ano em 2023, permitindo à escola cumprir suas metas do IDEM e obter 100% de adesão na avaliação formativa Bússola.

A terceira causa crítica evidencia a necessidade de fortalecimento das práticas pedagógicas e das metodologias de ensino diante da diversidade de contextos, ritmos e perfis presentes em sala de aula. Estratégias pedagógicas inclusivas, significativas e contextualizadas com o mundo real e a vida prática, são condições para promover maior

participação e engajamento dos estudantes e favorecer o desenvolvimento das competências previstas para cada etapa.

A existência de salas de aula caracterizadas pela heterogeneidade socioeconômica, cultural e de ritmos de desenvolvimento exige dos docentes a superação de currículos homogêneos e inflexíveis. O desenvolvimento das competências previstas em cada etapa requer a implementação de estratégias pedagógicas inclusivas, contextualizadas e lúdicas, capazes de aproximar o conhecimento formal das vivências práticas dos estudantes para promover maior participação, engajamento e redução da alienação discente. Em Joinville, a superação dessa homogeneização e o respeito aos ritmos individuais de aprendizagem são subsidiados pelo uso pedagógico de evidências geradas pelas Avaliações Contínuas da Aprendizagem locais (como a avaliação Bússola), as quais mobilizaram em 2025 a participação ativa de 3.910 estudantes dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, gerando dados estatísticos robustos e georreferenciados para orientar o planejamento docente e as intervenções focadas de recomposição

A quarta causa crítica está relacionada à necessidade de fortalecimento da formação continuada e do desenvolvimento profissional docente. A literatura aponta que a formação inicial, isoladamente, pouco prepara a maioria dos professores para os desafios da sala de aula (Soares, 2017), o que reforça a importância de políticas sistemáticas e permanentes de formação continuada, capazes de qualificar as práticas pedagógicas e ampliar o uso pedagógico dos resultados das avaliações.

A literatura especializada demonstra de forma inequívoca que a formação inicial de nível superior, de caráter eminentemente teórico e instrumental, pouco prepara os professores ingressantes para lidar de forma eficaz com as complexas situações cotidianas da sala de aula comum. Faz-se necessária a revisão contínua dos projetos políticos pedagógicos dos cursos de formação inicial, de forma que estejam atualizados com a dinâmica de funcionamento da sociedade e do mundo real. Disciplinas acadêmicas que capacitem o futuro professor sobre a interação sociedade/ciência/tecnologia, como alfabetização e letramento digital ou formação cidadã, que trabalhe a relação sociedade/estado; por exemplo.

Diante disso, a consolidação de políticas públicas sistemáticas, permanentes e bem financiadas de formação continuada, articuladas aos planos de carreira e à jornada de trabalho de um terço de hora-atividade, constitui variável estratégica para qualificar as metodologias de ensino e permitir o uso pedagógico qualificado dos resultados das avaliações formativas.

Em Joinville, os dados revelam um paradoxo: embora o indicador de adequação da formação docente seja altamente positivo nos anos iniciais da rede municipal (79,8% de

professores com licenciatura adequada em relação ao componente que lecionam, contra 57,0% na média nacional), a formação específica voltada às relações ético-raciais e à diversidade constitui uma lacuna severa. Conforme o Diagnóstico de Equidade da PNEERQ (2024), o município registrou uma pontuação crítica de apenas 4 em 100 pontos possíveis no eixo de Formação Continuada de professores na temática de Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER). Essa fragilidade formativa limita a capacidade dos professores regentes de atuarem de forma inclusiva e antirracista nas salas de aula regulares do município.

A quinta causa crítica refere-se à persistência de desigualdades educacionais associadas a condições sociais, culturais e territoriais. Estudos indicam que as desigualdades de aprendizado entre grupos sociodemográficos tendem a se manter ao longo do tempo, mesmo diante de avanços gerais no sistema educacional (Alves; Ferrão, 2019; Soares; Delgado, 2016), o que demanda políticas públicas voltadas à equidade e à garantia de condições adequadas para que todos os estudantes possam aprender e se desenvolver.

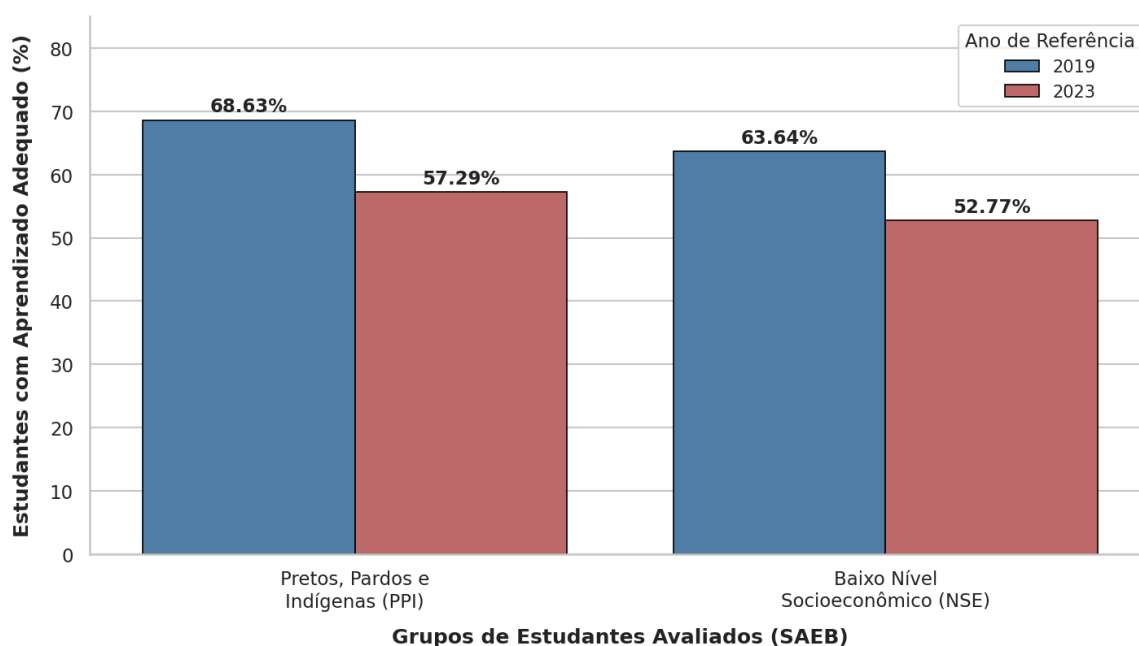
As desigualdades no rendimento e na aprendizagem de grupos sociodemográficos e espaciais vulneráveis tendem a se reproduzir intergeracionalmente ao longo do tempo se não forem enfrentadas por políticas públicas estruturadas de justiça social e equidade redistributiva, que direcionam maiores investimentos orçamentários, de pessoal e de infraestrutura pedagógica para as escolas que atendem as populações com maior vulnerabilidade socioeconômica e localizadas nas periferias territoriais. No município de Joinville, esse nó estrutural manifestou-se com gravidade pedagógica e financeira na inabilitação do município na Condicionalidade III do Valor estudante-Ano Resultado (VAAR) do Fundeb para o exercício de 2026. Embora Joinville apresente médias globais de IDEB que lideram o ranking nacional de grandes cidades, os testes do SAEB revelaram uma severa ineficácia da rede em reduzir as assimetrias socioeconômicas em sala de aula comum: o percentual de estudantes de baixo nível socioeconômico (NSE) com aprendizado adequado em Joinville despencou de 63,64% em 2019 para 52,77% em 2023 (uma queda real de -10,87 pontos percentuais, situada totalmente fora da margem de erro estatística). Esse descumprimento dos critérios de equidade resultou na inabilitação da prefeitura aos recursos da União do VAAR em 2026, reduzindo a receita prevista.

Por fim, a sexta causa crítica evidencia a necessidade de fortalecimento das políticas de equidade destinadas aos diferentes grupos socioculturais. A oferta de uma educação de qualidade requer práticas pedagógicas, materiais didáticos e propostas curriculares que reconheçam e valorizem as especificidades culturais, linguísticas e educacionais de povos

indígenas, populações negras, comunidades quilombolas, migrantes e demais grupos que demandam atendimento diferenciado.

A garantia de uma educação pública de qualidade socialmente referenciada pressupõe a existência de currículos, práticas escolares, materiais didáticos e metodologias que reconheçam, acolham e valorizem as especificidades históricas, linguísticas e identitárias de populações tradicionais e minoritárias. A ausência de espaços escolares e de materiais pedagógicos diferenciados e culturalmente sensíveis perpetua barreiras de aprendizagem invisíveis que se convertem em exclusão escolar de estudantes indígenas, negros, quilombolas e imigrantes. Na RME de Joinville, os resultados do Saeb registram as consequências dessa lacuna: o percentual de estudantes pretos, pardos e indígenas (PPI) com aprendizado adequado caiu de 68,63% em 2019 para 57,29% em 2023 (uma queda acentuada de -11,34 pontos percentuais que inviabilizou a condicionalidade III do VAAR). Esse declínio correlaciona-se diretamente com o "vazio modal" do município, que registra zero escolas municipais nas modalidades de Educação do Campo, Educação Escolar Indígena ou Educação Escolar Quilombola (0,0%). Consequentemente, a totalidade dos 18.600 estudantes negros e pardos (24,8% da rede) e dos 75 estudantes indígenas matriculados em Joinville frequenta exclusivamente classes urbanas regulares comuns, desprovidas de matrizes pedagógicas e de professores devidamente capacitados a mediar suas trajetórias a partir de práticas interculturais e antirracistas, dadas as severas limitações formativas em ERER.

Aprendizado de Alunos Vulneráveis em Joinville Recua Mais de 10 p.p. de 2019 a 2023
Gargalo pedagógico que inabilitou o município a receber recursos do VAAR/Fundeb em 2026



Fonte: MEC/SECADI — Diagnóstico de Equidade da PNEERQ (2024/2026) / INEP — Nota Técnica nº 4/2025.

Fonte: Mec/Secadi - Diagnóstico de equidade da PNEERQ (2024/2026) / INEP - Nota técnica Nº 4/2025.

Causas críticas

A partir da análise dos dados e dos documentos norteadores, identificam-se como causas críticas do eixo:

- defasagens de aprendizagem acumuladas ao longo da escolarização;
- infrequência escolar e descontinuidade dos processos de ensino e aprendizagem;
- necessidade de fortalecimento das práticas pedagógicas e das metodologias de ensino diante da diversidade de perfis e ritmos de aprendizagem;
- necessidade de fortalecimento da formação continuada e do desenvolvimento profissional docente;
- persistência de desigualdades educacionais associadas a condições sociais, culturais e territoriais;
- necessidade de fortalecimento das políticas de equidade destinadas a povos indígenas, populações negras, quilombolas, migrantes e demais grupos que demandam atendimento diferenciado;
- capacidade adequada de professores nas unidades escolares de tal forma que as unidades escolares não fiquem desamparadas.

Referências

ALVES, Maria Teresa Gonzaga; FERRÃO, Maria Eugênia. **Uma década da Prova Brasil: evolução do desempenho e aprovação.** Estudos em Avaliação Educacional, São Paulo, v. 30, n. 75, p. 688-720, set./dez. 2019.

BARTHOLO, Thiago Lisboa; KOSLINSKI, Mariane Campelo; TYMMS, Peter; CASTRO, Daniel Lopes. Learning loss and learning inequality during the Covid-19 pandemic. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 119, e 0223776, abr./jun. 2023.

BERA, Saradind. P. Problems faced by children during transitions from pre-school to primary school. **Journal of Research in Education**, [S.l.], v. 4, n. 1, p. 33-53, dec. 2016.

BOF, Alvana Maria; MORAES, Gustavo Henrique. Impactos da pandemia no aprendizado dos estudantes brasileiros: desigualdades e desafios. In: MORAES, Gustavo Henrique; ALBUQUERQUE, Ana Elizabeth M.; SANTOS, Robson dos (Org.). **Cadernos de estudos e pesquisas em políticas educacionais: impactos da pandemia.** Brasília, DF: Inep, 2022. p. 277-306.

BRASIL. Ministério da Educação. Gabinete do Ministro. **Portaria nº 1.169, de 2 de dezembro de 2024.**

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jun. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Articulação Intersetorial com os Sistemas de Ensino; Fundação Joaquim Nabuco. **Documento Diagnóstico da Educação Nacional: Plano Nacional de Educação.** Recife: Editora ANPAE, 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília, DF: MEC, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Articulação Intersetorial com os Sistemas de Ensino; Fundação Joaquim Nabuco. **Documento Diagnóstico da Educação Nacional: Plano Nacional de Educação.** Recife: Editora ANPAE, 2025.

DOCKETT, Sue; PERRY, Bob. **Transitions to school: perceptions, expectations, experiences.** Australia: UNSW Press, 2007.

NATIONAL READING PANEL. **Teaching children to read: an evidence-based assessment of the scientific research literature on reading and its implications for reading instruction.** Washington: National Institute of Child Health and Human Development, 2000.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD). **PISA 2022 Results.** Paris: OECD Publishing, 2023.

SOARES, José Francisco; DELGADO, Victor Maia Sena. Medida das desigualdades de aprendizado entre estudantes do ensino fundamental. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 27, n. 66, p. 754-780, set./dez. 2016.

SOARES, Magda. **Alfabetização: a questão dos métodos.** São Paulo: Contexto, 2017.

UNESCO. **Reimagining our futures together: a new social contract for education.** Paris: UNESCO, 20

6. EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL

Problema

Dificuldade de ampliar e consolidar a oferta da Educação Integral em Tempo Integral em todas as etapas da Educação Básica. A ampliação da Educação Integral em Tempo Integral constitui um desafio estratégico para o município de Joinville, considerando a necessidade de ampliar a cobertura da jornada estendida sem reduzir a política à simples permanência dos estudantes por mais tempo na escola.

O principal desafio consiste em assegurar que a ampliação quantitativa da jornada esteja acompanhada de uma concepção de educação integral que contemple o desenvolvimento dos estudantes em suas dimensões cognitiva, física, social, emocional, cultural e política. A Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral, instituída pela Portaria nº 415/2024, reconhece essa perspectiva ao estabelecer como objetivo possibilitar o desenvolvimento autônomo dos estudantes nas dimensões intelectual, emocional, social e cultural, abrangendo a Educação Infantil e o Ensino Fundamental.

Análise descritiva

A Educação Integral em Tempo Integral constitui uma importante dimensão das políticas educacionais contemporâneas. No entanto, é necessário distinguir **tempo integral de educação integral**.

O tempo integral corresponde à dimensão quantitativa da política, relacionada à ampliação da jornada escolar. Na Política Municipal de Joinville, considera-se tempo integral a permanência do estudante na escola ou em atividades escolares por período igual ou superior a sete horas diárias ou 35 horas semanais, durante todo o período letivo.

A educação integral, por sua vez, apresenta dimensão qualitativa e pedagógica. Refere-se a uma concepção de educação que reconhece o estudante em sua totalidade e articula diferentes espaços, tempos, instituições sociais, experiências e interações para promover seu desenvolvimento integral.

No planejamento educacional de Joinville, essa diferenciação é fundamental, pois a expansão da jornada escolar não deve resultar apenas em maior tempo de permanência na escola. A ampliação deve estar acompanhada de intencionalidade pedagógica, currículo

integrado, diversificação das experiências educativas e condições adequadas de infraestrutura, alimentação, recursos humanos, materiais e espaços educativos.

A análise dos documentos evidencia desafios relacionados à infraestrutura escolar, à integração curricular, à gestão e valorização docente, ao financiamento e ao regime de colaboração.

Ao tratar da evolução das matrículas e do cumprimento de metas, deve-se incluir o estágio atual reportado pela Secretaria de Educação:

- **Meta 1 (Educação Infantil):** Em 2021, o município já apresentava um índice de atendimento de **52,72%** para crianças de 0 a 3 anos, superando a meta inicial de 50% prevista no Plano Municipal de Educação (Lei nº 8.043/2015).
- **Meta 6 (Tempo Integral):** Os dados históricos revelam uma oscilação significativa na oferta. Em 2021, o percentual de estudantes em tempo integral na Rede Municipal foi de **5,5%**, representando uma queda em relação aos anos anteriores (que chegaram a 12,7% em 2018).
- **Impactos Externos:** Essa redução é atribuída a fatores como a **extinção do Programa Mais Educação** do Governo Federal em 2017 e os impactos da **pandemia de COVID-19**, que exigiram a reorganização dos sistemas de ensino e afetaram o desenvolvimento do ensino presencial.

A trajetória da Educação Integral na rede municipal de Joinville teve um marco significativo com a adesão ao **Programa Mais Educação** (governo federal), que se iniciou em **2009** na Escola Municipal Dr. Sadalla Amin Ghanem. O programa foi concebido como uma estratégia indutora para a ampliação da jornada escolar para um mínimo de **sete horas diárias**, integrando as ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Entre 2014 e 2015, a rede registrou uma expansão de **322%** no número de unidades participantes, saltando de 18 para **76 escolas**, abrangendo aproximadamente 5.600 estudantes

Seguindo no contexto histórico educacional de Joinville, em 2019 foi implementado o **Programa Educação Plena**, uma iniciativa da rede municipal de ensino de Joinville, que buscava aprofundar o modelo de educação integral no município, em substituição ao Programa Mais Educação. Educação Plena (município), é visto como uma das etapas de transição entre o antigo Programa Mais Educação (federal) e as iniciativas mais recentes da prefeitura, como o **Programa Trilhas**, que atualmente operacionaliza a educação integral por meio de parcerias com instituições do terceiro setor.

O Programa Mais Educação serviu como base para a **Meta 6 do Plano Municipal de Educação** (Lei nº 8.043/2015), que visa oferecer educação em tempo integral em pelo menos 70% das escolas públicas.

EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL	2023	2024	2025
Total de matrículas na Educação Básica Pública	104.760	106.323	106.431
Total de matrículas em tempo integral na Educação Básica Pública	5.466	6.427	6.463
Matrículas na Educação Infantil	2.788	3.548	4.129
Matrículas nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental	1.172	581	776
Matrículas nos Anos Finais do Ensino Fundamental	1.307	1.552	1.003
Matrículas no Ensino Médio	199	746	555
Total de escolas públicas da Educação Básica	202	202	202
Total de escolas públicas da Educação Básica com ao menos um estudante em tempo integral (Redes Municipal e Estadual)	89	102	02

Fonte: Relatório de Avaliação do Plano Municipal de Educação de Joinville – 2025: dados 2023 e 2024.

A consolidação da Educação Integral em Tempo Integral no município exige o enfrentamento de desafios transversais que vão além da simples ampliação da carga horária. Para garantir que o tempo estendido se traduza em efetivo desenvolvimento humano e em aprendizagens significativas, a análise diagnóstica e normativa de Joinville desdobra-se em seis dimensões: infraestrutura, integração curricular, gestão e valorização profissional, equidade e inclusão, intersetorialidade e território, e financiamento.

Infraestrutura

A ampliação da jornada exige espaços físicos adequados para alimentação, descanso, práticas esportivas, atividades culturais, artísticas, científicas e tecnológicas, convivência e desenvolvimento de diferentes experiências educativas.

Os dados apresentados no diagnóstico apontam limitações na infraestrutura das escolas públicas, especialmente quanto à disponibilidade de laboratórios, quadras esportivas e outros ambientes necessários à diversificação das experiências pedagógicas.

A Política Municipal de Joinville estabelece como diretriz a melhoria da infraestrutura física das unidades de ensino, priorizando ambientes acessíveis e capazes de favorecer a diversificação das experiências de aprendizagem.

Integração curricular

Um dos principais desafios consiste em superar a lógica de organização baseada em dois turnos desconectados, na qual o período regular concentra os componentes curriculares tradicionais e o contraturno reúne atividades sem articulação com o currículo.

A Política Municipal determina expressamente a superação dessa lógica em favor de um **currículo integrado e integrador de experiências**.

No Ensino Fundamental, a jornada mínima de 35 horas semanais deve contemplar, no mínimo, 20 horas destinadas ao currículo composto pelos componentes curriculares ou objetivos de aprendizagem da BNCC e 15 horas destinadas à parte diversificada.

O currículo deve contemplar, entre outras dimensões, acompanhamento pedagógico, pesquisa, cultura, artes, esporte e lazer, tecnologias da comunicação e informação, cultura de paz, direitos humanos, preservação ambiental e cuidado e saúde integral.

Gestão e valorização dos profissionais

A jornada ampliada requer profissionais preparados para atuar em uma proposta pedagógica integrada, além de condições adequadas para planejamento, formação continuada e trabalho coletivo.

A Portaria nº 415/2024 determina a organização do quadro de professores e profissionais de apoio, a definição das funções e da carga horária e a realização de formação continuada para os profissionais que atuam na Educação Integral em Tempo Integral.

Equidade e inclusão

A ampliação da oferta deve considerar as desigualdades socioeconômicas e territoriais existentes entre os estudantes e as unidades escolares.

A política municipal estabelece como princípio a garantia dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento para todos os estudantes e a valorização da diversidade étnico-racial, sociocultural, da comunidade surda e das pessoas com deficiência.

Além disso, determina que sejam estabelecidas estratégias para priorizar matrículas em tempo integral para estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, visando à redução das desigualdades sociais.

Intersetorialidade e território

A Educação Integral pressupõe a articulação da escola com o território e com diferentes políticas públicas. A Política Municipal prevê a integração da escola com a comunidade, a utilização de espaços educativos do território e a articulação intersetorial com órgãos públicos, entidades, instituições, famílias e demais integrantes da comunidade local.

As atividades podem ser realizadas tanto no espaço escolar quanto em outros espaços educativos, utilizando equipamentos sociais e culturais ou estabelecendo parcerias com órgãos e entidades locais.

Financiamento

A expansão da jornada escolar implica aumento dos custos relacionados à infraestrutura, alimentação, profissionais, materiais pedagógicos, manutenção e desenvolvimento das atividades.

A Política Municipal estabelece que a implantação e manutenção das unidades com Educação Integral em Tempo Integral sejam financiadas por recursos da Secretaria de Educação, podendo contar também com recursos federais e parcerias em regime de colaboração, observada a legislação educacional.

Análise causal

A dificuldade de ampliar e consolidar a Educação Integral em Tempo Integral decorre de um conjunto de fatores estruturais, pedagógicos, administrativos e financeiros que se articulam entre si.

Compreender a geração e a permanência desses gargalos exige uma leitura integrada que perpassa as dimensões de infraestrutura, matriz curricular, gestão de pessoas, equidade social e territorial, além dos mecanismos de gestão e financiamento público.

Dimensão de infraestrutura

- insuficiência ou inadequação de espaços físicos para a jornada ampliada;
- necessidade de ampliação e adequação de refeitórios, quadras, bibliotecas, laboratórios e espaços de convivência;
- desigualdade das condições estruturais entre diferentes unidades escolares e territórios;
- necessidade de ambientes acessíveis e inclusivos;
- necessidade de adequação dos espaços às diferentes etapas da Educação Básica.

Dimensão curricular

- permanência de uma organização curricular fragmentada;
- dificuldade de articulação entre a BNCC e a parte diversificada;
- risco de manutenção da lógica de turno e contraturno;
- insuficiência de práticas interdisciplinares e transdisciplinares;
- necessidade de maior articulação entre os conhecimentos escolares e os saberes do território.

Gestão e valorização profissional

- necessidade de formação específica para atuação na Educação Integral;
- dificuldade de garantir condições adequadas para planejamento coletivo;
- necessidade de fortalecimento dos vínculos entre profissionais, estudantes e comunidade;
- necessidade de organização adequada das cargas horárias e funções dos profissionais.

Equidade e diversidade

- desigualdades socioeconômicas que afetam o acesso às oportunidades educacionais;
- desigualdades territoriais;
- necessidade de priorização dos estudantes em situação de vulnerabilidade;
- necessidade de garantir acessibilidade, inclusão e respeito à diversidade.

Gestão, governança e financiamento

- necessidade de planejamento de longo prazo para expansão da oferta;
- necessidade de articulação entre os diferentes entes federativos;
- dependência de recursos complementares para expansão da política;
- necessidade de monitoramento sistemático das ações e resultados;
- necessidade de fortalecimento das parcerias intersetoriais.

Causas críticas

Considerando a análise dos documentos, podem ser definidas como causas críticas:

- insuficiência e desigualdade da infraestrutura física e dos espaços educativos necessários à jornada ampliada;

- fragilidade na integração curricular entre a BNCC e a parte diversificada da Educação Integral;
- necessidade de formação e valorização dos profissionais para atuação em propostas de Educação Integral em Tempo Integral;
- insuficiência de mecanismos de articulação intersetorial e integração entre escola, território, famílias e políticas públicas;
- desigualdade no acesso às matrículas em tempo integral, especialmente entre estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica;
- necessidade de sustentabilidade financeira para expansão e manutenção da política;
- necessidade de fortalecimento dos processos de planejamento, monitoramento e avaliação da política municipal;
- restrições fiscais e orçamentárias impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que limitam a expansão da folha de pagamento e dificultam a contratação dos profissionais (professores e auxiliares) necessários para a jornada ampliada;
- morosidade na elaboração de projetos de engenharia e complexidade nos procedimentos licitatórios para obras de construção, reforma e adequação das unidades escolares.

Referências

BRASIL. **Lei nº 15.388**, de 14 de abril de 2026. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) para o decênio 2026-2036. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Relatório de Equidade Racial**: Joinville (SC). Brasília, DF: MEC/FNDE, 2026. (Versão gerada em 14.05.2026).

BRASIL. Ministério da Educação. **A Educação no Município de Joinville**. Brasília, DF: MEC/SASE, 2025. (Versão gerada em 14.05.2026).

INEP. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2025**. Brasília, DF: Instituto Nacional de Agora, o item 6. Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2025.

INEP DATA. **Série Histórica Joinville (2015-2025)**. Brasília, DF: Inep, 2026.

7. CONECTIVIDADE, EDUCAÇÃO DIGITAL E INTEGRAÇÃO DAS TDICS À EDUCAÇÃO

Problema

Limitação de acesso de qualidade à rede mundial de computadores (internet) e Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) para uso pedagógico e falta de formação continuada de capacidades para o exercício e ensino da cidadania digital.

Análise descritiva

A promoção da cultura digital e a integração das tecnologias digitais nas redes públicas de ensino do município configuram um ecossistema complexo que envolve múltiplos atores e esferas administrativas. Para compreender a evolução histórica e o estágio atual dessa política pública em Joinville, a análise descritiva organiza-se em três eixos estruturantes: a infraestrutura de conectividade e parque tecnológico, a formação continuada de docentes para o uso pedagógico das TDICs e a implementação da BNCC Computação.

Infraestrutura de conectividade e parque tecnológico

A evolução da infraestrutura tecnológica em Joinville, conforme os Relatórios de Avaliação do Plano Municipal de Educação entre 2015 e 2025, revela um salto qualitativo e quantitativo expressivo na última década. O acesso à internet banda larga, presente em 89,7% das escolas em 2016 (Joinville, 2018), alcançou a universalização (100%) a partir de 2021 (Joinville, 2023). Paralelamente, o parque tecnológico municipal sofreu uma expansão significativa: enquanto o relatório de 2023 projeta o modesto número de 2.833 computadores na Rede Municipal (Joinville, 2023), os relatório de 2025 indica um cenário projetado de 11.453 computadores, 17.500 chromebooks e 5.410 notebooks para docentes (Joinville, 2025).

Além disso, a disponibilização de TDICs para apoio pedagógico também atingiu sua meta em 2025. A fase inicial focou no planejamento da distribuição de lousas digitais/projetores interativos e tablets (Joinville, 2018). Nos biênios subsequentes (2021-2025), a infraestrutura diversificou-se com a disponibilização destes equipamentos, além de kits de robótica e a locação de impressoras 3D (Joinville, 2025). No relatório de 2025

é relatado um quantitativo de 1.952 kits de robótica, 72 impressoras 3D e 1.070 projetores interativos.

Por fim, as avaliações de 2023 e 2025 consolidaram programas de letramento tecnológico, evidenciando uma institucionalização mais robusta de práticas educacionais tecnológicas na rede de ensino. Entre as iniciativas, destacam-se os Clubes de Robótica, presentes em 24 unidades em 2025, o programa “Lab_code”, implementado em 13 unidades de ensino da Rede Municipal em 2024, e o “Projeto Meninas da Tecnologia”, desenvolvido em parceria com a UFSC em 18 escolas, englobando 80 grupos participantes (Joinville, 2025). Adicionalmente, o programa de cursos de jogos digitais, em parceria com o SENAI, contou com a participação de 50 estudantes da Rede Municipal (Joinville, 2025).

Apesar dos excelentes resultados, é preciso olhar atentamente para o quantitativo de estudantes beneficiados pelas TDICs disponibilizadas. Os próximos tópicos descrevem com mais detalhes a realidade atual do município de Joinville.

a. Rede Municipal

A evolução da infraestrutura tecnológica na rede municipal de Joinville teve seu marco inicial entre os anos de 2014 e 2016, período em que a realização de estudos pioneiros e a implementação da rede metropolitana viabilizaram a conexão das secretarias das unidades escolares por meio de fibra óptica. Esse alicerce permitiu que, já em 2017, cerca de 94% das escolas tivessem acesso à internet banda larga, contando com um parque inicial de aproximadamente 1.400 computadores dedicados ao uso dos estudantes. Com a adesão ao programa federal Educação Conectada naquele mesmo ano, o período seguinte foi marcado pela estruturação das redes internas das unidades e pela distribuição dos primeiros tablets, lousas digitais e kits tecnológicos para os docentes.

À medida que a conectividade se consolidava, o biênio de 2019 e 2020 impôs novos desafios de adaptação que aceleraram a modernização tecnológica, resultando na aquisição de centenas de notebooks da marca Positivo e na introdução da plataforma Google Sala de Aula para viabilizar o ensino híbrido durante a pandemia. Essa aceleração digital estendeu-se com força total pelos anos de 2021 e 2022, quando a Rede Municipal não apenas universalizou o acesso à internet banda larga, mas também iniciou a cobertura de *Wi-Fi* em todas as suas unidades escolares. Paralelamente, o parque de dispositivos expandiu-se expressivamente para 10.000 Chromebooks, acompanhado pela distribuição de notebooks, 370 gabinetes de

recarga e pela instalação de 1.070 projetores interativos diretamente nas salas de aula regulares.

Essa trajetória culminou em uma infraestrutura totalmente consolidada no ano de 2023, quando 100% das unidades de ensino passaram a operar com *Wi-Fi* de alta velocidade de 100 Mbps. Em 2024, a capacidade de atendimento foi ampliada com a marca de 17.500 Chromebooks para os estudantes, 5.679 notebooks para o corpo docente e a locação de 72 impressoras 3D, além da introdução da robótica com a compra de 1.953 kits Atto equipados com a placa Micro:bit. No ano subsequente, em 2025, o foco expandiu-se para o fortalecimento da cultura prática nas escolas por meio da aquisição de 614 kits de robótica Arduino, 12 mesas de robótica e 4 arenas "estoura balão", estruturas que passaram a equipar os 62 Laboratórios Maker ativos na rede.

Para dar vida a essa estrutura física, a rede investe no engajamento ativo dos estudantes, tendo como principal vitrine o Campeonato Joinvilense de Robótica, iniciativa anual criada em 2021 que, em sua quinta edição no ano de 2025, alcançou a marca de 277 participantes organizados em 73 equipes, sob a mentoria de 56 professores em 30 escolas diferentes. Essa prática é sustentada pedagogicamente pelo projeto <Lab_code>, um programa estruturado de ensino de programação que acompanha o estudante ao longo de quatro anos (do 6º ao 9º ano). Utilizando material didático próprio focado em Alfabetização Digital, Micro:bit e introdução ao HTML, o <Lab_code> atendeu 2.182 estudantes em 32 unidades no ano de 2025, promovendo maratonas anuais para que os estudantes apliquem os conhecimentos adquiridos em desafios práticos do cotidiano.

A sustentabilidade desse ecossistema digital também é impulsionada por parcerias externas com grandes instituições de ensino e tecnologia da região. É o caso do projeto "Meninas na Tecnologia", realizado em parceria com a UFSC, que em 2025 engajou 60 estudantes do sexo feminino com o propósito de incentivar a presença feminina nas áreas de ciências exatas, proposta que é complementada pelo projeto "STEAMulando Futuros", em parceria com a UDESC e o IFSC, que envolve mais 18 estudantes em práticas científicas avançadas. Além disso, a parceria com a UDESC no Projeto GERM (Grupo Estudantil de Robótica Móvel) atende 42 estudantes, enquanto o projeto "TriboGirls", em cooperação com a UniSENAI, insere 8 estudantes em imersões focadas em inovação e prototipagem.

Por fim, todo esse movimento tecnológico é sustentado internamente no dia a dia escolar por meio de 84 clubes de robótica ativos e pelo programa "Estudantes Digitais". Esse programa capacita e engaja 908 estudantes, distribuídos em 39 escolas municipais, para atuarem diretamente como monitores de tecnologia, prestando um suporte valioso e contínuo

aos Professores Integradores de Mídias e Metodologias (PIMMs) na mediação das atividades pedagógicas digitais.

b. Rede Estadual

Com investimentos em infraestrutura tecnológica e conectividade, a Rede Estadual de Ensino de Santa Catarina vem ampliando as condições para o uso pedagógico das tecnologias digitais. A partir de 2019, foram implantados gradualmente 39 Laboratórios de Tecnologias Educacionais nas escolas da Coordenadoria Regional de Educação de Joinville, 32 deles no município de Joinville. Cada laboratório foi equipado com aproximadamente 20 computadores conectados à internet. Esses espaços foram concebidos para apoiar o desenvolvimento das competências previstas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), promovendo o uso pedagógico das tecnologias digitais em todas as áreas do conhecimento.

Desde então, os professores responsáveis pelos laboratórios participam de formação continuada específica. Para atuar na função, é necessário possuir, no mínimo, 140 horas de formação em Tecnologias Educacionais, além de realizar atualização anual de pelo menos 40 horas presenciais, organizadas pelo Núcleo de Tecnologias Educacionais (NTE/CRE). Complementando essa formação, os professores participam de cursos on-line de 160 horas, desenvolvidos em parceria com o Programa Escolas Conectadas e a Fundação Telefônica Vivo, garantindo constante atualização quanto às metodologias inovadoras e ao uso pedagógico das tecnologias digitais.

Em 2022, o Governo do Estado de Santa Catarina ampliou significativamente os investimentos em tecnologia educacional. Nesse período foram implantados 13 Laboratórios Maker, ambientes de aprendizagem criados para estimular a criatividade, a cultura "mão na massa", a inovação e a aprendizagem baseada em projetos.

Os Laboratórios Maker são equipados com cortadoras a laser, impressoras 3D, placas eletrônicas (Arduino, Raspberry Pi e Micro), kits de robótica, ferramentas de fabricação manual e diversos recursos tecnológicos que possibilitam aos estudantes desenvolver protótipos, experimentos, pesquisas e soluções para problemas reais, favorecendo o protagonismo estudantil, o pensamento computacional e o desenvolvimento de competências do século XXI.

Também em 2022, foram distribuídos 1.662 tablets às escolas da rede pública estadual, 1.062 notebooks destinados aos professores ACT (Admissão em Caráter Temporário) e instaladas 401 lousas digitais nas unidades escolares. Esses investimentos ampliaram as possibilidades de utilização de recursos digitais em sala de aula, favorecendo aulas mais dinâmicas, interativas e alinhadas às metodologias ativas de aprendizagem.

Nesse mesmo período, iniciou-se a política permanente de disponibilização de notebooks aos professores da rede estadual. Os equipamentos passaram a ser doados aos professores efetivos e disponibilizados em comodato aos professores ACT, garantindo melhores condições para o planejamento das aulas, produção de materiais didáticos e utilização de plataformas digitais educacionais.

Em 2024, foi aprovado o Plano de Ação para a Conectividade, com o objetivo de fortalecer a infraestrutura tecnológica das unidades escolares, ampliando a qualidade do acesso à internet e assegurando melhores condições para o desenvolvimento das práticas pedagógicas mediadas por tecnologias digitais.

No ano de 2025, foi realizado o processo licitatório necessário para a execução desse plano. Paralelamente, foram disponibilizados notebooks aos professores efetivos aprovados no concurso público realizado no período de 2024 a 2026, fortalecendo a política estadual de valorização docente e incentivo ao uso das tecnologias educacionais.

Em 2026, encontra-se em execução a padronização da infraestrutura de conectividade Wi-Fi nas unidades escolares da rede estadual de ensino. As escolas estão sendo estruturadas com a rede do CIASC, dispondo de conexão mínima de 100 Mbps dedicadas, permitindo maior estabilidade da rede, acesso simultâneo por estudantes e professores e melhor funcionamento das plataformas educacionais utilizadas no cotidiano escolar.

No mesmo ano, foram realizadas diversas aquisições e melhorias na infraestrutura tecnológica das escolas, incluindo impressoras, telefones IP, instalação de câmeras de monitoramento, segundo monitor para os setores administrativos das secretarias escolares, ampliação da internet banda larga e repasse de recursos financeiros por meio do Programa PDDE Educação Conectada, do Governo Federal, com valores que variam conforme o censo escolar de cada unidade, destinados ao fortalecimento das ações de tecnologia e inovação.

Além dos investimentos em infraestrutura, diversas rotinas administrativas passaram a utilizar recursos digitais. Um exemplo é o gerenciamento da Alimentação Escolar, cujo registro da distribuição das refeições é realizado por meio de leitura de QR Code, inicialmente utilizando tablets e, em muitas unidades escolares, atualmente realizado por smartphones, tornando o processo mais ágil, seguro e confiável.

c. Rede Federal

A evolução do parque tecnológico do IFSC Câmpus Joinville entre 2016 e 2026 compreende uma variação de aproximadamente 335 para 420 computadores. Este processo ocorreu por meio de aquisições distribuídas ao longo da década, documentadas em diversos processos licitatórios e notas de empenho.

No período de 2016 a 2017, o campus adquiriu 19 computadores desktop. O ano de 2021 também foi marcado pela entrada de 40 equipamentos, entre notebooks e desktops, seguido pela incorporação, em 2022, de 46 computadores e respectivos monitores. Posteriormente, em 2023, foram adquiridas 18 workstations, e, finalmente, as aquisições mais recentes realizadas incluíram 45 computadores completos com monitores em 2025, totalizando 203 novas máquinas.

O aumento no número de equipamentos instalados coincide com a abertura de novos laboratórios, a exemplo dos espaços de informática geral, da sala de pesquisa virtual na biblioteca e de salas de aula e auditórios em novas instalações, como o Bloco 6 e o Ginásio. Adicionalmente, houve um ajuste no quantitativo de equipamentos para atender ao crescimento do quadro de servidores, que passou de 150 para 165 profissionais no período.

Em relação ao furto de 40 computadores ocorrido em fevereiro de 2025, o impacto no inventário foi equilibrado pelo recebimento de doação de igual número de equipamentos da Receita Federal. As máquinas foram integradas ao patrimônio, restabelecendo o parque tecnológico afetado.

Quanto à disponibilidade de acesso à rede mundial de computadores, o campus Joinville do IFSC, que contava com uma banda de 100Mbps até 2023, implementou um aumento significativo e hoje conta com uma banda de 1000Mbps.

A evolução do parque tecnológico do Campus Joinville da UFSC entre 2018 e 2026 compreende uma trajetória de estruturação inicial e modernização gradual de seus laboratórios de informática. Este processo ocorreu por meio de aquisições distribuídas ao longo do período, documentadas em processos licitatórios e registros de gestão patrimonial, acompanhando a consolidação das atividades acadêmicas nas instalações do Perini Business Park.

No início das atividades no Perini, em 2018, o inventário do campus contava com equipamentos remanescentes de ciclos anteriores de aquisição, a exemplo dos 57 computadores adquiridos originalmente em 2012, bem como pela incorporação, em 2018, de 26 computadores, destinados à montagem inicial do Laboratório 212. Posteriormente, no ano de 2019, o parque tecnológico foi expandido com a entrada de 39 máquinas, as quais foram distribuídas entre o Laboratório 203 e o Laboratório 205.

A virada de ciclo e a atualização mais significativa dos ambientes ocorreram em 2025, com a aquisição e incorporação de 75 computadores de alta performance. Essa renovação promoveu a substituição integral do parque legado no Laboratório 201, com a entrada de 50 novas máquinas em substituição aos antigos computadores adquiridos em 2012, e a

atualização completa do Laboratório 203, que recebeu 25 unidades novas. Por sua vez, o Laboratório 205 passou a operar com uma composição mista e atualizada parcialmente, reunindo 14 máquinas do lote de 2019 e 7 computadores remanescentes de 2012.

O reordenamento e a constante atualização dos equipamentos nos laboratórios de informática justificam-se pela necessidade de adequação às crescentes exigências computacionais dos cursos de engenharia e tecnologia do campus, garantindo suporte adequado às atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Em relação à disponibilidade de acesso à rede mundial de computadores, o campus da UFSC no Perini conta com uma infraestrutura de conectividade de alta capacidade administrada em parceria com o Ponto de Presença da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (PoP-RNP). A unidade opera com um link principal de 1 Gbps (1000 Mbps) de velocidade, assegurando a largura de banda necessária para o tráfego acadêmico e administrativo, além de dispor de um link redundante de backup de 250 Mbps para garantia de alta disponibilidade dos serviços de rede.

Formação docente específica

O monitoramento da política de formação docente em Joinville, conforme os relatórios do Plano Municipal de Educação (PME), revela uma trajetória marcada por esforços contínuos de institucionalização da educação permanente. Desde os primeiros registros, nota-se a tentativa de estruturar diretrizes, políticas e planos de formação continuada (Joinville, 2021).

No biênio 2015-2017, o município buscou estabelecer bases sólidas, firmando parcerias com Instituições de Ensino Superior (IES) e delineando diretrizes de formação continuada (Joinville, 2018). Em 2017-2018, o foco deslocou-se para a manutenção das atividades do centro e para a criação de grupos intersetoriais de discussão, numa tentativa de refinar a política (Joinville, 2019). A pandemia de COVID-19, entretanto, impôs uma ruptura: entre 2019-2020, as formações foram adaptadas ao formato remoto, garantindo apenas a continuidade mínima do suporte pedagógico (Joinville, 2021).

Nos anos seguintes, 2021-2022, houve um esforço em fortalecer a formação voltada às tecnologias educacionais, respondendo às demandas emergentes da transição digital (Joinville, 2023). Finalmente, em 2023-2024, a criação oficial do Centro de Educação Continuada, por meio da Portaria nº 1.371/2024, representou um marco institucional (Joinville, 2025).

No âmbito das ações voltadas ao uso de TDICs e da formação para as tecnologias, entretanto, apesar desses avanços, os relatórios revelam um quadro de insuficiência. As

maioria das ações nesse âmbito permanecem classificadas como “em desenvolvimento” ou “parcialmente alcançadas”, evidenciando o descompasso entre planejamento e efetividade (Joinville, 2023; Joinville, 2025). A distribuição de equipamentos como lousas digitais, tablets, chromebooks, bem como a atuação de professores integradores de mídias não se traduziram em integração pedagógica consistente.

A fragilidade se intensifica diante da descontinuidade de programas federais como “Mais Educação” e “Tempo de Aprender”, que deveriam sustentar a política local (Joinville, 2023; Joinville, 2025). Assim, a trajetória da formação docente em Joinville mostra avanços institucionais importantes, mas também limitações estruturais e metodológicas persistentes, principalmente no que tange à formação para o uso das TDICs. As sessões subsequentes trazem mais dados sobre este tópico.

a. Rede Municipal

A política de formação continuada voltada para o uso de tecnologias educacionais na rede municipal de Joinville passou por uma importante estruturação ao longo dos últimos anos. Nos anos de 2021 e 2022, os esforços iniciais concentraram-se no fortalecimento das competências docentes e na transição digital das práticas pedagógicas.

Esse processo evoluiu em 2023, quando a capacitação foi organizada em trilhas formativas anuais direcionadas aos Professores Integradores de Mídias e Metodologias, totalizando uma carga horária de 80 horas. O grande diferencial desse período foi o protagonismo assumido por esses profissionais, que passaram a atuar diretamente como formadores e disseminadores de novas metodologias em suas respectivas unidades de ensino. Para subsidiar essa atuação, o currículo formativo abrangeu tanto o domínio técnico quanto o pedagógico de recursos como projetores interativos, placas Micro:bit, robótica sustentável, kits Atto e Lego, além de oficinas de Scratch, Tinkercad e desenvolvimento do pensamento computacional.

Dando continuidade a esse avanço, o ano de 2024 consolidou o desenvolvimento metodológico dos integradores com uma formação de 70 horas. O destaque desse período foi a parceria estratégica firmada com a Liga Steam da ArcelorMittal, colaboração que enriqueceu o trabalho pedagógico ao fortalecer a abordagem interdisciplinar baseada em Ciência, Tecnologia, Engenharia, Artes e Matemática (STEAM) em toda a rede.

Para o ano de 2025, a estratégia formativa deu um novo salto com a trilha "Conectando a Tecnologia com a Sala de Aula". Com uma carga horária de 50 horas, a capacitação centrou-se no conceito de "Planejamento para a Compreensão", deslocando o

foco do uso da tecnologia como um fim em si mesma para uma integração curricular intencional, voltada ao desenvolvimento da literacia digital dos estudantes.

Além desse percurso específico, a rede expandiu o alcance das formações ao oferecer cerca de 30 horas de capacitação por adesão para os professores regentes, garantindo o suporte necessário para a incorporação segura e qualificada de ferramentas digitais no cotidiano das salas de aula.

b. Rede Estadual

A Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina (SED/SC), por meio do Setor de Tecnologias Educacionais, promove a formação continuada de professores como estratégia para fortalecer a integração das tecnologias digitais às práticas pedagógicas e qualificar o processo de ensino e aprendizagem na Rede Estadual de Ensino.

Nesse contexto, os Núcleos de Tecnologias Educacionais (NTEs), vinculados às Coordenadorias Regionais de Educação, são responsáveis por desenvolver ações de formação continuada, acompanhamento pedagógico e apoio técnico aos professores, contribuindo para o fortalecimento da cultura digital e para a inovação das práticas educacionais nas escolas. Dentre as principais ações de formação e apoio pedagógico desenvolvidas pelos NTEs, destacam-se:

- Jornada Pedagógica - Currículo de Educação Digital.
- Educação Digital em Rede: Encontros institucionais e formativos destinados aos professores orientadores de laboratório de tecnologias educacionais e laboratório maker das escolas estaduais de Santa Catarina.
- CANVALAB: Encontros formativos para o uso pedagógico da ferramenta Canva.
- Prototipagem - Impressora 3 D: (Introdução à Impressão 3D e Preparação de Modelos)
- Google Sala de Aula Tutoriais: sugestões sobre recursos e usabilidade do Google Sala de Aula como possibilidades para serem usados pelos professores e estudantes.
- Educação midiática para adolescentes e jovens - Cidadão Digital.

Dessa forma, os NTEs consolidam-se como espaços estratégicos de formação, inovação e apoio pedagógico, fortalecendo a cultura digital e impulsionando a transformação das práticas educacionais na Rede Estadual de Ensino.

c. Rede Federal

No Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina, não foram evidenciadas quaisquer ações para a formação docente continuada para o uso das TDICs em

sala de aula ou gestão. Isso demonstra um descompasso entre as necessidades emergentes e a realidade.

Implantação da BNCC Computação

A integração da Computação na Educação Básica representa um marco decisivo no alinhamento das redes de ensino às exigências da sociedade contemporânea. A partir da homologação das normas complementares à BNCC Computação, por meio do Parecer CNE/CEB nº 2/2022, estabeleceu-se o compromisso pedagógico de desenvolver competências e habilidades estruturadas em três eixos centrais: pensamento computacional, mundo digital e cultura digital.

No entanto, a consolidação desse ecossistema educacional e tecnológico reflete a pluralidade e os diferentes momentos de adesão das instâncias governamentais. A análise do panorama de implantação revela dinâmicas distintas entre as esferas de ensino: enquanto a esfera municipal estrutura ações locais e transversais a partir do seu próprio currículo, a esfera estadual avança por meio de parcerias institucionais e formações continuadas direcionadas, ao passo que a esfera federal apresenta realidades específicas dentro do contexto regional. A seguir, detalham-se os cenários e as estratégias adotadas pelas redes Municipal, Estadual e Federal na incorporação dos saberes da Computação no ambiente escolar.

a. Rede Municipal

No campo do planejamento pedagógico, o município de Joinville buscou alinhar continuamente o seu currículo local às normativas e diretrizes nacionais, marco consolidado pela criação dos Mapas de Progressão da Aprendizagem da Rede Municipal (Joinville, 2025).

Dando continuidade a esse processo de inovação e fortalecimento da educação pública, a Rede Municipal de Ensino elaborou o Currículo de Computação da Rede, uma construção coletiva realizada em parceria com os professores formadores regentes e componentes curriculares. O documento foi estruturado de forma a contemplar as habilidades previstas na BNCC da Computação, estabelecendo pontes e articulações diretas com os demais componentes curriculares, além de definir com clareza as expectativas de aprendizagem para cada etapa do desenvolvimento escolar, garantindo, assim, uma implementação transversal, contextualizada e gradativa. O objetivo final dessa iniciativa é ampliar progressivamente a aplicação do currículo até que todas as etapas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental sejam contempladas.

Com o intuito de consolidar a proposta no cotidiano escolar, o cronograma de implementação prática do currículo tem seu ponto de partida no segundo semestre de 2026, alcançando inicialmente a Educação Infantil nas etapas correspondentes ao 1º e 2º períodos. Para essa primeira fase, a proposta pedagógica prioriza o trabalho com a computação desplugada, utilizando atividades integradas à rotina que os estudantes já vivenciam, como brincadeiras de roda, cantigas e jogos corporais.

Para dar o suporte aos educadores da educação infantil nesse processo, foi elaborado o Caderno de Sugestões de Atividades, um material didático-pedagógico organizado a partir dos três eixos estruturantes da computação na educação básica: Pensamento Computacional, Mundo Digital e Cultura Digital. Em cada uma de suas seções, o caderno apresenta de forma detalhada e integrada os objetivos e expectativas de aprendizagem, sugestões de atividades e a relação com os saberes da computação.

Da mesma forma, no Ensino Fundamental, a inserção da BNCC da Computação seguirá essa abordagem orgânica e transversal, integrando os conceitos computacionais às atividades e conteúdos que já fazem parte da matriz curricular dos diferentes componentes.

Reconhecendo que o sucesso da implementação depende da capacitação dos profissionais da rede, o município promove ações de formação continuada destinadas aos Professores Integradores de Mídias e Tecnologias (PIMMs) e, nesta etapa inicial, também aos professores regentes da Educação Infantil. Essa capacitação visa assegurar o pleno domínio dos conteúdos teóricos e práticos, fortalecendo o trabalho colaborativo entre a regência de classe e a integração tecnológica para o acompanhamento eficiente dos estudantes no cotidiano escolar.

b. Rede Estadual

Desde que a BNCC Computação foi oficialmente implementada por meio do Parecer CNE/CEB nº 2/2022 em 17 de fevereiro de 2022, instituindo as normas complementares à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para o ensino de Computação, a Rede Estadual de Ensino passou a intensificar ações voltadas à formação continuada dos profissionais da educação nessa área.

Nesse contexto, a Secretaria de Estado da Educação tem promovido capacitações em parceria com universidades e instituições de referência, além de contar com o suporte de duas assessorias técnicas: da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, em parceria com o Ministério da Educação; e da Fundação Telefônica Vivo, por intermédio do Consed.

Em 2026, em parceria com a Faculdade SENAC/Joinville, foi realizada a formação continuada "A Cultura Digital e as Tecnologias Educacionais no Contexto da Educação

Básica e Profissional", com o objetivo de aprofundar os conhecimentos dos docentes sobre cultura digital e tecnologias educacionais, explorando estratégias metodológicas que articulem teoria e prática e favoreçam o desenvolvimento das habilidades e competências previstas no Currículo Base do Território Catarinense e na BNCC.

c. Rede Federal

No Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina, não foram evidenciadas quaisquer ações para a implementação da BNCC Computação ou para a formação docente continuada visando a capacitação para o pensamento computacional, cultura digital ou mundo digital.

Análise causal

A presente análise sintetiza o diagnóstico causal da implementação das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) na rede de ensino de Joinville no período de 2016 a 2026. A análise fundamenta-se na identificação dos fatores determinantes que explicam o descompasso entre a robusta expansão da infraestrutura tecnológica — que atingiu a universalização do acesso à banda larga e a distribuição massiva de dispositivos — e a efetividade da integração dessas tecnologias nas práticas pedagógicas cotidianas.

Para compreender as razões que geram e sustentam o descompasso entre a disponibilidade de dispositivos e a transformação das práticas de ensino, a análise causal organiza-se em três dimensões interconectadas: infraestrutura versus integração pedagógica, baixa aderência e fragmentação da formação continuada e infraestrutura e tempo docente para acesso aos cursos.

Infraestrutura versus integração pedagógica

Um fator crítico identificado é que a disponibilidade de equipamentos (Chromebooks, kits de robótica, projetores interativos) não tem garantido, por si só, a transformação das práticas em sala de aula. Assim como a existência de redes de energia elétrica é uma condição necessária, mas não suficiente, para a conectividade em regiões remotas, a presença de dispositivos tecnológicos nas escolas de Joinville é uma condição necessária, mas não suficiente, para a inovação pedagógica.

Os dados indicam que, apesar do investimento vultoso, a maioria das ações de formação docente permanece classificada como "em desenvolvimento" ou "parcialmente alcançadas", evidenciando que a infraestrutura física está consolidada, mas a arquitetura pedagógica para o seu uso permanece em estágio inicial.

Uma das causas está na falta de oferta de formação continuada específica para o uso das tecnologias para a Educação e a integração dessas formações com os eixos da BNCC Computação. Os cursos ofertados no formato EaD, tem atendido parcialmente a esta necessidade e, como discutido no próximo tópico, não tem atingido uma boa adesão dos docentes.

Baixa aderência dos professores às ofertas de formação continuada

A baixa aderência dos professores às formações oferecidas configura-se como uma causa central da fragilidade metodológica observada. Esta baixa adesão não é um fenômeno isolado, mas o resultado de três fatores interconectados:

1. **Descontinuidade de políticas:** a fragilidade se intensifica diante da descontinuidade de programas federais que historicamente sustentavam a política local, gerando uma instabilidade nas diretrizes de formação.
2. **Fragmentação da capacitação:** observa-se um descompasso onde a formação é muitas vezes setorial — focada apenas nos Professores Integradores de Mídias e Metodologias (PIMM) — omitindo programas massivos que preparem o professor regente geral de sala de aula. Isso cria um abismo entre o que é planejado pelo Centro de Educação Continuada e a realidade operacional do docente em regência.
3. **Ausência de integração curricular:** a mudança de foco da formação, que transita entre modelos técnicos e metodológicos, muitas vezes não consegue dialogar com a prática docente cotidiana, levando o professor a perceber a tecnologia como um "fim em si mesma" e não como uma ferramenta de apoio à alfabetização digital dos estudantes.

Infraestrutura deficitária para acesso aos cursos

Há, ainda, que se separar a causa crítica "infraestrutura da escola" da "infraestrutura para a formação". Embora a universalização do *Wi-Fi* e o parque tecnológico escolar tenham avançado significativamente, a falta de infraestrutura tecnológica adequada para o acesso dos professores aos cursos de formação pode estar atuando como uma barreira de entrada.

Em muitos casos, as condições de trabalho não contemplam o tempo ou o acesso aos dispositivos necessários para que o docente possa, dentro ou fora do ambiente escolar, acessar as formações remotas com a estabilidade de banda larga e a qualidade de equipamento exigidas. Se o professor não dispõe de infraestrutura (computador adequado e conexão estável) ou de tempo de planejamento protegido para acessar os cursos, a oferta de formações

on-line torna-se inócua. Essa falha operacional na oferta de infraestrutura mínima ao docente representa um gargalo que inviabiliza o pleno funcionamento das ações de formação continuada propostas.

Por fim, os problemas identificados — tanto a baixa aderência docente às formações ofertadas, quanto a limitação de infraestrutura de acesso para o docente — indicam que a política municipal precisa migrar de uma lógica de "distribuição de dispositivos" para uma lógica de "sustentabilidade da cultura digital". A resolução desses gargalos não passará apenas por mais investimentos em hardware, mas por ações estruturadas que garantam tempo pedagógico para formação, alinhamento curricular entre a BNCC Computação e a realidade da sala de aula, e garantia de que o acesso às formações seja tão estável e acessível quanto o acesso dos estudantes à rede mundial de computadores.

Causas críticas

A partir da análise dos dados e dos documentos norteadores, identificam-se como causas críticas do eixo:

- quantidade insuficiente de equipamentos essenciais como desktops, chromebooks e laptops nas unidades de ensino impede a realização de atividades práticas no cotidiano escolar, limitando a experiência direta dos estudantes e inviabilizando o acesso democrático às ferramentas de aprendizagem;
- fragilidade e a insuficiência de programas de formação continuada voltados para o uso pedagógico das TDICs em sala de aula resultam na subutilização dos recursos disponíveis, dificultando que os professores incorporem essas mídias de forma metodologicamente consistente e inovadora;
- nível insuficiente de literacia em inteligência artificial compromete a capacidade de educadores e educandos de compreenderem e avaliarem criticamente os algoritmos que moldam o cotidiano, privando-os de uma postura ativa e ética diante de tecnologias altamente integradas à sociedade;
- falta de formação continuada especificamente direcionada para a implementação prática dos eixos da BNCC Computação deixa o corpo docente desassistido para transpor os conceitos de pensamento computacional, mundo digital e cultura digital para as suas rotinas de planejamento;
- inexistência de um currículo municipal específico que integre e normatize de maneira transversal os três eixos propostos pela BNCC Computação gera uma fragmentação

pedagógica na rede, tornando o ensino de tecnologia assistemático e dependente de iniciativas isoladas em cada escola.

Referências

JOINVILLE (SC). Secretaria Municipal de Educação. **Avaliação do cumprimento das metas e estratégias do Plano Municipal de Educação – PME: de 2015/2017**. Joinville: Secretaria Municipal de Educação, 2018.

JOINVILLE (SC). Secretaria Municipal de Educação. **Relatório de Avaliação do Plano Municipal de Educação de Joinville 2021 Dados 2019/2020**. Joinville: Secretaria Municipal de Educação, 2021.

JOINVILLE (SC). Secretaria Municipal de Educação. **Relatório de Avaliação do Plano Municipal de Educação de Joinville 2023**. Joinville: Secretaria Municipal de Educação, 2023.

JOINVILLE (SC). Secretaria Municipal de Educação. **Relatório de Avaliação do Plano Municipal de Educação de Joinville - 2025**. Joinville: Secretaria Municipal de Educação, 2025.

8. SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL NA EDUCAÇÃO

Problema

A sustentabilidade socioambiental apresenta diferentes níveis de institucionalização entre as redes e instituições de ensino do município. Embora sejam observados avanços importantes na incorporação da temática às políticas educacionais e às práticas pedagógicas, ainda persistem desafios relacionados à sua integração nos currículos, nos Projetos Político-Pedagógicos, na formação inicial e continuada dos profissionais da educação, na gestão dos espaços educativos e na implementação de ações voltadas à adaptação às mudanças climáticas, à prevenção e à redução dos riscos socioambientais.

Análise descritiva

A sustentabilidade socioambiental constitui um princípio orientador das políticas educacionais brasileiras e da formação integral dos estudantes, promovendo a construção de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores voltados ao exercício da cidadania, à qualidade de vida e ao desenvolvimento sustentável. Sua efetivação requer a articulação entre currículo, gestão educacional, formação dos profissionais da educação, qualificação dos espaços educativos e participação da comunidade escolar.

Nesse contexto, a Educação Ambiental configura-se como uma dimensão permanente e transversal do processo educativo, conforme estabelecem a Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/1999) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (Resolução CNE/CP nº 2/2012). Em consonância com a Base Nacional Comum Curricular e com o Currículo Base do Território Catarinense, sua abordagem deve ocorrer de forma interdisciplinar, integrando as dimensões ambiental, social, econômica e cultural aos processos de ensino e aprendizagem.

Em Joinville, a sustentabilidade socioambiental assume importância estratégica em razão das características ambientais e territoriais do município, que reúne expressivos remanescentes de Mata Atlântica, manguezais, rios e unidades de conservação, coexistindo com um intenso processo de urbanização e desenvolvimento industrial. Esse cenário, aliado à recorrência de eventos climáticos extremos, como enchentes e alagamentos, evidencia a

necessidade de fortalecer processos educativos voltados à prevenção, à adaptação às mudanças climáticas e à construção de comunidades mais resilientes.

O município possui uma trajetória consolidada na promoção da Educação Ambiental, construída por meio da atuação articulada das diferentes redes de ensino, instituições de educação superior, órgãos públicos e organizações da sociedade civil. Ao longo das últimas décadas, foram desenvolvidas ações de ensino, pesquisa, extensão e práticas pedagógicas que contribuíram para incorporar a sustentabilidade ao cotidiano das instituições educacionais e fortalecer a formação cidadã.

Apesar desses avanços, observa-se que a institucionalização da sustentabilidade socioambiental ainda ocorre de forma desigual entre as diferentes redes e instituições de ensino. Além disso, o município não dispõe de indicadores integrados que permitam acompanhar, de forma sistemática, a abrangência, os resultados e a evolução das ações desenvolvidas, dificultando o planejamento, o monitoramento e a avaliação das políticas públicas voltadas à Educação Ambiental.

Diante desse contexto, torna-se necessário fortalecer a sustentabilidade socioambiental como política pública educacional, promovendo maior articulação entre as iniciativas existentes e consolidando estratégias integradas de currículo, gestão, formação de profissionais, infraestrutura e participação da comunidade escolar. Esse movimento contribuirá para ampliar a efetividade das ações, fortalecer a governança interinstitucional e consolidar a Educação Ambiental como elemento estruturante da formação cidadã e do desenvolvimento sustentável no município.

Diagnóstico da Rede Municipal de Ensino de Joinville

O diagnóstico da Rede Municipal de Ensino fundamenta-se no Mapeamento da Educação Ambiental e do Programa Reinventando o Espaço Escolar, realizado em 2026, com a participação de 147 unidades escolares. Os dados indicam a incorporação da sustentabilidade socioambiental às políticas e práticas da rede, em continuidade às metas estabelecidas no Plano Municipal de Educação (2015–2025), instituído pela Lei nº 8.043, de 2 de setembro de 2015.

Como uma das estratégias desse processo, destaca-se o Programa Reinventando o Espaço Escolar, que contribuiu para consolidar os espaços educativos como territórios de aprendizagem, integrando Educação Ambiental, currículo e participação da comunidade escolar.

O mapeamento mostra que 96,7% das unidades escolares desenvolvem ações de Educação Ambiental. Em 59,3% delas, a temática está integrada ao currículo e ao Projeto Político-Pedagógico (PPP), indicando sua incorporação ao planejamento escolar.

Entre as ações desenvolvidas, destacam-se as hortas pedagógicas (89,3%), as atividades de alimentação saudável (78,0%), a coleta seletiva (54,7%) e as sequências didáticas sobre Educação Ambiental (48,0%). Esses dados demonstram que a temática está presente tanto nas práticas pedagógicas quanto na organização dos espaços educativos.

Os resultados indicam que as ações desenvolvidas ao longo da vigência do Plano Municipal de Educação contribuíram para integrar a Educação Ambiental ao cotidiano das escolas e estabelecer referências para o planejamento das políticas de sustentabilidade socioambiental no próximo decênio.

Atuação nas Redes Estadual, Federal e Ensino Superior

As demais instituições que compõem o sistema educacional de Joinville desempenham papéis fundamentais na consolidação da sustentabilidade socioambiental.

Na Rede Estadual de Ensino, a Educação Ambiental é desenvolvida por meio de ações integradas ao currículo do Ensino Fundamental (Anos Finais) e do Ensino Médio. Entre as práticas desenvolvidas pelas escolas destacam-se hortas escolares, reutilização e reciclagem de materiais, uso consciente da água, gestão de resíduos e ações voltadas à conservação dos recursos naturais, articulando conhecimentos teóricos e práticos.

Um dos principais espaços de participação estudantil é a Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente, da qual as escolas de Joinville participam há mais de duas décadas, juntamente com as redes municipal e privada. A iniciativa incentiva estudantes de 11 a 14 anos a identificar desafios socioambientais presentes em seus territórios e elaborar propostas de intervenção para a comunidade escolar.

Na edição de 2025, realizada com o tema 'Vamos transformar o Brasil com Educação e Justiça Climática', participaram 63 unidades escolares do município. A edição anterior havia ocorrido em 2018, com o tema 'Vamos Cuidar do Brasil Cuidando das Águas', envolvendo 83 unidades escolares. O intervalo entre 2019 e 2024 decorreu dos impactos da pandemia de COVID-19 no calendário escolar e da interrupção do ciclo nacional da conferência, retomado pelo Ministério da Educação no biênio 2024/2025.

A participação nas conferências têm contribuído para fortalecer os coletivos jovens e ampliar o protagonismo estudantil na discussão de questões socioambientais, estimulando a

elaboração de diagnósticos e planos de ação voltados à realidade das escolas e de seus territórios.

Embora a Educação Ambiental esteja presente nas práticas desenvolvidas pela rede estadual, permanecem desafios relacionados à sua integração ao currículo e à ampliação das oportunidades de formação dos profissionais da educação, de modo a fortalecer abordagens interdisciplinares e dar continuidade às ações desenvolvidas pelas unidades escolares.

As instituições de ensino superior e técnico presentes no município - representadas pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina - IFSC e pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) - ampliam o escopo da sustentabilidade para os campos da pesquisa, extensão e formação profissional.

No ensino técnico e superior, o Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) – Câmpus Joinville integra a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e desenvolve ações de sustentabilidade socioambiental articuladas ao ensino, à pesquisa, à extensão e à gestão institucional. O IFSC dispõe de uma Política de Sustentabilidade e, desde 2017, é signatário do Movimento Nacional dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) – Santa Catarina, incorporando os ODS às suas práticas e planejamentos. O Câmpus Joinville conta com uma Comissão de Sustentabilidade que promove ações de Educação Ambiental; no período de 2025 a 2026, destacaram-se iniciativas de gestão de resíduos (com a separação de orgânicos destinados à composteira do Câmpus no projeto CompostIFSC) e a valorização da biodiversidade por meio de um jardim com placas de identificação de aves locais, utilizado em atividades pedagógicas e visitas institucionais.

A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), por meio do Campus Joinville, desenvolve ações de ensino, pesquisa, extensão e gestão voltadas à sustentabilidade socioambiental, articulando a produção do conhecimento às demandas do município e da região.

No âmbito institucional, a universidade desenvolve o Programa UFSC Sustentável, que orienta ações relacionadas à gestão ambiental, incluindo o Plano Diretor de Logística Sustentável, o Programa de Recuperação de Áreas Degradadas, a Política Ambiental da UFSC, a elaboração de Relatórios de Sustentabilidade e ações permanentes de sensibilização ambiental. Essas iniciativas também são desenvolvidas no Campus Joinville, integrando a sustentabilidade à gestão dos espaços universitários.

Na pesquisa e na extensão, o campus desenvolve 168 ações, das quais 69% estão alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU). Esses projetos abrangem diferentes áreas do conhecimento e contribuem para

o desenvolvimento de soluções relacionadas às questões ambientais, sociais e econômicas do território.

No ensino, a sustentabilidade integra a formação oferecida pelos oito cursos de graduação do Campus Joinville: Bacharelado em Ciência e Tecnologia, Engenharia Aeroespacial, Engenharia Automotiva, Engenharia Civil de Infraestrutura, Engenharia de Transportes e Logística, Engenharia Ferroviária e Metroviária, Engenharia Mecatrônica e Engenharia Naval. A abordagem da temática nos cursos contribui para a formação de profissionais capazes de incorporar princípios de sustentabilidade em sua atuação.

Os diagnósticos das diferentes redes de ensino evidenciam que a Educação Ambiental integra políticas, programas e práticas desenvolvidas no município. No entanto, a ausência de indicadores comuns dificulta o acompanhamento dos resultados em âmbito municipal, evidenciando a necessidade de fortalecer a articulação entre as instituições, ampliar o compartilhamento de experiências e aperfeiçoar os processos de monitoramento das ações desenvolvidas.

Análise causal

A implementação da Educação Ambiental no município resulta da atuação das diferentes redes de ensino, instituições de educação superior, órgãos públicos e organizações da sociedade civil. Entretanto, a ausência de mecanismos permanentes de articulação entre essas instituições ainda limita o planejamento, o acompanhamento e a avaliação das ações em âmbito municipal.

As diferentes redes de ensino apresentam formas próprias de organização e inserção da Educação Ambiental em seus currículos e práticas pedagógicas. Essa diversidade reflete as especificidades institucionais de cada sistema de ensino, mas também evidencia a necessidade de ampliar o diálogo, o compartilhamento de experiências e a cooperação entre as instituições, preservando suas autonomias e favorecendo a construção de ações articuladas. Outro aspecto identificado refere-se à formação dos profissionais da educação, a ampliação das discussões sobre mudanças climáticas, conservação da biodiversidade, uso sustentável dos recursos naturais e prevenção dos riscos socioambientais demanda processos permanentes de formação, capazes de subsidiar práticas pedagógicas contextualizadas às características ambientais, sociais e territoriais de Joinville.

Além disso, a ausência de indicadores comuns para acompanhar as ações desenvolvidas pelas diferentes redes limita a produção de diagnósticos integrados e o

monitoramento das políticas públicas voltadas à sustentabilidade socioambiental. O fortalecimento desses processos constitui a condição para o planejamento, o monitoramento e a avaliação das ações previstas neste Plano Municipal de Educação.

Causas críticas

A partir da análise dos dados e dos documentos norteadores, identificam-se como causas críticas do eixo:

- integração desigual da Educação Ambiental e da sustentabilidade socioambiental às políticas, aos currículos e aos Projetos Político-Pedagógicos das diferentes redes de ensino;
- ausência de indicadores e mecanismos de monitoramento para acompanhar e avaliar, de forma integrada, as ações desenvolvidas no município;
- articulação limitada entre os sistemas de ensino, as instituições de educação superior, os órgãos públicos e as organizações da sociedade civil;
- oferta insuficiente de formação continuada dos profissionais da educação em Educação Ambiental, sustentabilidade socioambiental e educação climática;
- desafios relacionados à gestão institucional e à qualificação dos espaços educativos para o desenvolvimento de práticas de Educação Ambiental;
- limitações no financiamento das ações de sustentabilidade socioambiental nas instituições de ensino.

Referências

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012. Estabelece as **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental**. Brasília: MEC, 2012.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, 1996.

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. **Institui a Política Nacional de Educação Ambiental**. Brasília, 1999.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Documento Diagnóstico Complementar: **Sustentabilidade Socioambiental na Educação**. Brasília: MEC, 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA. **Sustentabilidade**. [2026]. Disponível em: <https://www.ifsc.edu.br/en/sustentabilidade>. Acesso em: 10 ago. 2026.

JOINVILLE. Lei nº 8.043, de 2 de setembro de 2015. Aprova o **Plano Municipal de Educação**. Joinville, 2015.

JOINVILLE. Secretaria Municipal de Educação. **Horta Pedagógica: laboratório vivo, território de aprender**. Joinville: Secretaria Municipal de Educação, 2023.

JOINVILLE. Secretaria Municipal de Educação. **Mapeamento da Educação Ambiental e Programa Reinventando o Espaço Escolar**. Joinville: SME, 2026.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Nova York: ONU, 2015.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. **Currículo Base do Território Catarinense: Educação Infantil e Ensino Fundamental**. Florianópolis: SED/SC, 2019.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. **Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense**. Florianópolis: SED/SC, 2020.

UNESCO. **Educação para o Desenvolvimento Sustentável: um roteiro**. Brasília: UNESCO, 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. **SIGPEX: Sistema Integrado de Gerenciamento de Projetos de Pesquisa e de Extensão**. Florianópolis: UFSC, [2026]. Disponível em: <https://sigpex.sistemas.ufsc.br/>. Acesso em: 10 ago. 2026.

9. EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA, EDUCAÇÃO DO CAMPO E EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA

Problema

O acesso, a permanência e a qualidade da oferta educacional para as populações indígenas, do campo e quilombolas, em todos os níveis e etapas da Educação Básica no território de Joinville, ainda não se encontram plenamente consolidados, permanecendo desafios relacionados às especificidades territoriais, culturais, linguísticas e comunitárias dessas populações ao final do ciclo do PME 2015-2025.

Análise descritiva

O Plano Municipal de Educação vigente (2015-2025), em fase final de monitoramento, não reserva um eixo ou objetivo próprio para a educação indígena, do campo e quilombola: as estratégias relativas a essas populações aparecem dispersas em diferentes objetivos do plano, tratando de temas como atendimento na Educação Infantil, Tempo Integral, Formação docente, Provimento de cargos e Educação de Jovens e Adultos.

Educação do Campo

A Rede Pública de Ensino de Joinville conta, atualmente, com 22 unidades escolares classificadas como escolas do campo, distribuídas entre as redes municipal e estadual.

Tabela 1 - Unidades Escolares do Campo da Rede Municipal de Ensino

Unidade de Ensino	Bairro / Localidade
Escola Municipal 7 de Setembro	Rio Bonito
Escola Municipal Alfonso Fiedler	Vila Cubatão
EEscola Municipal Alfredo Germano Henrique Hardt	Rio Bonito
Escola Municipal Coronel Alire Carneiro	Pirabeiraba
Escola Municipal Emílio Stock Junior	Vila Nova
Escola Municipal Eugênio Klug	Dona Francisca
Escola Municipal Evaldo Koehler	Pirabeiraba
Escola Municipal Fritz Benkendorf	Pirabeiraba

Escola Municipal Germano Lenschow	Pirabeiraba
Escola Municipal Hermann Muller	Rio Bonito
Escola Municipal João Meerholz	Vila Nova
Escola Municipal Maria Magdalena Mazzolli	Pirabeiraba
Escola Municipal Otto Ristow Filho	Pirabeiraba
Escola Municipal Prof. Francisco Rieper	Dona Francisca
Escola Municipal Prof. Honório Saldo	Quiriri
Escola Municipal Reinaldo de França	Morro do Amaral
Escola Municipal Senhorinha Soares	Vila Nova
Escola Municipal Valeska May Engelmann	Vila Nova

Tabela 2 - Unidades Escolares do Campo da Rede Estadual de Ensino

Unidade de Ensino	Bairro / Localidade
Escola de Educação Básica Olavo Bilac	Pirabeiraba
Escola de Educação Básica Professor Francisco Eberhardt	Pirabeiraba
Unidade Descentralizada Quilombola Beco do Caminho Curto	Pirabeiraba
Escola de Educação Básica Professora Nair da Silva Pinheiro	Vila Cubatão

Cabe destacar que os critérios de classificação de uma escola como "do campo" diferem entre as duas redes que atuam em Joinville: enquanto a Rede Municipal classifica suas unidades com base na localização geográfica, estando as 18 escolas listadas efetivamente situadas em área rural do município, a Rede Estadual adota critério distinto, reconhecendo como escola do campo também unidades situadas fora do perímetro rural, desde que atendam predominantemente populações do campo. É o caso, por exemplo, da Escola de Educação Básica Professora Nair da Silva Pinheiro, no bairro Vila Cubatão, área urbana do município.

Em ambas as redes, compreende-se o campo para além de um perímetro não urbano, reconhecendo-o como espaço de vida, trabalho, cultura, produção de saberes e construção das

condições de existência social, e destaca que a Educação do Campo deve fortalecer a identidade e a autonomia das populações do campo, superando a lógica da educação rural historicamente associada à precarização, à baixa qualidade e à reprodução de metodologias urbanas nas escolas situadas em áreas rurais (Santa Catarina, 2018).

Em relação a essas escolas do campo de Joinville, observa-se a necessidade de avançar do reconhecimento formal dessas instituições para a consolidação de práticas pedagógicas mais contextualizadas aos territórios em que estão inseridas. Embora estejam localizadas em áreas com características rurais e sejam oficialmente reconhecidas como escolas do campo, muitas dessas unidades ainda seguem, em grande medida, o mesmo currículo, a mesma organização escolar e as mesmas orientações pedagógicas adotadas pelas demais escolas de sua respectiva rede.

Como exceção a essa realidade, destaca-se a Escola Agrícola Municipal Carlos Heins Funke, que possui uma proposta curricular específica, voltada às particularidades da formação agrícola, bem como uma carga horária diferenciada, adequada às características e aos objetivos de sua proposta educacional. Essa diferenciação, no entanto, não deve ser entendida como o único caminho possível para a Educação do Campo: nesse contexto, é importante destacar que a Educação do Campo não pressupõe a transformação de todas as escolas do campo em escolas agrícolas, mas sim a construção de propostas pedagógicas que reconheçam o campo como espaço de vida, trabalho, cultura, identidade, produção de saberes, pertencimento e desenvolvimento sustentável. Assim, cada unidade deve considerar as especificidades de sua comunidade, seu território, seus sujeitos e suas práticas socioculturais, construindo seu Projeto Político-Pedagógico a partir das características de seu próprio território e de sua comunidade.

No âmbito municipal, o Relatório de Avaliação do Plano Municipal de Educação (PME) registra 601 matrículas nas escolas do campo da Rede Pública Municipal em 2023 e 553 em 2024, sendo 100 e 72 matrículas na creche, e 501 e 481 matrículas na pré-escola, respectivamente. Os dados evidenciam uma redução no número de matrículas nas escolas do campo da Rede Pública Municipal, passando de 601 matrículas em 2023 para 553 em 2024. No segmento da Educação Infantil, observa-se também uma redução de 100 para 72 matrículas na creche e de 501 para 481 matrículas na pré-escola. Neste contexto, verifica-se que ocorre um impacto: sem diagnóstico demográfico dedicado, não é possível distinguir se a queda decorre de êxodo rural, fechamento/nucleação de unidades ou subnotificação.

No que se refere à ampliação da jornada escolar, o relatório registra que quatro escolas do campo da rede municipal ofertam atendimento em tempo integral, sendo essa estratégia classificada como parcialmente cumprida.

Já em relação à Rede Estadual, dentre o total de estudantes matriculados nas quatro unidades reconhecidas como escolas do campo em Joinville, 1.299 são residentes em áreas rurais, evidenciando a relevância dessas instituições na oferta educacional às populações que vivem e desenvolvem suas atividades em territórios rurais do município.

Em relação à formação continuada dos profissionais, a adesão ao Procampo/Pronacampo, programa destinado à formação de professores que atuam nas escolas do campo, consta como concluída no Relatório de Avaliação do Plano Municipal de Educação (PME). Entretanto, não apresenta indicadores quantitativos que permitam identificar o número de professores formados ou daqueles que permanecem em atuação nessas unidades.

Quanto às estratégias relacionadas ao transporte escolar e à implementação de modelos alternativos de atendimento educacional, estas aparecem previstas no planejamento municipal. Contudo, o relatório de avaliação não apresenta dados quantitativos consolidados que possibilitem dimensionar sua abrangência, execução ou impacto no atendimento aos estudantes residentes nas áreas rurais.

Entre os aspectos que devem ser considerados pelo Plano Municipal de Educação a partir desse panorama, destacam-se: a realização de diagnóstico demográfico dedicado às escolas do campo, capaz de esclarecer as causas da redução de matrículas observada entre 2023 e 2024; o incentivo à construção ou à revisão dos Projetos Político-Pedagógicos de cada escola do campo a partir das especificidades de sua própria comunidade e território, e não apenas como adaptação do currículo comum já adotado pela rede; a ampliação da oferta de tempo integral para além das quatro unidades atualmente contempladas, acompanhada da construção de currículo e projetos pedagógicos próprios para esse tempo ampliado, visto que, à exceção da Escola Agrícola Municipal Carlos Heins Funke, as demais escolas do campo em tempo integral não dispõem de proposta curricular diferenciada para esse período, que tende a se restringir à extensão da carga horária regular;

Ademais, faz-se necessária a produção de indicadores quantitativos que permitam avaliar, de fato, o alcance da formação continuada ofertada via Procampo/Pronacampo e formações específicas para as escolas do campo, bem como a consolidação de dados sobre transporte escolar e modelos alternativos de atendimento, hoje previstos no planejamento

municipal, mas ainda sem mensuração de sua abrangência e impacto real junto aos estudantes das áreas rurais.

Educação Escolar Quilombola

Joinville possui duas comunidades remanescentes quilombolas certificadas pela Fundação Cultural Palmares, ambas situadas na zona rural do município: Beco do Caminho Curto, localizada na região de Pirabeiraba, e Ribeirão do Cubatão, localizada na região do Ribeirão do Cubatão. A comunidade Beco do Caminho Curto foi certificada pela Portaria nº 70, de 8 de abril de 2019, publicada no Diário Oficial da União em 10 de maio de 2019, e a comunidade Ribeirão do Cubatão pela Portaria nº 231, de 27 de dezembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União em 31 de dezembro de 2019. Os processos de demarcação territorial junto ao INCRA seguem pendentes.

Quadro 1 – Comunidades remanescentes quilombolas de Joinville e atendimento educacional

Comunidade remanescente quilombola	Situação de certificação	Situação territorial	Atendimento educacional	Matrículas Educação de Jovens e Adultos (EJA QUILOMBOLA)
Beco do Caminho Curto	Certificada pela Fundação Cultural Palmares pela Portaria nº 70, de 8 de abril de 2019, publicada no DOU em 10 de maio de 2019	Processo de demarcação territorial junto ao INCRA pendente	Unidade Descentralizada Beco do Caminho Curto	24 estudantes em 2025; 27 estudantes em 2026;
Ribeirão do Cubatão	Certificada pela Fundação Cultural Palmares pela Portaria nº 231, de 27 de dezembro de 2019, publicada no DOU em 31 de dezembro de 2019	Processo de demarcação territorial junto ao INCRA pendente	Unidade Descentralizada Ribeirão do Cubatão; até 2025, turma vinculada ao Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA); a partir de 2026, registro próprio no SISGESC	12 estudantes em 2025; e 12 estudantes em 2026

Fonte: Elaborado pela Coordenadoria Regional de Educação de Joinville, com base em dados do SISGESC, em documentos de certificação da Fundação Cultural Palmares publicados no Diário Oficial da União e em informações institucionais da rede estadual de ensino, em 2026.

Os dados apresentados no Quadro 01 evidenciam a existência de comunidades quilombolas reconhecidas oficialmente no município de Joinville e a necessidade de acompanhamento sistemático da oferta educacional vinculada a esses territórios. Também indicam a importância de dar visibilidade administrativa e pedagógica às unidades descentralizadas, considerando a matrícula, a frequência, a permanência e a continuidade da escolarização dos estudantes quilombolas.

A Educação Escolar Quilombola é sustentada por um conjunto de normas constitucionais, legais e educacionais que asseguram o direito à educação, ao reconhecimento da identidade, da cultura, do território e dos modos próprios de vida das comunidades quilombolas. Nesse contexto, a Constituição Federal de 1988 e a Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB) estabelecem as bases jurídicas fundamentais para a garantia e o pleno exercício desse direito.

Complementarmente, destacam-se entre os principais marcos normativos o Decreto nº 4.887/2003, que regulamenta os procedimentos para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por comunidades quilombolas; a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que assegura os direitos dos povos e comunidades tradicionais, especialmente no tocante à participação, à consulta e ao respeito às suas formas próprias de organização social e cultural; e o Decreto nº 6.040/2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, fortalecendo a compreensão das dimensões de território, identidade, cultura e modos de vida dessas populações.

Na área específica da Educação Escolar Quilombola, destaca-se a Resolução CNE/CEB nº 8, de 20 de novembro de 2012, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, constituindo-se como um dos principais referenciais normativos para a organização das práticas pedagógicas, curriculares e institucionais das escolas quilombolas.

No âmbito da rede estadual de ensino de Santa Catarina, a Educação Escolar Quilombola é orientada por política própria da Secretaria de Estado da Educação. Nesse contexto, destaca-se a Resolução CEE/SC nº 086/2019, que institui as Diretrizes para a organização da Educação Escolar Quilombola na Educação Básica do Estado de Santa Catarina. Os documentos normativos regulamentam a implementação e a organização da Educação Escolar Quilombola (EEQ) no Sistema Estadual de Ensino de Santa Catarina, orientando sua efetivação na rede estadual. Dessa forma, a legislação da EEQ em Santa Catarina deve ser compreendida de maneira articulada aos marcos normativos nacionais e

estaduais, assegurando que as políticas educacionais reconheçam as comunidades quilombolas como sujeitos de direitos e promovam uma educação comprometida com a equidade racial, a valorização da identidade e da cultura quilombola, a preservação dos saberes ancestrais e o fortalecimento dos territórios e das comunidades.

Nas comunidades quilombolas Beco do Caminho Curto e Ribeirão do Cubatão, são ofertadas turmas para estudantes da Educação de Jovens e Adultos oriundos das próprias comunidades, vinculadas às unidades descentralizadas da rede estadual de ensino. As aulas são realizadas em escolas da rede municipal de ensino de Joinville, próximos aos territórios quilombolas: Escola Municipal Fritz Benkendorf, localizada no bairro Pirabeiraba, no atendimento à comunidade Beco do Caminho Curto e Escola Municipal Professor Alfonso Fiedler localizada no bairro Ribeirão do Cubatão, no atendimento à comunidade Ribeirão do Cubatão. Essa organização ocorre mediante parceria com a Rede Municipal de Joinville e evidencia a importância da articulação entre redes públicas de ensino e comunidades quilombolas para garantir o acesso, a permanência e a continuidade da escolarização dos estudantes.

Destaca-se, ainda, a oferta do curso de Licenciatura em Educação Escolar Quilombola, por meio do Programa Nacional de Fomento à Equidade na Formação de Professores da Educação Básica - PARFOR Equidade, desenvolvido em parceria com a Univille, com o objetivo de possibilitar a formação em nível de graduação a pessoas pertencentes às comunidades quilombolas da região. A iniciativa contempla estudantes oriundos também das comunidades Beco do Caminho Curto e Ribeirão do Cubatão, contribuindo para a formação inicial de profissionais vinculados aos próprios territórios e para o fortalecimento da Educação Escolar Quilombola no município.

A oferta da licenciatura em Educação Escolar Quilombola dialoga com a Política de Educação Escolar Quilombola de Santa Catarina, que reconhece a necessidade de ações articuladas entre diferentes órgãos, redes de ensino, comunidades quilombolas, movimentos sociais e profissionais da educação para garantir o direito à educação com respeito às identidades, culturas e especificidades dessas comunidades.

Entre os aspectos a serem considerados no Plano Municipal estão a formação inicial e continuada dos profissionais da educação para o atendimento às especificidades da Educação Escolar Quilombola; a valorização da história e da cultura afro-brasileira e quilombola; a participação das comunidades na construção e no acompanhamento das ações educacionais; a garantia de materiais pedagógicos adequados; e o acompanhamento da frequência, permanência e aprendizagem dos estudantes.

Educação Escolar Indígena

A Educação Escolar Indígena constitui uma modalidade da Educação Básica e fundamenta-se no direito dos povos indígenas a uma educação específica, diferenciada, intercultural e, quando pertinente, bilíngue ou multilíngue, que respeite e valorize suas identidades étnicas, culturas, línguas, conhecimentos tradicionais, formas próprias de organização social e modos de vida. A Educação Escolar Indígena encontra respaldo na Constituição Federal de 1988, na Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), no Decreto nº 6.861/2009 e nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar indígena na Educação Básica, instituídas pela resolução CNE/CEB nº 5/2012 (Brasil, 1988, 1996, 2009, 2012).

Os marcos normativos trazidos aqui orientam a garantia do direito à educação escolar diferenciada, considerando as especificidades socioculturais, linguísticas e territoriais dos povos indígenas e assegurando sua participação na organização da educação escolar. No âmbito da rede estadual de ensino de Santa Catarina, a Educação Escolar Indígena é orientada por documento próprio da Secretaria de Estado da Educação, que sistematiza princípios, fundamentos e diretrizes para o atendimento escolar aos povos indígenas no estado (Santa Catarina, 2018). Essa política reafirma a necessidade de uma educação construída em diálogo com as comunidades indígenas, considerando seus modos próprios de organização, suas línguas, culturas, conhecimentos e formas de aprendizagem.

Conforme dados do Censo Demográfico 2022, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município de Joinville possui 541 pessoas autodeclaradas indígenas, correspondendo a 0,09% da população total do município. Não há, atualmente, terra indígena oficialmente demarcada no território municipal.

Em Joinville, identifica-se a presença da comunidade indígena Taquaty, do povo Guarani Mbya, situada na região da Serra Dona Francisca, composta por aproximadamente 16 pessoas, tendo como cacique o Sr. Daniel Vera Euzébio. A Escola de Educação Básica Professor Francisco Eberhardt, responsável pelo atendimento dos estudantes indígenas, está localizada na Estrada Rio da Prata. Estudantes e professores indígenas realizam deslocamento diário entre a comunidade e a unidade escolar por meio de transporte escolar, com percurso pela Serra Dona Francisca, em Joinville. Essa condição evidencia a necessidade de considerar, no planejamento da oferta educacional, as condições de acesso, o tempo de deslocamento, a segurança no trajeto, a frequência e a permanência dos estudantes.

No campo educacional, o atendimento da Educação Escolar indígena é realizado pela rede estadual de ensino de Santa Catarina. A comunidade Taquaty não dispõe de unidade

escolar própria, e seus estudantes são atendidos pela Escola de Educação Básica Professor Francisco Eberhardt. Embora a instituição não seja caracterizada como escola indígena, o atendimento aos estudantes indígenas ocorre por meio de organização pedagógica específica, incluindo uma turma multisseriada composta por estudantes da comunidade e coordenada por um professor indígena.

Atualmente, a comunidade possui cinco crianças e adolescentes, entre aqueles já em idade escolar e uma criança em fase de ingresso futuro na Educação Básica. A organização desses dados por faixa etária contribui para o planejamento da oferta educacional, considerando as diferentes etapas da Educação Básica e a necessidade de assegurar o acesso, a permanência e a continuidade da trajetória escolar dos estudantes indígenas.

Quadro 2 - Crianças e adolescentes da comunidade Taquaty por faixa etária

Faixa etária	Quantidade	Observação
Até 3 anos	1	Educação Infantil
De 4 a 10 anos	2	Educação Infantil e Anos Iniciais
11 anos	1	Anos Iniciais/Ensino Fundamental
14 anos	1	Ensino Fundamental/Ensino Médio
Total	5	Crianças e adolescentes a serem considerados no planejamento da oferta educacional.

Fonte: Elaborado pela Coordenadoria Regional de Educação de Joinville, com base em dados extraídos do SISGESC em agosto de 2026.

Esses dados devem subsidiar o acompanhamento da demanda educacional da comunidade Taquaty, especialmente quanto ao ingresso, à permanência e à continuidade da escolarização dos estudantes indígenas. Também indicam a necessidade de práticas pedagógicas que reconheçam a cultura, a língua e os conhecimentos da comunidade, promovendo o diálogo entre os saberes tradicionais e os conhecimentos escolares. Nesse processo, a participação das lideranças, famílias e demais representantes da comunidade indígena é fundamental para a construção e o acompanhamento das ações educacionais.

Entre os aspectos a serem considerados no Plano Municipal estão a formação inicial e continuada dos profissionais da educação para o atendimento às especificidades da Educação Escolar Indígena; a disponibilização de materiais e recursos pedagógicos adequados; a valorização da história, da cultura, dos saberes e das tradições indígenas no processo educativo; e o acompanhamento da frequência, permanência e aprendizagem dos estudantes.

Também se destaca a necessidade de garantir condições para o acesso e a continuidade dos estudos.

Nesse sentido, o levantamento da formação inicial dos profissionais que atuam no atendimento aos estudantes indígenas contribui para identificar demandas formativas e subsidiar ações de formação continuada voltadas às especificidades da Educação Escolar Indígena.

Quadro 3 - Escolarização e ou formação inicial dos profissionais que atuam no atendimento aos estudantes indígenas da comunidade Taquaty

Profissional	Escolarização/Formação	Turma	Observações
Professor Regente	Magistério Indígena (Ensino Médio) Ensino Superior incompleto	1 turma multisseriada (1º ao 5º ano)	Professor Indígena Guarani Mbya
Professora Arte Indígena	Ensino Fundamental (EJA)	1 turma multisseriada (1º ao 5º ano)	Professora Indígena Guarani Mbya
Professora Educação Física Indígena	Ensino Fundamental (EJA)	1 turma multisseriada (1º ao 5º ano)	Professora Indígena Guarani Mbya
Professor orientador de língua Guarani	Ensino Médio (EJA)	7º ano	Professor Indígena Guarani Mbya que acompanha a estudante indígena na turma não indígena

Fonte: Elaborado pela Coordenadoria Regional de Educação de Joinville, com dados extraídos do SISGESC em agosto de 2026.

O levantamento evidencia a necessidade urgente de garantir formação específica em nível de graduação aos professores indígenas que ainda não possuem habilitação docente, considerando que apenas um dos profissionais possui Magistério Indígena e Ensino Superior em andamento. Essa ação é fundamental para fortalecer o atendimento educacional aos estudantes da comunidade Taquaty e assegurar práticas pedagógicas alinhadas às especificidades da Educação Escolar Indígena.

Por fim, destaca-se a importância da articulação entre os órgãos competentes, a unidade escolar, a comunidade indígena e suas lideranças, a fim de assegurar planejamento

participativo, acompanhamento contínuo e ações educacionais alinhadas às necessidades da comunidade Taquaty.

Análise causal da Educação do Campo

A Educação do Campo em Joinville apresenta como principal desafio a distância entre o reconhecimento formal das unidades escolares como escolas do campo e a efetiva organização pedagógica, curricular e institucional a partir das especificidades dos territórios rurais.

Embora haja escolas oficialmente reconhecidas nessa modalidade, observa-se que muitas ainda seguem a mesma lógica curricular e organizacional das demais escolas urbanas da rede, o que limita a valorização dos saberes, práticas, culturas, modos de vida e de trabalho das comunidades do campo.

Causas críticas da Educação do Campo

A partir da análise dos dados e dos documentos norteadores, identificam-se como causas críticas:

- reconhecimento formal das escolas do campo sem garantia de proposta pedagógica contextualizada ao território;
- ausência de diagnóstico demográfico específico sobre a redução das matrículas;
- escolas do campo com carga horária em tempo integral sem construção de currículo e proposta pedagógica próprios para esse período, à exceção da Escola Agrícola Municipal Carlos Heins Funke, cujo tempo integral é estruturado a partir de proposta curricular específica, as demais unidades tendem a restringir esse tempo à extensão da carga horária regular;
- falta de indicadores sobre formação continuada específica dos profissionais que atuam nas escolas do campo;
- ausência de dados consolidados sobre transporte escolar, permanência, acesso e impacto das políticas de atendimento aos estudantes residentes em áreas rurais;
- necessidade de revisão dos PPPs das escolas do campo, considerando identidade territorial, cultura, sustentabilidade, agricultura familiar, trabalho, meio ambiente e pertencimento.

Análise causal da Educação Escolar Quilombola

A Educação Escolar Quilombola em Joinville está vinculada às comunidades Beco do Caminho Curto e Ribeirão do Cubatão, ambas certificadas pela Fundação Cultural Palmares e situadas na zona rural do município. Apesar do reconhecimento oficial como comunidades remanescentes de quilombo, os processos de demarcação territorial junto ao INCRA seguem pendentes, o que interfere na consolidação de políticas públicas vinculadas aos territórios.

As comunidades quilombolas Beco do Caminho Curto e Ribeirão do Cubatão não possuem escolas específicas da modalidade Educação Escolar Quilombola em seus territórios. A oferta educacional ocorre por meio de unidades descentralizadas da rede estadual, com turmas compostas somente por estudantes da Educação de Jovens e Adultos oriundos das próprias comunidades, em escolas da Rede Municipal de Joinville próximas aos territórios remanescentes quilombolas. Essa organização garante o atendimento escolar, mas depende de articulação permanente entre rede estadual, rede municipal e comunidades quilombolas, especialmente quanto ao acesso, à permanência, à aprendizagem e à valorização das especificidades culturais e territoriais desses sujeitos.

No caso da Unidade Descentralizada Ribeirão do Cubatão, o atendimento já ocorria anteriormente, porém, até 2025, a turma estava vinculada ao CEJA. A partir de 2026, a unidade passou a contar com registro próprio no INEP e SISGESC, o que amplia a visibilidade administrativa e contribui para o acompanhamento da matrícula, da frequência e da organização da oferta educacional. A existência da Licenciatura em Educação Escolar Quilombola, ofertada pelo PARFOR Equidade em parceria com a Univille, constitui uma ação importante para a formação inicial de pessoas pertencentes às comunidades quilombolas da região.

Causas críticas da Educação Escolar Quilombola

A partir da análise dos dados e dos documentos norteadores, identificam-se como causas críticas:

- ausência de escolas específicas da modalidade Educação Escolar Quilombola nos territórios quilombolas de Joinville;
- oferta educacional realizada por meio de unidades descentralizadas da rede estadual, em escolas municipais próximas às comunidades, contemplando atualmente apenas turmas da Educação de Jovens e Adultos;

- pendência dos processos de demarcação territorial junto ao INCRA. Impacto: a insegurança territorial repercute na oferta educacional, sem território titulado, fica mais difícil planejar a Educação Escolar Quilombola diferenciada, prevista nas diretrizes curriculares nacionais, de forma consistente e permanente;
- necessidade de consolidação administrativa e pedagógica das unidades descentralizadas, com acompanhamento sistemático da matrícula, frequência, permanência e aprendizagem dos estudantes;
- necessidade de formação inicial e continuada de profissionais para atuação nas especificidades da Educação Escolar Quilombola;
- necessidade de práticas pedagógicas que valorizem a história, a memória, a territorialidade, os saberes e as identidades quilombolas.

Análise causal da Educação Escolar Indígena

A oferta da Educação Escolar Indígena em Joinville apresenta especificidades relacionadas à presença da comunidade Taqatý, do povo Guarani Mbya, que não dispõe de unidade escolar própria. O atendimento educacional ocorre na Escola de Educação Básica Professor Francisco Eberhardt, por meio de organização pedagógica específica, incluindo turma multisseriada e acompanhamento de estudante indígena em turma não indígena.

Tal organização decorre da necessidade de garantir o direito à escolarização dos estudantes indígenas no contexto existente, mas também evidencia desafios para a efetivação de uma educação específica, diferenciada, intercultural, bilíngue/multilíngue e comunitária. Entre esses desafios estão o deslocamento diário de estudantes e professores indígenas pela Serra Dona Francisca, a necessidade de planejamento pedagógico adequado à turma multisseriada, o fortalecimento da língua Guarani no processo educativo e a formação específica dos profissionais indígenas que atuam no atendimento escolar.

O levantamento realizado também indica que apenas um professor possui Magistério Indígena e ensino superior em andamento, enquanto os demais profissionais ainda não possuem habilitação específica. Essa situação interfere diretamente na consolidação de práticas pedagógicas alinhadas às especificidades culturais, linguísticas e comunitárias da Educação Escolar Indígena.

Causas críticas da Educação Escolar Indígena

A partir da análise dos dados e dos documentos norteadores, identificam-se como causas críticas:

- ausência de unidade escolar indígena própria na comunidade Taquaty. Enquanto não existe a unidade escolar, as lideranças indígenas apontam a necessidade promoção de articulação com experiências de atendimento escolar indígena em municípios próximos, como Araquari, a fim de fortalecer o planejamento pedagógico, a formação dos profissionais e a valorização da língua e da cultura Guarani Mbya;
- deslocamento diário de estudantes e professores indígenas pela Serra Dona Francisca;
- organização do atendimento em turma multisseriada, exigindo planejamento pedagógico específico;
- necessidade de fortalecimento da língua Guarani e da mediação cultural no processo educativo;
- número reduzido de estudantes, distribuídos em diferentes faixas etárias e etapas da Educação Básica;
- ausência de habilitação específica em nível de graduação para a maioria dos professores indígenas que atuam no atendimento;
- necessidade de formação continuada voltada às especificidades da Educação Escolar Indígena.

Referências

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: Constituição Federal – Planalto. Acesso em: 12/08/2026.

BRASIL. Fundação Cultural Palmares. **Portaria nº 70, de 8 de abril de 2019**. Certifica a comunidade Beco do Caminho Curto, localizada no município de Joinville, Estado de Santa Catarina, como remanescente de quilombo. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, n. 89, p. 12, 10 maio 2019

BRASIL. Fundação Cultural Palmares. **Portaria nº 231, de 27 de dezembro de 2019**. Certifica a comunidade Ribeirão do Cubatão, localizada no município de Joinville, Estado de Santa Catarina, como remanescente de quilombo. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, n. 252, p. 126, 31 dez. 2019.

UtNTZjZC00YmIzLWE3NjMtZjU4ODdhOTZkMjVlliwidCI6ImExN2QwM2ZjLTRiYWmtNGI2OC1iZDY4LWUzOTYzYTJlYzRlNiJ9. Acesso em: 17 ago. 2026.

SANTA CATARINA. **Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina S.A.** Disponível em:

https://boavista-gestao.ciasc.sc.gov.br/reportshow.aspx?Report_ID=2390&ModoImpressao=false. Acesso em: 12 ago. 2026.

VERSÃO PRELIMINAR

10. EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA E EDUCAÇÃO BILÍNGUE DE SURDOS

Problema

Embora o acesso à escola pública tenha se expandido expressivamente no último decênio, as condições para a permanência com qualidade, a plena aprendizagem e a oferta equitativa do Atendimento Educacional Especializado (AEE) aos estudantes público-alvo da Educação Especial (PAEE) e do público-alvo da Educação Bilíngue de Surdos (PAEBS) ainda apresentam insuficiências, barreiras estruturais e assimetrias entre as diferentes unidades, etapas e modalidades de ensino.

Análise descritiva

A consolidação do direito à educação no município de Joinville exige a superação de desafios relativos ao acesso, à permanência, à aprendizagem e à oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e da Educação Bilíngue de Surdos em todas as etapas e modalidades da Educação Básica. Para compreender o panorama da modalidade, o diagnóstico articula a fundamentação normativa, a evolução das matrículas, a infraestrutura do AEE, a estruturação da Educação Bilíngue de Surdos e as ações de formação continuada dos profissionais da educação.

Fundamentação Normativa da Educação Especial Inclusiva e Educação Bilíngue de Surdos

A garantia e a organização da Educação Especial Inclusiva e da Educação Bilíngue de Surdos na rede pública de ensino assentam-se em uma estrutura normativa integrada por leis e diretrizes federais, estaduais e municipais.

Na esfera constitucional, a Constituição Federal de 1988 estabelece a educação como um direito de todos e dever do Estado e da família, pautando o ensino na igualdade de condições para acesso e permanência e assegurando o atendimento educacional especializado aos estudantes com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. Complementando esses preceitos, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996, com as alterações promovidas pelas Leis nº 12.796/2013 e nº 14.191/2021) define a Educação Especial como modalidade transversal a todos os níveis, etapas e modalidades de ensino.

No que tange especificamente aos direitos linguísticos e educacionais da comunidade surda, a legislação vigente consolidou a Educação Bilíngue de Surdos como uma modalidade de ensino independente e estruturante dentro da Educação Básica. Essa trajetória teve início com a Lei nº 10.436/2002, que reconheceu a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como meio legal de comunicação e expressão no país. A regulamentação desse direito deu-se pelo Decreto nº 5.626/2005, que estabeleceu a obrigatoriedade da oferta da Libras nos cursos de licenciatura e fonoaudiologia, disciplinou a formação e a inserção de professores bilíngues, instrutores e tradutores/intérpretes de Libras (TILS) nas instituições de ensino, e definiu a garantia de escolas e classes bilíngues para estudantes surdos. Em complemento a esse arcabouço, a Lei nº 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão – LBI), em seu art. 28, estabelece expressamente a oferta de recursos de acessibilidade, educação bilíngue, formação de professores e a formação e disponibilização de tradutores e intérpretes de Libras, garantindo condições adequadas de acesso, participação e aprendizagem dos estudantes surdos.

O ápice desse processo de consolidação legal ocorreu com a promulgação da Lei nº 14.191/2021, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) para instituir formalmente a Educação Bilíngue de Surdos como modalidade de ensino autônoma no Artigo 60-A, assegurando a oferta de serviços e apoios especializados para estudantes surdos, surdocegos, com deficiência auditiva sinalizantes, surdos com altas habilidades ou superdotação e surdos com outras deficiências associadas, garantindo o uso da Libras como primeira língua (L1) e da Língua Portuguesa escrita como segunda língua (L2).

No âmbito da proteção à infância, o Marco Legal da Primeira Infância (Lei nº 13.257/2016), com a redação dada pela Lei nº 14.880, de 4 de junho de 2024, institui a Política Nacional de Atendimento Educacional Especializado a Crianças de Zero a Três Anos, estabelecendo a prioridade de atendimento e a busca ativa em programas de visitas domiciliares para crianças apoiadas pela Educação Especial ou que apresentem sinais de alerta no desenvolvimento desde a etapa da creche, com vistas à promoção do desenvolvimento infantil pleno e inclusivo.

Além disso, a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, promulgada pelo Decreto nº 6.949/2009 com *status* de Emenda Constitucional, veda a exclusão do sistema educacional geral sob alegação de deficiência, impondo o dever de providenciar adaptações razoáveis e de promover o desenho universal quando da elaboração de normas e diretrizes.

A operacionalização do atendimento encontra respaldo na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e na Resolução CNE/CEB nº

4/2009, que reorientam a atuação da modalidade e instituem as Diretrizes Operacionais para o AEE na Educação Básica, prevendo sua oferta prioritária em Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) no turno inverso ao da escolarização. Esse embasamento é fortalecido pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015 - LBI), que reafirma a obrigatoriedade de um sistema educacional inclusivo em todos os níveis.

Essa estrutura de garantias de direitos foi aprimorada e fortalecida com a promulgação do Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025, posteriormente alterado pelo Decreto nº 12.773, de 8 de dezembro de 2025, que instituiu a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva (PNEEI) e estruturou a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva (RENEEI). O regramento reafirma o direito dos estudantes público-alvo da Educação Especial ao ingresso, à permanência e à aprendizagem nas turmas regulares das escolas comuns, assegurando a oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE) de forma complementar e suplementar. A implementação prática e os mecanismos dessa política pública foram definidos pela Portaria MEC nº 421, de 15 de maio de 2026, sendo que a garantia do padrão de qualidade educacional, no âmbito da PNEEI, deverá ser expressa a partir do conjunto de apoios necessários ao acesso, à permanência, à participação e à aprendizagem nos sistemas públicos de ensino.

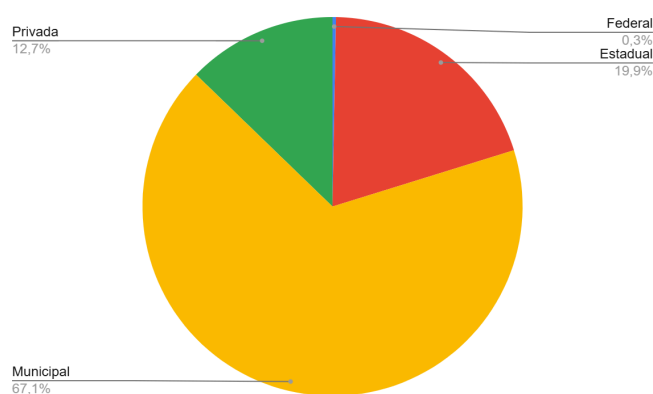
Cabe destacar ainda a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Ao definir a pessoa com TEA como pessoa com deficiência para todos os efeitos legais, o diploma assegurou o direito à matrícula nas turmas regulares das escolas comuns, o acesso às ações do AEE e a garantia de acompanhante especializado em sala de aula quando comprovada a necessidade, consolidando o suporte legal para o atendimento pedagógico e a inclusão das estudantes na rede pública de ensino.

No cenário regional e local, a fundamentação alinha-se aos marcos regulatórios do Estado de Santa Catarina e do Município de Joinville, que incluem a Resolução CEE/SC nº 100/2016, a Política de Educação Especial de Santa Catarina, a Lei Municipal nº 5.692/2006 (Sistema Municipal de Educação) e a Portaria nº 284/2025-SED.GAB, que estabelece diretrizes, critérios e fluxo para disponibilização de atendimento por profissional de apoio escolar aos estudantes da Educação Especial matriculados na Rede Municipal, além das diretrizes municipais específicas para o AEE, para a Educação Bilíngue de Surdos e para a Identificação e Atendimento de Estudantes com Altas Habilidades ou Superdotação.

Diagnóstico evolutivo das matrículas em Joinville

A evolução dos indicadores de acesso à Educação Básica em Joinville revela a consolidação do direito à educação ao longo do último decênio. Entre 2015 e 2025, no município de Joinville registrou um salto significativo de 430,23% nas matrículas do público-alvo da Educação Especial (PAEE), evoluindo de um contingente de 1.674⁵ estudantes em 2015 para 8.876⁶ matriculados em 2025. Esse incremento exponencial reafirma o compromisso com a universalização do acesso, ao mesmo tempo em que impõe o desafio de assegurar a permanência e a qualidade do atendimento especializado.

Gráfico 1 - Matrículas na Educação Básica - Município de Joinville - Ano 2025



Fonte: Elaboração própria, com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica (Brasil/Inep, 2025)

A distribuição do contingente de 8.876 estudantes matriculados em 2025 evidencia a centralidade e a responsabilidade prioritária da Rede Pública Municipal, que absorve a ampla maioria desse público, contabilizando 5.952 matrículas (67,06% do total). A Rede Estadual responde pelo atendimento de 1.767 estudantes (19,91%), seguida pelas instituições da Rede Privada, que registram 1.131 matrículas (12,74%), e pela Rede Federal, que acolhe 26 estudantes (0,29%).

Esse panorama demonstra que mais de 87% do alunado da Educação Especial em Joinville está matriculado nas redes públicas de ensino (municipal, estadual e federal). Essa concentração na esfera pública, impõe o desafio contínuo de dimensionar o quadro de

⁵ O mesmo estudante pode ter mais de um tipo de deficiência ou transtorno global do desenvolvimento e ter altas habilidades/superdotação (Censo Escolar/2015).

⁶ O mesmo estudante pode ter mais de um tipo de deficiência, transtorno do espectro autista (TEA), altas habilidades ou superdotação.

profissionais de apoio, expandir as Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) e assegurar financiamento adequado para garantir não apenas a universalização do acesso, mas também a permanência, a acessibilidade e a qualidade da aprendizagem.

A análise por categorias do Censo Escolar no decênio de 2015 a 2025 revela que o crescimento global das matrículas do público-alvo da Educação Especial (PAEE) em Joinville foi impulsionado, predominantemente, pelo avanço no diagnóstico e na identificação do Transtorno do Espectro Autista (TEA) e das Altas Habilidades ou Superdotação (AHSD).

Quadro 1 - Matrículas da Educação Especial Censo Escolar - Joinville (2015 - 2025)

Categoria	2015	2017	2019	2021	2023	2025
Cegueira	15	12	15	25	25	25
Baixa Visão	156	173	165	456	386	454
Surdez	56	35	63	48	42	23
Deficiência Auditiva	171	200	165	351	289	325
Surdocegueira	1	2	1	1	2	1
Deficiência Física	440	427	393	562	530	558
Deficiência Intelectual	801	904	1.055	2.205	1.740	2.189
Deficiência Múltipla	151	155	157	273	264	263
Transtorno do Espectro Autista (TEA)	211	363	733	1.162	3.152	5.662
Altas Habilidades ou Superdotação (AHSD)	7	71	100	151	219	539
Visão Monocular	—	—	—	—	—	18

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica (Brasil/Inep, 2015–2025)

A análise da evolução dos dados referentes aos estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) exige a contextualização de um importante ajuste de ordem metodológica e conceitual efetuado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) na coleta do Censo Escolar.

Até o levantamento de 2018, os registros eram coletados sob a categoria dos Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD), desdobrando-se nas nomenclaturas de *Autismo Infantil*, *Síndrome de Asperger*, *Síndrome de Rett* e *Transtorno Desintegrativo da Infância*, as quais somavam 211 matrículas. A partir do Censo Escolar de 2019, o INEP unificou essas nomenclaturas na categoria autônoma Transtorno do Espectro Autista (TEA),

alinhando as estatísticas educacionais brasileiras aos novos manuais globais de saúde e à legislação nacional vigente.

Com o aprimoramento dos protocolos diagnósticos, a ampliação da busca ativa e a consolidação dos direitos dos estudantes acompanhadas pela Educação Especial, os dados do Censo Escolar em Joinville revelam uma expansão expressiva, destacando-se quatro categorias centrais pelo volume de atendimentos e pela complexidade dos suportes exigidos.

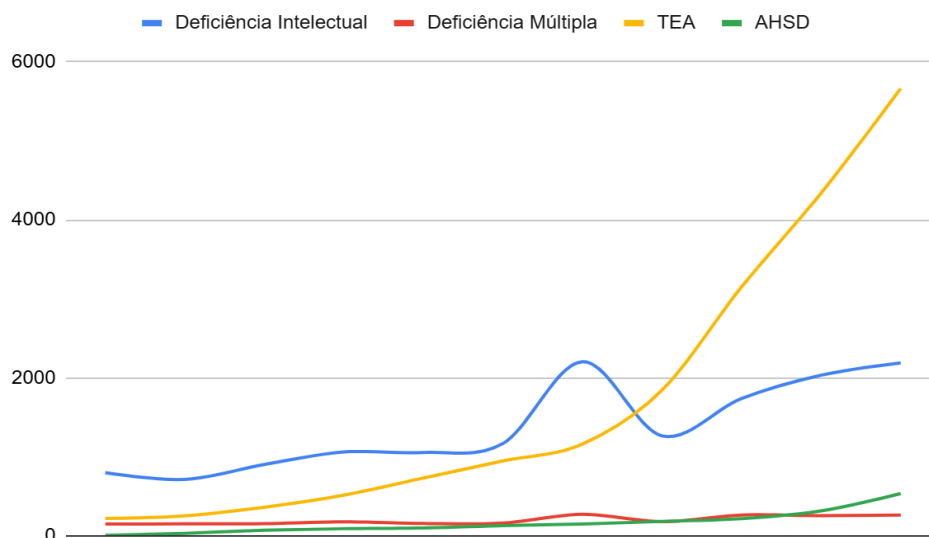
Com o avanço dos mecanismos de diagnóstico, o contingente de estudantes identificados com TEA atingiu 5.662 matrículas em 2025. Essa variação representa um salto de 2.590,5% em relação ao agrupamento de 2015, consolidando o TEA como a principal demanda da Educação Especial em Joinville, fundamentando a necessidade prioritária de investimento contínuo na expansão do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e no provimento de profissionais de apoio escolar.

No âmbito da deficiência cognitiva, as matrículas de estudantes com Deficiência Intelectual (DI) praticamente triplicaram, apresentando um aumento de 175,3% ao evoluir de 801 para 2.205 atendimentos.

Em termos de crescimento percentual, a identificação de estudantes com Altas Habilidades ou Superdotação (AHSD) registrou a expansão mais acentuada da série histórica, saltando de 7 para 539 matrículas (alta de 7.600,0%), reflexo da estruturação de rotinas de identificação e polos de atendimento no município.

Completando o conjunto de maior impacto na gestão educacional, as matrículas de estudantes com Deficiência Múltipla evoluíram de 151 para 273 (crescimento de 80,8%). Embora apresente crescimento numérico moderado em relação ao TEA, essa categoria posiciona-se como um dos maiores desafios operacionais da rede, exigindo adequações severas nos espaços físicos, eliminação de barreiras arquitetônicas e arquitetura de materiais pedagógicos acessíveis de alta complexidade.

Gráfico 2 - Evolução das Matrículas do Público-Alvo da Educação Especial (PAEE) na Educação Básica de Joinville (2015-2025)

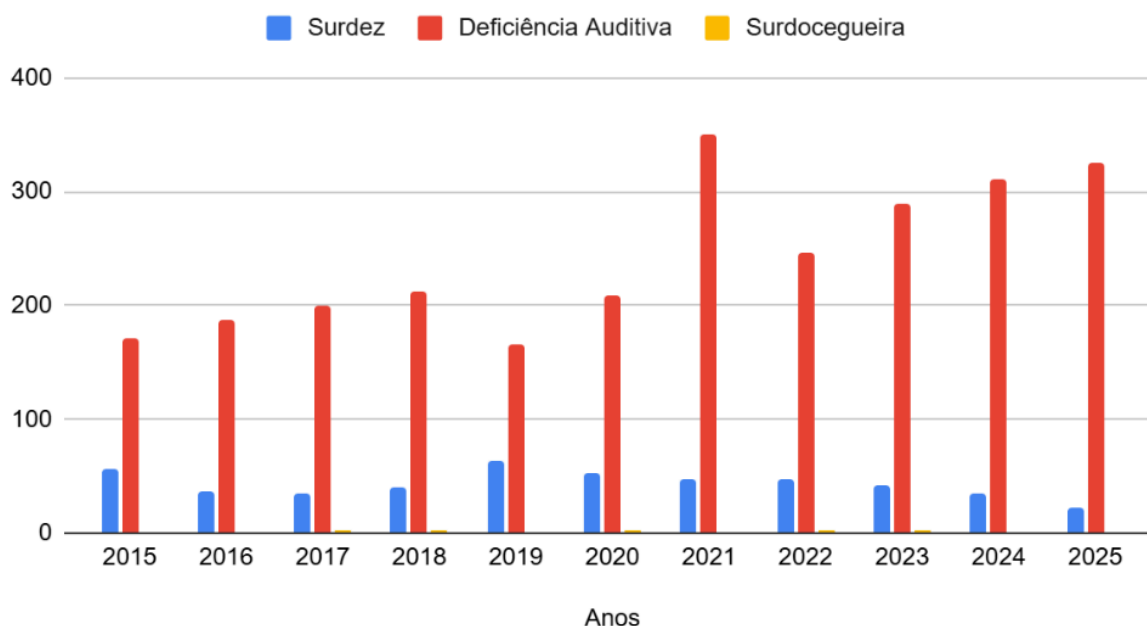


Fonte: Elaboração própria, com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica (Brasil/Inep, 2015–2025)

Complementarmente às categorias destacadas no Gráfico 1, o eixo da Deficiência Visual, que agrega Baixa Visão, Cegueira e Visão Monocular, exige adequações específicas de acessibilidade informacional, recursos ópticos e sinalização tátil/visual. A Baixa Visão registrou aumento de 192,3% (de 156 para 456 estudantes), enquanto a Cegueira variou de 15 para 25 matrículas (alta de 66,7%), somando-se a incorporação da Visão Monocular (Lei Federal nº 14.126/2021), que contabilizou 18 estudantes em 2025.

O comportamento das matrículas do público-alvo da educação bilíngue de surdos (PAEBS), no período compreendido entre 2015 e 2025, evidencia uma significativa reorganização no perfil de registro dos estudantes. O Gráfico 3 ilustra a evolução temporal e a variação comparativa entre as categorias de "Surdez", "Deficiência Auditiva" e "Surdocegueira" no Censo Escolar.

Gráfico 3 - Evolução das Matrículas do Público-Alvo da Educação Bilíngue de Surdos (PAEBS) na Educação Básica de Joinville (2015-2025)



Fonte: Elaboração própria, com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica (Brasil/Inep, 2015–2025)

A análise detalhada da variação quantitativa exibida no Gráfico 3 revela uma redistribuição expressiva entre os enquadramentos administrativos ao longo da década. Enquanto a opção "Surdez" registrou uma redução de 58,9% no volume de matrículas (declinando de 56 atendimentos em 2015 para 23 em 2025), a categoria "Deficiência Auditiva" apresentou um expressivo crescimento de 90,1%, saltando de 171 para 325 matrículas no mesmo intervalo. Por sua vez, a categoria "Surdocegueira" manteve padrão de estabilidade na série histórica, registrando 1 matrícula ao final do período analisado.

De modo geral, o aumento global no número de matrículas do público-alvo da Educação Especial reforça a necessidade de fortalecimento contínuo das ações de flexibilização e adequação curricular, da elaboração sistemática do Plano Educacional Individualizado (PEI) e da oferta de Atendimento Educacional Especializado (AEE) focado no desenvolvimento das funções cognitivas, da comunicação e da autonomia escolar.

O quantitativo consolidado em 2025 (8.876 estudantes) reafirma a necessidade da garantia de acessibilidade arquitetônica universal e do desenho universal aplicados às 200 unidades escolares da rede pública de ensino, além do provimento de adequações mobiliárias, recursos de tecnologia assistiva para a locomoção e escrita, iluminação adaptada, materiais didáticos em formatos acessíveis e ampliados, recursos ópticos e formação continuada dos profissionais da educação.

Infraestrutura de Atendimento Educacional Especializado (AEE)

O Relatório de Avaliação do Plano Municipal de Educação aponta que o quantitativo de Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) passou de 72, em 2016, para 117, em 2025, o que representa um crescimento de 62,5%. Contudo, considerando que a rede pública de ensino de Joinville conta com 205 unidades escolares (166 da Rede Municipal e 39 da Rede Estadual), constata-se que 83 unidades (41,5%) ainda não dispõem de estrutura própria para a oferta do AEE em suas dependências físicas.

Em conformidade com o Programa Escola Acessível, a Resolução CD/FNDE/MEC nº 15/2020 dispõe sobre os repasses do PDDE destinados à aquisição e adequação de itens para Salas de Recursos Multifuncionais e Bilíngues de Surdos nas redes públicas municipais, estaduais e do Distrito Federal.

Quadro 2 - Unidades Escolares Contempladas pelo PDDE-SRM em Joinville (2021–2025)

Redes	2021	2022	2023	2024	2025	Total
Estadual	13	8	2	0	0	23
Municipal	25	12	33	3	0	73
Total	38	20	35	3	0	96

Fonte: Elaboração própria, com base no Relatório de Avaliação do PME de Joinville (Joinville/PME, 2021-2025)

De acordo com o histórico do programa no quinquênio 2021–2025, o PDDE-SRM contemplou um total de 96 unidades escolares públicas localizadas no município (sendo 73 da Rede Municipal - 48 escolas de Ensino Fundamental e 25 Centros de Educação Infantil/CEIs - e 23 escolas da Rede Estadual). Ao confrontar esse alcance ao total de 200 unidades escolares públicas de Joinville, constata-se que menos da metade das unidades de ensino (48%) foi contemplada com repasses diretos para a estruturação de AEE, mantendo um *déficit* de cobertura de 52% (104 unidades sem o aporte direto do programa).

A redução dos repasses em 2024 (apenas 3 unidades) e a interrupção total em 2025 (nenhuma unidade contemplada) evidenciam as limitações do modelo de financiamento federal. Essa dependência e descontinuidade dos repasses federais sobrecarrega o orçamento do município e do estado, que precisam assumir integralmente o custeio de mobiliários adaptados, tecnologias assistivas e recursos pedagógicos específicos. Tal cenário compromete a meta de universalização das Salas de Recursos Multifuncionais na educação na rede pública

de Joinville e impõe obstáculos ao cumprimento do atendimento à Atenção Precoce (0 a 3 anos em creches), diretriz instituída pela Lei Federal nº 14.880, de 15 de janeiro de 2024.

Estruturação da Educação Bilíngue de Surdos

A trajetória da Educação Bilíngue de Surdos no município de Joinville passou por transformações estruturais ao longo do último decênio. Em 2015, o cenário municipal caracterizava-se pela inexistência de salas polos específicas dedicadas a essa modalidade. Esse panorama começou a ser modificado em 2018, com a implantação das duas primeiras salas de atendimento voltadas aos estudantes do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental. O fortalecimento institucional e a consolidação do quadro docente ganharam um marco decisivo em 2022, ano em que o município realizou o primeiro concurso público específico para o cargo de professor bilíngue, contemplando vagas para profissionais ouvintes e surdos.

Na atualidade, a Rede Municipal de Ensino consolida seu atendimento por meio de quatro escolas com turmas polo de Ensino Bilíngue para Surdos, distribuídas estrategicamente para contemplar as etapas da Educação Infantil e Ensino Fundamental, sendo um Centro de Educação Infantil, duas unidades de Ensino Fundamental voltadas aos Anos Iniciais e uma unidade direcionada aos Anos Finais.

Para assegurar a regência e o suporte pedagógico nessas unidades, a Rede Municipal dispõe de um quadro funcional composto por professores bilíngues surdos, professores bilíngues ouvintes e profissionais de apoio com conhecimento em Língua Brasileira de Sinais.

Na esfera estadual, a rede conta com professores bilíngues ouvintes, tradutores e intérpretes de Libras e instrutores de Libras, garantindo o atendimento pedagógico e a acessibilidade linguística aos estudantes matriculados no Ensino Fundamental (Anos Iniciais e Anos Finais) e no Ensino Médio.

Paralelamente à expansão física e de recursos humanos, o município obteve avanços pedagógicos na consolidação do direito à educação bilíngue de surdos. Destacam-se a elaboração e a aprovação das Diretrizes para a Educação Bilíngue (Libras e Língua Portuguesa), bem como a construção e homologação do Currículo de Língua Brasileira de Sinais, cuja abrangência pedagógica orienta as práticas docentes desde a Pré-escola até os Anos Finais do Ensino Fundamental. Além da Resolução CEE/SC nº 100/2016 e da Política de Educação Especial de Santa Catarina.

Formação continuada dos profissionais da educação

Na análise da garantia e da ampliação dos serviços de Educação Especial na rede pública de ensino, depara-se com escassez de profissionais interessados em atuar na modalidade e a limitação de infraestrutura física para a abertura de novos espaços pedagógicos especializados, sob forte impacto na etapa da Educação Infantil.

Nesse cenário, impõe-se a urgência do fortalecimento formativo do professor regente, em razão da implementação e no acompanhamento do Plano Educacional Individualizado (PEI). Em conformidade com a Portaria MEC nº 421, de 15 de maio de 2026, prevê-se a organização de instrumentos pedagógicos individualizados no contexto do percurso escolar dos estudantes público-alvo. O PEI deve estar estritamente articulado às dinâmicas desenvolvidas na sala comum, espaço no qual o docente regente estrutura as estratégias metodológicas, promove as formas de participação e avalia os avanços na aprendizagem.

Contudo, a oferta sistemática de formação continuada em Educação Especial enfrenta obstáculos de ordem estrutural e pedagógica nas redes de ensino. Um dos principais obstáculos reside na limitação de tempo no interior da jornada de trabalho docente, o que frequentemente instiga os educadores à busca por formação fora de seu expediente profissional, sem a devida remuneração ou o alívio de carga horária. Somado a isso, parcela expressiva dos cursos ofertados ainda adota abordagens teóricas e genéricas, desconectadas da realidade da sala de aula inclusiva - a qual exige estratégias práticas para a adequação curricular, a aplicação de tecnologias assistivas e o manejo de neurodivergências específicas.

Outro fator consiste na escassez de recursos financeiros e de profissionais especializados para coordenar e acompanhar essas formações de maneira contínua. Assim, as redes frequentemente oferecem palestras pontuais ou formações isoladas que não fornecem o suporte necessário ao cotidiano pedagógico. Essa ausência de acompanhamento sistemático deixa os professores desamparados diante da crescente diversidade de necessidades dos estudantes, gerando insegurança, sobrecarga de trabalho e barreiras à efetivação de uma educação verdadeiramente inclusiva.

Por fim, aponta-se a inexistência de uma política pública formativa de caráter amplo e permanente que alcance a totalidade dos profissionais da educação, com foco na Educação Especial Inclusiva e na Educação Bilíngue de Surdos. Tal diretriz encontra alinhamento direto no art. 7º, inciso II, da Portaria MEC nº 421/2026, que estabelece expressamente a obrigatoriedade da "formação continuada em Educação Especial Inclusiva para os

profissionais da educação", reforçando que a preparação para a inclusão deve abarcar todos os sujeitos atuantes no sistema educativo.

Análise causal

A compreensão dos desafios operacionais que incidem sobre a Educação Especial Inclusiva e a Educação Bilíngue de Surdos exige uma leitura articulada das causas estruturais, normativas e pedagógicas que limitam a consolidação de um ensino público inclusivo. Embora o município tenha registrado avanços na ampliação do acesso e na atualização do seu arcabouço normativo local, a garantia plena dos direitos dos estudantes ainda enfrenta barreiras no funcionamento sistêmico da rede de ensino.

O crescimento da demanda por matrículas (que saltou de 1.674 para 8.876 estudantes no decênio de 2015 a 2025) responde a alterações normativas nacionais, avanços nos protocolos diagnósticos, atualização de manuais clínicos e mudanças nas regras de financiamento público. A seguir, apresentam-se as causas determinantes desse cenário, agrupadas segundo os eixos estruturantes do diagnóstico municipal.

Expansão das matrículas no Transtorno do Espectro Autista (TEA) e Altas Habilidades ou Superdotação (AHSD)

O crescimento expressivo de 2.590,5% nas matrículas de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), saltando de 211 em 2015 para 5.662 em 2025, e de 7.600,0% nos registros de Altas Habilidades/Superdotação (AHSD), passando de 7 para 539 no mesmo período, posiciona ambos os públicos como os eixos de maior impacto na expansão da demanda educacional no município de Joinville.

A vertiginosa expansão nos diagnósticos e nas matrículas de estudantes com TEA é fundamentada pela consolidação da Lei Federal nº 12.764/2012 (Lei Berenice Piana) que, associada à atuação organizada da sociedade civil joinvilense, resultou em maior conscientização das famílias sobre os direitos de acesso, permanência e suporte especializado na escola pública regular. Em paralelo, a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e da Atenção Primária à Saúde propiciou a ampliação da triagem do desenvolvimento infantil, antecipando os diagnósticos e reduzindo a idade média de ingresso das crianças com TEA na Rede Municipal de Ensino.

Entretanto, sob a perspectiva da gestão do trabalho e da Educação Especial Inclusiva, o aumento das matrículas de TEA, somado à elevada prevalência de estudantes com Deficiência Intelectual, revelou um descompasso estrutural entre as necessidades cotidianas das salas de aula comuns e o quantitativo de docentes especializados e profissionais de apoio disponíveis. A superação desse gargalo de gestão é indispensável para garantir a adaptação curricular, o acompanhamento individualizado e a permanência com qualidade pedagógica em toda a Rede Pública.

No tocante às Altas Habilidades ou Superdotação, a expressiva ascensão percentual reflete o combate gradativo ao viés histórico de invisibilidade dessa população. Esse avanço foi impulsionado pela intensificação do debate público, pela padronização de diretrizes na rede pública e pelo fortalecimento de polos especializados de atendimento, tais como o Núcleo de Atendimento sediado na EEB Profª Jandira D'Ávila (Rede Estadual, instituído em 2016) e o Polo Ativamente (Rede Municipal, implementado em 2025). Tais estruturas viabilizaram a aplicação sistemática de instrumentos de identificação e favoreceram a oferta de práticas de enriquecimento curricular alinhadas aos interesses e às aptidões dos estudantes.

Contudo, cumpre destacar que o patamar de 539 matrículas registradas em 2025 ainda se situa significativamente distante da estimativa epidemiológica consolidada pela literatura especializada e pela Organização Mundial da Saúde (OMS), a qual aponta que entre 3% e 5% da população escolar apresenta indicadores de altas habilidades ou superdotação. Isso sinaliza a necessidade de contínua busca ativa e aperfeiçoamento dos processos de identificação precoces no cotidiano escolar.

Registro censitário, avanços e desafios na Educação Bilíngue de Surdos

A oscilação decrescente de 58,9% registrada na categoria Surdez (passando de 56 matrículas em 2015 para 23 em 2025) não reflete uma diminuição real da população surda no território de Joinville, mas decorre da convergência de fatores tecnológicos, clínicos e administrativos.

Conforme apontam os estudos, a ampliação da Triagem Auditiva Neonatal Universal, aliada à concessão sistemática de Aparelhos de Amplificação Sonora Individual (AASI) e à expansão dos implantes cocleares, reconfigurou o perfil funcional de parcela do alunado. O ganho auditivo proporcionado por essas tecnologias induz muitas unidades escolares a registrarem o estudante sob a classificação de "Deficiência Auditiva" no Censo Escolar, em detrimento do termo "Surdez". Essa oscilação revela fragilidades conceituais nos atos de

matrícula quanto à diferenciação entre a surdez sob a perspectiva linguístico-cultural (usuários da Libras como primeira língua - L1) e a deficiência auditiva sob a perspectiva médico-clínica (usuários da língua portuguesa oral com apoio tecnológico).

Para além das classificações clínicas ou do uso de próteses, a Lei Federal nº 14.191/2021 alterou a LDB (Lei nº 9.394/1996) para instituir a Educação Bilíngue de Surdos como modalidade de ensino independente, assegurando o direito à Libras como primeira língua (L1) e ao português escrito como segunda língua (L2) a estudantes surdos, surdo-cegos, deficientes auditivos sinalizantes e com deficiências ou altas habilidades associadas. Dessa forma, as flutuações do Censo não exoneram o poder público do dever de consolidar e financiar as Escolas com Turmas Polo de Ensino Bilíngue de Surdos, garantindo professores bilíngues e professores surdos.

Além disso, garante-se o direito incontestável a um currículo bilíngue específico, ao processo de alfabetização e letramento primeiramente em Libras (L1) e em Língua Portuguesa escrita como segunda língua (L2), à disponibilização contínua de materiais didáticos visuais e recursos de tecnologia assistiva, bem como a ambientes escolares imersivos que respeitem e promovam a cultura e a identidade surda.

No campo da educação bilíngue de surdos, o município de Joinville registrou avanços institucionais decisivos. Um marco importante ocorreu em 2022, quando a Secretaria de Educação realizou o primeiro concurso público para o cargo de professor bilíngue (ouvintes e surdos), visando compor o quadro funcional das unidades com turmas polo bilíngues. Destaca-se, ainda, a elaboração e a aprovação das Diretrizes para a Educação Bilíngue (Libras/Língua Portuguesa) e do Currículo de Língua Brasileira de Sinais, abrangendo desde a Pré-Escola até os Anos Finais do Ensino Fundamental.

Contudo, persistem desafios operacionais e pedagógicos. Dentre os desafios ainda evidenciados no atendimento aos estudantes surdos, destaca-se a necessidade de ampliação do serviço para a primeira infância, alcançando crianças de zero a três anos de idade para mitigar os impactos da privação linguística precoce.

O acesso pleno aos serviços também enfrenta barreiras logísticas decorrentes de limitações no transporte escolar, que atualmente não contempla todas as regiões do município, impondo longos deslocamentos urbanos ou forçando a permanência de estudantes em unidades não polos sem o ambiente linguístico ideal.

No campo pedagógico, persistem a escassez de materiais didáticos visuais, acessíveis e específicos para esse público e a urgência na consolidação prática de um currículo bilíngue

que assegure a efetivação da Libras como primeira língua (L1) e do Português escrito como segunda língua (L2).

Soma-se a esse cenário a formação docente, ainda focada prioritariamente no ensino tradicional da Língua Portuguesa em detrimento da instrução em Libras. Esse *déficit* formativo reflete-se na manutenção de metodologias inadequadas ao ensino do Português para surdos, que, por consistir no aprendizado de uma segunda língua (L2), não deve seguir os mesmos parâmetros aplicados aos estudantes ouvintes. Abordagens centradas exclusivamente na oralidade, na correspondência fonema-grafema ou na memorização gramatical mostram-se ineficazes. Faz-se necessária a adoção de estratégias estruturadas na mediação em Libras, no uso de tecnologias, imagens, vídeos e no trabalho com textos reais (Tavares e Bento, 2025).

Para além da dimensão didática e da formação dos professores, o cenário educacional enfrenta outros desafios operacionais e administrativos que impactam a educação bilíngue. Destacam-se a assimetria nos modelos de contratação entre as redes municipal e estadual, a carência de educadores surdos no quadro efetivo e as lacunas na formação continuada de gestores escolares.

A oferta de formação continuada enfrenta entraves como a limitação de tempo na jornada de trabalho docente, o que força o aperfeiçoamento fora do expediente sem a devida remuneração, associada ao predomínio de formações teóricas e pontuais. Essa ausência de acompanhamento permanente deixa os professores regentes sem o suporte metodológico necessário diante da diversidade das turmas regulares, gerando sobrecarga de trabalho e barreiras atitudinais no cotidiano pedagógico.

Desafios de financiamento, infraestrutura do AEE e formação dos profissionais

Na etapa da primeira infância, verifica-se uma lacuna na implementação prática das diretrizes trazidas pela Lei Federal nº 14.880/2024. O município de Joinville enfrenta dificuldades na estruturação de atendimentos especializados continuados para a etapa da Educação Infantil, sobretudo para a faixa etária de zero a três anos, cenário agravado pela frágil articulação intersetorial entre as políticas de Educação, Saúde e Assistência Social.

A ausência de equipes multidisciplinares e de um protocolo unificado de identificação de sinais de alerta no desenvolvimento infantil nos Centros de Educação Infantil (CEIs) e na atenção primária resulta na subidentificação e no atraso dos encaminhamentos pedagógicos, ocasionando a perda do período de desenvolvimento linguístico antes do ingresso na

pré-escola. Além disso, as imprecisões no preenchimento do Censo Escolar comprometem a qualidade dos dados administrativos necessários ao planejamento público, retardando a elaboração do Plano Educacional Individualizado (PEI) e a concessão tempestiva de recursos de tecnologia assistiva.

No âmbito do financiamento e da infraestrutura física, o ritmo assíncrono de expansão frente ao crescimento da demanda fez com que 83 unidades (41,5%) das unidades públicas de ensino de Joinville ainda não disponham de Salas de Recursos Multifuncionais (SRM). A causa primária desse *déficit* reside na dependência e na posterior descontinuidade dos repasses do Programa Dinheiro Direto na Escola destinado às Salas de Recursos (PDDE-SRM). O modelo federal de descentralização orçamentária provocou a estagnação do fluxo de recursos entre 2024 e 2025, deixando mais da metade dos estabelecimentos sem o aporte direto do programa. Essa limitação impõe o deslocamento dos estudantes para unidades polo ou os priva do atendimento no turno inverso, problema agravado pelas restrições na cobertura do transporte escolar.

Causas críticas

A partir da análise dos dados e dos documentos norteadores, identificam-se como causas críticas:

Educação Especial Inclusiva

- insuficiência e desigualdade na capacidade de atendimento para a oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE) para garantir cobertura equitativa na rede público de ensino;
- fragilidade nas políticas de formação continuada para professores de sala de aula, professores do AEE e equipes diretiva e pedagógica, o que favorece práticas capacitistas nas relações escolares e institucionais;
- insuficiência e inadequação da infraestrutura física e arquitetônica das unidades escolares, caracterizadas pela presença de barreiras que dificultam a mobilidade, a permanência e a plena participação dos estudantes nos diferentes espaços educativos;
- carência de profissionais especializados para atuação no AEE e para a garantia dos apoios necessários em sala de aula;

- falta de equipes multidisciplinares intersetoriais para suporte técnico na identificação dos estudantes público-alvo da Educação Especial (PAEE), orientação pedagógica às escolas e às famílias;
- incompatibilidade do modelo de oferta do AEE no contraturno escolar com a realidade das escolas e com as diferentes demandas, etapas e modalidades de ensino;
- escassez e inadequação de materiais pedagógicos acessíveis, recursos didáticos específicos e equipamentos de tecnologia assistiva necessários para a eliminação de barreiras cognitivas e atitudinais, comprometendo a autonomia e a aprendizagem;
- insuficiência de vagas para o atendimento adequado às crianças público-alvo da Educação Especial na faixa etária de 0 a 3 anos;
- limitações e insuficiência na oferta de transporte escolar adaptado e acessível, comprometendo o deslocamento e a frequência dos estudantes PAEE nos atendimentos de contraturno.

Educação Bilíngue de Surdos:

- falta de compreensão por parte de gestores e professores de que o público-alvo (PAEBS) se constitui a partir de especificidades linguísticas, identitárias e culturais próprias, demandando a Libras como primeira língua (L1) e o Português escrito como segunda língua (L2);
- necessidade de um currículo bilíngue específico e unificado que estruture o ensino de e em Libras (L1) e a abordagem do Português escrito como segunda língua (L2) na Educação Básica;
- inexistência de oferta estruturada e de vagas para o atendimento de crianças surdas de 0 a 3 anos;
- carência e insuficiência de professores bilíngues, tradutores/intérpretes de Libras, instrutores e demais profissionais especializados em todas as etapas e modalidades de ensino;
- inadequação dos espaços físicos e ambientais das unidades escolares quanto à acessibilidade visual (iluminação, sinalização visual, arquitetura e disposição espacial das salas), comprometendo o conforto e a fluidez comunicacional;
- escassez de materiais didáticos visuais, acervo bibliográfico em Libras, recursos pedagógicos específicos e tecnologias assistivas que respeitem as particularidades culturais e linguísticas do PAEBS;

- fragilidade e limitação na oferta de transporte escolar adaptado e integrado para garantir o deslocamento do PAEBS até as escolas com oferta de ensino bilíngue.

Referências

- BRASIL. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)**. *Censo Escolar da Educação Básica: microdados*. Brasília, DF: INEP, 2015-2025. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/microdados/censo-escolar>. Acesso em: 14 ago. 2026.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 12 ago. 2026.
- BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 25 abr. 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm. Acesso em: 12 ago. 2026.
- BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 14 ago. 2026.
- BRASIL. **Lei nº 14.191, de 3 de agosto de 2021**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 4 ago. 2021. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/114191.htm. Acesso em: 14 ago. 2026.
- BRASIL. **Lei nº 14.880, de 4 de junho de 2024**. Altera a Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016 (Marco Legal da Primeira Infância), para instituir a Política Nacional de Atendimento Educacional Especializado a Crianças de Zero a Três Anos (Atenção Precoce) e para determinar prioridade de atendimento em programas de visitas domiciliares a crianças da educação infantil apoiadas pela educação especial e a crianças da educação infantil com sinais de alerta para o desenvolvimento, nos termos que especifica. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 5 jun. 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/114880.htm. Acesso em: 10 ago. 2026.
- BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 28 dez. 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm. Acesso em: 14 ago. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria MEC nº 421, de 15 de maio de 2026**. Dispõe sobre a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva – PNEEI e sobre a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva – Reneei, de que tratam o Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 18 maio 2026. Disponível em: <https://mecnormas.mec.gov.br/pesquisa/detalhar/11240>. Acesso em: 14 ago. 2026

SANTA CATARINA. Conselho Estadual de Educação. **Resolução CEE/SC Nº 100, de 13 de dezembro de 2016**. Estabelece normas para a Educação Especial no Sistema Estadual de Educação de Santa Catarina. Florianópolis: CEE/SC, 2016.

SANTA CATARINA. Governo do Estado. Secretaria de Estado da Educação. **Política de educação especial** / Estado de Santa Catarina, Secretaria de Estado da Educação. – Florianópolis : Secretaria de Estado da Educação, 2018.

TAVARES, Talita Nabas; BENTO, Nanci Araujo. **O ensino de português como segunda língua (PL2) na educação bilíngue para surdos**: estratégias e materiais didáticos bilíngues. *Revista Espaço*, Rio de Janeiro, v. especial, n. 62, p. 165-178, 2025.

11. EDUCAÇÃO DE JOVENS, ADULTOS E IDOSOS

Problema

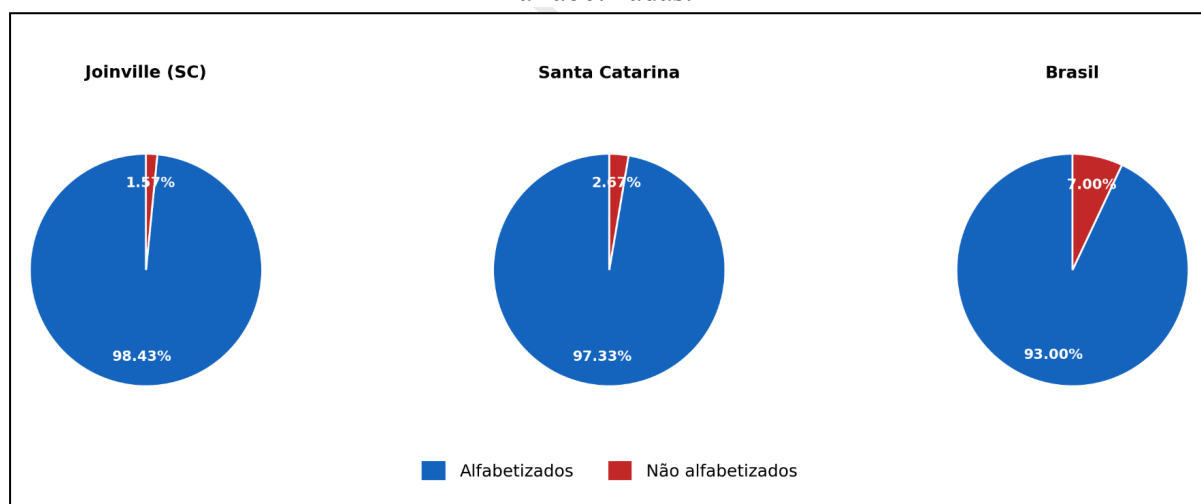
Grande contingente de pessoas fora da idade escolar obrigatória não está alfabetizada, não concluiu o Ensino Fundamental e/ou o Ensino Médio.

Análise descritiva

População não alfabetizada e demanda potencial para EJA

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Joinville possui 616.317 habitantes e 500.847 pessoas têm 15 anos ou mais. Desse total, 7.850 pessoas, correspondendo a 1,57% da população de pessoas com 15 anos ou mais, não são alfabetizadas. Isso resulta em uma taxa de alfabetização de 98,43%, patamar superior às médias estadual, de 97,33%, e nacional, de 93%, como é mostrado no **Gráfico 1**, o que reforça o destaque do município no cenário catarinense e brasileiro.

Gráfico 1 - Comparativo: Pessoas de 15 anos ou mais alfabetizadas e não alfabetizadas.

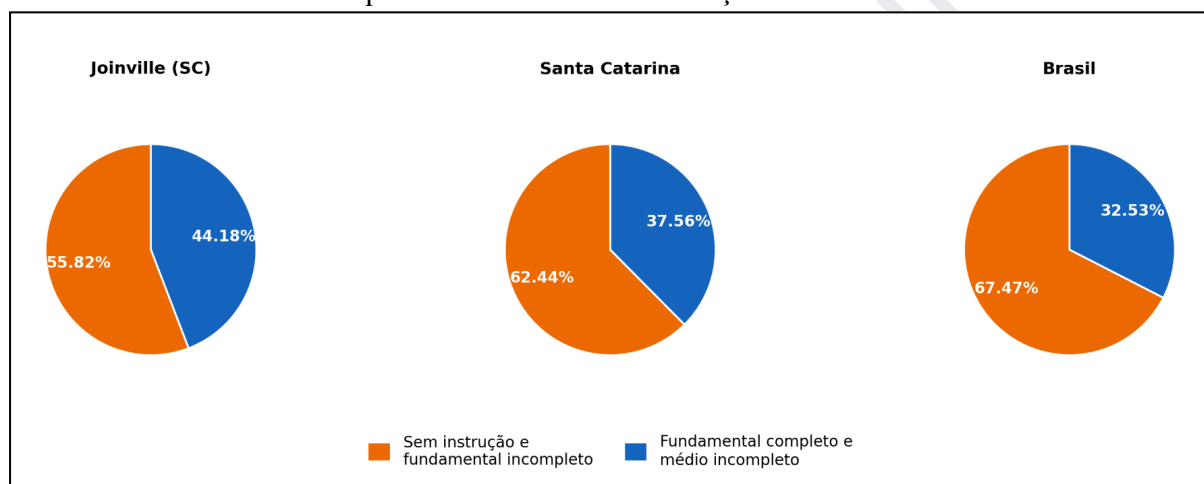


Fonte: Elaboração própria com dados do IBGE, Censo Demográfico - 2022.

No entanto, ao confrontar esses resultados com as diretrizes da Meta 9 da Lei Municipal nº 8.043, de 2 de setembro de 2015, que aprovou o Plano Municipal de Educação (PME), observa-se um cumprimento parcial dos objetivos. Embora a expressiva taxa de alfabetização aproxime a cidade da universalização, o objetivo de erradicar integralmente o analfabetismo absoluto ainda não foi alcançado.

O desafio se torna ainda mais complexo no que diz respeito à redução em 50% do analfabetismo funcional⁷. Os dados do Censo de 2022 revelam que 165.443 pessoas com 18 anos ou mais em Joinville não possuem a escolaridade básica completa (IBGE, 2023). Em relação ao nível de instrução desse grupo que não concluiu a Educação Básica, constatou-se que 92.355 (55,82%) pessoas não possuem instrução ou não concluíram o Ensino Fundamental, enquanto 73.088 (44,18%) possuem o Ensino Fundamental completo e o Médio incompleto (IBGE, 2023). Como é mostrado no **Gráfico 2**, o comportamento dessas taxas no município é comparado aos panoramas estadual e nacional, revelando superioridade do contexto local frente a Santa Catarina e ao Brasil.

Gráfico 2 - Comparativo: Nível de instrução de pessoas de 18 anos ou mais de idade que não concluíram a Educação Básica



Fonte: Elaboração própria com dados do IBGE, Censo Demográfico 2022.

Esse cenário de escolarização interrompida comprova que a alfabetização inicial não se traduziu em trajetórias escolares concluídas, indicando que o município ainda enfrenta barreiras para consolidar a redução do analfabetismo funcional.

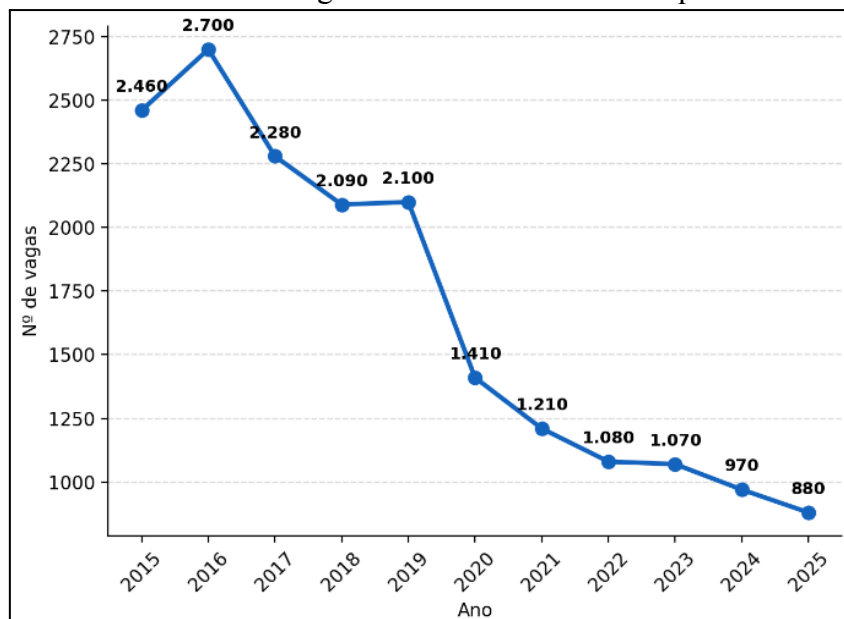
Distribuição territorial e por turno da oferta de vagas da EJA na Rede Municipal de Joinville

A análise da distribuição da oferta de vagas da EJA por região e turno no município de Joinville evidencia importantes transformações na política de atendimento da modalidade ao longo do período de 2015 a 2025. As significativas alterações no número de vagas

⁷ O analfabetismo funcional é caracterizado, quando os alunos escolarizados ainda apresentam dificuldades em buscar, avaliar e organizar informações de modo a aprender, resolver problemas e tomar decisões para a vida, gerando sérios problemas para o desenvolvimento educacional no Brasil (Matos, *et. al.*, 2021).

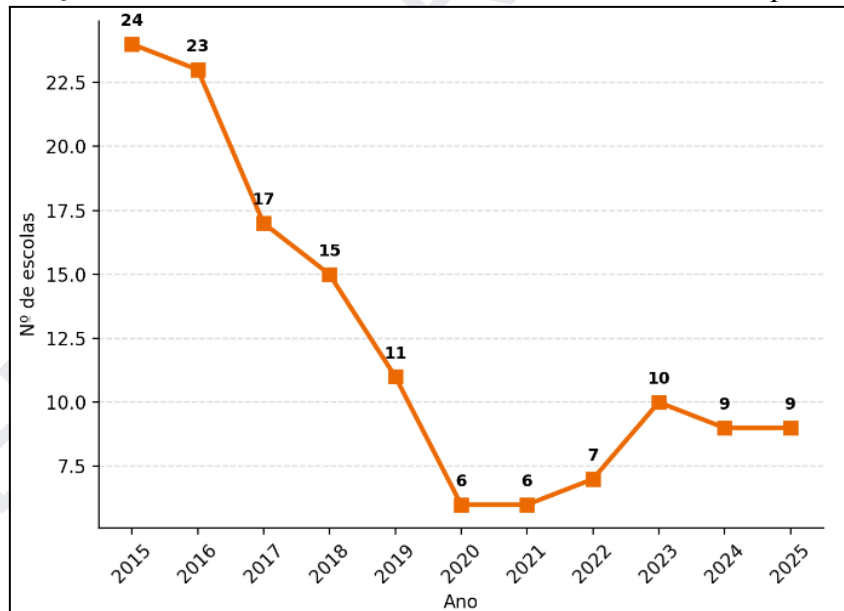
disponibilizadas, na quantidade de escolas e bairros atendidos são ilustradas nos **Gráficos 3, 4 e 5**.

Gráfico 3 - Número de vagas ofertadas - Rede Municipal de Joinville



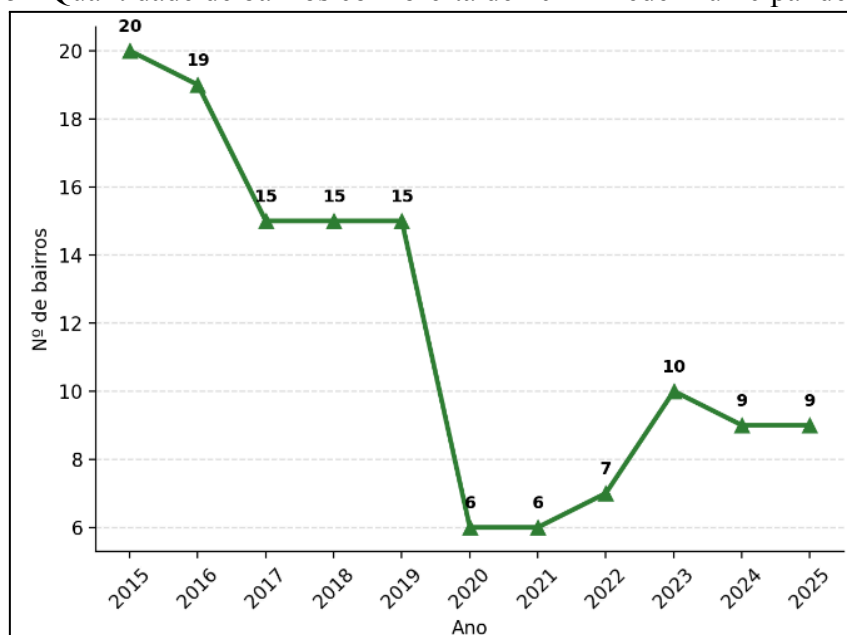
Fonte: Elaboração própria com dados do Sistema EVN (Rede Municipal de Joinville).

Gráfico 4 - Quantidade de escolas com oferta de EJA - Rede Municipal de Joinville



Fonte: Elaboração própria com dados do Sistema EVN (Rede Municipal de Joinville).

Gráfico 5 - Quantidade de bairros com oferta de EJA - Rede Municipal de Joinville



Fonte: Elaboração própria com dados do Sistema EVN (Rede Municipal de Joinville).

Os dados demonstram significativas alterações tanto na abrangência territorial da oferta quanto na quantidade de escolas, bairros atendidos e número de vagas disponibilizadas à população jovem, adulta e idosa que busca a continuidade dos estudos.

No ano de 2015, a rede municipal de ensino apresentava a maior capilaridade territorial da série histórica analisada, com atendimento distribuído em sete regiões do município, abrangendo 20 bairros e 24 escolas, que ofertavam um total de 2.460 vagas. Nesse período, a oferta estava integralmente concentrada no período noturno, evidenciando o reconhecimento do perfil predominante do público da EJA, constituído majoritariamente por trabalhadores que conciliavam estudo e jornada de trabalho.

Em 2016, observa-se uma ampliação do número de vagas, que passou para 2.700, apesar da redução para 23 escolas e 19 bairros atendidos, mantendo-se a presença em sete regiões do município. O atendimento continuou sendo realizado exclusivamente no turno noturno, consolidando a centralidade desse período para o acesso dos estudantes trabalhadores à escolarização.

A partir de 2017, inicia-se um processo de retração da oferta territorial da modalidade. O número de regiões atendidas reduziu-se para seis, enquanto os bairros contemplados diminuíram para 15 e as unidades escolares para 17, resultando em uma oferta de 2.280 vagas, todas no período noturno. Esse cenário permaneceu em 2018 quanto ao número de regiões e bairros atendidos, porém com nova redução no quantitativo de escolas, que passou para 15, e no número de vagas, que totalizou 2.090.

O ano de 2019 marca uma importante mudança na organização da oferta da EJA no município. Embora tenha sido mantida a presença em seis regiões e em 15 bairros, ocorreu uma expressiva diminuição do número de escolas, reduzidas para 11 unidades. Em contrapartida, a oferta de vagas permaneceu relativamente estável, alcançando 2.100 vagas. O principal diferencial desse período foi a ampliação do atendimento para os turnos diurno e noturno, indicando uma tentativa de diversificação dos horários e adequação às diferentes necessidades dos estudantes da modalidade.

Entre 2020 e 2021 verifica-se uma redução significativa da cobertura territorial e da capacidade de atendimento da EJA. Em ambos os anos, a oferta concentrou-se em apenas seis bairros e seis escolas distribuídas em seis regiões do município. O número de vagas caiu para 1.410 em 2020 e para 1.210 em 2021, mantendo-se a oferta nos períodos diurno e noturno. Tal redução coincide com os impactos decorrentes da pandemia de COVID-19, que afetou diretamente os sistemas educacionais e a permanência dos estudantes na modalidade. Nos anos seguintes observa-se uma discreta reorganização da oferta.

Em 2022, a rede passou a atender sete bairros por meio de sete unidades de ensino, totalizando 1.080 vagas. Em 2023, houve ampliação para dez bairros e dez escolas, embora o número de vagas tenha permanecido praticamente estável, com 1.070 vagas ofertadas. Já em 2024 ocorreu nova redução, com atendimento em nove bairros e nove escolas e oferta de 970 vagas. Em 2025, manteve-se a estrutura de nove bairros e nove escolas distribuídas em seis regiões do município, porém com diminuição para 880 vagas ofertadas, permanecendo os atendimentos nos períodos diurno e noturno.

De forma geral, a análise histórica revela um movimento de progressiva redução da oferta da EJA no município, tanto em relação ao número de escolas e bairros atendidos quanto ao quantitativo de vagas disponibilizadas. Enquanto em 2016 a rede ofertava 2.700 vagas em 23 escolas distribuídas em sete regiões, em 2025 esse número foi reduzido para 880 vagas em nove escolas localizadas em seis regiões, representando uma diminuição de aproximadamente 67,4% das vagas ofertadas ao longo do período analisado. Além da redução quantitativa, destaca-se a mudança na organização dos turnos de atendimento.

Entre 2015 e 2018 a oferta esteve concentrada exclusivamente no período noturno, refletindo as características históricas da modalidade voltada ao público trabalhador. A partir de 2019, a incorporação do período diurno indica uma tentativa de flexibilização e diversificação do atendimento, buscando contemplar diferentes perfis de estudantes, como pessoas em situação de desemprego, trabalhadores informais, idosos e jovens com trajetórias escolares interrompidas. Os dados sugerem, portanto, a necessidade de reflexão sobre os

desafios relacionados à garantia do direito à educação ao longo da vida, à manutenção da capilaridade territorial da EJA e ao acesso da população jovem e adulta à escolarização básica, especialmente em contextos de redução da oferta e reorganização das políticas públicas educacionais.

A análise apresentada até aqui refere-se à oferta da EJA na rede municipal de ensino. Entretanto, a oferta da modalidade no município de Joinville também contempla a rede federal, que apresenta características específicas quanto à organização, à finalidade e à articulação entre a educação básica e a educação profissional. Nesse contexto, destaca-se a oferta do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), instituído pelo Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006, que estabelece, no âmbito federal, a integração entre a educação básica e a educação profissional. Em Joinville, essa oferta é realizada pelo Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), com início em 2025, por meio do Curso Técnico Integrado em Eletromecânica – Modalidade PROEJA.

O Curso Técnico Integrado em Eletromecânica – Modalidade PROEJA do IFSC possibilita ao estudante a conclusão do Ensino Médio articulada à formação técnica específica. A formação contempla competências relacionadas ao projeto e à execução de instalações elétricas e mecânicas de equipamentos industriais, conforme especificações técnicas, normas de segurança e princípios de responsabilidade ambiental, bem como atividades de planejamento e execução da manutenção elétrica e mecânica de equipamentos industriais e de projeto, instalação e manutenção de sistemas de acionamento elétrico e mecânico. São ofertadas 40 vagas anuais, com duração de seis semestres, no período noturno, e carga horária total de 2.420 horas.

Oferta de vagas da EJA integradas à Educação Profissional

A Meta 10 do PME (2015-2025) estabelece a oferta de, no mínimo, 25% das matrículas da Educação de Jovens e Adultos (EJA), nos Ensinos Fundamental e Médio, na forma integrada à Educação Profissional.

Os dados disponibilizados pelo painel de monitoramento do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE/SC) permitem acompanhar a evolução das matrículas da EJA integrada à Educação Profissional entre os anos de 2015 e 2025, evidenciando os avanços e desafios no cumprimento da meta estabelecida.

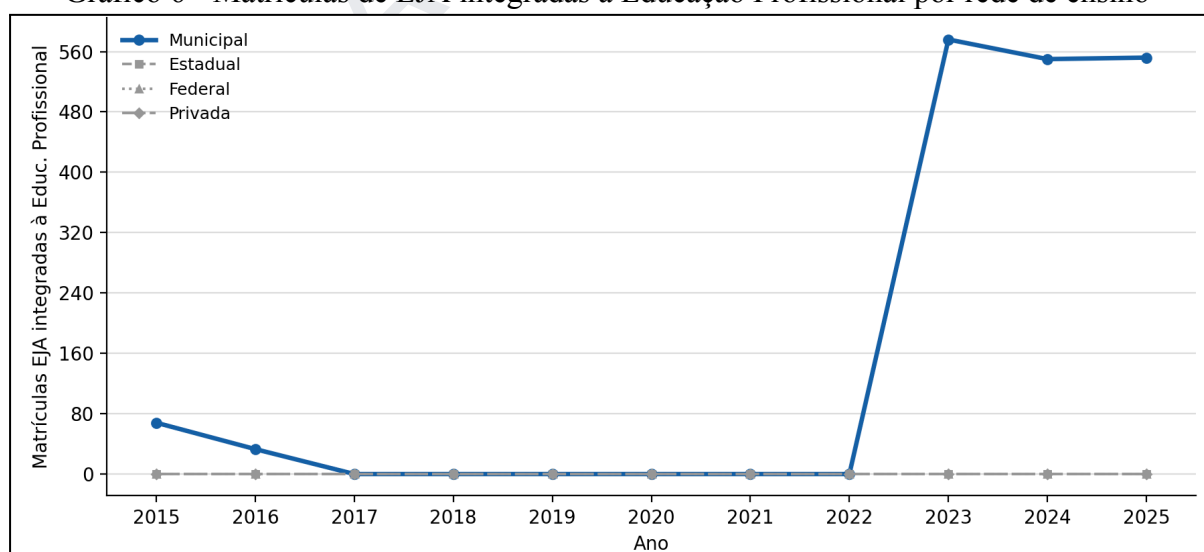
No contexto do município de Joinville, os dados de monitoramento do PME indicam

que o percentual de matrículas da EJA integradas à Educação Profissional permaneceu próximo de zero entre 2015 e 2022, com seis anos consecutivos (2017 a 2022) sem nenhuma oferta integrada registrada. Contudo, ressalta-se que essa ausência de registros decorre de uma provável inconsistência na coleta de dados do período apurado. Por razões institucionais não identificadas, as informações referentes a essa modalidade não foram devidamente capturadas pelas estatísticas oficiais, gerando viés nos indicadores apresentados.

Em contrapartida à ausência desses registros, a rede municipal havia implementado, em 2016, uma nova proposta para a Educação de Jovens e Adultos (EJA), incorporando ao currículo a oferta de qualificação profissional como estratégia para promover a articulação entre a formação básica e a preparação para o mundo do trabalho. Nesse contexto, todos os estudantes matriculados no 2º Segmento da EJA passaram a cursar a disciplina de Qualificação Profissional em Informática, ampliando as oportunidades de desenvolvimento de competências profissionais e contribuindo para a integração da EJA à Educação Profissional, em consonância com a Meta 10 do PME.

A partir de 2023, observa-se no Gráfico 6 um salto expressivo no número de matrículas de EJA integradas à Educação Profissional, que passa a superar a meta estabelecida, atingindo a faixa de 31% a 35% das matrículas entre 2023 e 2025, movimento concentrado exclusivamente na rede municipal, já que as redes estadual e privada não registraram nenhuma matrícula de EJA integrada à Educação Profissional em todo o período analisado.

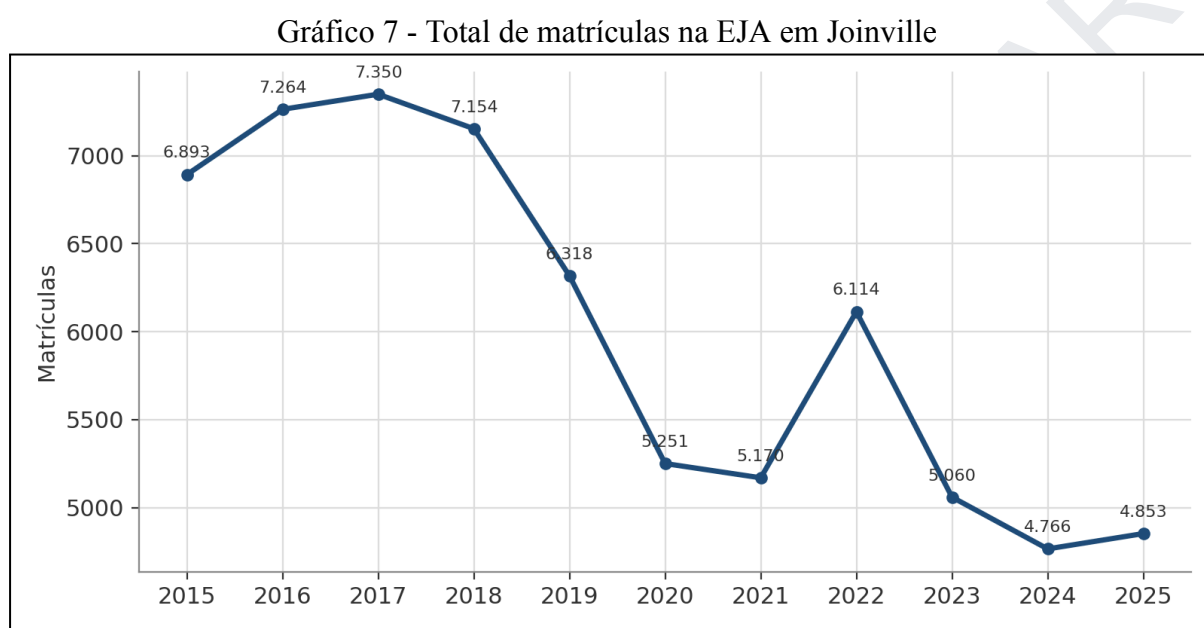
Gráfico 6 - Matrículas de EJA integradas à Educação Profissional por rede de ensino



Fonte: Elaboração própria com dados do TCE-SC(PNE Meta 10).

Evolução das matrículas na EJA

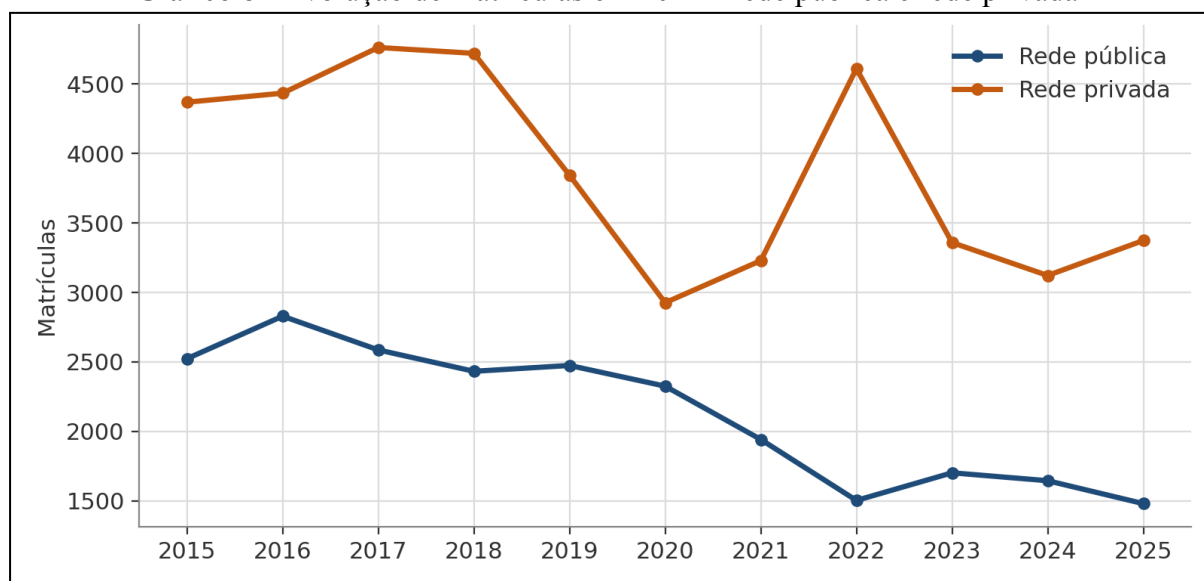
A evolução de matrículas na EJA em Joinville, entre 2015 e 2025, revela uma trajetória marcada por forte oscilação e retração persistente, conforme ilustrado no **Gráfico 7**. O total de matrículas atingiu seu pico em 2017, com 7.350 registros, seguido de uma queda acentuada até 2021 e de um novo recuo entre 2022 e 2024. Observa-se uma leve recuperação em 2025, insuficiente, no entanto, para que a série retorne ao patamar observado em 2015.



Fonte: Elaboração própria com dados do INEP/Inep Data(2026).

Para compreender melhor essa dinâmica, é preciso observar como a queda se distribui entre a rede pública e a rede privada, os dois provedores da EJA no município. A rede pública perde matrículas de forma muito mais acentuada que a privada ao longo de todo o período, e a distância entre as duas linhas se alarga de forma expressiva a partir de 2019, evidenciando um desequilíbrio crescente entre as duas ofertas, conforme demonstrado no **Gráfico 8**.

Gráfico 8 - Evolução de matrículas em EJA - Rede pública e rede privada



Fonte: Elaboração própria com dados do INEP/Inep Data(2026).

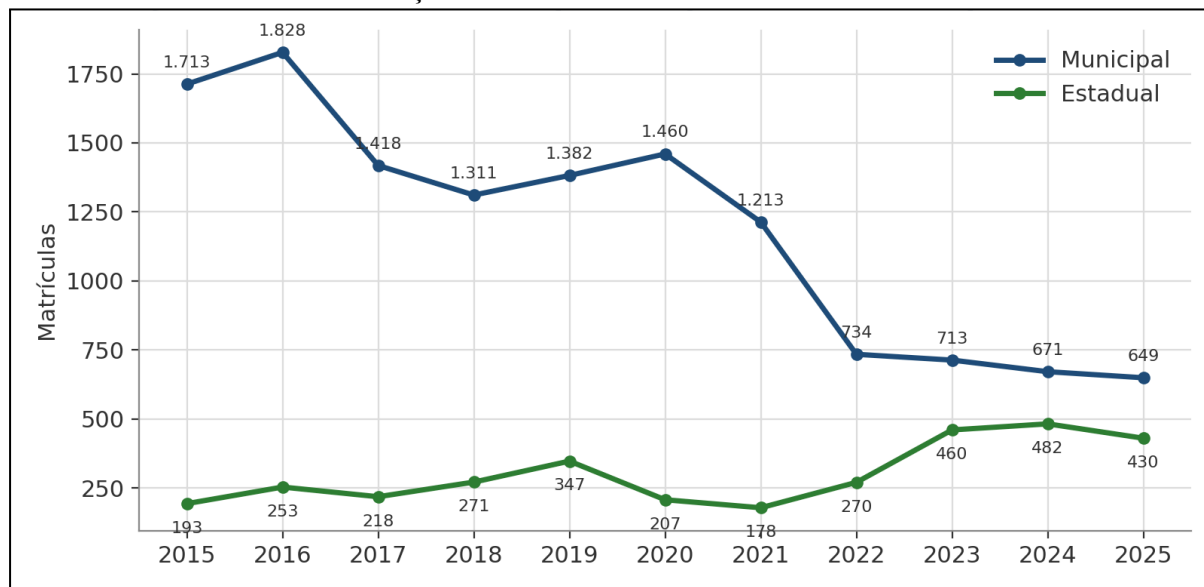
Na rede pública, é a esfera municipal que responde pela maior parte da EJA de Ensino Fundamental em Joinville e é também ela que mais perde força ao longo do tempo, conforme ilustrado no **Gráfico 9**. A rede municipal parte de 1.713 matrículas em 2015, sobe ao seu pico em 2016 (1.828 matrículas) e entra, a partir daí, em uma trajetória quase ininterrupta de queda: 1.418 matrículas em 2017, oscilando entre 1.300 e 1.460 matrículas até 2020, e despencando a partir de 2021. O corte mais severo ocorre entre 2021 e 2022, quando a rede municipal perde 39,5% de suas matrículas em um único ano, caindo de 1.213 para 734 matrículas, um movimento coerente com o efeito de evasão pós-pandemia observado também em análises anteriores. De 2022 em diante, a queda não se reverte: são 713 matrículas em 2023, 671 em 2024 e 649 em 2025, fechando a década com retração acumulada de 62,1% frente a 2015 e de 64,5% frente ao pico de 2016.

A rede estadual, por sua vez, segue um caminho praticamente oposto. Parte de um patamar baixo, com 193 matrículas em 2015, e cresce de forma consistente, especialmente a partir de 2021: salta 51,7% entre 2021 e 2022 (de 178 para 270 matrículas) e mais 78,5% entre 2022 e 2024, atingindo seu pico em 2024, com 482 matrículas, antes de recuar levemente para 430 em 2025. No acumulado da década, o crescimento estadual chega a 122,8%.

O comportamento das duas esferas sugere uma espécie de troca de posições exatamente no período de maior retração da rede municipal, entre 2021 e 2022: enquanto o município perde quase 500 matrículas de uma só vez, o estado passa a crescer de forma mais acelerada. Ainda assim, o crescimento estadual é muito menor que a perda municipal, o que

confirma que não houve compensação, ou seja, parte da demanda do Ensino Fundamental simplesmente deixou de ser atendida por qualquer rede pública.

Gráfico 9 - Evolução de matrículas na EJA - Ensino Fundamental

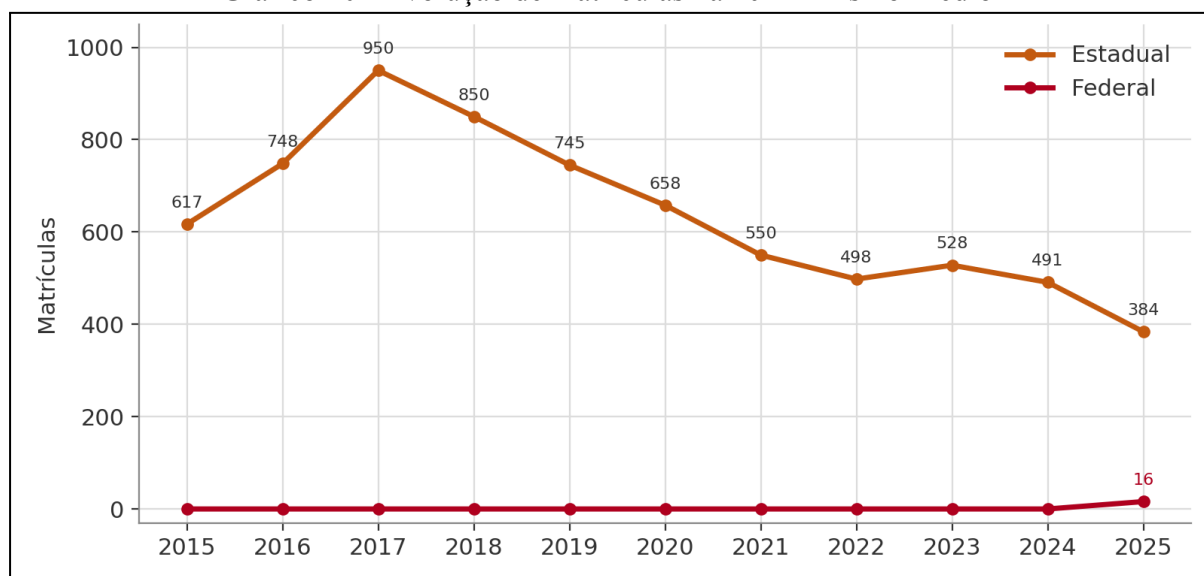


Fonte: Elaboração própria com dados do INEP/Inep Data (2026).

No Ensino Médio, a oferta pública de EJA é praticamente monopolizada pela rede estadual, já que a rede municipal não atua nessa etapa e a federal só aparece ao final da série, conforme ilustra o **Gráfico 10**. A trajetória estadual cresce de 617 matrículas em 2015 para seu pico em 2017, com 950 matrículas (um aumento de 54% em dois anos), e a partir daí entra em declínio quase constante, perdendo 42,1% entre 2017 e 2021, quando chega a 550 matrículas. Entre 2021 e 2023 há uma estabilização, com leve variação negativa de 4%, mas o recuo retoma força entre 2023 e 2025, com nova queda de 27,3%, de 528 para 384 matrículas. Nesse período, a retração acumulada é de 37,8%, menos severa que a do ensino fundamental da rede municipal, porém ainda expressiva e sem sinais de reversão nos últimos anos.

A rede federal, por sua vez, permaneceu em zero durante todo o período, de 2015 a 2024, sem qualquer registro de matrícula na EJA de Ensino Médio. Sua primeira aparição ocorreu apenas em 2025, com 16 matrículas em curso técnico integrado. Embora simbólico em volume, esse dado marca a entrada de um novo ator na oferta pública de EJA no município, algo que não existia até então.

Gráfico 10 - Evolução de matrículas na EJA - Ensino Médio



Fonte: Elaboração própria com dados do INEP/Inep Data(2026).

Comparando os dois níveis de ensino, nota-se que a participação relativa do Ensino Médio dentro da rede pública de EJA oscila entre 24,5% em 2015 e 36,7% em 2017, fechando 2025 em 27,0%. Ou seja, o Ensino Fundamental segue absorvendo a maior parte das matrículas públicas, 73,0% em 2025, mesmo diante de sua forte queda em termos absolutos. Isso reforça que qualquer estratégia de recuperação da EJA em Joinville precisa necessariamente passar pelo fortalecimento do Ensino Fundamental, notadamente o elo mais fragilizado de todo o sistema.

Verificou-se que os dados expõem um padrão de responsabilidade invertida entre as esferas em cada etapa de ensino: no Fundamental, o município recua fortemente enquanto o estado cresce. No Ensino Médio, o estado, que é praticamente o único provedor, também recua e a rede federal chega ao final do período apurado ainda em escala residual. Não há, em nenhuma das duas combinações, uma esfera que esteja de fato expandindo a oferta pública de EJA de forma consistente e suficiente para compensar as perdas das demais. O que se observa, é uma redistribuição parcial da demanda entre União, estado e município, e não um crescimento da rede pública de EJA como um todo.

Perfil etário dos estudantes da EJA

Os dados de matrícula na EJA em Joinville, extraídos das sinopses estatísticas anuais do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira(INEP) entre 2015 e 2025, revelam, conforme o **Quadro 1**, um duplo movimento: uma retração do volume total de estudantes e, simultaneamente, um envelhecimento do público atendido.

Quadro 1 - Matrículas na EJA por faixa etária em Joinville

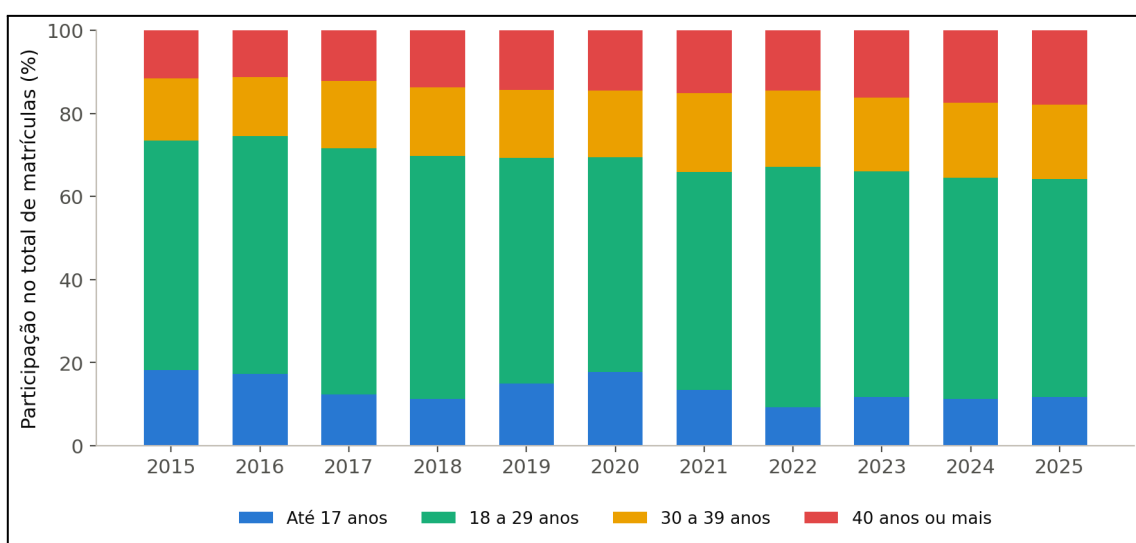
Ano	Até 17 anos	18 a 29 anos	30 a 39 anos	40 anos ou mais	Total
2015	1251	3796	1020	796	6863
2016	1250	4165	1031	818	7264
2017	904	4361	1186	899	7350
2018	808	4183	1182	981	7154
2019	944	3435	1031	908	6318
2020	933	2712	847	759	5251
2021	691	2713	983	783	5170
2022	569	3536	1127	882	6114
2023	594	2750	900	816	5060
2024	534	2539	864	829	4766
2025	570	2544	868	871	4853

Fonte: Elaboração própria com dados do INEP/Censo Escolar (2015-2025).

Em termos absolutos, o total de matrículas na EJA no município caiu de 6.863 em 2015 para 4.853 em 2025, representando uma redução de 29,3%. Essa queda no volume tencionou a estratégia 9.6 do PME (2015-2025), que previa a realização de chamadas públicas regulares e busca ativa de estudantes em regime de colaboração, levantando o questionamento se a retração decorria de uma real diminuição da demanda potencial, de restrições na oferta de vagas ou de severas dificuldades de permanência escolar.

A análise da composição etária indica que essa retração não ocorreu de forma uniforme, conforme ilustrado no **Gráfico 11**. Os estudantes de até 17 anos tiveram a maior retração da série histórica, com uma queda de 54,4%, passando de 1.251 matrículas em 2015 para 570 em 2025. Na sequência, a faixa de 18 a 29 anos registrou redução de 33,0%, caindo de 3.796 para 2.544 matrículas, embora tenha se mantido como o grupo majoritário ao longo de toda a década. Esse recuo acentuado entre os públicos mais jovens é parcialmente compatível com o impacto positivo de políticas de correção de fluxo e com a redução da evasão no ensino regular, fazendo com que menos adolescentes cheguem à modalidade de jovens e adultos. Por outro lado, a pandemia de COVID-19, entre 2020 e 2021, aprofundou essa queda ao registrar uma retração de 26,8% no grupo de até 17 anos, possivelmente devido à suspensão das aulas presenciais e às barreiras de acesso ao ensino remoto enfrentadas por jovens em situação de vulnerabilidade.

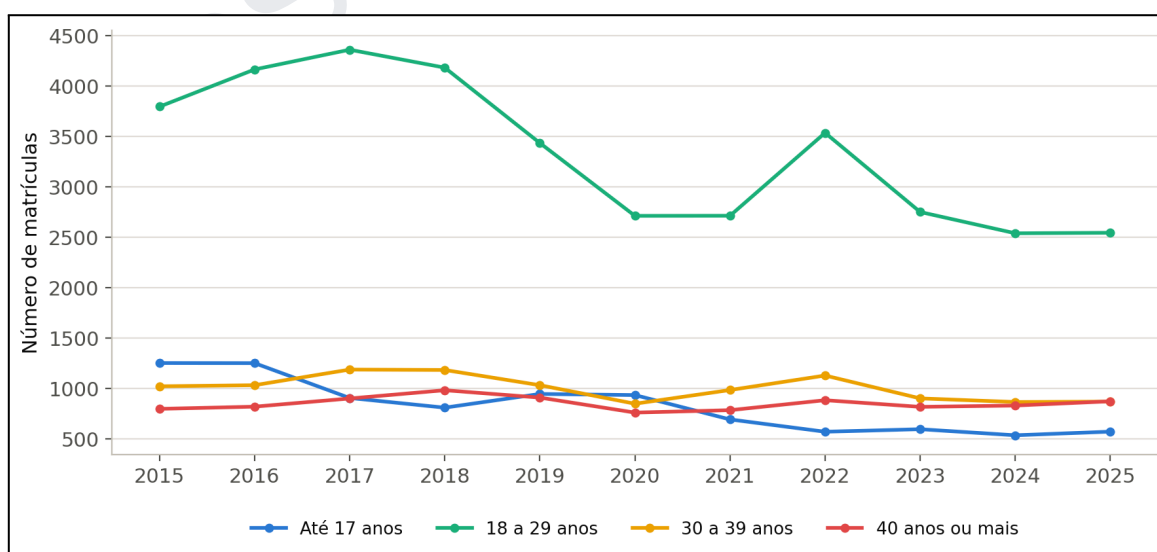
Gráfico 11 - Composição etária das matrículas da EJA em Joinville



Fonte: Elaboração própria com dados do INEP/Censo Escolar (2015-2025).

A única faixa etária que apresentou crescimento ao longo do período analisado foi a de 40 anos ou mais, como mostra o **Gráfico 12**, que saltou de 796 matrículas em 2015 para 871 em 2025, um aumento de 9,4%. Esse segmento também demonstrou a maior estabilidade estatística do período, com o menor coeficiente de variação, evidenciando uma demanda estrutural e constante que não oscila conforme as tendências dos grupos juvenis. Em termos de distribuição percentual, a participação dos estudantes de até 17 anos encolheu de 18,2% para 11,7% no total da EJA, enquanto as faixas de 30 a 39 anos e de 40 anos ou mais ampliaram conjuntamente sua participação de 26,5% para 35,8%.

Gráfico 12 - Evolução do número de matrículas na EJA por faixa etária em Joinville



Fonte: Elaboração própria com dados do INEP/Censo Escolar (2015-2025).

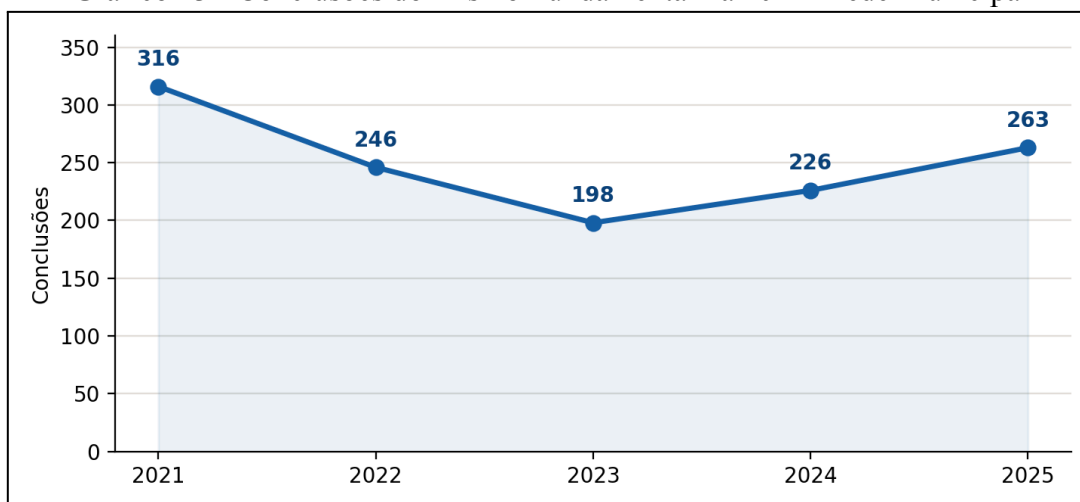
Esse processo de envelhecimento do público e a constatação de que a recuperação pós-pandemia foi parcial e desigual (com nova queda de 6,1% no total de matrículas entre 2021 e 2025) sugerem que a Educação de Jovens e Adultos em Santa Catarina vem perdendo intensidade em sua função de correção de fluxo para os mais jovens e se consolidando progressivamente como uma política de escolarização tardia para adultos mais velhos. Esse fenômeno evoca diretamente as estratégias 9.10 e 9.13 do PME (2015-2025), que determinam o incentivo a projetos inovadores adequados às necessidades dos estudantes e o atendimento específico às demandas da população idosa, com vistas ao acesso a tecnologias e valorização de suas experiências.

Portanto, diante de um contingente expressivo de mais de 165 mil adultos sem escolaridade básica e de uma redução no atendimento da EJA, torna-se indispensável reforçar as estratégias previstas na Lei Municipal número 8.043 de 2015, integrando a busca ativa, a flexibilização da oferta diurna e noturna, e os programas suplementares de transporte, alimentação e saúde, garantindo que o direito à educação se converta em permanência e conclusão da trajetória escolar.

Escolarização da população: conclusão da Educação Básica na EJA

O volume total de concluintes de Ensino Fundamental na EJA da Rede Municipal de Joinville não seguiu uma trajetória linear ao longo do período analisado, conforme ilustra o **Gráfico 13**. Observa-se uma contração expressiva entre os anos de 2021 e 2023, período no qual o total anual de concluintes recuou de 316 para 198 estudantes, representando uma expressiva retração de aproximadamente 37,3%. A partir de 2024, iniciou-se um processo de recuperação parcial do indicador, com o total elevando-se para 226 e atingindo 263 conclusões em 2025. Contudo, apesar dessa tendência recente de alta, o patamar alcançado no último ano da série histórica permanece cerca de 16,8% abaixo do registrado no estágio inicial em 2021, demonstrando que a rede ainda busca a retomada plena de seus índices históricos.

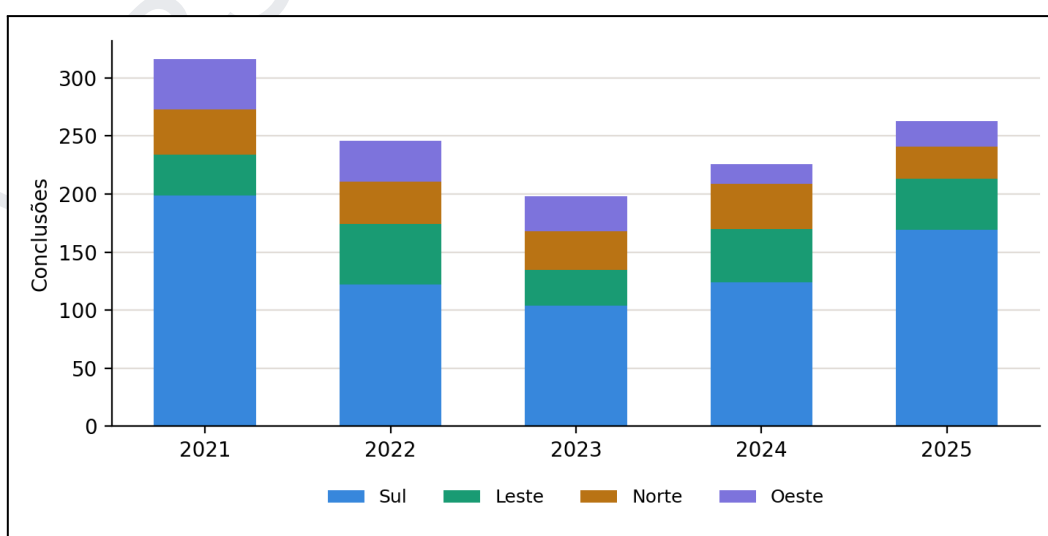
Gráfico 13 - Conclusões do Ensino Fundamental na EJA - Rede Municipal



Fonte: Elaboração própria com dados do Sistema EVN (Rede Municipal de Joinville).

A distribuição espacial das conclusões na rede municipal revela uma forte assimetria entre as regiões do município observada no **Gráfico 14**. A região sul exerce uma dominância isolada no cenário municipal durante todo o quinquênio, respondendo por uma parte que oscila entre 55% e 65% do total de concluintes. Esse fenômeno é impulsionado de forma quase exclusiva pela E.M. de Jovens e Adultos, polo da modalidade na cidade. As regiões leste e norte apresentam comportamentos mais estáveis e próximos entre si, mantendo médias anuais na faixa de 30 a 50 conclusões. Em contrapartida, a região oeste registrou o declínio mais severo e contínuo do período, despencando de 43 conclusões em 2021 para apenas 17 em 2024, vindo a manifestar uma modesta reação no encerramento de 2025 com 22 egressos.

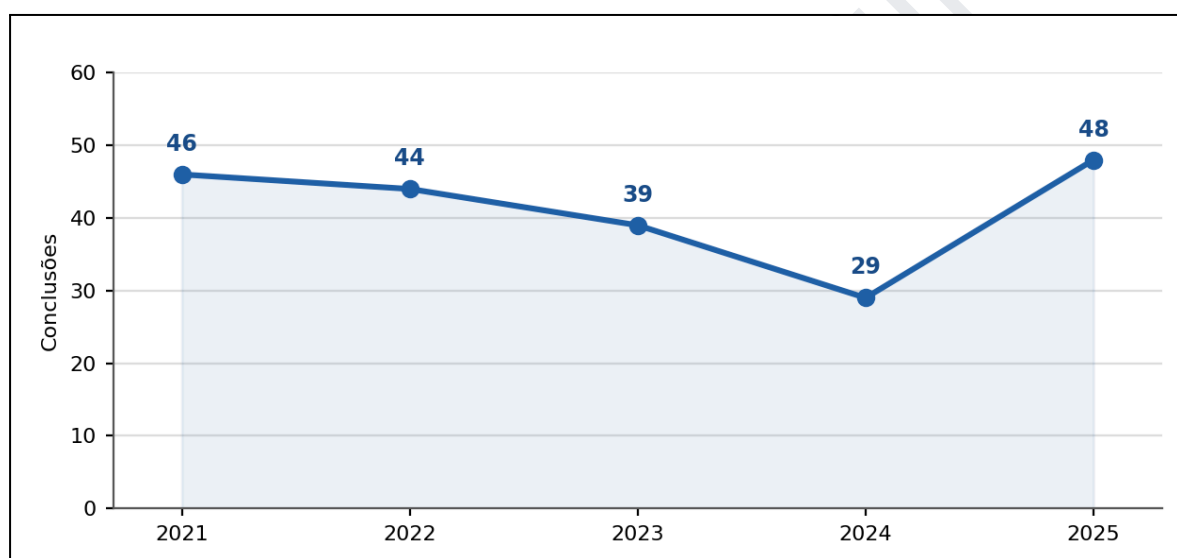
Gráfico 14 - Conclusões da EJA por região geográfica - Rede Municipal



Fonte: Elaboração própria com dados do Sistema EVN (Rede Municipal de Joinville).

O volume total de concluintes de Ensino Fundamental na EJA da rede estadual em Joinville apresentou trajetória de queda seguida de forte recuperação, conforme ilustra o **Gráfico 15**. Entre 2021 e 2024, o total anual de concluintes recuou de 46 para 29 estudantes, uma retração de aproximadamente 37,0%, com declínio contínuo ao longo de três anos consecutivos (44 em 2022 e 39 em 2023). Em 2025, o indicador reverteu a tendência e alcançou 48 conclusões, um avanço de cerca de 65,5% em relação ao ano anterior. Com isso, o último ano da série ultrapassa em aproximadamente 4,3% o patamar inicial de 2021, o que indica a recuperação plena do indicador. Vale ressaltar a escala reduzida da modalidade na rede estadual, o que torna as variações percentuais sensíveis a pequenas oscilações absolutas.

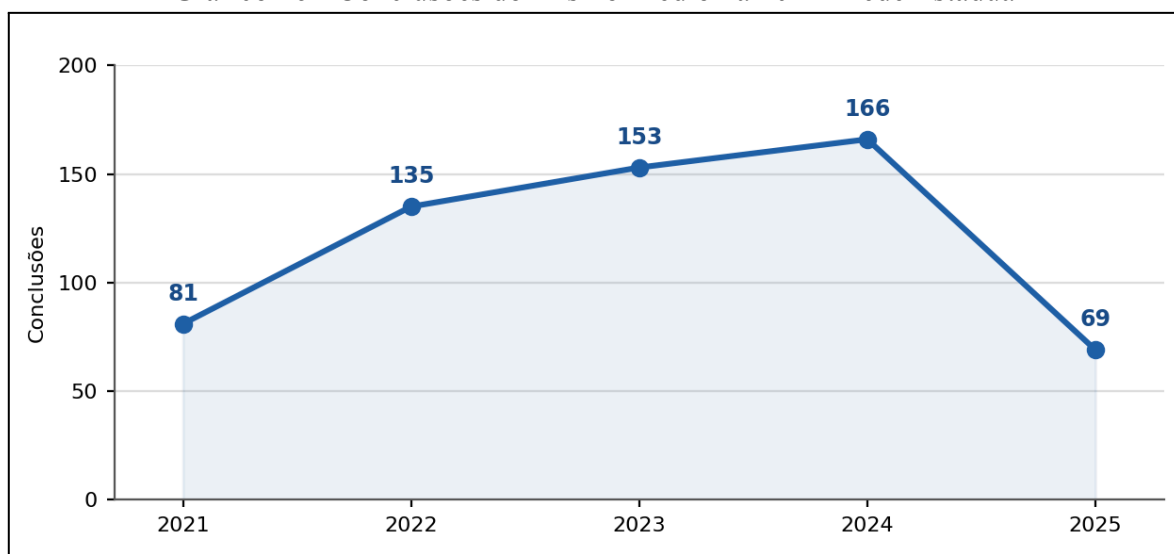
Gráfico 15 - Conclusões do Ensino Fundamental na EJA - Rede Estadual



Fonte: Elaboração própria com dados do Sistema SIGESC (Rede Estadual).

No Ensino Médio, o comportamento foi distinto e mais intenso, conforme o **Gráfico 16**. O total de concluintes mais que dobrou entre 2021 e 2024, passando de 81 para 166 estudantes, um crescimento de aproximadamente 104,9%. O avanço foi mais acentuado no início do período (alta de 66,7% entre 2021 e 2022, de 81 para 135) e perdeu força nos anos seguintes, com 153 conclusões em 2023 e 166 em 2024. Em 2025, o indicador sofreu uma queda abrupta, recuando para 69 conclusões, o que representa uma redução de cerca de 58,4% em relação a 2024 e deixa o resultado cerca de 14,8% abaixo do registrado em 2021.

Gráfico 16 - Conclusões do Ensino Médio na EJA - Rede Estadual



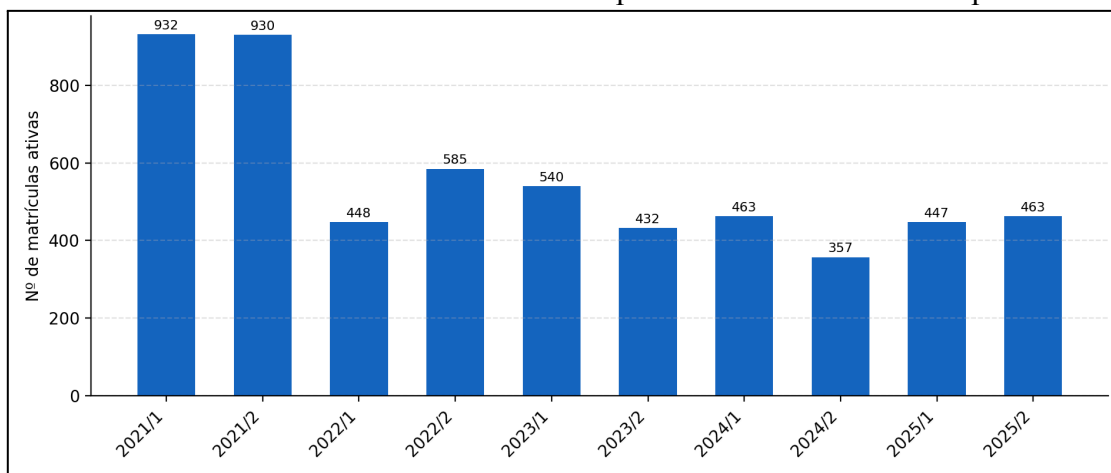
Fonte: Elaboração própria com dados do Sistema SIGESC (Rede Estadual).

Permanência e trajetória escolar dos estudantes da EJA

No período consolidado de 2021 a 2025, a Rede Municipal de Joinville registrou 7.577 matrículas no Ensino Fundamental na EJA, das quais 40,1% resultaram em aprovação, 31,7% em retenção e 28,2% em abandono. Ou seja, aproximadamente sete em cada dez estudantes permaneceram matriculados até o encerramento do semestre (aprovados ou retidos), enquanto quase três em cada dez interromperam os estudos antes da conclusão do período letivo.

O **Gráfico 17** ilustra um aspecto relevante do período apurado: a redução expressiva do número de matrículas ativas (aprovados ou retidos) na EJA. De 932 estudantes no primeiro semestre de 2021 para uma média em torno de 450 estudantes por semestre a partir de 2022, mantendo-se relativamente estável desde então. Essa retração é coerente com o contexto pós-pandêmico, quando a modalidade havia absorvido uma demanda atípica de estudantes durante o ensino remoto emergencial, e sugere a necessidade de acompanhar se a redução reflete menor procura pela modalidade ou ajustes na oferta de turmas.

Gráfico 17 - Matrículas ativas na EJA por semestre - Rede Municipal

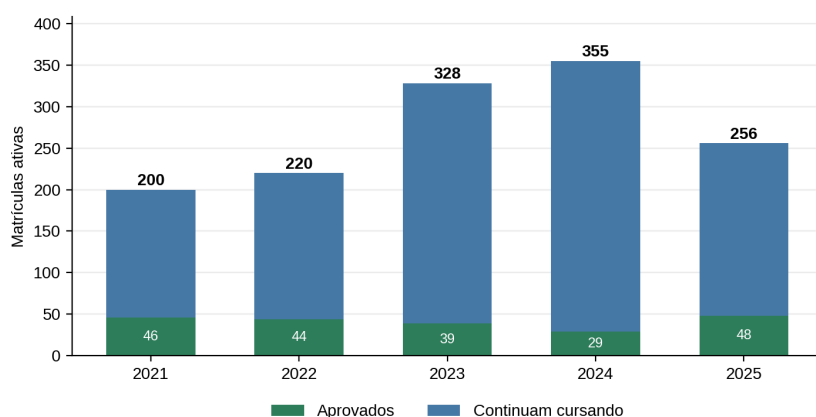


Fonte: Elaboração própria com dados do Sistema EVN (Rede Municipal de Joinville).

A rede estadual registrou 1.782 matrículas no Ensino Fundamental da EJA, das quais 11,6% resultaram em aprovação, 64,7% continuam cursando e 23,7% em abandono. Ou seja, aproximadamente três em cada quatro estudantes (76,3%) permaneceram matriculados até o encerramento do período (aprovados ou ainda cursando), enquanto quase um em cada quatro interrompeu os estudos antes da conclusão.

O **Gráfico 18** ilustra a evolução do número de matrículas ativas (aprovados ou que continuam cursando) no Ensino Fundamental. A trajetória é de expansão até 2024: de 200 estudantes em 2021 para 355 em 2024, crescimento de cerca de 78%, seguida de retração para 256 em 2025 (queda de 27,9%). Esse movimento acompanha a ampliação da oferta nas unidades descentralizadas do sistema prisional: as UDs Penitenciária Industrial de Joinville e Presídio de Joinville respondiam por 26,0% das matrículas em 2021 e passaram a representar 69,9% em 2025, com pico de 72,1% em 2024. A redução observada em 2025 sugere a necessidade de acompanhar se reflete menor procura, ajustes na oferta de turmas ou registros ainda em atualização.

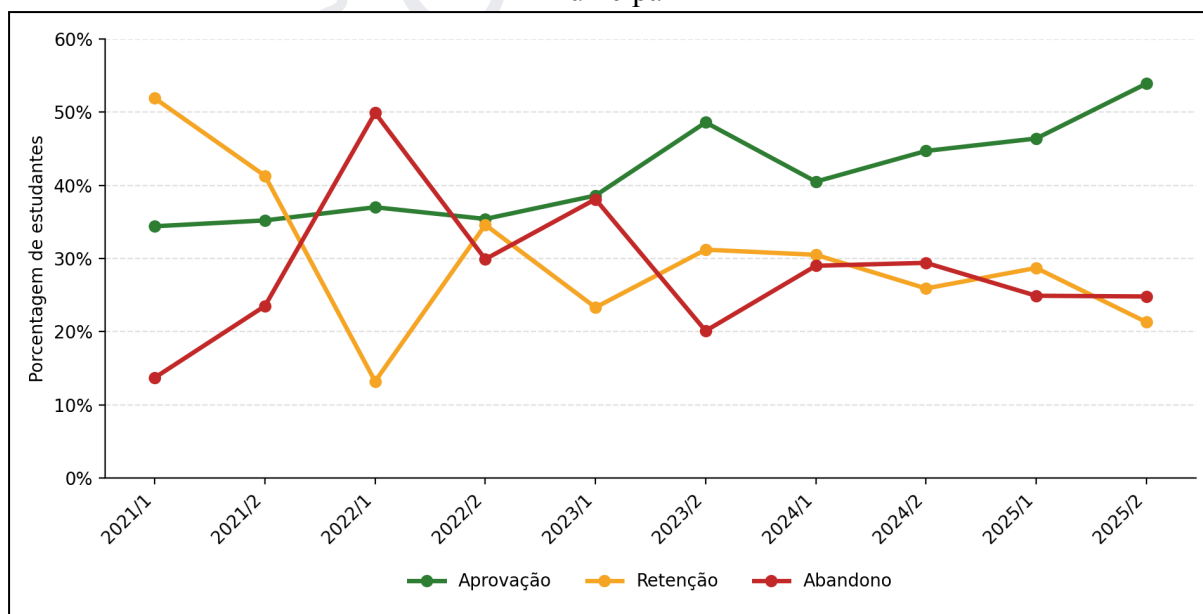
Gráfico 18 - Matrículas ativas na EJA por ano (Ensino Fundamental) na Rede Estadual



Fonte: Elaboração própria com dados da Rede Estadual – EJA Ensino Fundamental.

A análise semestral das taxas de aprovação, retenção e abandono, ilustradas no **Gráfico 19** revela uma trajetória com três fases distintas. Em 2021, observa-se um padrão atípico: a taxa de retenção é a mais alta de toda a série (51,9% no primeiro semestre e 41,3% no segundo), enquanto o abandono é relativamente baixo (13,7% e 23,5%, respectivamente), um cenário compatível com o período de ensino remoto, em que a permanência na plataforma era mais fácil de sustentar do que a efetiva progressão de aprendizagem.

Gráfico 19 - Evolução semestral das taxas de aprovação, retenção e abandono - Rede Municipal



Fonte: Elaboração própria com dados do Sistema EVN(Rede Municipal de Joinville).

A partir de 2022, com o retorno ao ensino presencial, o quadro se inverte: a taxa de abandono saltou para 49,9% no primeiro semestre de 2022/, o pico de todo período, indicando forte impacto da retomada presencial sobre a permanência dos estudantes trabalhadores e adultos atendidos pela EJA. Desde então, verifica-se uma tendência consistente de recuperação: o abandono semestral recua progressivamente, chegando a 24,8% no segundo semestre de 2025, ao passo que a aprovação atinge o maior patamar do período (53,9% em 2025/2). A retenção, por sua vez, se estabiliza em patamares mais baixos que os observados em 2021, entre 21% e 31% nos semestres mais recentes.

Ao agregar os dados por ano, fica mais evidente a trajetória de melhora da permanência escolar na EJA da Rede Municipal de Joinville. Em relação ao total de registro de matrículas, a proporção de estudantes aprovados cresce de forma quase contínua, de 34,8% em 2021 para 50,2% em 2025, enquanto a proporção de abandono recua de um pico de 40,6% em 2022 para 24,9% em 2025. **O Quadro 2** abaixo resume os indicadores anuais consolidados:

Quadro 2 - Composição da trajetória escolar por ano - Rede Municipal

Ano	Aprovação	Retenção	Abandono
2021	34,8%	46,4%	18,8%
2022	36,2%	23,1%	40,6%
2023	42,6%	26,5%	30,8%
2024	42,3%	28,5%	29,2%
2025	50,2%	24,9%	24,9%

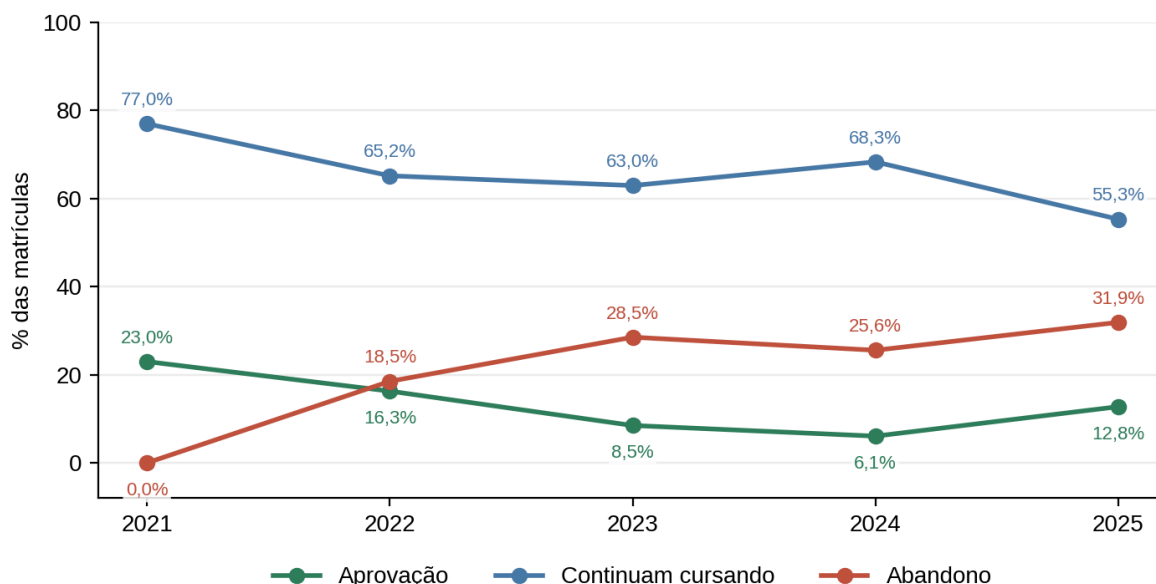
Fonte: Elaboração própria com dados do Sistema EVN(Rede Municipal de Joinville).

Esse movimento sugere que, superado o impacto do retorno às aulas presenciais em 2022, as ações da rede municipal voltadas à permanência e à recuperação da aprendizagem surtiram efeito, com 2025 configurando o melhor resultado da série tanto em aprovação quanto em redução do abandono.

Já na rede estadual, a análise anual das taxas de aprovação, continuidade e abandono, ilustradas no **Gráfico 20**, revela três momentos. Em 2021, observa-se um padrão atípico: a aprovação é a mais alta da série (23,0%), não há abandono registrado (0,0%) e 77,0% dos estudantes seguem cursando, cenário compatível com o período de ensino remoto emergencial, mas que também pode indicar registro incompleto de desistências naquele ano. De 2022 a 2024, o abandono passa a ser registrado e sobe para 18,5% em 2022 e 28,5% em

2023, recuando levemente para 25,6% em 2024, enquanto a aprovação cai continuamente, até o menor patamar da série (6,1% em 2024). Em 2025, o abandono atinge o maior valor do período (31,9%), ao passo que a aprovação se recupera parcialmente (12,8%).

Gráfico 20 - Evolução anual das taxas de aprovação, continuidade e abandono (Ensino Fundamental) na Rede Estadual



Fonte: Elaboração própria com dados da Rede Estadual – EJA Ensino Fundamental.

O **Quadro 3** abaixo resume os indicadores anuais consolidados:

Quadro 3 - Composição da trajetória escolar por ano (Ensino Fundamental) na rede estadual

Ano	Matrículas	Aprovação	Continuam cursando	Abandono
2021	200	23,0%	77,0%	0,0%
2022	270	16,3%	65,2%	18,5%
2023	459	8,5%	63,0%	28,5%
2024	477	6,1%	68,3%	25,6%
2025	376	12,8%	55,3%	31,9%

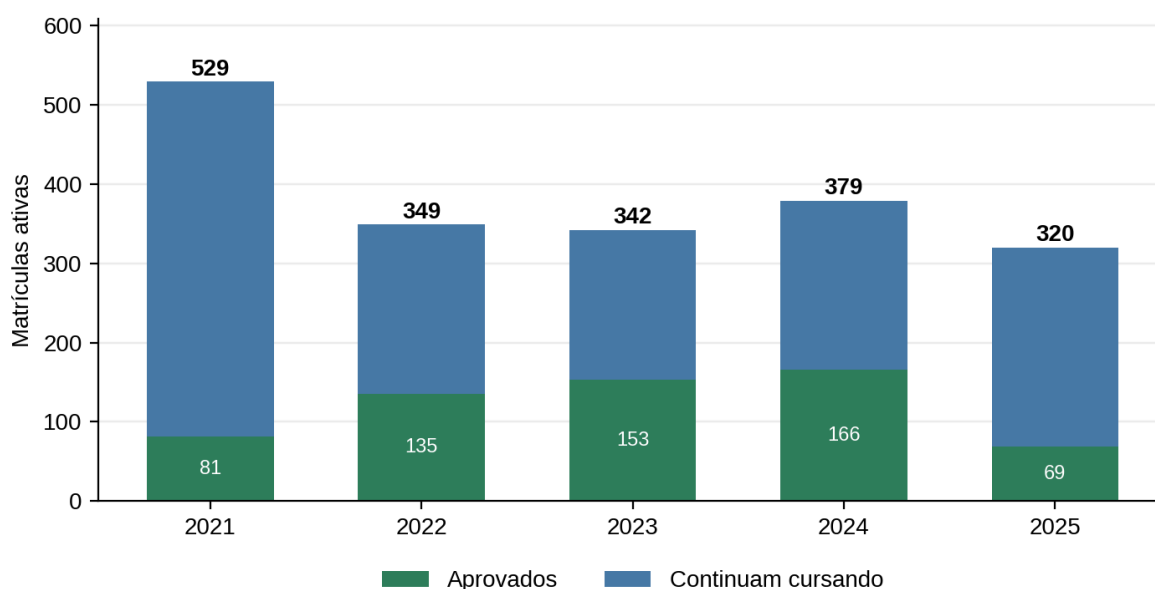
Fonte: Elaboração própria com dados da rede estadual – EJA Ensino Fundamental.

Em síntese, o Ensino Fundamental na EJA da rede estadual não apresenta, na série analisada, uma trajetória consistente de melhora da permanência: o abandono em 2025 é o mais alto do período e a aprovação, embora superior à de 2024, permanece abaixo da observada em 2021. O baixo percentual de conclusão (11,6%) e a elevada proporção de estudantes que continuam cursando (64,7%) indicam que o principal desafio é converter a permanência na conclusão do curso.

No período de 2021 a 2025, a rede estadual registrou 2.539 matrículas no Ensino Médio da EJA, das quais 23,8% resultaram em aprovação, 51,8% continuam cursando e 24,4% em abandono. Ou seja, aproximadamente três em cada quatro estudantes (75,6%) permaneceram matriculados até o encerramento do período (aprovados ou ainda cursando), enquanto quase um em cada quatro interrompeu os estudos antes da conclusão.

O **Gráfico 21** mostra a evolução das matrículas ativas (aprovados ou que continuam cursando) no Ensino Médio. De 529 estudantes em 2021, o número cai para 349 em 2022 (redução de 34,0%), movimento coerente com o contexto pós-pandêmico de retorno às aulas presenciais, e passa a oscilar entre 320 e 379 estudantes por ano desde então (342 em 2023, 379 em 2024 e 320 em 2025), sem tendência clara. O CEJA concentra a maior parte das matrículas, embora sua participação tenha diminuído de 90,6% em 2021 para 64,3% em 2025, com o crescimento da oferta nas UDs do sistema prisional, que passaram de 7,7% para 30,9% do total no mesmo período.

Gráfico 21 - Matrículas ativas por ano na EJA (Ensino Médio) da Rede Estadual

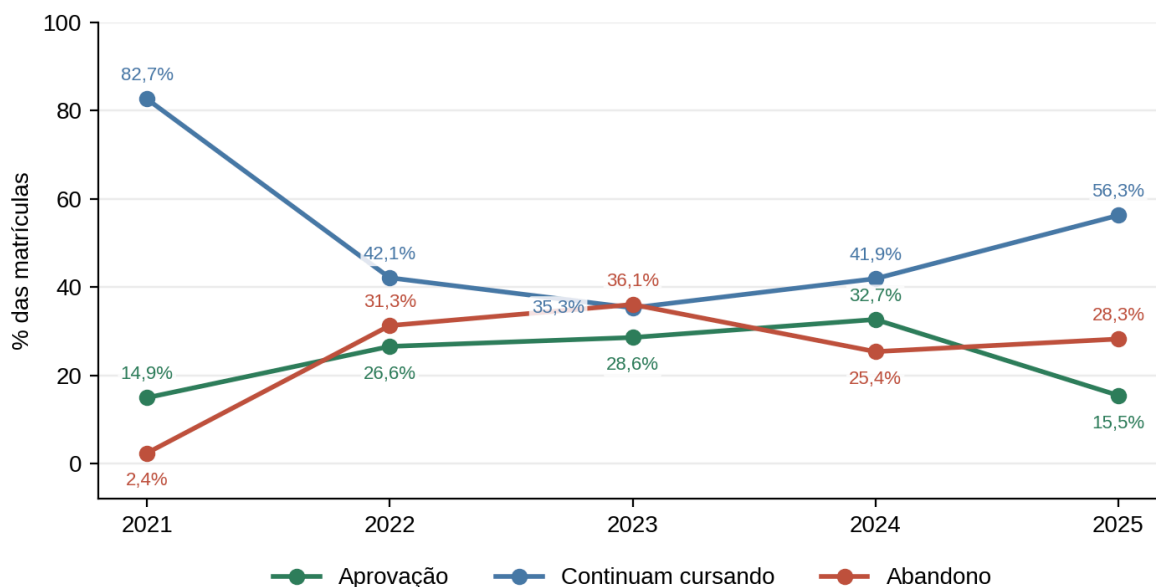


Fonte: Elaboração própria com dados da Rede Estadual – EJA Ensino Médio.

A evolução das taxas, ilustrada no **Gráfico 22**, também apresenta um padrão atípico em 2021: abandono de apenas 2,4%, aprovação de 14,9% e 82,7% dos estudantes ainda cursando, compatível com o período de ensino remoto. A partir de 2022, o quadro se altera: o abandono salta para 31,3% e atinge o pico da série em 2023 (36,1%), enquanto a aprovação cresce de 26,6% para 28,6%. Em 2024, observa-se o melhor resultado do período, com recuo do abandono para 25,4% e aprovação de 32,7%. Em 2025, porém, a aprovação cai para

15,5% e o abandono sobe para 28,3%, interrompendo a tendência de melhora de 2023–2024 e exigindo acompanhamento.

Gráfico 22 - Evolução anual das taxas de aprovação, continuidade e abandono (Ensino Médio) na Rede Estadual



Fonte: Elaboração própria com dados da Rede Estadual – EJA Ensino Médio.

O **Quadro 4** abaixo resume os indicadores anuais consolidados:

Quadro 4 - Composição da trajetória escolar por ano na EJA (Ensino Médio) na Rede Estadual

Ano	Matrículas	Aprovação	Continuam cursando	Abandono
2021	542	14,9%	82,7%	2,4%
2022	508	26,6%	42,1%	31,3%
2023	535	28,6%	35,3%	36,1%
2024	508	32,7%	41,9%	25,4%
2025	446	15,5%	56,3%	28,3%

Fonte: Elaboração própria com dados da Rede Estadual – EJA Ensino Médio.

Esse movimento indica que, no Ensino Médio, houve avanço na conclusão entre 2022 e 2024, mas sem consolidação em 2025, quando a maior parte dos estudantes (56,3%) segue em curso e a aprovação recua ao nível de 2021.

Análise causal

A ampliação do acesso, da permanência e da conclusão da Educação Básica na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA) é impactada por fatores estruturais e organizacionais que limitam a efetividade das políticas públicas voltadas ao público jovem, adulto e idoso. Entre esses fatores, destaca-se a ausência de uma equipe de coordenação pedagógica específica para a modalidade nos órgãos centrais da Rede Estadual, comprometendo o acompanhamento das unidades escolares, a formação continuada dos profissionais e professores e o desenvolvimento de ações direcionadas às especificidades da EJA.

Outro ponto que merece destaque é a insuficiente articulação da modalidade nos Projetos Político-Pedagógicos das unidades escolares, o que dificulta a institucionalização de estratégias pedagógicas e de gestão adequadas ao perfil dos estudantes.

Os horários de atendimento e funcionamento das turmas nem sempre são compatíveis com as demandas dos estudantes trabalhadores, constituindo-se em fator limitador para o acesso e a permanência. Somam-se a isso as dificuldades de transporte e deslocamento até as unidades ofertantes, especialmente no período noturno, e a baixa capilaridade da oferta em regiões rurais.

Também se identifica o desconhecimento de parte da população sobre o direito à conclusão da Educação Básica por meio da EJA, refletindo na baixa demanda espontânea pela modalidade.

Por fim, a fragilidade da articulação intersetorial entre as políticas de educação, assistência social, saúde e trabalho limita os processos de identificação, busca ativa e encaminhamento de potenciais estudantes, impactando diretamente os indicadores de matrícula e escolarização da população jovem e adulta.

Causas críticas

A partir da análise dos dados e dos documentos norteadores, identificam-se como causas críticas do eixo:

- A **ausência de matrícula em fluxo contínuo**, isto é, a possibilidade de ingresso dos estudantes a qualquer tempo durante o ano letivo, constitui um importante obstáculo ao direito à educação de jovens, adultos e idosos. Considerando as especificidades das trajetórias desses sujeitos, frequentemente marcadas por interrupções escolares decorrentes do trabalho, das responsabilidades familiares e de outras condições

sociais, a inexistência desta possibilidade de acesso dificulta a inclusão e a permanência na escola. Dessa forma, muitos potenciais estudantes são obrigados a aguardar o início de um novo período letivo para efetivar sua matrícula, o que pode resultar em desistência, desmotivação e ampliação dos processos de exclusão educacional, contrariando os princípios da educação como um direito do acesso universal assegurados pela legislação educacional brasileira.

- A **falta de dados sistematizados** sobre os motivos do abandono e da evasão escolar dificulta a visualização do problema de forma geral e impossibilita uma busca ativa com maior efetividade. Sendo assim, fica difícil identificar as causas sociais, econômicas, pessoais e pedagógicas que levaram os estudantes da EJA a interromperem seus estudos e compromete a elaboração de estratégias efetivas de permanência e sucesso dos estudantes na escola.
- A **ausência de formação específica para gestores escolares** sobre as especificidades da EJA é um dos fatores críticos, pois esta lacuna prejudica a ampliação da oferta da EJA. Sem o conhecimento das características, trajetórias e necessidades dos estudantes jovens, adultos e idosos, a gestão escolar tende a reproduzir práticas e modelos organizacionais voltados ao ensino regular, desconsiderando aspectos como a flexibilização dos processos pedagógicos, a matrícula em fluxo contínuo, as estratégias de permanência e a valorização dos saberes e experiências dos educandos.
- A **rotatividade de professores** constitui um dos fatores que dificultam o fortalecimento e o desenvolvimento da Educação de Jovens e Adultos (EJA). A ausência de um quadro estável de docentes efetivos compromete a continuidade das ações pedagógicas e dos projetos desenvolvidos, além de dificultar a construção de vínculos com os estudantes e com a comunidade escolar. Essa instabilidade também fragiliza os processos de formação continuada em serviço, uma vez que os conhecimentos e as experiências construídos pelos profissionais nem sempre permanecem na modalidade, prejudicando a consolidação de práticas pedagógicas específicas e adequadas às particularidades dos sujeitos da EJA.
- A **insuficiência de ações de chamada pública e busca ativa** para identificação e mobilização do público potencial da EJA. Este fator constitui um importante entrave à ampliação do acesso e à garantia do direito à educação. A ausência de estratégias sistemáticas de divulgação, articulação com a comunidade e mapeamento da demanda reduz as oportunidades de ingresso e retorno aos estudos, contribuindo para a permanência das desigualdades educacionais e sociais.

- **Baixo número de escolas** que ofertam a modalidade, limitando o acesso territorial dos estudantes. A concentração da oferta em poucas unidades escolares obriga muitos jovens, adultos e idosos a percorrerem longas distâncias para frequentar as aulas, aumentando os custos de deslocamento e dificultando a conciliação dos estudos com o trabalho e as responsabilidades familiares, ante a ausência de oferta da EJA em todos os bairros do município.

Referências

ARROYO, Miguel G. Passageiros da noite. In: **Passageiros da noite: do trabalho para a EJA**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017. p. 123-153.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 jul. 2026.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CEB nº 11, de 10 de maio de 2000**. Brasília, DF: Conselho Nacional de Educação, 2000. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/PCB11_2000.pdf. Acesso em: 10 jul. 2026.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 10 jul. 2026.

BRASIL. **Lei nº 15.388, de 14 de abril de 2026**. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE). Diário Oficial da União: Brasília, DF, 15 abr. 2026. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2026/lei/115388.htm. Acesso em: 10 jul. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Articulação Intersectorial com os Sistemas de Ensino. **Documento diagnóstico da educação nacional: Plano Nacional de Educação**. Brasília, DF: Editora ANPAE, 2025. Livro digital. 290 p. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/pne/documentos/diagnostico-educacao-nacional.pdf>. Acesso em: 6 jul. 2026.

IRELAND, Timothy. Educação de jovens e adultos como política pública no Brasil (2004-2010): os desafios da desigualdade e da diversidade. **Rizoma Freireano**, Xàtiva, Espanha, n. 13, 2012.

JOINVILLE. **Lei nº 8.043, de 2 de setembro de 2015**. Aprova o Plano Municipal de Educação (PME). Diário Oficial Eletrônico do Município de Joinville, Joinville, SC, 2015.

JOINVILLE. Secretaria de Educação. **Sistema de Gestão Educacional (EVN)**. Rede Municipal de Educação de Joinville. Joinville, SC, 2026.

MATOS, Euzene Mendonça Barbosa; MATOS, Benedito de Sousa; ALVES, Francisco Regis Vieira. **Analfabetismo Funcional: Reflexões Sobre O Desenvolvimento Educacional no Brasil**. Disponível em: https://periodicorease.pro.br/rease/pt_BR/article/view/1412. Acesso em: 19 out. 2026.

PARANÁ. Secretaria Municipal de Educação. **Diagnóstico Educacional do Município de Curitiba**. Curitiba: SME, 2025. Livro digital. 126 p. Disponível em: <https://mid-educacao.curitiba.pr.gov.br/2025/11/pdf/00522476.pdf>. Acesso em: 6 jul. 2026.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. **Diagnóstico da educação catarinense: documento preliminar**. Florianópolis: Rokembach Tecnologia, 2025. Livro digital. 470 p. Disponível em: <https://www.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2026/01/DIAGNOSTICO-DA-EDUCACAO-CATARINENSE-Documento-preliminar-2025-E-BOOK.pdf>. Acesso em: 6 jul. 2026.

SANTA CATARINA. Tribunal de Contas do Estado. **Painel de Monitoramento dos Planos de Educação**. Florianópolis: TCE/SC, 2026. Disponível em: <https://paineistransparencia.tce.sc.gov.br/extensions/Meta10externo/index.html>. Acesso em: 15 jul. 2026.

SOARES, Leôncio; PEDROSO, Ana Paula Ferreira. Formação de educadores na Educação de Jovens e Adultos (EJA): alinhando contextos e tecendo possibilidades. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 32, n. 4, p. 251-268, out./dez. 2016.

12. ACESSO, PERMANÊNCIA E CONCLUSÃO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Problema

A Lei nº 15.388, de 14 de abril de 2026, que institui o Plano Nacional de Educação 2026-2036, estabelece no Objetivo 12 a diretriz de "ampliar o acesso, a permanência e a conclusão na educação profissional e tecnológica, com inclusão e redução de desigualdades, visando à sua superação". Entre as metas nacionais associadas, destaca-se a Meta 12.d, que fixa a expansão progressiva das matrículas em cursos de qualificação profissional com carga horária mínima de 160 horas - o recorte de Formação Inicial e Continuada (FIC) adotado neste diagnóstico - e a Meta 12.f, que estabelece a elevação da formação técnica de nível médio na população de 18 a 24 anos, com redução de desigualdades por raça/cor, sexo, nível socioeconômico, região e localização.

Joinville é o maior polo industrial de Santa Catarina e apresenta o maior PIB per capita da Região Geográfica Intermediária a que pertence (R\$ 80.828 em 2023, ante R\$ 72.760 da região e R\$ 58.022 do estado). Esse perfil econômico pressupõe uma demanda estrutural por qualificação técnica e profissional continuada. Em 2025, o Censo Escolar registrou no município 45 escolas, 1.070 professores e 11.668 matrículas na etapa "Educação Profissional e Tecnológica", considerando o conjunto das redes de ensino - municipal, estadual, federal e privada.

Este diagnóstico passa a considerar a rede privada como parte do universo de análise do Objetivo 12 em Joinville. Essa inclusão é relevante porque, em nível nacional, a rede privada concentra a maior parcela das matrículas de Educação Profissional (44,4%, segundo o Censo Escolar 2023/Inep), à frente da rede estadual (38,2%) e da rede federal (13,7%) - um padrão que, se replicado em Joinville, torna a rede privada um ator central para o cumprimento das metas de expansão do Objetivo 12, e não apenas um complemento à oferta pública.

O problema central deste diagnóstico é avaliar o acesso, a permanência e a conclusão na EPT/FIC em Joinville considerando o conjunto das redes - pública e privada -, à luz de uma fonte de dados (Relatório do MEC/Censo Escolar) que consolida esse número em um total único, sem abertura entre técnico e FIC, sem série histórica municipal e sem abertura por dependência administrativa (municipal, estadual, federal, privada). Isso limita, no estágio atual, a capacidade de identificar em que medida a rede privada, especificamente em

Joinville, reproduz o padrão nacional de concentração da oferta, e de mensurar o cumprimento das metas de equidade do Objetivo 12 (Meta 12.f) por rede.

Segundo a leitura do grupo de trabalho do Eixo Temático de EPT, essas limitações de acesso, permanência e conclusão persistem de forma mais aguda entre grupos específicos - estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, negros, indígenas, quilombolas, do campo, das águas e das florestas, pessoas surdas e pessoas com deficiência ou transtornos globais de desenvolvimento -, o que reforça a centralidade da Meta 12.f (redução de desigualdades por raça/cor, sexo, nível socioeconômico, região e localização) para o diagnóstico municipal.

Análise descritiva

Perfil demográfico e socioeconômico de referência

O Censo Demográfico de 2022 (IBGE) registrou 616.323 habitantes em Joinville; a estimativa do Relatório do MEC para 2025 é de 664.541 habitantes.

Indicador	Joinville	Região Intermediária	Santa Catarina	Brasil
PIB per capita (2023)	R\$ 80.828	R\$ 72.760	R\$ 58.022	R\$ 40.342
IDH ¹	0,809	0,7401	0,7316	0,786
Índice de Gini ¹	0,49	0,44	0,44	0,51

¹ IDH e Gini: dados de 2010 para município, região intermediária e estado; 2023 para Brasil.

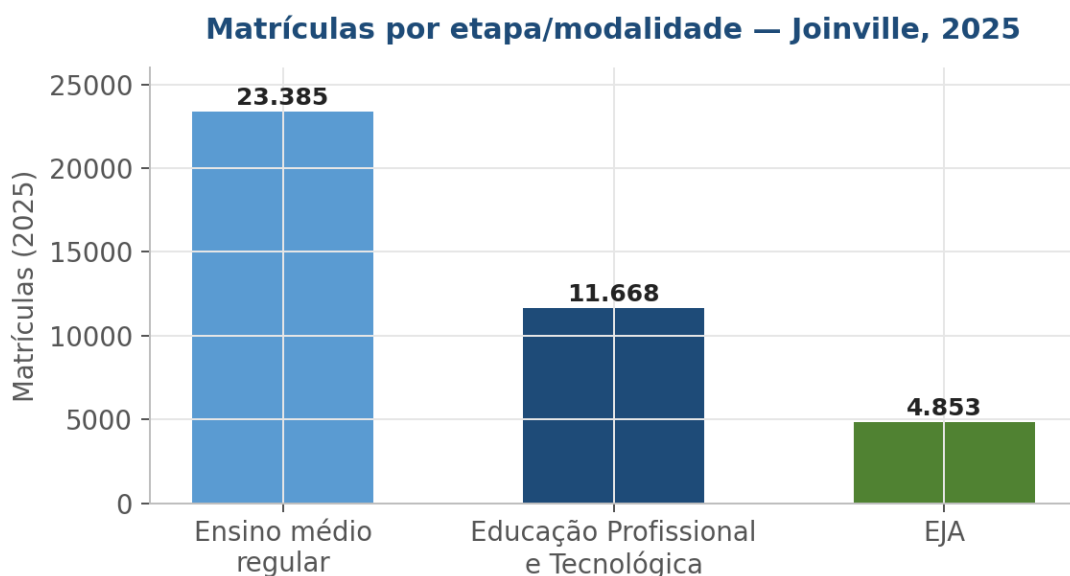
Fonte: IBGE, IPEA, Datasus - apud Relatório do MEC sobre a Educação no Município de Joinville, 2025.

Panorama geral da Educação Profissional e Tecnológica (todas as redes)

Segundo o Censo Escolar 2025, a Educação Profissional e Tecnológica em Joinville soma 45 escolas, 1.070 professores e 11.668 matrículas, considerando o conjunto das redes municipal, estadual, federal e privada - o quarto maior contingente de matrículas entre as etapas/modalidades da educação básica no município, atrás de Anos Iniciais, Finais e Ensino Médio regular.

Etapas/modalidade	Escolas	Professores	Matrículas
Ensino médio regular	54	1.910	23.385
Educação Profissional e Tecnológica	45	1.070	11.668
EJA	19	249	4.853
Educação básica (total)	361	7.827	145.044

Fonte: Censo Escolar (2025); Censup (2024) - Relatório do MEC sobre a Educação no Município de Joinville, 2025. Considera todas as redes de ensino.



Fonte: Censo Escolar/Relatório do MEC.

Rede Federal de Educação Profissional na região de Joinville

O Relatório do MEC também traz dados da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, mas na escala da Região Geográfica Intermediária de Joinville, que reúne 25 municípios e 1.435.381 habitantes, não do município isoladamente. Nessa região, há 2 instituições federais de ensino (Instituto Federal Catarinense, IFC e Instituto Federal de Santa Catarina, IFSC), somando 8.235 matrículas em 2024, distribuídas por nível: Técnico de Nível Médio (4.151), Superior Bacharelado e Licenciatura (2.555), Superior de Tecnologia (1.214), Pós-Graduação (193) e Qualificação Profissional (122).

Situação da rede pública — leitura complementar com dados internos

Além da fonte pública consolidada (Relatório do MEC), o grupo de trabalho elaborou um levantamento interno sobre a oferta pública de EPT/FIC em Joinville, que permite uma leitura mais detalhada, ainda que restrita às redes públicas, do que a disponível no dado agregado da seção 2.2. Antes de apresentar os números, é importante explicar o que cada sigla usada no levantamento representa:

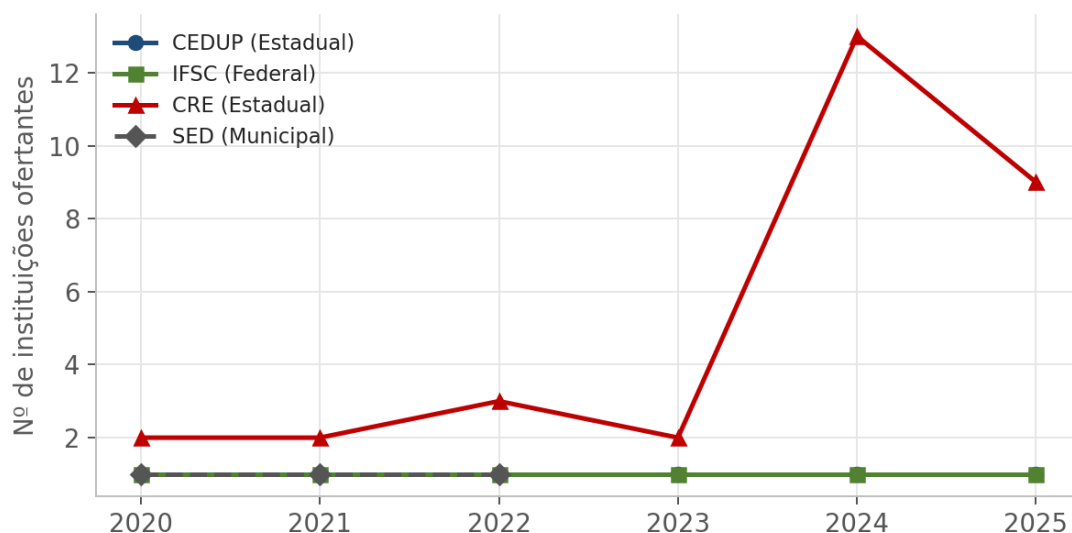
- IFSC - Instituto Federal de Santa Catarina: rede Federal.
- CEDUP - Centro de Educação Profissional: rede Estadual, vinculado administrativamente à CRE, mas com atuação exclusiva em EPT (escola dedicada).

- CRE - Coordenadoria Regional de Educação: rede Estadual; corresponde aos cursos técnicos ofertados dentro de escolas estaduais regulares de educação básica (não unidades dedicadas a EPT).
- SED - Secretaria de Educação do Município de Joinville: rede Municipal.

As quatro instituições cobrem, portanto, as três esferas públicas: federal (IFSC), estadual (CEDUP e CRE) e municipal (SED), mas não a rede privada, que não está representada neste levantamento.

Instituição ofertante (rede)	2020	2021	2022	2023	2024	2025
CEDUP — Estadual (EPT técnico)	1	1	1	1	1	1
IFSC — Federal (EPT técnico)	1	1	1	1	1	1
CRE — Estadual (EPT técnico)	2	2	3	2	13	9
SED — Municipal (EPT técnico)	1	1	1	—	—	—

Instituições ofertantes de EPT técnico por rede — Joinville, 2020-2025



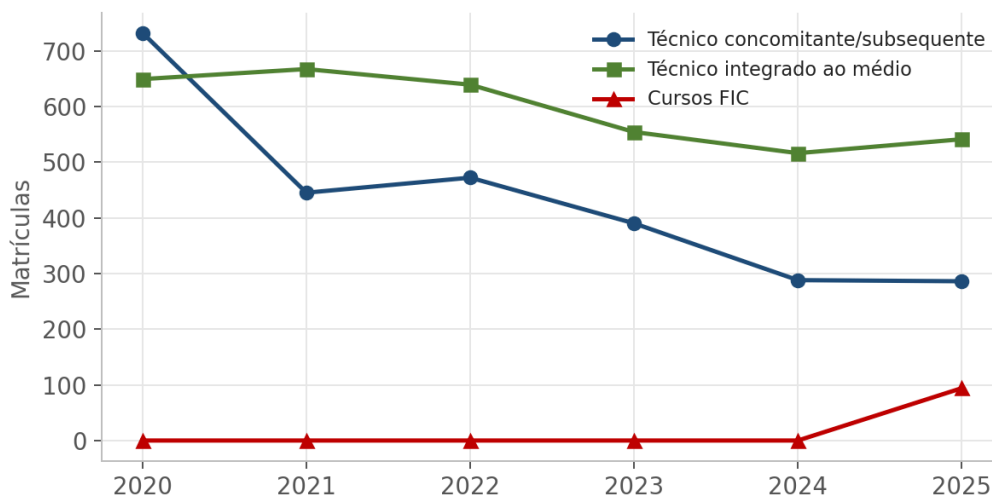
Fonte: levantamento interno.

IFSC Campus Joinville — matrículas técnicas

O Campus Joinville do IFSC tem série própria de matrículas por modalidade para 2020-2025, levantada na Plataforma Nilo Peçanha, que permite isolar a contribuição federal especificamente no município, superando a limitação da seção 2.3, onde o dado disponível no Relatório do MEC cobria toda a Região Geográfica Intermediária (25 municípios):

Modalidade — IFSC	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Cursos FIC	0	0	0	0	0	94
Ensino Técnico concomitante/subsequente	732	445	472	390	288	286
Ensino Médio integrado à educação profissional	649	667	639	554	516	541

IFSC Campus Joinville — matrículas por modalidade, 2020-2025



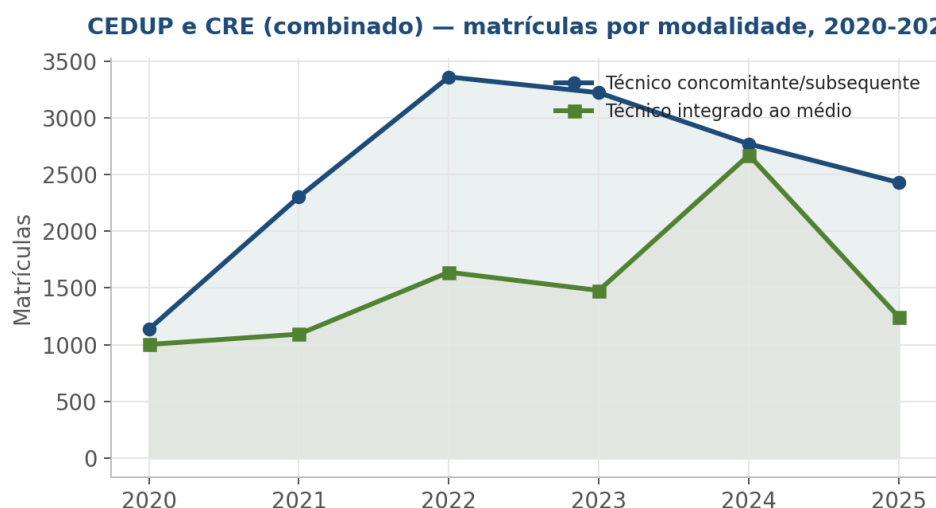
Fonte: Plataforma Nilo Peçanha.

O técnico concomitante/subsequente do IFSC cai 60,9% entre 2020 (732) e 2025 (286), enquanto o técnico integrado ao ensino médio recua de forma mais moderada, 16,6% no mesmo período (649 para 541). A oferta de FIC pelo IFSC aparece pela primeira vez em 2025 (94 matrículas), nula em todos os anos anteriores, o que é consistente com o que já constava na tabela de instituições ofertantes (seção 2.4): o IFSC passa a registrar oferta de FIC apenas a partir de 2025.

CRE e CEDUP — matrículas técnicas e médio

O Estado forneceu uma série consolidada de matrículas para CEDUP e CRE juntos, por modalidade, 2020-2025:

Modalidade — CEDUP e CRE	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Ensino Técnico concomitante/subsequente	1.135	2.302	3.359	3.220	2.769	2.428
Ensino Médio integrado à educação profissional	1.001	1.092	1.638	1.477	2.671	1.241



Fonte: documento consolidado do Estado.

O técnico concomitante/subsequente cresce 113,9% entre 2020 (1.135) e 2025 (2.428), com pico em 2022 (3.359); o técnico integrado ao ensino médio cresce de forma mais moderada, 24,0% no período (1.001 para 1.241), com um pico isolado em 2024 (2.671).

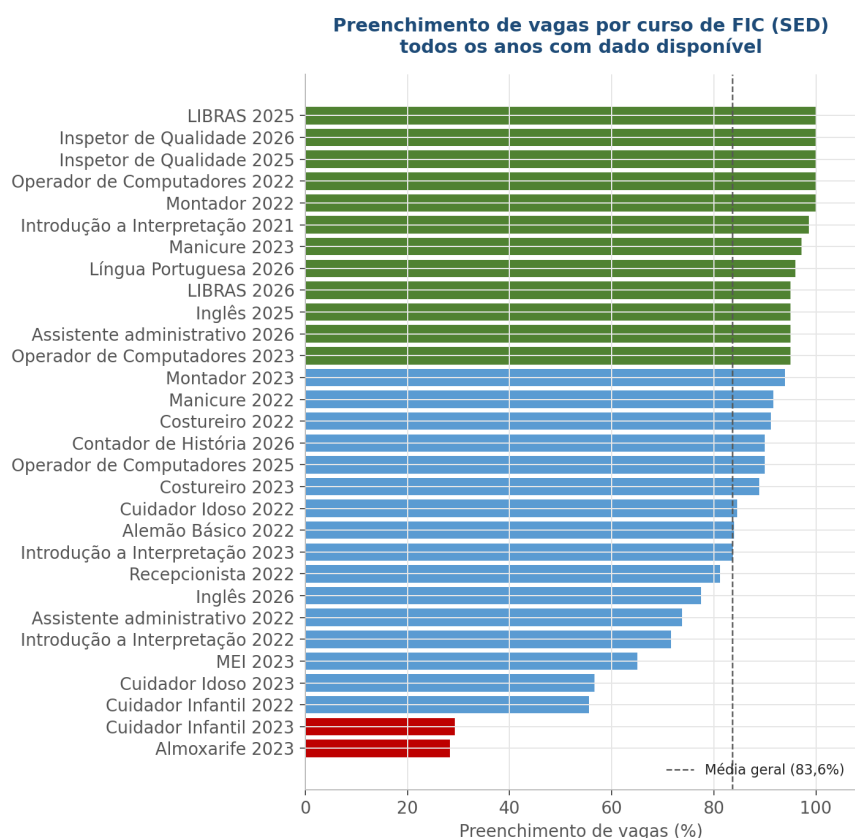
Formação Inicial e Continuada e oferta municipal (SED)

Quanto à oferta específica de Formação Inicial e Continuada (FIC), o CEDUP não registra nenhuma instituição ofertante em toda a série 2020-2025 e a CRE também não aparece na subtabela de instituições de FIC em nenhum ano, apesar de somar até 13 instituições em EPT técnico. O IFSC passa a registrar oferta de FIC em 2025 (ver seção 2.4.1). A SED é a rede com presença mais constante em FIC ao longo da série (0 em 2020, crescendo a 5 em 2022-2023, e recuando a 3 em 2024-2025).

O detalhamento de vagas e matrículas por curso de FIC ofertado pela SED (levantamento 2021-2023 e 2025-2026, com lacuna em 2024) é o seguinte:

Curso	2021 V.	2021 M.	2022 V.	2022 M.	2023 V.	2023 M.	2025 V.	2025 M.	2026 V.	2026 M.
Costureiro	—	—	79	72	81	72	—	—	—	—
Recepcionista	—	—	80	65	—	—	—	—	—	—
Almoxarife	—	—	—	—	60	17	—	—	—	—
Montador e Reparador de Computadores	—	—	20	20	33	31	—	—	—	—
Operador de Computadores	—	—	20	20	40	38	40	36	—	—
Alemão Básico	—	—	50	42	—	—	—	—	—	—
Assistente Administrativo	—	—	80	59	—	—	—	—	20	19
MEI	—	—	—	—	20	13	—	—	—	—
Introdução à Interpretação em LIBRAS	70	69	95	68	80	67	—	—	—	—
Manicure e Pedicure	—	—	24	22	36	35	—	—	—	—
Cuidador Infantil	—	—	45	25	75	22	—	—	—	—

Curso	2021 V.	2021 M.	2022 V.	2022 M.	2023 V.	2023 M.	2025 V.	2025 M.	2026 V.	2026 M.
Cuidador Idoso	—	—	110	93	30	17	—	—	—	—
Técnico de Enfermagem	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Inglês	—	—	—	—	—	—	40	38	40	31
Inspetor de Qualidade	—	—	—	—	—	—	20	20	20	20
LIBRAS	—	—	—	—	—	—	20	20	20	19
Contador de História	—	—	—	—	—	—	—	—	40	36
Língua Portuguesa para Estrangeiros	—	—	—	—	—	—	—	—	25	24



A taxa média de preenchimento (matrículas/vagas) nos cursos e anos com dado registrado é de 83,6%, variando de 28,3% (mínimo) a 100% (máximo). Os dois pontos de preenchimento mais baixo: Almojarife (2023, 60 vagas/17 matrículas) e Cuidador Infantil (2023, 75 vagas/22 matrículas) ficam entre 28% e 29%, bem abaixo da média, e merecem confirmação quanto à causa (baixa procura, erro de registro ou barreira de acesso).

Em fechamento, a leitura da rede pública mostra: técnico concomitante/subsequente do IFSC em queda acentuada (-60,9% entre 2020 e 2025) enquanto o mesmo indicador para CEDUP/CRE combinado mais que dobra (+113,9%) no período, com pico em 2022; o técnico integrado ao Ensino Médio crescendo de forma mais moderada em ambas as redes; a oferta de FIC do IFSC começando apenas em 2025 (94 matrículas), depois de cinco anos sem nenhum registro; e uma oferta de FIC mais consistente na rede municipal (SED), com preenchimento médio de vagas relativamente alto (83,6%) mas volumes pequenos frente ao

total de 11.668 matrículas de EPT do município. Somando técnico concomitante/subsequente e integrado das três instituições (IFSC + CEDUP + CRE combinados), a rede pública alcança 4.496 matrículas em 2025: 38,5% do total municipal de EPT, ainda sem uma abertura que separe CEDUP de CRE dentro da tabela consolidada do Estado.

Perfil dos estudantes e capacidade de oferta — leitura do grupo de trabalho

O grupo de trabalho do Eixo Temático de EPT (com representantes do IFSC, da CRE, do CEDUP e da SED) consolidou uma leitura complementar sobre capacidade de oferta e perfil dos estudantes, cruzando o levantamento interno com os relatórios do MEC.

Capacidade de oferta: somando as instituições das quatro redes públicas mapeadas na seção 2.4 (CEDUP + IFSC + CRE + SED), o número de unidades ofertantes de EPT salta de 5 em 2020 para 11 em 2025 consistente com a tabela da seção 2.4. Esse total de unidades públicas é distinto do total de 45 escolas do Censo Escolar (seção 2.2), que inclui também a rede privada e demais modalidades de EPT.

Portfólio: a oferta pública de FIC evoluiu de um foco inicial em cursos administrativos e de informática para incluir áreas como costura, cuidados com idosos e crianças, e microempreendedorismo, movimento consistente com o detalhamento de cursos da seção 2.4.3 (Costureiro, Cuidador Idoso, Cuidador Infantil, MEI, entre outros).

Análise causal

As hipóteses a seguir conectam os padrões descritos na seção anterior a possíveis fatores estruturais. Tratam-se de hipóteses de trabalho a confirmar com dado municipal desagregado por rede, não de conclusões definitivas, dado que a fonte disponível não abre a matrícula de EPT por dependência administrativa.

- Participação da rede privada mais incerta do que sugeria a analogia nacional: o padrão nacional do Censo Escolar 2023 mostra a rede privada respondendo por 44,4% das matrículas de Educação Profissional, à frente da estadual (38,2%) e da federal (13,7%). Em Joinville, porém, somando técnico concomitante/subsequente e integrado do IFSC, CEDUP e CRE, a rede pública já alcança 4.496 matrículas em 2025 - 38,5% das 11.668 matrículas totais de EPT do município, antes de somar o FIC de qualquer rede. Isso enfraquece a hipótese de predominância automática da rede privada em Joinville e reforça a necessidade do dado de abertura por rede (ainda

ausente) para confirmar se o padrão nacional realmente se repete localmente, ou se a rede pública tem peso proporcionalmente maior no município.

- Presença federal em técnico mais relevante do que sugeria o dado regional: a série específica do Campus Joinville do IFSC mostra 286 matrículas em técnico concomitante/subsequente e 541 em técnico integrado ao Ensino Médio em 2025 juntas, cerca de 7,1% das 11.668 matrículas totais de EPT do município. Isso corrige a leitura anterior baseada apenas no dado regional da Rede Federal, ainda que o volume de FIC/Qualificação Profissional federal (categoria distinta do técnico) pareça pequeno tanto na escala regional (122 registros em 25 municípios, PNP 2024) quanto na do campus (94 matrículas, só a partir de 2025), o que é uma preocupação mais direcionada à Meta 12.d (FIC de 160h) do que à oferta técnica federal como um todo.
- Ausência de abertura por rede como fator que dificulta o direcionamento de política pública: sem saber a proporção pública/privada dentro das 11.668 matrículas de EPT, o PME não consegue diferenciar, por exemplo, se a meta de expansão deve vir de investimento direto em rede pública (CEDUP, escolas estaduais, rede municipal) ou de indução/parceria com a rede privada, o que são estratégias de política muito distintas.
- Gargalos de logística e mobilidade: a centralização das unidades escolares e o fechamento de polos de extensão em bairros periféricos criam barreiras geográficas de acesso, agravadas pela deficiência do transporte público, horários insuficientes no período noturno e ausência de passe livre para estudantes de baixa renda apontadas pelo grupo de trabalho como fator direto de evasão.
- Vulnerabilidade socioeconômica: a insegurança alimentar e a necessidade de inserção precoce no mercado de trabalho pressionam jovens a abandonar os estudos. O programa federal Pé-de-Meia já beneficia 6.791 estudantes de Ensino Médio em Joinville (25,37% dos elegíveis, SGP/2025), mas o grupo de trabalho aponta que estudantes de cursos técnicos específicos ainda enfrentam dificuldade financeira para permanência, o benefício não cobre integralmente esse público.
- Barreiras de gênero e cuidado: a ausência de suporte para estudantes com filhos como creches noturnas ou salas de acolhimento é apontada pelo grupo de trabalho como fator determinante da interrupção de trajetórias escolares, em especial entre mulheres.
- Déficit de integração pedagógica entre o Ensino Fundamental e a EPT: a taxa de distorção idade-série da rede municipal nos Anos Finais do Ensino Fundamental

chegou a 19,5% em 2025 (Inep), bem acima da taxa de repetência do fluxo escolar do mesmo segmento (3,6%, redes públicas, 2021-2022). Esse acúmulo de defasagem pode dificultar o nivelamento de estudantes que buscam EPT ao final do Ensino Fundamental ou no Ensino Médio, ainda que a relação causal direta com o acesso à EPT não esteja quantificada.

Causas críticas

Com base na análise descritiva e causal, destacam-se as seguintes causas críticas a serem enfrentadas pelo PME (2027-2037) no Objetivo 12:

- ausência de abertura por dependência administrativa (municipal/estadual/federal/privada) na fonte pública disponível para a EPT em Joinville (Relatório do MEC/Censo Escolar), impedindo quantificar a participação real da rede privada no município e comparar com o padrão nacional (44,4%);
- dado de Qualificação Profissional (FIC) da Rede Federal disponível apenas na escala regional (Região Geográfica Intermediária de 25 municípios): a série por campus já isola o técnico do IFSC em Joinville, e mostra que o FIC federal no campus só começou em 2025 (94 matrículas), depois de cinco anos sem nenhum registro, o que ainda carece de explicação sobre a causa do início tardio;
- ausência de série histórica municipal na fonte agregada do Censo Escolar (dado de corte único, 2025), impedindo avaliar tendência de expansão ou retração da oferta de EPT/FIC ao longo do tempo no total municipal, ainda que já existam séries específicas por instituição (CEDUP, IFSC) e uma estimativa para a CRE;
- inexistência de dados desagregados por equidade (raça/cor, sexo, PcD, quilombola, CadÚnico) específicos da EPT: os percentuais disponíveis no Relatório do MEC referem-se à educação básica como um todo, não à EPT, impedindo avaliar o cumprimento da Meta 12.f por rede, inclusive na rede privada;
- concentração geográfica e exclusão periférica: oferta limitada de vagas e laboratórios tecnológicos em bairros distantes do centro, agravada pela má conectividade de transporte apontada pelo grupo de trabalho como barreira prioritária de acesso;
- vulnerabilidade econômica crônica: carência de auxílios financeiros e de alimentação escolar consistente para o público da educação técnica, para além da cobertura já oferecida pelo Pé-de-Meia ao Ensino Médio regular;

- fragmentação de dados e gestão entre as redes: a desarticulação entre os sistemas de informação das redes municipal, estadual e federal impede um mapeamento real da demanda e o acompanhamento eficaz dos egressos reforça, sob a ótica do grupo de trabalho, a mesma lacuna de integração de dados já identificada nas causas anteriores (ausência de abertura por rede e por carga horária);
- invisibilidade de grupos específicos: baixa oferta de cursos técnicos integrados para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e para populações tradicionais (quilombolas e indígenas), apontada pelo grupo de trabalho como lacuna de equidade ainda não quantificada.

Referências

BRASIL. **Lei nº 15.388, de 14 de abril de 2026.** Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE 2026-2036). *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 15 abr. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Relatório sobre a Educação no Município de Joinville.** Brasília, DF: MEC, 2025.

BRASIL. Ministério da Educação; FNDE. **Relatório de Equidade Racial — Joinville (SC).** Brasília, DF: MEC/FNDE, 2026.

CENTRO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL (CEDUP). **Quantitativo de matrículas em EPT em Joinville (2020-2025).** Joinville: CEDUP, 2025. Documento interno.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2022: resultados de Joinville/SC.** Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo Escolar da Educação Básica 2023: resumo técnico.** Brasília, DF: INEP, 2024.

PLATAFORMA NILO PEÇANHA (PNP). **Painel de dados da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: Campus Joinville (2020-2025).** Brasília, DF: MEC/SETEC, 2025.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. **Diagnóstico da educação catarinense: documento preliminar.** Florianópolis: SED-SC, 2025.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JOINVILLE (SED). **Relatório consolidado de matrículas e vagas do SISTEC/SED (2020-2025).** Joinville: SED, 2026.

13. QUALIDADE DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Problema

O Objetivo 13 da Lei nº 15.388/2026 (PNE 2026-2036) estabelece a diretriz de garantir a qualidade e a adequação da formação às demandas da sociedade, do mundo do trabalho e das diversidades de populações e territórios na Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Suas metas associadas são: Meta 13.a, que exige que toda a oferta de EPT atenda a referenciais nacionais de qualidade, avaliados por um sistema nacional de avaliação ainda a ser implementado; Meta 13.b, que fixa em 60% o mínimo de concluintes de EPT com padrões adequados de aprendizagem até o quinto ano de vigência do PNE, ampliando progressivamente até a totalidade ao final do decênio; e Meta 13.c, que prevê a ampliação progressiva da inserção dos egressos no mundo do trabalho, considerando ao menos empregabilidade, empreendedorismo e renda.

O problema central deste diagnóstico é estrutural, e não apenas municipal: tanto o Documento de Diagnóstico da Educação Nacional (2024) quanto o Diagnóstico da Educação Catarinense (2025) afirmam explicitamente que não existem, até o momento, indicadores que atendam plenamente às metas de qualidade da EPT. Isso decorre da ausência de um sistema nacional de avaliação da educação profissional e tecnológica, cuja implementação a própria Estratégia 13.3 do PNE prevê para até 2 anos após a aprovação da lei (ou seja, até abril de 2028), e da ausência de padrões de qualidade pactuados entre as redes pública e privada que sirvam de referência comum.

Joinville, portanto, herda essa mesma lacuna: não há hoje, em nenhuma esfera (federal, estadual ou municipal), um indicador oficial que meça a adequação da formação técnica e de FIC às demandas do mundo do trabalho no município, a taxa de concluintes com aprendizagem adequada, ou a inserção dos egressos no mercado. O diagnóstico municipal do Objetivo 13 depende, então, de uma leitura predominantemente qualitativa e contextual, apoiada no perfil institucional já mapeado no diagnóstico do Objetivo 12 e nas discussões do grupo de trabalho, até que instrumentos de avaliação e acompanhamento de egressos estejam disponíveis.

Análise descritiva

Segundo o próprio Diagnóstico da Educação Catarinense, "não existe um indicador que atenda plenamente às Metas 12.a e 12.b" (numeração da versão anterior, correspondentes às atuais Metas 13.a e 13.b), tanto na leitura nacional quanto na estadual. Não há, portanto, uma base de dados quantitativa direta - nacional, estadual ou municipal - sobre adequação curricular, desempenho de concluintes ou inserção de egressos no mundo do trabalho, que permita construir indicadores próprios para Joinville neste momento.

Na ausência de indicadores diretos, este diagnóstico se apoia no perfil institucional da EPT em Joinville já levantado no diagnóstico do Objetivo 12, como base de contexto:

- A oferta técnica pública do município está concentrada em poucas unidades dedicadas - uma unidade CEDUP e um Campus IFSC - complementadas por escolas estaduais regulares (via CRE) e pela rede municipal (SED, com foco em FIC), além da rede privada, cuja participação específica em Joinville ainda não está quantificada;
- O portfólio de cursos mapeado concentra-se em poucos eixos tecnológicos - Ambiente e Saúde, Controle e Processos Industriais, Gestão e Negócios e Informação e Comunicação - com eixos como Turismo/Hospitalidade/Lazer, Recursos Naturais e Segurança pouco representados ou não confirmados na oferta local;
- O Censo Escolar 2025 registra 1.070 professores atuantes em EPT no município (todas as redes), mas não há dado disponível sobre formação continuada específica para a docência em EPT, prevista na Estratégia 13.9 do PNE.

Análise causal

Na ausência de indicadores diretos, as hipóteses a seguir adaptam ao contexto de Joinville os "pontos que merecem atenção" levantados pelo próprio Diagnóstico da Educação Catarinense para o objetivo de qualidade da EPT, cruzados com o perfil institucional e produtivo do município e com as discussões do grupo de trabalho. Onde indicado, algumas causas já estão confirmadas pelo grupo, e não são mais tratadas como hipótese.

- Ausência de sistema de avaliação implementado: sem o sistema nacional de avaliação da EPT (Estratégia 13.3, com prazo de implementação até 2028), Joinville não tem como aferir localmente se a oferta técnica e de FIC atende a padrões de qualidade, o que também impede o PME de estabelecer uma linha de base própria para as Metas 13.a e 13.b antes que o sistema nacional exista.

- Possível descompasso entre currículo ofertado e demanda do setor produtivo: o perfil industrial de Joinville - maior polo industrial de Santa Catarina - pressupõe demanda por qualificação técnica alinhada a esse setor. O portfólio mapeado no Objetivo 12 mostra concentração em eixos como Controle e Processos Industriais e Gestão e Negócios, compatível com esse perfil, mas não há dado de consulta formal ao setor produtivo (Estratégia 13.4) que confirme se o desenho curricular atual reflete as demandas reais das indústrias locais, ou se há defasagem.
- Ausência de acompanhamento de egressos: sem um mecanismo de acompanhamento de egressos (Meta 13.c, Estratégia 13.12), não é possível medir empregabilidade, empreendedorismo ou renda dos concluintes de EPT em Joinville, o que também limita a capacidade do PME de identificar se cursos específicos (por eixo ou instituição) geram melhor inserção no mercado do que outros.
- Concentração confirmada da oferta municipal de FIC em cursos de menor complexidade: diferentemente da leitura anterior, esta causa está confirmada para a rede municipal, a oferta de FIC pela SED é de cursos de menor complexidade em razão de restrições orçamentárias, da burocracia no processo de compras e aquisição de equipamentos para cursos FIC no âmbito municipal, e do fato de os recursos da Secretaria de Educação estarem vinculados prioritariamente ao atendimento da educação básica. A oferta de FIC em Joinville mapeada no Objetivo 12 (cursos como Costureiro, Recepcionista, Cuidador Infantil, entre outros de curta duração e baixo custo de implementação) é consistente com essa restrição estrutural. Ainda não há confirmação equivalente para CEDUP, CRE, IFSC ou rede privada, a causa está confirmada especificamente para a rede municipal (SED), mas segue a mesma lógica estrutural de burocracia de compras já confirmada de forma mais ampla acima.

Causas críticas

Com base na análise descritiva e causal, destacam-se as seguintes causas críticas a serem enfrentadas pelo PME (2027-2037) no Objetivo 13:

- Inexistência de sistema nacional (e, por consequência, municipal) de avaliação da qualidade da EPT, reconhecida tanto pelo diagnóstico nacional quanto pelo estadual - impede qualquer diagnóstico quantitativo de qualidade em Joinville até que o sistema previsto na Estratégia 13.3 seja implementado;

- Burocracia nos processos de compras públicas - aquisição, manutenção e reposição de equipamentos e laboratórios - que impede a rede pública de EPT em Joinville de acompanhar a velocidade de atualização tecnológica de áreas como automação, robótica e inteligência artificial, colocando-a em desvantagem estrutural frente à rede privada, que não está sujeita aos mesmos trâmites;
- Burocracia nos processos seletivos de contratação de pessoal da rede pública de EPT, tanto para reposição de vagas quanto para criação de novos cargos ou cursos, dificultando o ajuste ágil do quadro docente às especialidades emergentes do mercado de trabalho;
- Ausência de mecanismos formais e documentados de diálogo entre as instituições ofertantes de EPT em Joinville e o setor produtivo local, que permitiriam verificar o alinhamento curricular com as demandas efetivas da indústria (Estratégia 13.4);
- Ausência de sistema de acompanhamento de egressos que meça empregabilidade, empreendedorismo e renda dos concluintes de EPT no município (Meta 13.c, Estratégia 13.12);
- Ausência de dado sobre formação continuada e qualificação específica dos professores que atuam na EPT em Joinville, apesar de o Censo Escolar registrar 1.070 docentes na etapa (Estratégia 13.9);
- Concentração confirmada da oferta municipal de FIC (SED) em cursos de menor complexidade, decorrente de restrições orçamentárias, de burocracia no processo de compras e aquisição de equipamentos para cursos FIC no âmbito municipal, e da vinculação prioritária dos recursos da Secretaria de Educação ao atendimento da educação básica, o que contraria o direcionamento da Estratégia 13.11 de fomentar cursos de maior complexidade, sobretudo em instituições públicas, e aponta para a necessidade de fonte orçamentária própria ou dedicada para equipar cursos FIC de maior complexidade na rede municipal;
- Ausência de consolidação, em Joinville, do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT) como referência para verificar se os cursos ofertados localmente estão alinhados aos eixos tecnológicos e às equivalências entre nível médio e superior previstas na Estratégia 13.8.

Referências

BRASIL. **Lei nº 15.388, de 14 de abril de 2026.** Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE 2026-2036). *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 15 abr. 2026.

BRASIL. Congresso Nacional. **Projeto de Lei nº 2.614/2024:** institui o Plano Nacional de Educação 2024-2034 [em curso de adequação para PNE 2026-2036]. Documento de Diagnóstico da Educação Nacional. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2024.

JOINVILLE. Secretaria Municipal de Educação. **Diagnóstico Municipal do Objetivo 12 — Acesso, Permanência e Conclusão na EPT.** Joinville: SED, 2026. Documento de referência interna.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. **Diagnóstico da educação catarinense: documento preliminar — Objetivo 13.** Florianópolis: SED-SC, 2025.

VERSÃO PRELIMINAR

14. ACESSO, PERMANÊNCIA E CONCLUSÃO NA GRADUAÇÃO

Problema

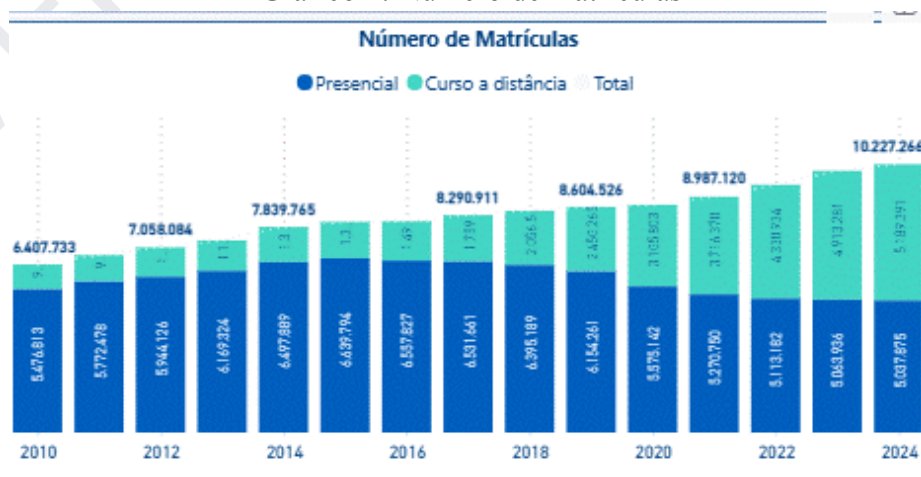
Baixo percentual da população com graduação completa, com ênfase nas elevadas desigualdades regionais, sociais, étnico-raciais, de sexo, pessoas com deficiência e suas interseccionalidades no acesso, na permanência e na conclusão da graduação.

Análise descritiva

A evasão escolar constitui um fenômeno complexo e abrangente que impacta todos os níveis de ensino, assumindo contornos criticamente preocupantes no âmbito da Educação Superior. Diante desse cenário, as Instituições de Ensino Superior (IES) públicas e privadas têm direcionado esforços analíticos para compreender a dinâmica e os determinantes subjacentes ao abandono acadêmico. Sob essa perspectiva, a evasão consolida-se como uma das principais ameaças à efetividade das políticas públicas educacionais e à consolidação da democratização do acesso ao ensino superior no Brasil (Gonçalves, 2024).

O panorama recente da Educação Superior brasileira reflete uma contínua reconfiguração quantitativa. No período entre 2023 e 2024, registrou um crescimento de 2,5% no total de matrículas. Essa expansão foi alavancada precipuamente pelo segmento privado, que apresentou uma elevação de 3,2%, ao passo que a rede pública registrou uma discreta retração de 0,2%. Paralelamente, observa-se a expansão estrutural da Educação a Distância (EaD), modalidade que, no intervalo acumulado de 2010 a 2024, passou a absorver 50,7% do total de discentes no país (INEP; SEMESP, 2026). Conforme o gráfico 1 abaixo demonstra esse aumento.

Gráfico 1: Número de matrículas

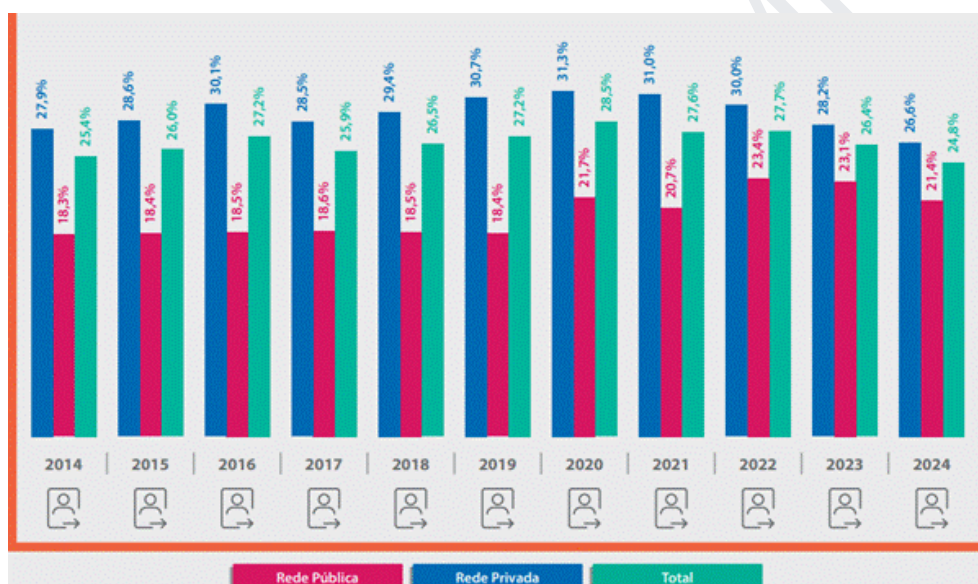


Fonte: INEP 2026.

Contudo, a expansão do acesso contrasta com a persistência de elevadas taxas de evasão nos cursos presenciais. Em 2024, o índice global de evasão na modalidade presencial alcançou 24,8%, registrando-se o maior patamar na rede privada (26,6%). Embora o percentual do setor privado em 2024 denote uma leve arrefecida em relação a 2023 (28,2%), ele permanece superior à média de evasão da rede pública (21,4%), sinalizando um desafio institucional contínuo para a sustentabilidade da permanência discente (SEMEP/INEP/2026).

Cabe ressaltar que nos anos de 2014 a 2019 a taxa de evasão da rede pública manteve-se estável em 8% , no ano de 2020 teve um aumento de 3,3% devido a pandemia e manteve elevação de 1,7% nos anos seguintes, conforme o gráfico 2 abaixo.

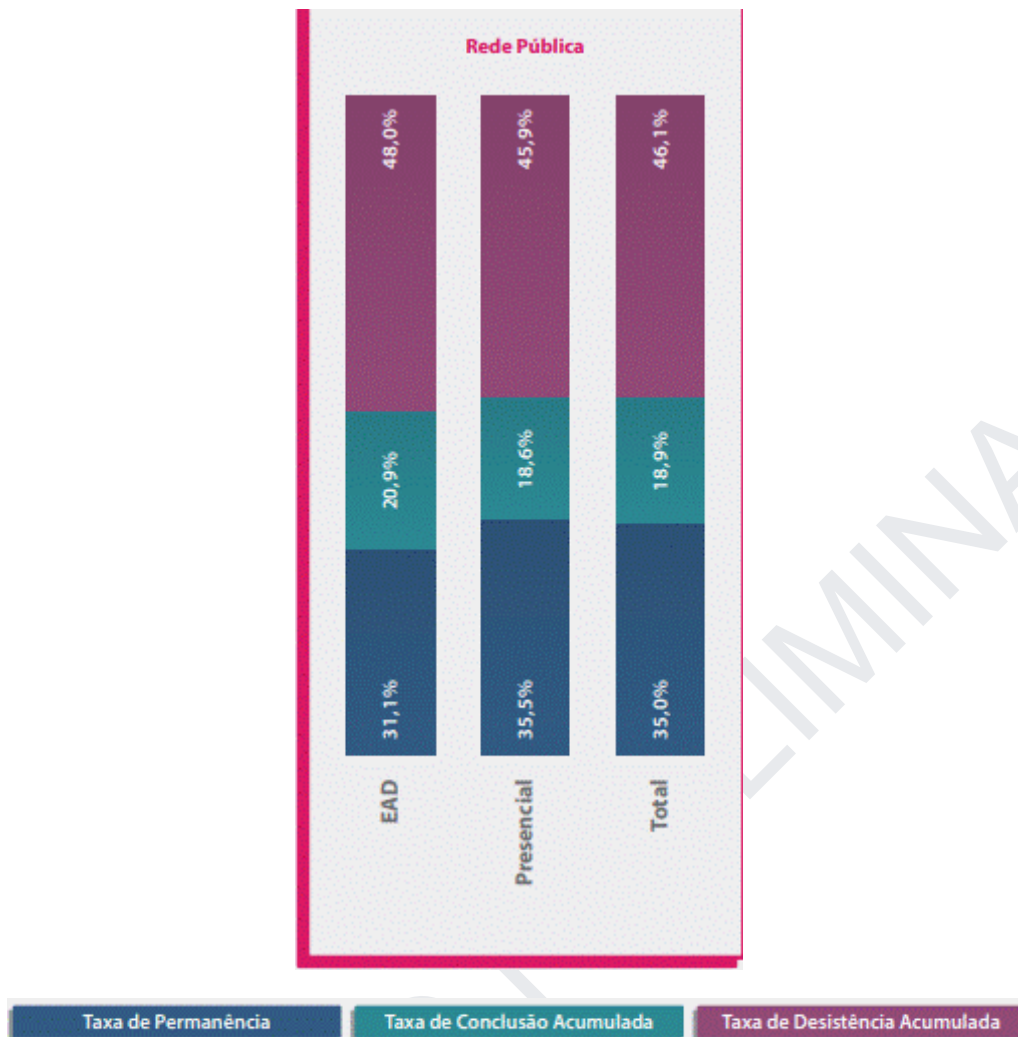
Gráfico 2: Taxa de evasão da rede pública e privada



Fonte: SEMEP, 2026.

Quanto aos concluintes do Ensino Superior a taxa de permanência na rede pública é de 35,5 % no ensino presencial enquanto na modalidade EAD 31,1%, a taxa de conclusão na rede pública no ensino presencial é de 18,6% enquanto na EAD é de 20,9%, contrapondo esses dados observa uma taxa acumulada de desistência no ensino presencial e EAD é de 46,6%, conforme demonstrado no gráfico 3 abaixo:

Gráfico 3: Taxa de permanência na rede pública

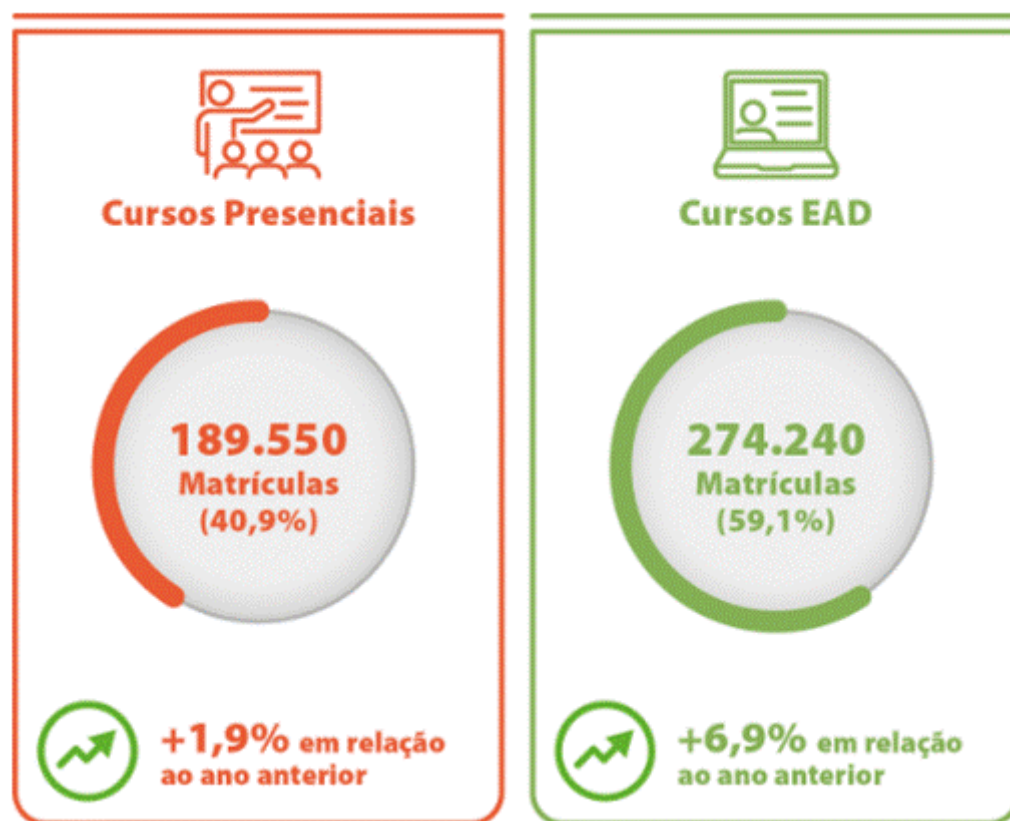


Fonte: SEMEP, 2026.

No âmbito regional, a Educação Superior no Estado de Santa Catarina tem vivenciado transformações profundas, impulsionando as IES a priorizarem estratégias voltadas à permanência e ao êxito acadêmico.

Os dados do SEMESP (2026) evidenciam a consolidação do EAD como o vetor primário de expansão do ensino superior no estado, respondendo por 59,1% das 459.509 matrículas totais, enquanto o ensino presencial retém 40,9%. Conforme demonstrado no gráfico 4 a seguir:

Gráfico 4: Número de matrículas nos cursos presenciais e EAD de Santa Catarina

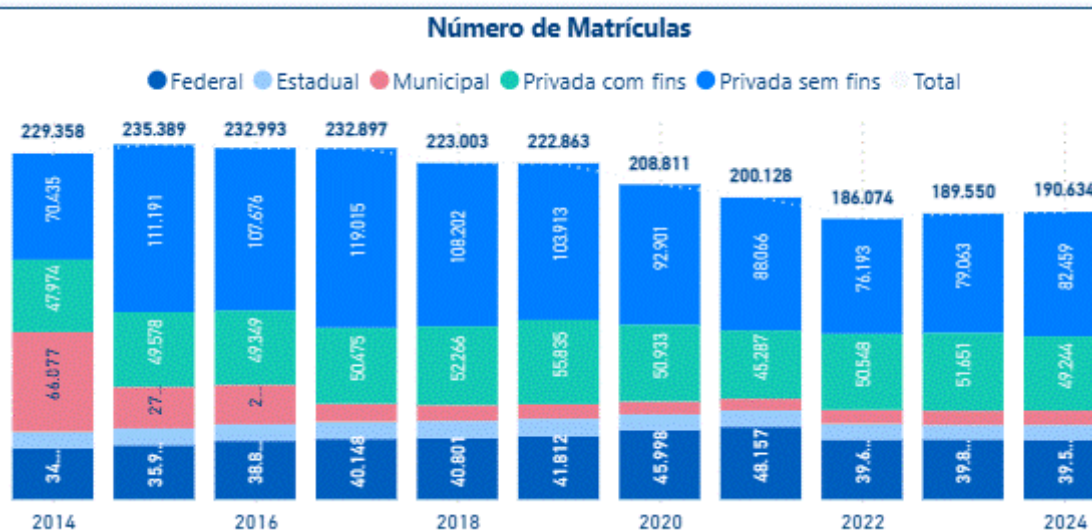


Fonte: SEMESP/INEP, 2026.

Este movimento de transição modal revela-se de maneira contundente na taxa de atratividade de novos estudantes em 2024, ano no qual 72,3% dos 236 mil ingressantes optaram pela modalidade a distância. Em contrapartida, os cursos presenciais experimentaram um crescimento global de apenas 3,9%, impulsionado exclusivamente pela rede privada (6,7%), ao passo que a rede pública registrou um declínio de 3,1% nos novos ingressos no mesmo período (SEMESP/INEP, 2026).

No que tange à distribuição das matrículas por dependência administrativa, os dados representados no Gráfico 5 evidenciam que as redes estaduais e federais demonstraram constância em seu percentual de atendimento no período de 2017 a 2021, orbitando a marca de 43,27% das matrículas do estado.

Gráfico 5: Número de matrículas na rede federal, estadual, municipal e privada



Fonte: SEMESP/INEP 2026

Assim sendo, o abandono universitário no estado configura-se como um desafio multifacetado, distanciando-se de visões reducionistas que o atribuem exclusivamente ao voluntarismo ou à incapacidade individual do estudante (Santos; Oliveira, 2023). Trata-se, em verdade, de uma equação multicausal na qual se articulam expectativas discentes, fragilidades na integração socioeconômica regional e desajustes nos modelos pedagógico-estruturais dos cursos (SEMESP, 2024; Silva *et al.*, 2022; Ristoff, 2021).

Sob essa perspectiva, cumpre destacar que o fenômeno do abandono exibe oscilações marcantes a depender do campo de conhecimento e da categoria administrativa da instituição. Cursos de elevada seletividade no ingresso e forte prestígio no mercado de trabalho, como Medicina e Direito, mantêm patamares reduzidos de evasão, oscilando frequentemente abaixo de 10% a 15% (INEP, 2024; Santos; Oliveira, 2023). Em contrapartida, as Licenciaturas e os cursos das áreas de Ciências Exatas e Tecnológicas enfrentam taxas de evasão acumuladas que oscilam entre 40% e 50% ao longo da trajetória acadêmica (SEMESP, 2026).

Nesse contexto, o estado de Santa Catarina apresenta uma arquitetura no Ensino Superior amplamente singular no panorama nacional. O ecossistema educacional catarinense caracteriza-se pela coexistência de três eixos estruturantes: a rede pública estatal, composta por instituições federais e estaduais (como UFSC, UDESC e os Institutos Federais); o segmento comunitário de caráter público não estatal, articulado pelo Sistema ACAFE (a exemplo da UNIVILLE, Univali e Unochapecó); e a rede privada lucrativa, acompanhada pela expansão contínua dos polos de Educação a Distância (EaD) (Seiffert; Ristoff, 2023; SEMESP, 2025). Abaixo o quadro 1 apresenta os dados por macrorregiões de Santa Catarina:

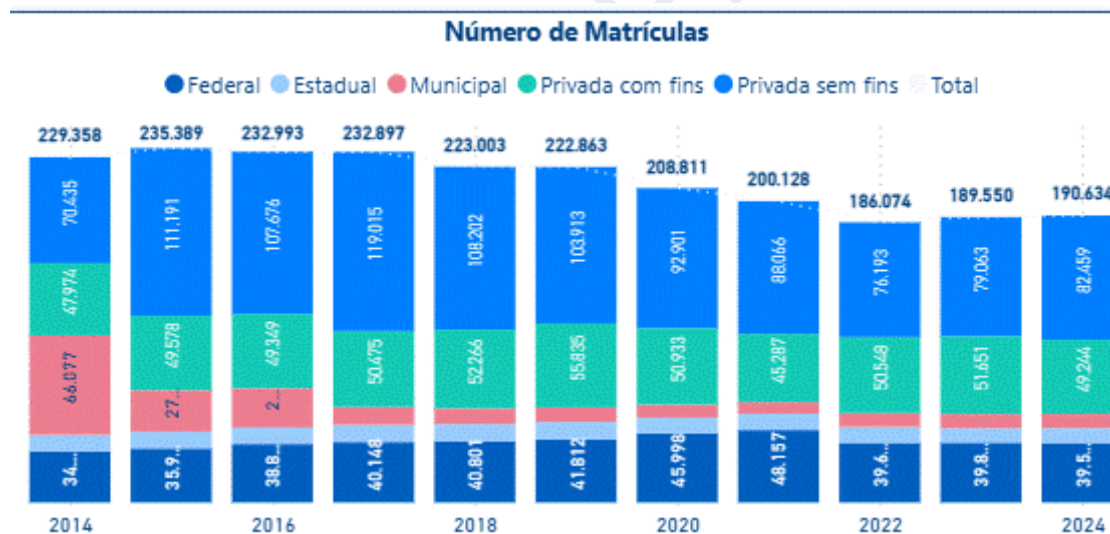
Quadro 1: Dados das macrorregiões de Santa Catarina:

Mesorregião	Cursos Presenciais	Cursos EAD
Grande Florianópolis	34,5%	34,3%
Norte Catarinense	28,8%	31,7%
Oeste Catarinense	25,0%	30,7%
Serrana	19,9%	28,7%
Sul Catarinense	23,5%	30,5%
Vale do Itajaí	24,4%	30,3%

Fonte: SEMESP/INEP 2026

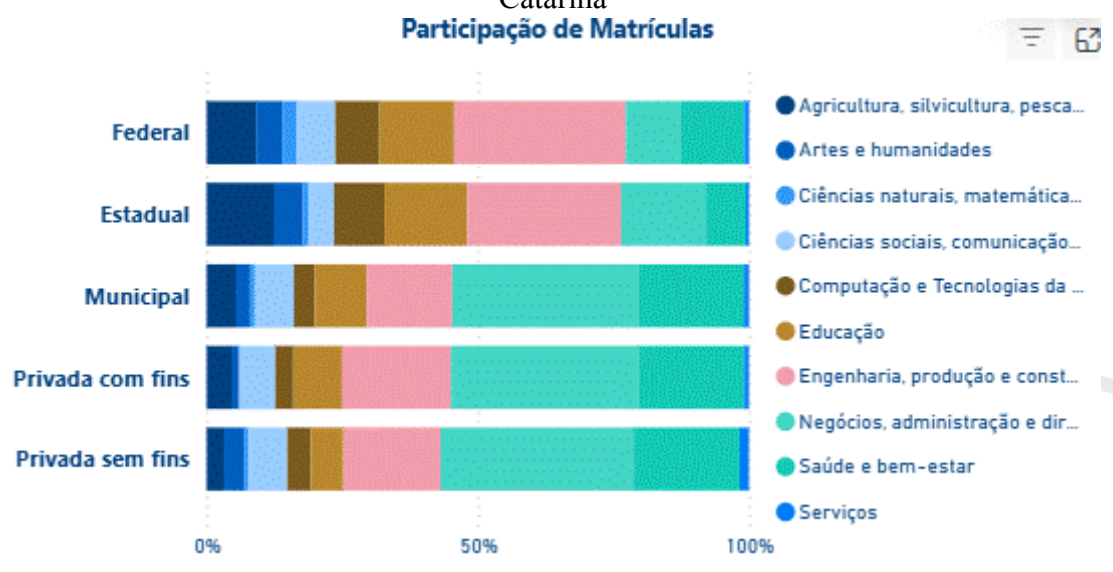
De acordo com os dados do INEP, Santa Catarina tem mais de 440 mil matrículas ativas divididas em dezenas de instituições, conforme representado abaixo :

Gráfico 6: Número de matrículas do ensino superior em Santa Catarina- 2014-2024



Fonte: Censo do INEP- Número de matrículas do ensino superior em Santa Catarina - 2014-2024

Gráfico 7: Número de matrículas por áreas de conhecimento do Ensino Superior de Santa Catarina



Fonte: SEMESP/INEP; 2014- 2024.

Localmente, o município de Joinville se consolida como o principal polo demográfico e econômico de Santa Catarina, registrando uma população de aproximadamente 600 mil habitantes (IBGE, 2025). Posicionado como o terceiro maior pólo industrial da Região Sul do Brasil, o município destaca-se pela diversificação e densidade de seu parque fabril, com forte atuação nos segmentos metal mecânico, metalúrgico, plástico, químico, farmacêutico e têxtil.

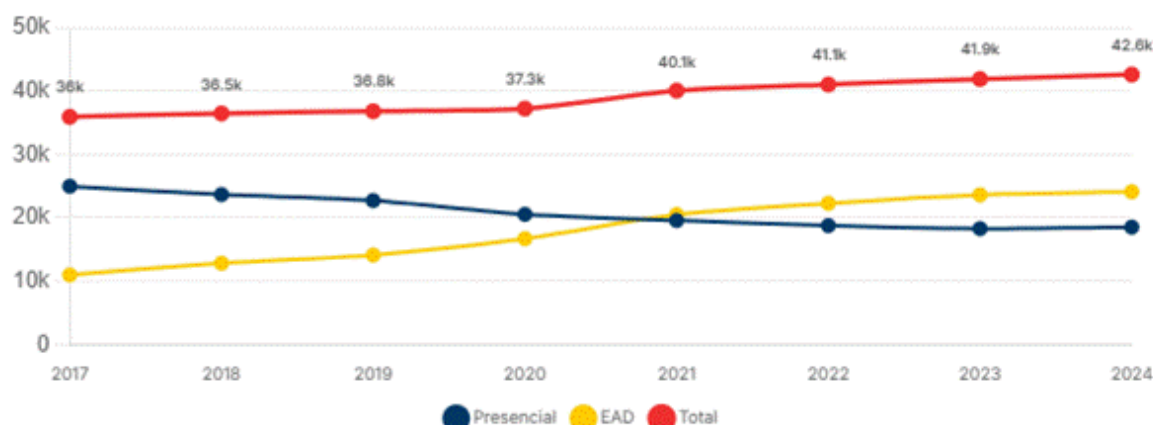
Essa vocação produtiva reflete diretamente na rede de IES do município. Embora a oferta abranja diversas áreas do saber, verifica-se uma acentuada demanda e vocação voltadas às Ciências Exatas e Tecnológicas. O ecossistema de Ensino Superior de Joinville abrange instituições de diferentes naturezas jurídicas privadas, comunitárias e filantrópicas, estruturando-se em 10 faculdades e centros universitários, além da presença marcante de uma universidade estadual (UDESC), um instituto federal (IFSC) e um campus de universidade federal (UFSC).

De acordo com os dados do censo da educação superior de Joinville no ano de 2024 houve 42.641 matrículas divididas em 18.528 na modalidade presencial representando 45,3% do total com um declínio de 1,3% já na modalidade EaD houve 24.113 representando 56,6% do total de matrículas com um total de 56,5% com um aumento de 2,1%.

O gráfico 8 abaixo mostra a evolução da modalidade EaD no período de 2017 a 2024.

Gráfico 8: Evolução da EAD em Joinville

Evolução de Matrículas — Presencial / EAD / Total (2017-2024)



Fonte: INEP — Censo da Educação Superior - Oferta em Joinville/SC

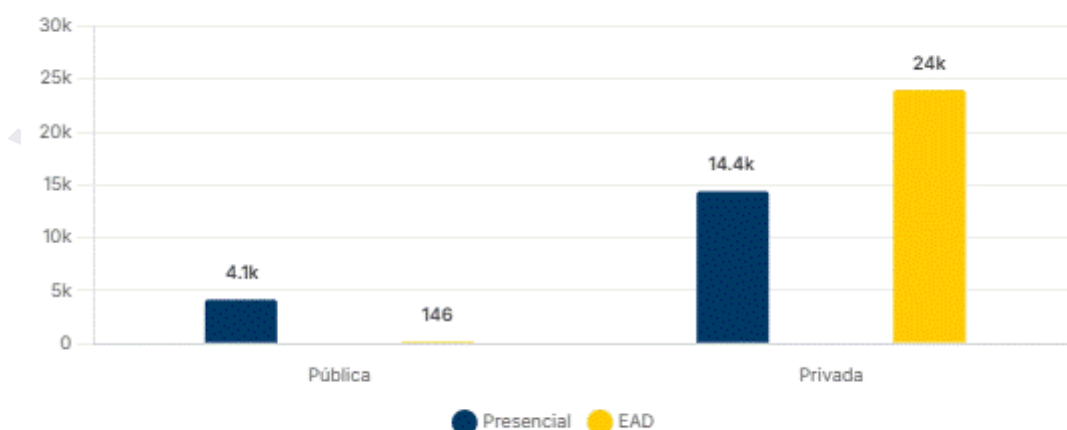
Fonte: Censo da educação superior - INEP

A análise da distribuição de matrículas entre as redes pública e privada no gráfico abaixo evidencia uma expressiva predominância do setor privado, impulsionado sobretudo pela Educação a Distância (EaD). Na rede privada, a modalidade EaD lidera o volume de ingressantes com 23.963 matrículas, seguida pelo ensino presencial, que contabiliza 14.382 registros.

Em contrapartida, a rede pública mantém sua centralidade no ensino presencial, somando 4.146 matrículas, enquanto a EaD registra apenas 146. Ao comparar o ensino presencial entre ambos os setores, constata-se uma diferença de 10.236 matrículas em favor da rede privada, destacando a disparidade na capacidade de atendimento entre as esferas.

Gráfico 9: Matrículas na rede pública e privada de Joinville

Matrículas por rede — 2024

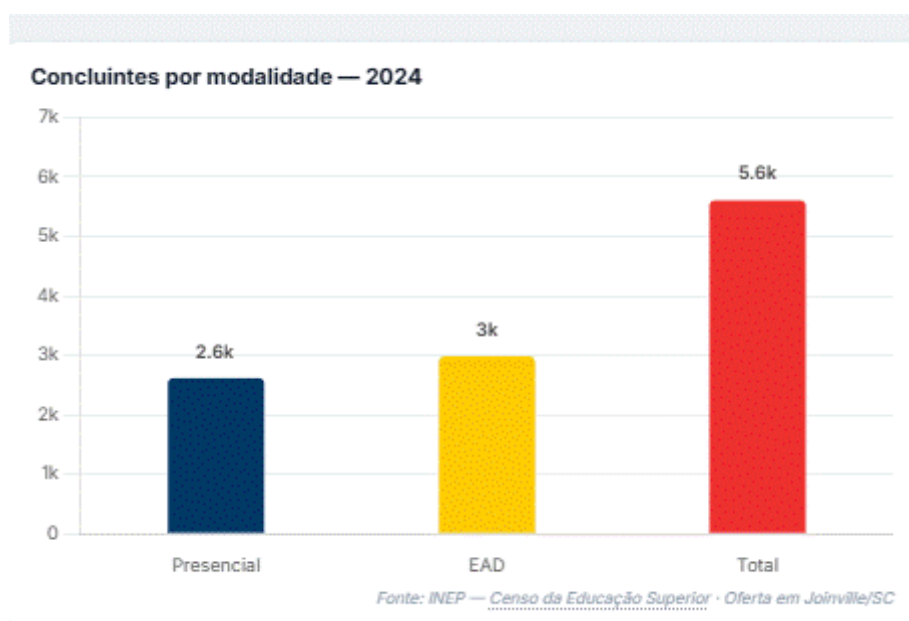


Fonte: INEP — Censo da Educação Superior - Oferta em Joinville/SC

Fonte: Censo da educação superior/Joinville- 2024

Embora o Ensino Superior em Joinville tenha registrado expansão no total de matrículas, o volume de ingressantes apresentou um crescimento discreto de 0,9%, totalizando 22.673 novos estudantes. Em contrapartida, o número de concluintes recuou 1,2%, somando 5.603 diplomados. Dentre os egressos, 2.615 concluíram o curso na modalidade presencial e 2.988 na Educação a Distância (EaD), evidenciando um ligeiro avanço da EaD no total de formandos. A distribuição detalhada desse cenário está representada no gráfico a seguir:

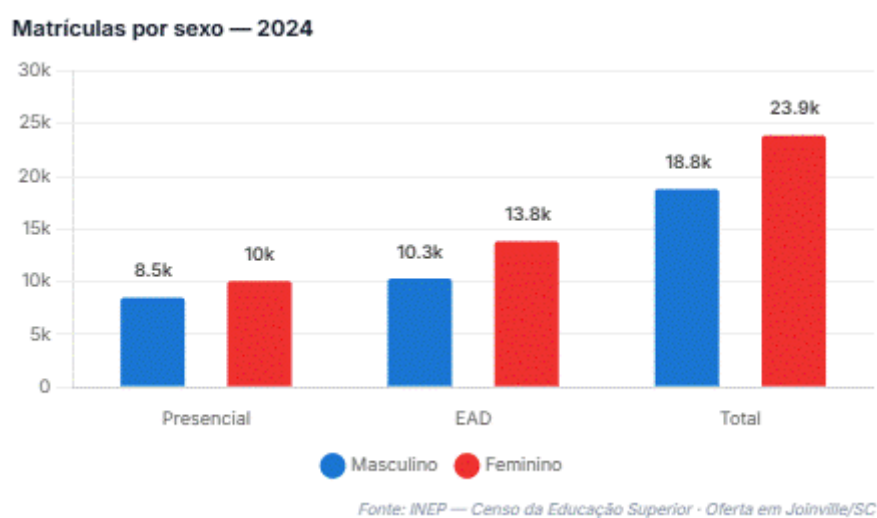
Gráfico 10: Total de concluintes na modalidade presencial e a distância



Fonte: Censo da educação superior/Joinville, 2024.

Quanto à distribuição por sexo, observa-se a predominância do público feminino no Ensino Superior, contabilizando 23.870 matrículas (aproximadamente 56% do total). Em contrapartida, os estudantes do sexo masculino somam 18.771 registros (44%). Essa disparidade representa uma diferença de 5.099 matrículas a favor das mulheres, como pode ser demonstrado no gráfico abaixo:

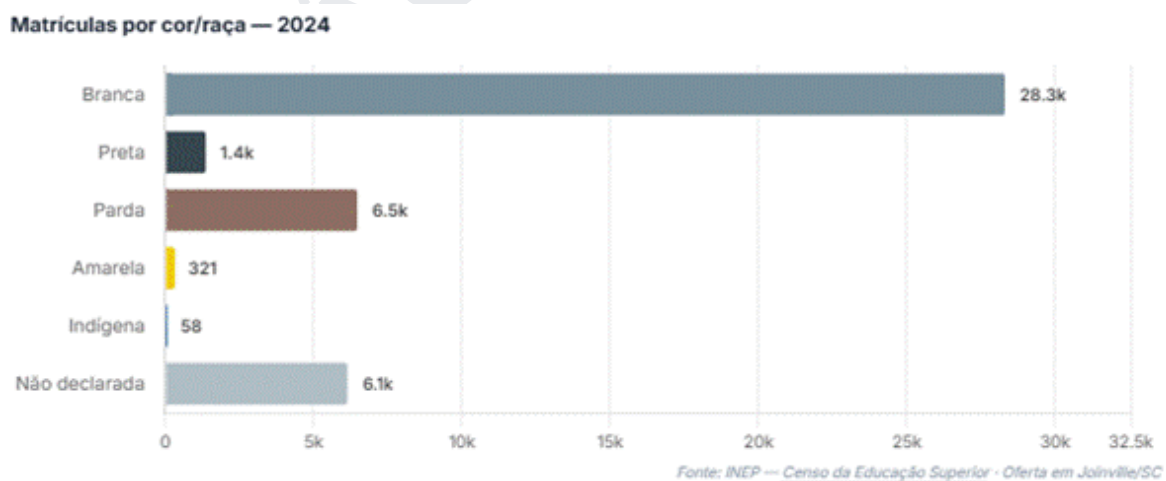
Gráfico 11: Distribuição das matrículas por sexo



Fonte: Censo da educação superior/Joinville, 2024.

No que tange à distribuição por raça/cor, verifica-se uma predominância de estudantes autodeclarados brancos nas matrículas do Ensino Superior. Essa configuração reflete a estrutura demográfica apurada pelo Censo Demográfico do IBGE (2022), no qual a população local/regional divide-se em 76,0% de pessoas brancas, 19,5% de pardas e 4,1% de pretas, evidenciando uma correspondência entre o perfil discente e a composição populacional de referência.

Gráfico 12: Distribuição de matrículas por raça e cor



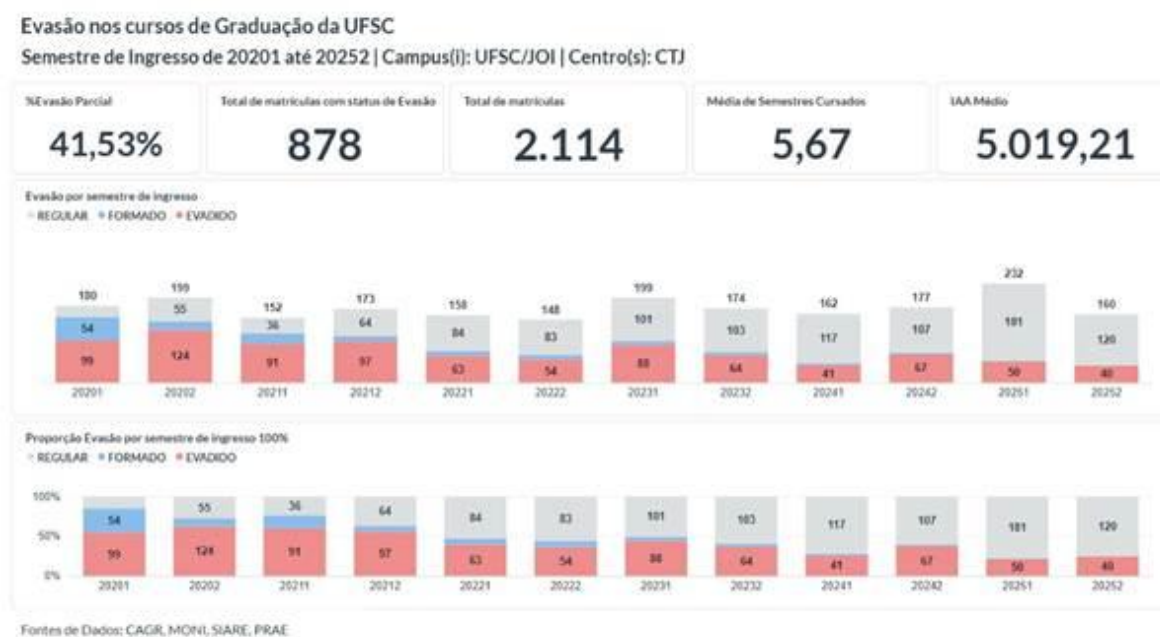
Fonte: Censo da educação superior/Joinville- 2024.

Em paralelo ao volume de 5.603 diplomados no ensino superior em Joinville, o campus da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) acumulou 883 evasões no

período entre os semestres de 2020-1 e 2025-2. A análise temporal revela um pico expressivo de desistências nos semestres 2020-1 e 2021-2, somando 411 estudantes evadidos, cenário associado diretamente aos impactos socio-sanitários e educacionais da pandemia de COVID-19.

Nos períodos subsequentes, o indicador estabilizou-se em uma média de 60 evasões por semestre, apresentando uma trajetória de queda em 2025-2, quando o número recuou para 40 estudantes, conforme demonstrado no gráfico a seguir.

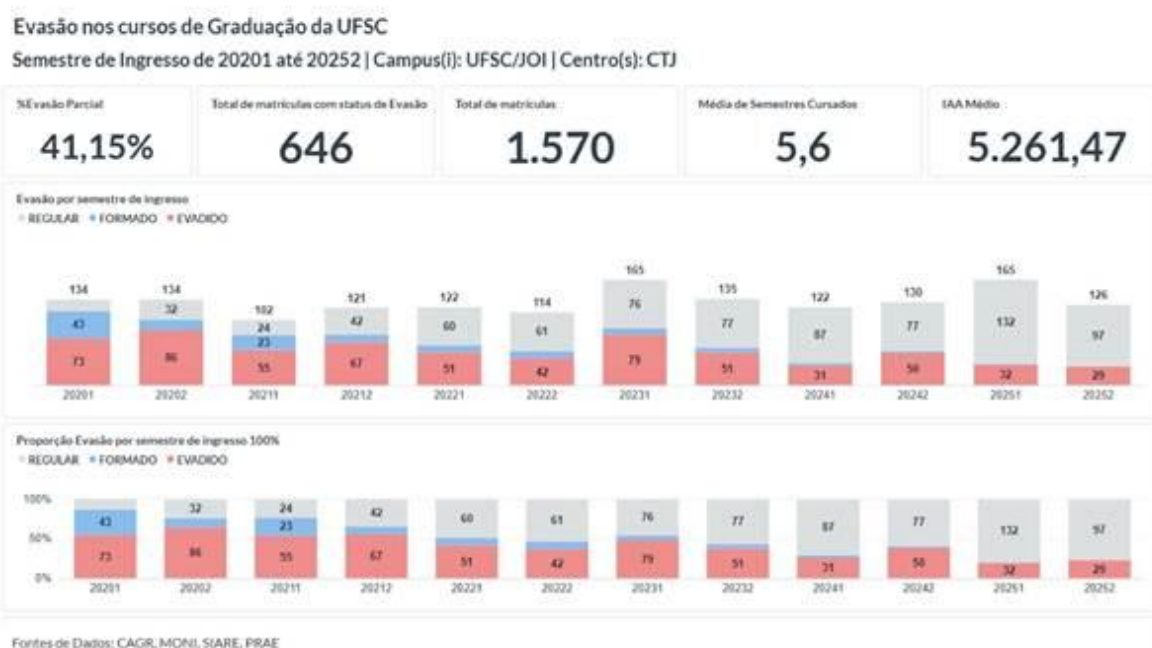
Gráfico 13: Indicadores de evasão da UFSC campus Joinville.



Fonte: Dados de evasão da UFSC- Campus Joinville

O gráfico abaixo demonstra a evolução da evasão dos estudantes que ingressaram por ampla concorrência nos anos de 2020.1 a 2025.2. Desse grupo, identificou-se que 41,15% dos estudantes evadiram dos cursos de graduação.

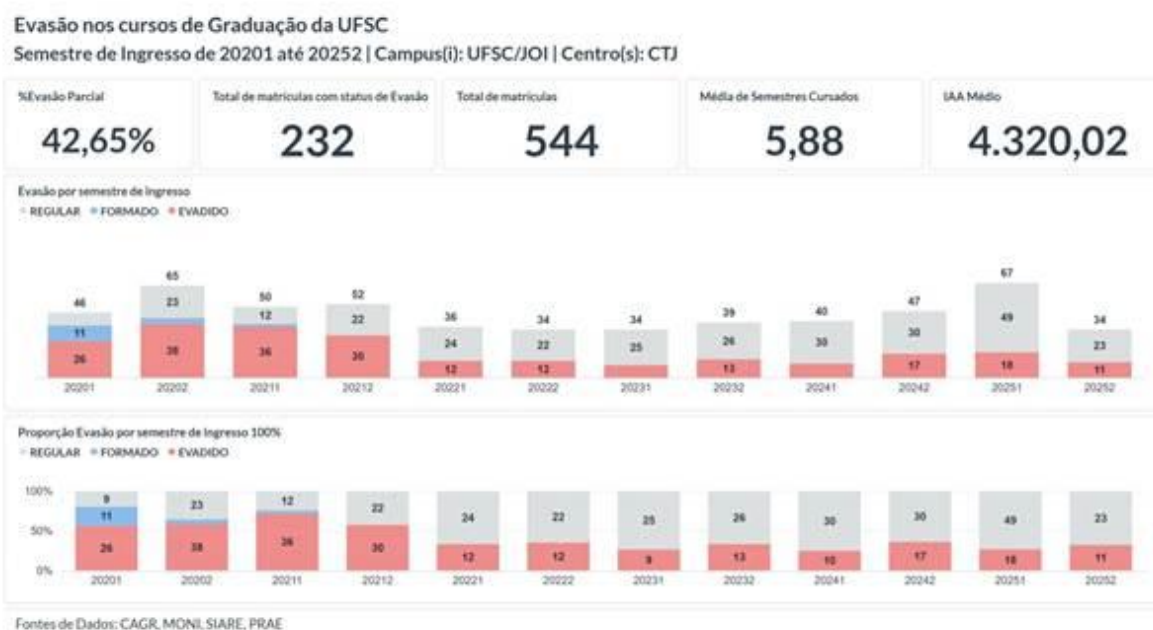
Gráfico 13: indicadores de evasão



Fonte: Dados de evasão da UFSC- Campus Joinville

Já em relação aos estudantes que ingressaram por alguma modalidade de ação afirmativa, identificou-se que 42,65% dos estudantes evadiram dos cursos de graduação, conforme demonstrado no gráfico abaixo.

Gráfico 14: Dados da evasão dos cursos de graduação ingresso de ações afirmativas



Fonte: Dados de evasão da UFSC - Campus Joinville.

Ao comparar os dados de evasão entre estudantes que ingressaram por ampla concorrência (41,15%) e por ações afirmativas (42,65%), identificou-se que a taxa de evasão é ligeiramente superior para quem ingressa por alguma modalidade de ação afirmativa. Isso demonstra que, apesar das diferentes realidades socioeconômicas de ingresso, o índice de desistência final do curso é muito próximo entre os dois grupos.

Os dados demonstram também que os estudantes ingressantes por ações afirmativas passam mais tempo vinculados à instituição antes de se formarem ou evadirem, em comparação com os de ampla concorrência. Ademais, constatou-se disparidade no Índice de Aproveitamento Acadêmico (IAA) dos estudantes ingressantes por ações afirmativas (4.320,02) e dos estudantes ingressantes por ampla concorrência (5.261,47).

No Campus Joinville do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), os maiores índices de evasão foram registrados no curso de Tecnólogo em Gestão Hospitalar, que acumulou uma taxa de 269,47% no período de 2017 a 2025. Em paralelo, os cursos de engenharia apresentaram uma elevação progressiva nas taxas de desistência a partir de 2017, liderados por Engenharia Elétrica (com índice inicial de 9,52%), seguido por Engenharia Mecânica (4,88%). A evolução temporal detalhada desses indicadores encontra-se demonstrada no quadro a seguir.

Tabela 1: Taxa de evasão por curso do IFSC - Campus Joinville

TAXA DE EVASÃO ANUAL GRADUAÇÃO IFSC %									
	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Enfermagem	-	-	26,92	8,16	11,27	6,90	9,01	12,31	25,00
Gestão Hospitalar	36,82	40,91	18,95	24,46	25,74	17,13	36,62	25,57	43,27
Engenharia Elétrica	9,52	16,67	9,15	20,98	12,39	13,65	9,96	12,19	20,42
Engenharia Mecânica	4,88	8,21	17,13	13,43	10,25	14,52	17,60	8,98	32,08
Mecatrônica Industrial	63,64	78,46	13,46	77,59	5,56	12,50	50,00	-	-

Fonte: Plataforma Nilo Peçanha, consulta em Agosto/2026.

Na Universidade Estadual de Santa Catarina - UDESC campus Joinville, registra-se um total de 598 estudantes evadidos, com o quadro abaixo evidenciando que os anos de 2024 e 2025 concentraram os maiores índices de evasão. Em contrapartida a esses dados, nota-se também um número expressivo de estudantes que concluíram a graduação, destacando-se os 234 concluintes do mesmo biênio (2024-2025).

Esse crescimento concomitante tanto no abandono quanto na diplomação pode ser atribuído a múltiplos fatores, sobressaindo-se a expansão na oferta de vagas e o aumento no volume total de estudantes vinculados à instituição.

Tabela 2: Número de evasão e concluintes da UDESC - Campus Joinville

Ano	Vagas (09 cursos)	Matriculados (vinculados)	Evasões	Formados
2024/1	360	2118	98	112
2024/2	360	2057	83	122
2024	720	(2118)	181	234
2025/1	360	2097	99	106
2025/2	360	2066	19	128
2025	720	(2097)	118	234

Fonte: UDESC, 2026.

Análise causal

A garantia do direito à educação transcende a democratização do acesso, exigindo o desenvolvimento de condições efetivas para a permanência e o êxito dos estudantes ao longo da sua trajetória acadêmica. No município de Joinville, maior polo industrial e econômico do estado de Santa Catarina, essa problemática assume contornos singulares decorrentes da dinâmica urbana e social local.

O acelerado crescimento demográfico em Joinville demonstra a segregação socioespacial entre a região central e os bairros periféricos, as deficiências no sistema de transporte público e mobilidade urbana, e o elevado custo de vida associado à moradia e à subsistência (Prefeitura Municipal de Joinville, 2023). Esse cenário de disparidades territoriais atua como um fator condicionante que impacta diretamente a rotina e o

rendimento da população estudantil, especialmente daqueles oriundos de camadas socioeconomicamente vulneráveis.

No contexto das instituições de Ensino Superior públicas atuantes no município, tais como o Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), a Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), os desafios para a manutenção dos discentes expressam-se principalmente nas elevadas taxas de retenção e evasão. A forte atração exercida pelo mercado de trabalho local impele os estudantes a uma inserção laboral precoce nos setores manufatureiro e de serviços.

Como apontam Santos e Oliveira (2020), a sobreposição entre extensas jornadas de trabalho e as exigências curriculares resulta em exaustão física e mental, redução do tempo dedicado aos estudos e infrequência. Ademais, conforme ressaltam Silva *et al.* (2022), quando a atividade profissional deixa de ser uma escolha complementar e torna-se um imperativo de subsistência familiar, o projeto formativo tende a ser secundarizado ou abandonado.

Esse quadro é agravado por defasagens de aprendizagem acumuladas ao longo da Educação Básica, em especial nas disciplinas das áreas de exatas e linguagens, o que gera reprovações precoces e o consequente desestímulo acadêmico. Para combater o abandono escolar e viabilizar o êxito educacional, faz-se necessária a articulação de políticas públicas intersetoriais.

No âmbito financeiro, a implementação de auxílios permanência, moradia e alimentação apoiados no Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) desempenha papel decisivo na mitigação dos impactos do alto custo de vida urbano sobre os estudantes de baixa renda (Brasil, 2010). Paralelamente, intervenções de caráter pedagógico e psicossocial, como oficinas de organização do estudo, programas de monitoria e acolhimento multidisciplinar, fortalecem o sentimento de pertencimento e mitigam o isolamento subjetivo frente às exigências acadêmicas (UDESC, 2026).

A utilização de ferramentas de gestão de dados institucionais para o monitoramento precoce do absenteísmo e do rendimento discente consolida-se, assim, como elemento indispensável para intervenções preventivas antes que o desligamento definitivo se concretize. Em suma, o êxito e a permanência discente em Joinville demandam uma apreensão crítica que integre a análise das contradições urbanas locais às práticas pedagógicas e assistenciais das instituições de ensino.

Somente por meio do fortalecimento contínuo da assistência estudantil, da adequação das matrizes curriculares às realidades dos trabalhadores-estudantes e da melhoria das

condições de infraestrutura e mobilidade na cidade será possível assegurar a consolidação da educação como um instrumento efetivo de justiça social e desenvolvimento regional sustentável.

Causas críticas

A partir da análise dos dados e dos documentos norteadores, identificam-se como causas críticas:

- dificuldade de acesso/ingresso;
- falta de subsídios para o transporte público;
- baixa procura pelos cursos de graduação;
- assistência estudantil;
- acessibilidade a pessoas com deficiência;
- localização das IES - Ensino Superior;
- altas taxas de retenção e reprovação em fases iniciais (disciplinas como Matemática e Física);
- falta opções de outras áreas de conhecimento;
- desigualdade regional em relação localização;
- demandas de cursos EaD.

Referências

ACAFE. **Panorama e Impacto Socioeconômico do Sistema ACADE em Santa Catarina**. Florianópolis: Associação Catarinense das Entidades Educacionais, 2024.

ACAFE. **Panorama e Impacto Socioeconômico do Sistema ACADE em Santa Catarina**. Florianópolis: Associação Catarinense das Entidades Educacionais, 2024.

BRASIL. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Brasília, DF: Presidência da República, 2010.

CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: Joinville / SC. Disponível em: <https://matheus-bianco.github.io/painel-indicadores-joinville/>. Acesso em: 12 ago. 2026.

PLATAFORMA NILO PEÇANHA. **Indicadores**. Disponível em: <https://pnp.mec.gov.br/>. Acesso em: 4 ago. 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE. **Plano Municipal de Educação**: Relatório de Monitoramento e Avaliação. Joinville: Secretaria de Educação, 2023.

RAMOS, A. C.; GONÇALVES, O. Abandono e evasão escolar sob a ótica dos sujeitos envolvidos. **Educação e Pesquisa**, v. 50, 2024.

RISTOFF, Dilvo. Trajetórias e permanência na educação superior brasileira: os desafios da democratização e da retenção discente. **Revista Brasileira de Educação Superior**, v. 7, n. 2, p. 45-68, 2021.

SANTA CATARINA. **Lei Complementar nº 831, de 31 de julho de 2023**. Estabelece o Programa Universidade Gratuita para o fortalecimento do ensino superior comunitário e estadual. Florianópolis: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 2023.

SANTOS, Luciana M.; OLIVEIRA, Renato C. Fatores determinantes para a retenção e evasão discente no ensino presencial e a distância no Brasil. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 31, n. 119, p. 1-22, 2023.

SANTOS, Roberto M.; OLIVEIRA, Célia R. A articulação entre trabalho e escolarização na periferia industrial. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 101, n. 258, p. 312-330, 2020.

SEIFFERT, Otília N. B.; RISTOFF, Dilvo. A identidade e o papel social das universidades comunitárias no ecossistema de ensino superior catarinense. **Revista Katálýsis**, Florianópolis, v. 26, n. 2, p. 310-325, 2023.

SEMESP. **Mapa do Ensino Superior no Brasil: Análise Regional – Região Sul e Santa Catarina**. São Paulo: Instituto Semesp, 2025.

SEMESP. **14º Mapa do Ensino Superior no Brasil**. São Paulo: Instituto Semesp, 2024.

SILVA, Marco A.; FERRÃO, Maria E.; ALMEIDA, Lousinha. A multicausalidade do abandono no ensino superior: dimensões econômicas, institucionais e pedagógicas. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas, v. 27, n. 1, p. 112-135, 2022.

SILVA, Adriano L. *et al.* Permanência e evasão na educação profissional e tecnológica: condicionantes socioeconômicos e pedagógicos. **Educação & Sociedade**, v. 43, e241200, p. 1-18, 2022.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA (UDESC). **Relatório Institucional de Avaliação Discente e Permanência Estudantil**. Florianópolis: UDESC, 2026.

15. QUALIDADE DA GRADUAÇÃO

Problema

Comprometimento do padrão de qualidade dos cursos de graduação decorrente do subfinanciamento público, da precarização do trabalho docente e da expansão desregulada de oferta de educação a distância (EaD).

Análise descritiva

Subfinanciamento:

A qualidade da Educação Superior está intrinsecamente ligada à disponibilidade de infraestrutura física adequada, de corpo docente qualificado e de insumos para pesquisa e extensão (Santos; Oliveira, 2023).

Contudo, as Instituições de Ensino Superior (IES) da rede pública federal enfrentam um quadro severo de restrição orçamentária para gastos discricionários de capital. De acordo com o Tribunal de Contas da União (TCU, 2024), a dotação orçamentária nacional para investimento nas universidades federais sofreu forte compressão, caindo de R\$ 843,4 milhões (2020) para R\$ 563,0 milhões (2024).

Tabela 1: Dotação orçamentária para investimento em universidades federais

Ano	Investimento (R\$)
2020	843,4 milhões
2021	657,1 milhões
2022	719,8 milhões
2023	751,6 milhões
2024	563,0 milhões

Fonte: Relatório de Auditoria TC 007.241/2024-0.

Este mesmo padrão de compressão se repete diretamente na Universidade Federal de Santa Catarina, considerando toda a sua estrutura multi-*campi*, onde as verbas de capital para investimento caíram de R\$ 20,3 milhões em 2020 para apenas R\$ 6,9 milhões em 2025 (UFSC/SEPLAN, 2026).

Tabela 2: Verbas destinadas a investimento na UFSC

Ano	Investimento (R\$)
2020	20,3 milhões
2021	12,3 milhões
2022	8,9 milhões
2023	11,6 milhões
2024	8,8 milhões
2025	6,9 milhões

Fonte: UFSC em números - 2016 a 2025.

Já a Universidade do Estado de Santa Catarina, também considerando o conjunto de seus centros de ensino, foi capaz de manter um montante anual para investimentos relativamente estável, que variou de aproximadamente R\$53 milhões a R\$77 milhões durante o período de 2022 a 2025 (UDESC, 2026).

Tabela 3: Receita e verbas destinadas a investimentos na UDESC

Ano	Receita (R\$)	Investimento (R\$)
2022	690.839.890,00	53.606.404,00
2023	746.123.962,00	77.511.456,00
2024	861.829.891,00	62.276.144,00
2025	943.358.549,00	71.210.126,00

Fonte: Relatório de Gestão da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC, 2026).

No IFSC Campus Joinville, embora o investimento tenha aumentado de R\$180 mil para R\$500 mil conforme demonstrado na Tabela 4, o montante permanece insuficiente para cobrir as despesas com infraestrutura, aquisição de materiais e contratos. Essa limitação orçamentária evidencia a escassez de recursos para manter a qualidade da educação.

Tabela 4: Investimentos IFSC - Campus Joinville

Ano	Investimentos
2022	R\$ 180.451,85
2023	R\$ 271.559,01
2024	R\$ 426.466,56
2025	R\$ 500.000,00

Fonte: Relatórios de Gestão do IFSC Joinville (2022-2025).

Falta de reposição de recursos humanos e precarização do trabalho docente

As instituições públicas de Educação Superior presentes em Joinville caracterizam-se, de modo geral, pela elevada qualificação de seu corpo docente, aspecto que constitui uma condição importante para a qualidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão. Segundo o Relatório de Gestão da Universidade do Estado de Santa Catarina, 91,91% dos seus docentes possuem título de doutor, 7,95% são mestres e apenas 0,14% possuem como maior titulação a especialização *lato sensu* (UDESC, 2026). Apesar desse elevado nível de qualificação, a instituição enfrenta desafios relacionados à recomposição e à composição de seu quadro docente, decorrentes, entre outros fatores, da insuficiência de concursos públicos para reposição de profissionais aposentados ou exonerados.

Entre 2023 e 2026, o quadro de docentes efetivos da UDESC sofreu redução de 4,22%, acumulando uma defasagem de 19,47% em relação ao quantitativo previsto em seu Plano de Carreira. Paralelamente, no mesmo período, houve aumento de 30,39% no número de professores contratados em caráter temporário, que passaram a representar 37,99% do total de docentes da instituição (UDESC, 2026). Esses dados indicam uma mudança relevante na composição do corpo docente, com ampliação da participação de vínculos temporários em atividades regulares de ensino.

A análise desse cenário deve considerar também as transformações ocorridas na própria universidade. A expansão dos cursos e programas de pós-graduação ampliou as demandas de ensino, orientação, pesquisa e gestão acadêmica assumidas pelos docentes efetivos. Como parte de sua carga de trabalho passa a ser destinada a essas atividades, reduz-se a disponibilidade docente para atender às demandas da graduação. Nesse sentido, o quantitativo previsto no Plano de Carreira pode não refletir integralmente as necessidades atuais da instituição, especialmente quando consideradas, conjuntamente, a expansão da pós-graduação, a pesquisa, a extensão e as demais atividades acadêmicas desenvolvidas pela universidade.

A redução do número de docentes efetivos e a ampliação da participação de professores temporários constituem aspectos que merecem atenção na avaliação das condições de oferta da Educação Superior. Embora os docentes temporários desempenhem papel importante na manutenção das atividades de ensino, as características de seu vínculo institucional restringem sua participação em determinadas atividades de pesquisa, extensão, orientação, gestão acadêmica e planejamento institucional. Desse modo, uma dependência crescente de contratações temporárias pode produzir efeitos que ultrapassam a oferta imediata de disciplinas, repercutindo sobre a integração entre ensino, pesquisa e extensão que caracteriza a universidade pública.

A análise da recomposição do quadro docente deve ser relacionada também à situação orçamentária da instituição. Conforme apresentado na Tabela 5, entre 2023 e 2025, o orçamento da UDESC, constituído principalmente pelos recursos provenientes do duodécimo, apresentou variação nominal positiva de 33,90%. Ao mesmo tempo, aproximadamente 79% do orçamento disponível foi efetivamente executado, com restituição do saldo remanescente ao Governo do Estado.

Embora a existência de recursos não executados não implique, por si só, disponibilidade integral para a ampliação de despesas permanentes com pessoal, esses dados indicam a necessidade de examinar em que medida as restrições à recomposição do quadro docente decorrem exclusivamente de limitações financeiras ou também de condicionantes administrativos e de gestão de pessoal.

Tabela 5: Receita e despesas com Pessoal e Encargos Sociais e na UDESC

Ano	Receita (R\$)	Despesa com Pessoal e Encargos Sociais (R\$)
2022	690.839.890,00	395.314.831,00
2023	746.123.962,00	403.681.988,00
2024	861.829.891,00	466.682.746,00
2025	943.358.549,00	525.842.336 ,00

Fonte: Relatório de Gestão da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC, 2026).

Nesse contexto, um dos fatores relevantes refere-se às limitações impostas à autonomia da universidade para a realização de concursos públicos e às diretrizes estabelecidas pelo Grupo Gestor de Governo. Tais diretrizes fixaram em 65% o limite de comprometimento da receita da instituição com a folha de pagamento, percentual inferior ao limite histórico de 75% previsto no Plano de Carreira da universidade. No período analisado,

entretanto, o comprometimento efetivo da receita com a folha de pagamento manteve-se entre 52,50% e 56,58%, abaixo, portanto, do limite de 65%.

Esses dados sugerem a existência de alguma margem orçamentária dentro do próprio limite estabelecido, embora a efetiva possibilidade de recomposição do quadro dependa também de normas fiscais, de autorizações governamentais e de projeções de impacto das despesas permanentes com pessoal.

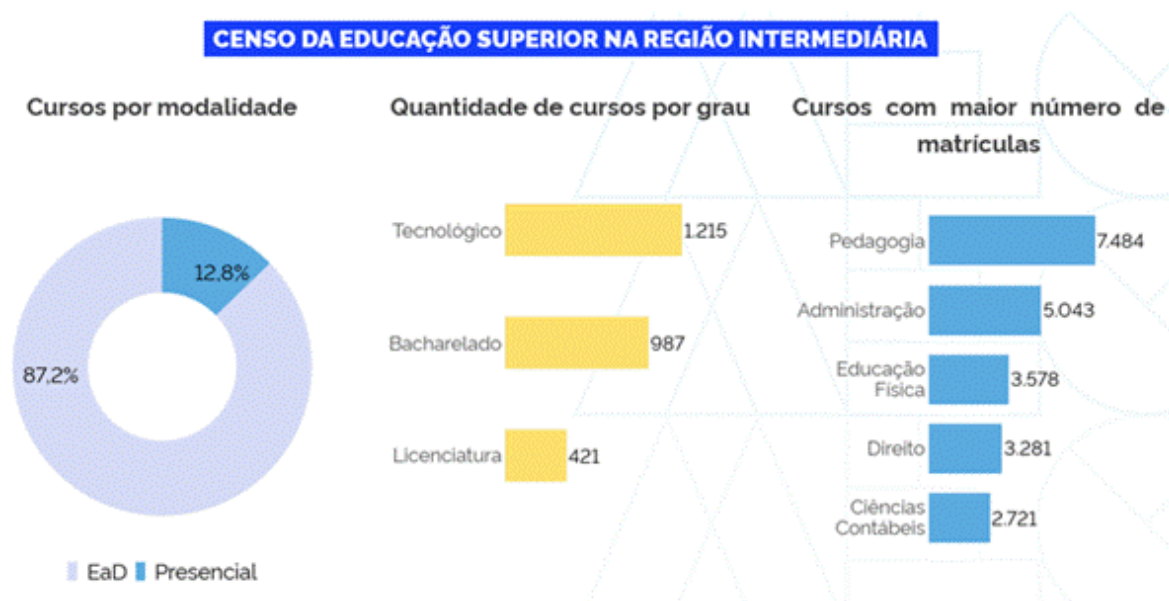
Expansão da Educação a Distância (EaD)

A pandemia de Covid-19 acelerou a expansão da Educação a Distância (EaD) no Brasil, inicialmente como alternativa à suspensão das atividades presenciais e, posteriormente, como modalidade consolidada no período pós-pandemia. Em nível nacional, observou-se uma clara inversão no perfil das matrículas de graduação entre as modalidades presencial e a distância. Em 2020, a modalidade presencial ainda concentrava a maior parte dos estudantes, mas o crescimento contínuo da EaD reduziu progressivamente essa diferença. Em 2024, pela primeira vez, as matrículas em cursos a distância (50,7%) ultrapassaram as matrículas presenciais (49,3%) (INEP 2026).

No estado de Santa Catarina esta inversão ocorreu ainda mais cedo. Em 2020, a EaD já representava 48,9% das matrículas do estado, enquanto os cursos presenciais apresentavam trajetória de queda e, a partir de 2021, a modalidade a distância passou a representar a maioria das matrículas. Em 2024, apesar de uma retração nas matrículas EaD e de uma pequena alta de 0,6% nas matrículas presenciais, a modalidade a distância continuou predominante no estado, representando aproximadamente 58,5% das matrículas (SEMESP, 2026).

No município Joinville, assim como observado nos cenários nacional e estadual, o período recente é marcado por uma mudança significativa na composição das matrículas da Educação Superior, com avanço progressivo da modalidade a distância em relação ao ensino presencial.

Gráfico 15: Censo da Educação Superior



Fonte: Relatório MEC sobre educação no Município de Joinville 2025.

Análise causal

O aumento no montante das verbas públicas destinadas a uma instituição de Ensino Superior não implica necessariamente em um aumento proporcional em investimentos. A maior parte destas verbas é dedicada a cobrir a folha de pagamento (salários, aposentadorias, encargos e benefícios) e despesas de custeio (energia elétrica, água, contratos de serviços como limpeza e segurança, etc.).

Desta forma, recursos financeiros para consolidar a infraestrutura física das IES que já estão em funcionamento e retificar problemas como a inexistência de laboratórios e recursos para pesquisa têm sido insuficientes. A qualidade da Educação Superior depende da articulação entre financiamento sustentável, infraestrutura adequada, qualificação profissional e dimensionamento compatível do quadro de servidores.

É neste sentido que políticas de expansão e investimento físico precisam ser acompanhadas pelo planejamento da força de trabalho necessária à manutenção das atividades de ensino, pesquisa e extensão. Para o planejamento educacional do município de Joinville, esses indicadores são particularmente relevantes porque a presença de instituições públicas de Educação Superior com corpo docente altamente qualificado constitui um ativo estratégico para o desenvolvimento científico, tecnológico, econômico, social e educacional do município. Ao mesmo tempo, a redução relativa do quadro efetivo e o crescimento da participação de vínculos temporários sinalizam a necessidade de acompanhamento das

condições institucionais que sustentam a qualidade da graduação e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

No caso da inversão na modalidade preferencial de ensino em todas as esferas (nacional, estadual e municipal), esta pode ser interpretada no contexto da expansão da oferta de cursos EaD, especialmente pelo setor privado, que passou a disponibilizar uma quantidade crescente de cursos no período de pandemia e pós-pandemia.

Conforme Máximo (2024, p. 05),

Enquanto as instituições públicas, situadas quase que exclusivamente no modelo presencial, enfrentaram dificuldades de todas as ordens para a manutenção das atividades letivas na pandemia muitas delas decorrentes das desigualdades sociais entre estudantes –, as instituições privadas, na sua maioria, adotaram rapidamente o ensino remoto, adequando recursos e tecnologias já existentes e utilizadas em experiências EaD, semipresenciais e híbridas.

Esse movimento em direção à EaD intensificou os debates sobre a democratização do acesso ao Ensino Superior, a flexibilidade dos processos educacionais e, simultaneamente, sobre os desafios relacionados à qualidade da formação, inclusão digital e condições de infraestrutura necessárias para a oferta dessa modalidade. A resposta do governo federal a essa nova realidade materializou-se no Decreto nº 12.456/2025, que estabeleceu diretrizes rígidas para a EaD, proibindo cursos 100% remotos em áreas essenciais (como saúde e licenciaturas), fixando carga horária presencial obrigatória e exigindo pólos funcionais com infraestrutura de laboratórios presenciais.

Causas críticas

A partir da análise dos dados e dos documentos norteadores, identificam-se como causas críticas:

- **Subfinanciamento:** Redução das verbas de capital destinadas à consolidação e manutenção de infraestruturas físicas, construção de sedes próprias, laboratórios e acervos bibliográficos;
- **Déficit de quadro funcional e recursos humanos:** Inexistência ou demora na liberação de permissões governamentais para recomposição contínua de docentes e técnicos-administrativos nas IES públicas;
- **Expansão predatória da EaD:** Disseminação de cursos virtuais com baixa interação pedagógica, precarização do trabalho docente e carência de pólos presenciais devidamente equipados.

Referências

BRASIL. **Decreto nº 12.456, de 19 de maio de 2025**. Dispõe sobre a oferta de educação a distância por instituições de educação superior em cursos de graduação Decreto nº 12.456/2025.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Resumo técnico do Censo da Educação Superior 2024 [recurso eletrônico]. – Brasília, DF : Inep, 2026.

BRASIL. **Lei nº 15.388, de 14 de abril de 2026**. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE). Brasília, DF: Presidência da República, 2026. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 14 ago. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Relatório sobre a educação no Município de Joinville 2025**. Brasília, DF: MEC, 2026.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Relatório de Auditoria**: Processo TC 007.241/2024-0: auditoria operacional sobre o acesso e a ociosidade de vagas nos cursos de graduação das universidades federais. Relator: Ministro Bruno Dantas. Brasília, DF: TCU, 2026. Disponível em: <https://www.tcu.gov.br>. Acesso em: 14 ago. 2026.

INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA (IFSC). Câmpus Joinville. **Relatórios de Gestão (2022-2025)**. Joinville: IFSC, 2025. Disponível em: <https://www.ifsc.edu.br/en/web/campus-joinville/documentos-norteadores>. Acesso em: 13 ago. 2026.

MÁXIMO, Maria Elisa. Tecnologia e educação: reflexões a partir de uma etnografia sobre experiências com o ensino remoto na pandemia. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 30, n. 68, p. 1-33, 2024.

SANTOS, Luciana M.; OLIVEIRA, Renato C. Fatores determinantes para a retenção e evasão discente no ensino presencial e a distância no Brasil. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 31, n. 119, p. 1-22, 2023.

SEMESP. **16º Mapa do Ensino Superior no Brasil**. São Paulo: Instituto Semesp, 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC). Departamento de Gestão da Informação (DPGI/SEPLAN). **UFSC em números: 2016 a 2025**. Florianópolis: UFSC, 2026. Disponível em: <https://dplseplan.paginas.ufsc.br/files/2013/12/UFSC-EM-N%C3%9AMEROS-2016-A-2025.pdf>. Acesso em: 4 set. 2026.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Relatório de Gestão: exercício 2025**. Florianópolis: UDESC, 2026. Disponível em: <https://www.udesc.br/prestandocontas>. Acesso em: 14 ago. 2026.

16. PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*

Problema

Baixo percentual de mestres e doutores na população, com desigualdades regionais, sociais, étnico-raciais, linguísticas e de sexo no acesso, na permanência e na conclusão da pós-graduação *stricto sensu*.

Análise descritiva

No período posterior à Segunda Guerra Mundial, a ciência e a inovação tecnológica passaram a ser vistas como importantes instrumentos para o desenvolvimento econômico e social. No Brasil, essa concepção ganhou espaço principalmente nas décadas de 1950 e 1960, período em que a pós-graduação começou a se estruturar, combinando influências da tradição acadêmica europeia com características do modelo norte-americano de pesquisa e inovação (Pereira, 2023).

Assim, o principal marco normativo da pós-graduação brasileira (Parecer 977/CFE/65) completou 60 anos em 2025 e as políticas implementadas ao longo das décadas deram origem a um robusto Sistema Nacional de Pós-Graduação, considerado um dos mais complexos e sofisticados do mundo (Trevisol, 2025).

Nesse contexto, a criação da CAPES e do CNPq foi fundamental para organizar e fortalecer a formação de pesquisadores e profissionais qualificados. Por meio de políticas de incentivo, especialmente a concessão de bolsas de estudos no Brasil e no exterior, essas instituições contribuíram para ampliar a pós-graduação e formar novas gerações de pesquisadores, fortalecendo, consequentemente, o ensino superior e a produção científica nacional (Pereira, 2023).

Entretanto, as condições de permanência na Educação Superior constituem-se como um contexto emergente que tem desafiado a reconfiguração dos modos de pensar a gestão nas instituições, em nível de graduação e pós-graduação.

Diante do cenário universitário, vislumbram-se demandas de vulnerabilidade social: estudantes que não têm condições de transporte, que não têm acesso a materiais, a rede de internet, etc. Muitas situações de vulnerabilidade não são evidentes. São questões subjetivas, que envolvem diferentes situações e contextos, não tendo relação exclusiva à insuficiência de renda e que interferem diretamente na possibilidade de permanência e conclusão dos cursos.

Sabe-se que a expansão da Educação Superior é tida como um contexto emergente justamente pelo fato de trazer à universidade públicos tão heterogêneos, expostos a diferentes situações de vulnerabilidade (Vieira; Powaczuk, 2023).

As situações de vulnerabilidade que se estabelecem no processo formativo da Pós-Graduação podem ser relativas à condição social, cultural e econômica do sujeito, ocasionando, assim, oportunidades diferentes dentro de um mesmo contexto educacional, que resulta, muitas vezes, no abandono do curso. Tem-se, assim, a necessidade de pensar acerca das condições de permanência desses estudantes, que experienciam situações que os tornam vulneráveis (Vieira; Powaczuk, 2023).

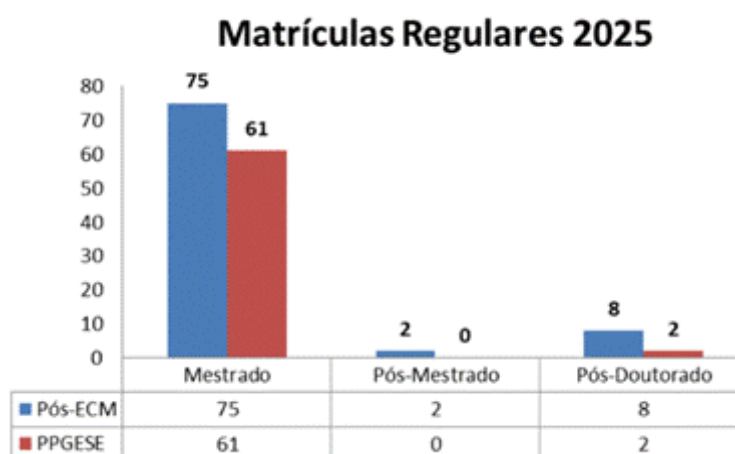
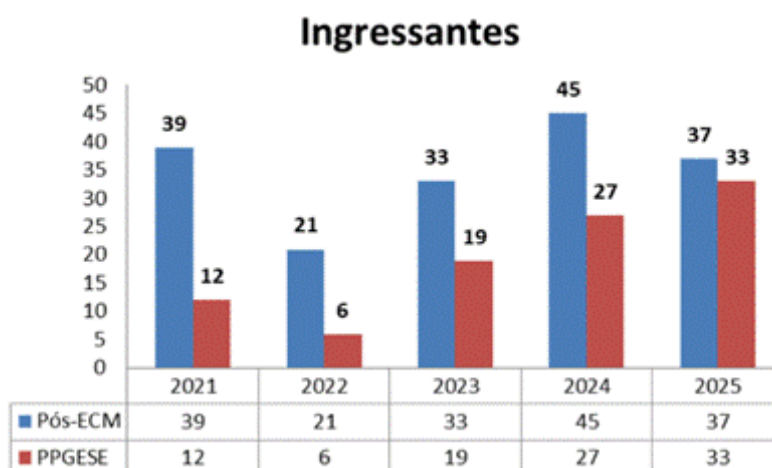
As políticas públicas têm avançado no combate à evasão e no estímulo à permanência no âmbito da Pós-Graduação no Brasil, como por exemplo, as políticas de ações afirmativas que têm ganhado cada vez mais relevância nas discussões sobre a chamada democratização da pós-graduação no Brasil. São iniciativas que buscam ampliar o acesso e favorecer a permanência de grupos historicamente sub-representados no meio acadêmico, contribuindo para a construção de um sistema de pós-graduação mais inclusivo e diverso.

Além de promover maior igualdade de oportunidades, as ações afirmativas também representam um importante instrumento para reduzir desigualdades no acesso à formação acadêmica e à produção científica (Vieira; Videira; Custódio, 2025). No entanto, são políticas ainda insuficientes e com baixa adesão, tratando-se dos programas de pós-graduação.

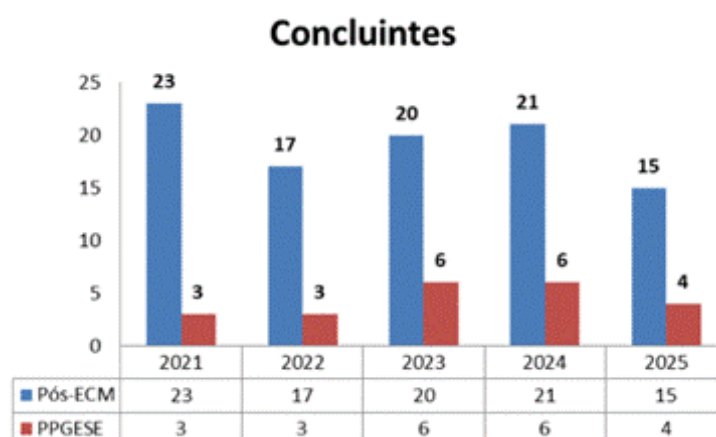
Dados do contexto local - Joinville/SC:

- A UFSC em Joinville, atualmente (2026) possui dois cursos de pós-graduação, ambos ligados à área de conhecimento das engenharias, são eles: Mestrado em Engenharia e Ciências Mecânicas (Nota CAPES - 4) e Mestrado em Engenharia de Sistemas Eletrônicos (Nota CAPES - 3); Está em processo a submissão do APCN - Doutorado em fase de aprovação nas instâncias internas da UFSC.
- A Portaria Capes Nº 33, de 16 de fevereiro de 2023, dispõe sobre os valores das bolsas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES: valor da bolsa de Pós-Graduação mestrado R\$ 2.100,00 e valor da bolsa de Pós-Graduação doutorado R\$ 3.100,00.
- Portaria CNPq Nº 1.502, de 17 de outubro de 2023, dispõe sobre os valores das bolsas e outros benefícios do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq: valor da bolsa de Pós-Graduação mestrado R\$ 2.100,00 e valor da bolsa de Pós-Graduação doutorado R\$ 3.100,00.

Gráfico 16: Dados UFSC Joinville - Pós-graduação - 2021 a 2025



Fonte: Relatório de Gestão 2025 UFSC Joinville



Fonte: Relatório de Gestão 2025 UFSC Joinville⁸

⁸ Dados do Gráfico 6 disponíveis em <https://joinville.ufsc.br/relatorios-de-gestao-2/>.

A UDESC Joinville, conforme o Relatório de Gestão da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação - PROPPG (UDESC, 2025), conta com 12 programas de pós-graduação *stricto sensu* no Centro de Ciências Tecnológicas (CCT), ofertando cursos de mestrado e doutorado, conforme exposto na Tabela 6.

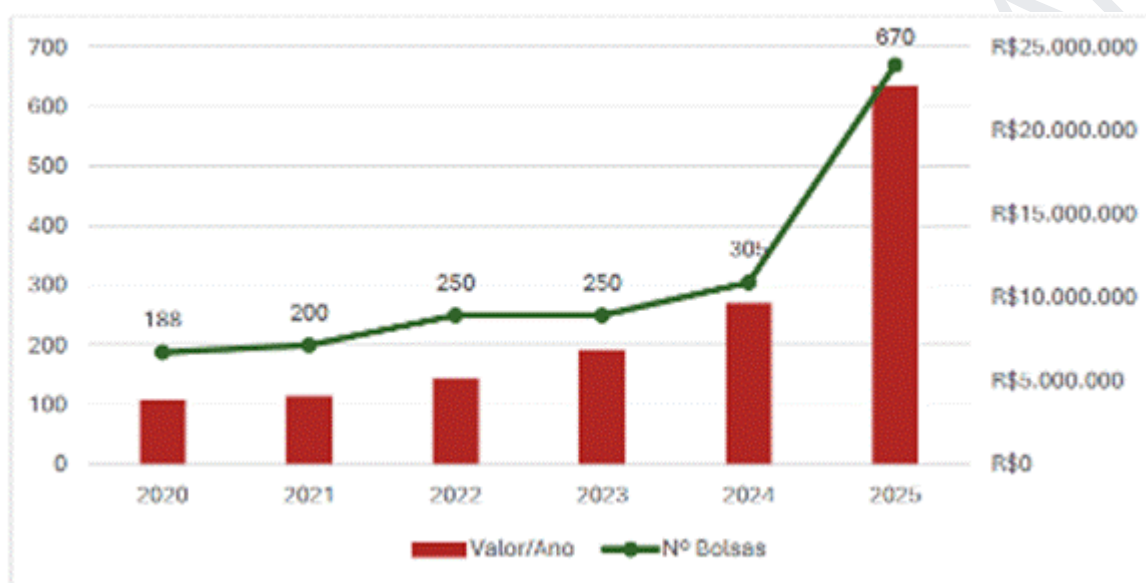
Tabela 6: Cursos de Pós-Graduação na UDESC Joinville

Programa	Tipo	Conceito CAPES (2021-2025)	Nível
Ciência e Engenharia de Materiais	Acadêmico	4	Mestrado / Doutorado
Engenharia Elétrica	Acadêmico	4	Mestrado / Doutorado
Física	Acadêmico	4	Mestrado / Doutorado
Engenharia Mecânica	Acadêmico	4	Mestrado
Matemática em Rede Nacional (PROMAT)	Profissional	4	Mestrado
Engenharia Elétrica	Profissional	4	Mestrado
Física	Acadêmico	4	Mestrado / Doutorado
Computação Aplicada	Acadêmico	4	Mestrado / Doutorado
Engenharia Civil	Acadêmico	4	Mestrado / Doutorado
Ensino de Ciências, Matemática e Tecnologias	Profissional	5	Mestrado / Doutorado
Química Aplicada	Acadêmico	4	Mestrado / Doutorado

Fonte: Relatório de Gestão da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC, 2026).

Como modo de apoiar o discente e incentivar a pesquisa, a UDESC também conta com diversos programas que ofertam bolsas de mestrado e doutorado, dentre eles, o Programa de Bolsas de Monitoria em Pós-Graduação – PROMOP que tem por finalidade propiciar ao estudante de Pós-Graduação *Stricto Sensu* desenvolver habilidades e incentivos em sua formação acadêmica, inerentes à docência e à pesquisa científica e tecnológica. O Programa é considerado inédito entre as IES nacionais, destinando a cota de 4 bolsas por curso.

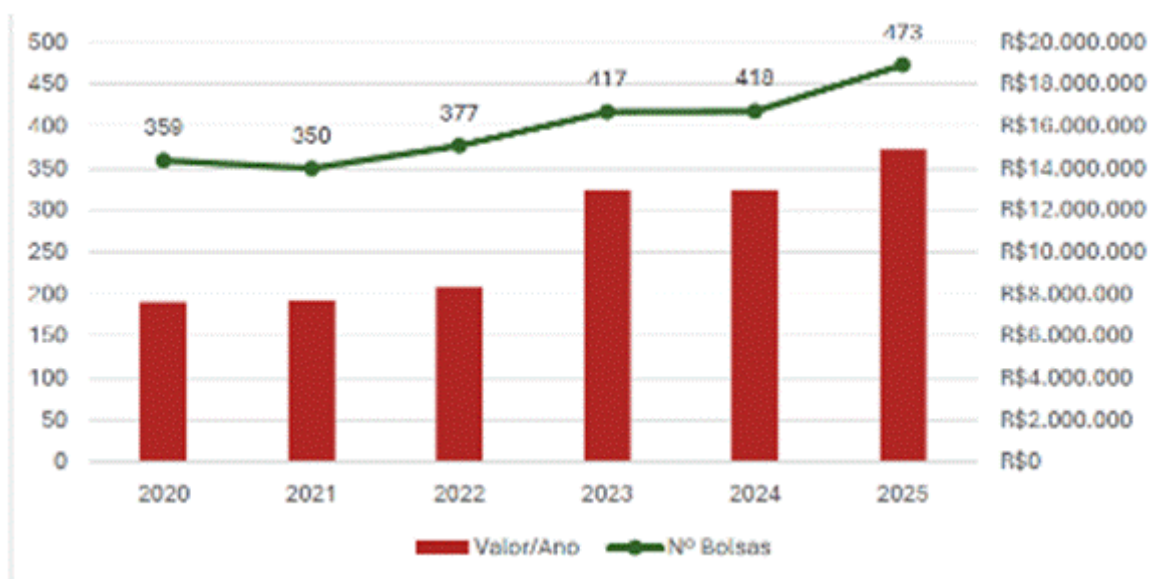
Gráfico 17: Quantidade de Bolsas de Monitoria em Pós-Graduação – PROMOP (2020 – 2025)



Fonte: Relatório de Gestão PROPPG (UDESC, 2025).

O Programa de Demanda Social – CAPES promove a formação de recursos humanos de alto nível necessário ao país, por meio da concessão de bolsas aos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* – Mestrado e Doutorado – avaliados pela CAPES e oferecidos por instituições públicas.

Gráfico 18: Quantidade de Bolsas de Demanda Social – CAPES (2020-2025)



Fonte: Relatório de Gestão PROPPG (UDESC, 2025).

O Programa Nacional de Pós-Doutorado (PNPD/CAPES) é um programa de concessão institucional que financia estágios pós-doutorais em Programas de Pós- Graduação (PPG) *stricto sensu* acadêmicos recomendados pela CAPES.

O Programa de Bolsas de Estágio Pós-Doutoral (PROEPD/UDESC), implementado em 2025, busca fortalecer o desenvolvimento acadêmico e científico da universidade por meio da inserção de pesquisadores em estágio pós-doutoral nos Programas de Pós-Graduação. Com bolsas mensais de R\$5.200,00, o programa disponibilizou 57 vagas no primeiro semestre de 2025, e 66 no segundo semestre, distribuídas de acordo com os níveis de formação ofertados pelos programas.

No âmbito da internacionalização da pós-graduação, a UDESC conta com o Programa de Doutorado-Sanduíche no Exterior (PDSE/CAPES), destinado a complementar a formação dos doutorandos brasileiros, promover sua inserção em centros internacionais de excelência e ampliar a colaboração científica entre pesquisadores brasileiros e estrangeiros.

Em 2025, 17 estudantes da instituição foram contemplados com bolsas do programa. Complementarmente, a universidade mantém, desde 2024, o Programa de Doutorado-Sanduíche no Exterior da UDESC (PDSE/UDESC), que concede apoio financeiro institucional para a realização de parte da formação doutoral no exterior. Para o período de 2025-2026, foram aprovados 15 doutorandos, dos quais 12 tiveram os auxílios implementados. Em conjunto, essas iniciativas evidenciam ações institucionais voltadas ao

fortalecimento da pesquisa, à formação de pesquisadores e à internacionalização dos Programas de Pós-Graduação da UDESC.

Análise causal

A expansão da pós-graduação aumentou o número de mestres e doutores no Brasil, mas as oportunidades de trabalho nem sempre acompanham esse crescimento. A concentração desses profissionais no ensino e na pesquisa acadêmica limita outras possibilidades de atuação. Por isso, é importante ampliar sua inserção em empresas, órgãos públicos e setores de inovação, permitindo que seus conhecimentos sejam aplicados em diferentes áreas e contribuam para o desenvolvimento científico, tecnológico e social.

Os Programas de Pós-Graduação, de modo geral, exigem dos estudantes uma dedicação significativa às disciplinas, à pesquisa, à produção acadêmica e à elaboração da dissertação ou tese. Essa demanda pode dificultar a conciliação entre a formação acadêmica e as atividades profissionais, especialmente para aqueles que dependem do trabalho para garantir sua renda e permanência no curso. Assim, reduzir a carga horária ou abandonar o vínculo empregatício para se dedicar à pós-graduação pode representar uma dificuldade financeira.

A necessidade de conciliar trabalho e estudos pode, portanto, comprometer a trajetória acadêmica e até mesmo limitar o acesso e a permanência de estudantes que não possuem condições econômicas para se dedicar exclusivamente ao curso. Por isso, políticas de bolsas e outras formas de apoio financeiro são importantes para favorecer a permanência e a conclusão da formação.

As bolsas oferecidas pela CAPES e pelo CNPq são fundamentais para a permanência dos estudantes na pós-graduação. Entretanto, a quantidade de bolsas e os recursos disponíveis nem sempre atendem à demanda, dificultando a dedicação exclusiva aos estudos, especialmente para aqueles que dependem de renda para se manter. Nesse sentido, a ampliação das bolsas e dos valores dos auxílios financeiros é essencial para reduzir as dificuldades enfrentadas pelos estudantes e favorecer sua permanência e conclusão na pós-graduação.

O acesso à pós-graduação tende a ser mais favorável para aqueles que tiveram melhores oportunidades ao longo de sua formação acadêmica. A construção de uma trajetória marcada por participação em pesquisas, eventos, projetos e produção científica pode facilitar o ingresso nos programas. Entretanto, essas oportunidades não estão igualmente disponíveis

para todos os estudantes. Dessa forma, as desigualdades presentes no acesso à pós-graduação refletem, muitas vezes, diferenças construídas desde as etapas anteriores da educação. Por isso, ampliar as oportunidades de formação e pesquisa ao longo da trajetória acadêmica é fundamental para tornar a pós-graduação mais democrática e inclusiva.

Causas críticas

A partir da análise dos dados e dos documentos norteadores, identificam-se como causas críticas:

- Áreas do conhecimento insuficientes para absorver mestre e doutores, além do ensino/pesquisa;
- Os Programas de Pós-graduação, de maneira geral, exigem tempo para disciplinas, pesquisa, produção acadêmica e elaboração da dissertação/tese, assim, torna-se economicamente inviável abandonar ou reduzir a carga/vínculo de trabalho;
- Quantidade de Bolsas Capes/CNPQ e apoio financeiro insuficientes;
- A acessibilidade à Pós-Graduação tende a ser mais acessível para quem conseguiu avançar na sua formação e construir uma trajetória acadêmica, e mostra desigualdades anteriores.

Referências

PEREIRA, Francisco Edmar et al. A expansão da pós-graduação stricto sensu em educação no Brasil. **Educação e Pesquisa**, v. 49, p. e263111, 2023.

TREVISOL, Joviles Vitório. As políticas de avaliação da pós-graduação no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, v. 30, p. e300029, 2025.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA (UDESC). **Relatório de gestão da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPPG)**. Florianópolis: UDESC, 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC). **Relatório de gestão do Campus Joinville 2025**. Joinville: UFSC, 2026.

VIEIRA, Enilton F.; VIDEIRA, Piedade L.; CUSTÓDIO, Elivaldo S. As políticas de ações afirmativas na graduação e pós-graduação. **Linguagens, Educação e Sociedade**, v. 29, n. 61, p. 1-30, 2025.

VIEIRA, Karen M. P. W.; POWACZUK, Ana C. H. Desafios à permanência e agendas de acolhimento no mestrado profissional. **Regae: Revista de Gestão e Avaliação Educacional**, v. 12, n. 21, e71234, 2023.

17. FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Problema

A profissionalização e a valorização do magistério da Educação Básica, no município de Joinville, encontram-se em processo de fortalecimento, com avanços na institucionalização de políticas de carreira, formação e valorização dos profissionais, porém persistem desafios relacionados à atratividade e à retenção na carreira docente, à articulação entre a formação inicial e a prática profissional, à ampliação das oportunidades de desenvolvimento profissional. Além disso, melhorias contínuas nas condições de trabalho e ações de saúde e bem-estar dos profissionais da educação podem ser fortalecidas.

Análise descritiva

A valorização dos profissionais da Educação Básica constitui princípio constitucional e dever do poder público, configurando-se como elemento estruturante da política educacional e condição para a garantia do direito à educação de qualidade.

A Constituição Federal de 1988, em seu art. 206, inciso V, estabelece a valorização dos profissionais da educação escolar como princípio do ensino, fundamento posteriormente regulamentado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996, arts. 61 a 67) e pela Lei nº 11.738/2008, que institui o Piso Salarial Profissional Nacional do magistério público da educação básica.

O Plano Nacional de Educação 2014-2024 (Lei nº 13.005/2014) reafirmou essa responsabilidade ao estabelecer a valorização dos profissionais da educação entre suas diretrizes e dedicar as Metas 15, 16, 17 e 18 à formação inicial e continuada, à valorização e aos planos de carreira.

No atual Plano Nacional de Educação, instituído pela Lei nº 15.388/2026, a valorização dos profissionais da educação permanece como diretriz e objetivo da política educacional nacional, incluindo o fortalecimento das carreiras e a garantia de condições de trabalho adequadas.

Somam-se a esse arcabouço a Lei nº 14.681/2023, que institui a Política de Bem-Estar, Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho e Valorização dos Profissionais da Educação, e a Lei nº 14.817/2024, que estabelece diretrizes nacionais para a valorização dos profissionais da educação escolar básica pública.

Nesse contexto, a formação, a valorização e a garantia de condições adequadas para o exercício profissional constituem compromissos legais e normativos que devem orientar a atuação dos entes federados e a formulação, implementação e avaliação das políticas educacionais.

Perfil e composição do corpo docente

A caracterização do corpo docente da educação básica em Joinville permite contextualizar os desafios relacionados à atratividade, à formação e à permanência dos profissionais no magistério. Em 2025, a rede municipal de ensino contava com 3.160 docentes, dos quais 83,9% eram do sexo feminino e 99,8% possuíam formação em nível superior. Na rede estadual, registravam-se 2.357 docentes, sendo 65,9% do sexo feminino e 95,4% com formação em nível superior. Na rede federal, composta por 72 docentes, 61,1% eram do sexo masculino e 98,6% possuíam formação em nível superior (INEP, 2025).

O Quadro 1 apresenta a evolução do número de docentes das redes públicas de ensino de Joinville entre 2022 e 2025. No período, observa-se crescimento do número de docentes nas redes municipal e estadual, enquanto a rede federal manteve quantitativo relativamente estável. A rede municipal apresentou aumento de 6,8% no número de docentes, passando de 2.959, em 2022, para 3.160, em 2025. Na rede estadual, o crescimento foi de 24,0%, de 1.901 para 2.357 docentes. A rede federal, por sua vez, passou de 71 para 72 docentes no período.

Quadro 1 — Número de docentes na educação básica em Joinville, por rede de ensino (2022-2025)				
Rede	2022	2023	2024	2025
Municipal	2959	3072	3131	3160
Estadual	1901	2032	2253	2357
Federal	71	76	71	72

Fonte: INEP — Censo Escolar da Educação Básica, Caderno do Censo 2025

Em 2025, a rede municipal concentrava 51,7% das matrículas da educação básica pública de Joinville, enquanto as redes estadual e federal respondiam, respectivamente, por 21,3% e 0,4% das matrículas (INEP, 2025). A elevada proporção de docentes com formação em nível superior nas três redes indica ampla institucionalização da formação acadêmica entre os profissionais do magistério, embora esse indicador, isoladamente, não permita aferir

a adequação da formação à área de atuação, a qualidade da formação ou as oportunidades de desenvolvimento profissional.

A ampliação do número de docentes nas redes municipal e estadual também sinaliza a necessidade de políticas permanentes de formação, valorização e retenção, especialmente diante da expansão diferenciada dos quadros docentes observada no período. Esse movimento requer atenção ao planejamento e à gestão de recursos das redes, considerando os impactos da ampliação do quadro sobre as despesas com remuneração, planos de carreira e progressões funcionais.

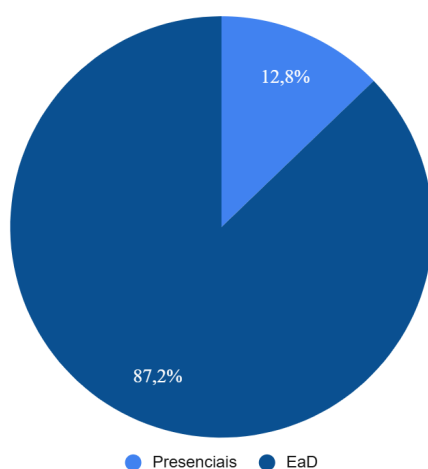
Quanto aos demais profissionais da educação básica, não foram identificados, no Censo Escolar, dados consolidados que permitam caracterizar de forma equivalente sua composição e evolução no município, o que constitui uma lacuna de informação para o diagnóstico da profissionalização do conjunto dos profissionais da educação básica.

Atratividade e valorização da carreira docente

Um primeiro ponto crítico identificado refere-se à atratividade da carreira docente. Para subsidiar essa análise, foram examinados os dados de ingressantes e concluintes em cursos de licenciatura nas modalidades presencial e Educação a Distância (EaD), no período de 2021 a 2024. O número de ingressantes por modalidade está apresentado no Gráfico 1.

Para essa análise, foram considerados os cursos de formação inicial de professores voltados à atuação na educação infantil, nos anos iniciais do ensino fundamental e nos componentes curriculares previstos na Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Gráfico 1 — Panorama geral de ingressantes entre 2021 e 2024, por modalidade



Fonte: INEP — Censo da Educação Superior · Oferta em Joinville/SC

Os dados evidenciam a predominância da modalidade de Educação a Distância na formação inicial de professores em Joinville. Entre 2021 e 2024, foram registrados 10.457 ingressantes em cursos de licenciatura, dos quais 87,2% ingressaram em cursos EaD e 12,8% em cursos presenciais. No período, o número de ingressantes nos cursos presenciais apresentou redução de 8,9%, enquanto a modalidade EaD registrou crescimento de 34,1%.

Observa-se, ainda, concentração da procura em determinados cursos, especialmente Pedagogia, que respondeu por 31,0% dos ingressantes nos cursos presenciais e 54,3% dos ingressantes na modalidade EaD. Em contrapartida, licenciaturas vinculadas a componentes curriculares específicos, como Física, Química e Matemática, apresentaram quantitativos mais reduzidos de ingressantes e concluintes quando comparadas a outras áreas de formação.

Esse cenário sugere desafios relacionados à atratividade da formação docente, especialmente na modalidade presencial, e à distribuição da procura entre as diferentes áreas de conhecimento. Também evidencia a necessidade de acompanhar a expansão da oferta de cursos na modalidade EaD, considerando aspectos relacionados à qualidade da formação, à articulação entre teoria e prática e à correspondência entre a formação ofertada e as necessidades de provimento de profissionais nas redes de ensino.

A falta de profissionais em componentes curriculares específicos pode ser um dos motivos que impacta o indicador de Adequação da Formação Docente coletado no censo escolar. O indicador classifica os docentes em exercício na educação básica considerando sua formação acadêmica e a(s) disciplina(s) que leciona, o ideal é que todos os professores tenham formação em licenciatura na área em que atuam, de acordo com a nota técnica nº 20/2014 do INEP. O quadro 2 apresenta o percentual de docentes da educação básica com formação em licenciatura na área que atuam, comparando os anos 2014 e 2025.

Quadro 2 - Docentes da Educação Básica formados em Cursos Superiores de Licenciatura na área que atuam, de acordo com as redes de ensino em Joinville

Etapa/Rede de ensino/Ano	Rede Municipal		Rede Estadual	
	2014	2025	2014	2025
Anos Iniciais	55,6%	96,5%	78,5%	85,4%
Anos Finais	70,5%	94,4%	69,8%	44,0%
Ensino Médio	NA	NA	66,6%	67,8%

Fonte: INEP - Indicador de Adequação da Formação Docente

Na rede municipal, o indicador avançou expressivamente em ambas as etapas sob sua responsabilidade, de 55,6% para 96,5% nos Anos Iniciais e de 70,5% para 94,4% nos Anos Finais entre 2014 e 2025, o que indica uma política consistente de adequação da formação ao componente curricular lecionado. Já na rede estadual, o quadro é misto: os Anos Iniciais registraram avanço moderado (de 78,5% para 85,4%), mas os Anos Finais apresentaram queda expressiva, de 69,8% para 44,0% no mesmo período. O Ensino Médio, ofertado apenas pela rede estadual, manteve-se estável.

No que se refere à valorização profissional, observa-se que as redes municipal e estadual de ensino possuem planos de carreira instituídos. Na rede municipal, o plano é estabelecido pela Lei Ordinária Municipal nº 2.303/1988, enquanto, na rede estadual, a organização da carreira do magistério público estadual é disciplinada pela Lei Complementar nº 668/2015, em articulação com a Lei Complementar nº 1.139/1992. Ambos os sistemas contam, portanto, com instrumentos normativos de estruturação da carreira e de desenvolvimento profissional.

Em relação à remuneração, as duas redes observam o Piso Salarial Profissional Nacional do magistério. Na rede municipal, o vencimento-base para professores com jornada de 40 horas semanais é de R\$ 5.130,63, acrescido de gratificações de tempo integral e de distância, que podem alcançar R\$ 937,42. Na rede estadual, o vencimento informado é de R\$ 5.345,60 para professores efetivos e de R\$ 5.140,00 para professores admitidos em caráter temporário (ACTs), com acréscimo de R\$ 641,47 para professores pedagogos em razão da unidocência.

No âmbito da valorização remuneratória, os dados nacionais evidenciam que a equiparação do rendimento dos profissionais do magistério aos demais profissionais com nível superior ainda não foi alcançada. De acordo com o Anuário Brasileiro da Educação Básica (2025), o rendimento bruto médio dos profissionais do magistério das redes públicas de educação básica foi de R\$ 5.481,01 correspondia a 86,1% do rendimento médio dos demais profissionais assalariados com nível superior no Brasil que é de R\$ 6.368,97.

Esses dados indicam que o cumprimento do Piso Salarial Profissional Nacional constitui importante referência de valorização, mas não assegura, isoladamente, equiparação remuneratória ou plena atratividade da carreira.

Nesse contexto, identifica-se como desafio a revisão e o aperfeiçoamento do plano de carreira do magistério, de modo a fortalecer a capacidade de atração e retenção de profissionais, considerando a evolução remuneratória ao longo da carreira, a valorização da

titulação e da experiência profissional, bem como as oportunidades de desenvolvimento profissional, em articulação com a sustentabilidade financeira da rede.

Outro ponto observado, é que as duas redes também oferecem oportunidades de formação continuada e dispõem de mecanismos normativos que possibilitam o desenvolvimento acadêmico dos profissionais, inclusive em cursos de mestrado e doutorado. Nesse aspecto, identifica-se como ponto de atenção na rede municipal a ampliação das possibilidades de afastamento ou licença para qualificação em nível de pós-graduação *stricto sensu*. Na rede estadual, segundo as informações analisadas, esse mecanismo apresenta maior disponibilidade, constituindo uma referência a ser considerada no aperfeiçoamento das políticas municipais de desenvolvimento profissional.

No âmbito municipal, destaca-se ainda a instituição, em 2021, do Programa de Valorização por Resultados na Aprendizagem nas Unidades Escolares, por meio da Lei nº 9.214/2021. Na rede estadual, em 2025, foi lançado o Programa de Valorização do Professor Catarinense, que reúne iniciativas relacionadas ao incentivo à formação acadêmica docente, à implantação da Escola de Formação de Professores de Santa Catarina, à valorização salarial e ao estímulo financeiro, à valorização dos professores temporários (ACTs), à saúde mental, por meio do programa Acolher Professor SC, e ao combate à violência contra o professor nas escolas. Embora represente um conjunto abrangente de iniciativas de valorização, o programa estadual, conforme os dados analisados, não se encontra formalizado em ato normativo específico, aspecto que merece acompanhamento quanto à sua institucionalização e continuidade.

Formação inicial e articulação com a educação básica

O debate sobre a formação inicial de professores ganhou reforço nacional em 2026, no âmbito da consulta pública promovida pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) para atualização das Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial de professores. Em nota técnica apresentada ao Conselho Nacional de Educação, o movimento Todos Pela Educação (2026) defendeu a manutenção de um percentual mínimo de carga horária presencial nos cursos de licenciatura, avaliando que a interação qualificada entre licenciandos, formadores e futuros colegas de profissão é elemento estruturante da qualidade da formação, mesmo em contextos de expansão da oferta a distância.

A nota também destacou a relevância de assegurar condições adequadas para efetivação do estágio supervisionado, antecipando-o para etapas iniciais do curso e fortalecendo as parcerias entre instituições formadoras e escolas de educação básica.

Esse posicionamento reforça, em nível nacional, a mesma preocupação expressa pelo grupo de trabalho quanto à necessidade da melhoria da qualidade dos cursos ofertados e de fortalecer a efetivação do estágio supervisionado como ponte entre as instituições formadoras e a rede de ensino do município.

Segundo os dados do INEP (2026), foram avaliados no ENADE das licenciaturas em 2025, 20 cursos de licenciatura no município, distribuídos em 11 áreas do conhecimento. Os conceitos dos cursos podem ser observados na tabela 1.

Tabela 1- Conceito dos cursos de licenciatura avaliados no ENADE 2025 (Joinville)

Curso avaliado	Conceito do Curso					Total geral
	1	2	3	4	5	
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	1					1
EDUCAÇÃO FÍSICA	1		1		1	3
FÍSICA				1		1
GEOGRAFIA		1				1
HISTÓRIA					1	1
LETRAS - INGLÊS			1			1
LETRAS-PORTUGUÊS	1					1
LETRAS-PORTUGUÊS E INGLÊS			1			1
MATEMÁTICA	1			1		2
PEDAGOGIA		2		2	3	7
QUÍMICA					1	1
Total geral	4	3	3	4	6	20

Fonte: INEP, 2025.

O conceito Enade dos cursos é calculado de 1 a 5, de acordo com o percentual de estudantes concluintes proficientes no curso. De acordo com o INEP (2026), 56,8% dos cursos avaliados no país apresentaram conceitos 3, 4 e 5, enquanto no município 65% dos cursos obtiveram conceito 3, 4 ou 5 e 35% ficaram com conceito 1 ou 2.

Dos cursos avaliados, 6 foram ofertados na modalidade EaD e 13 de forma presencial. Quando estratificamos os dados, observa-se que 71% dos cursos avaliados na modalidade EaD obtiveram conceito 1 ou 2 enquanto apenas 14% dos cursos presenciais obtiveram esse conceito.

Em uma nota técnica sobre o Enade Licenciaturas, o movimento Todos pela Educação (2026) revelou um cenário preocupante em relação à formação inicial de professores no Brasil, cerca de 42% dos concluintes das licenciaturas apresentaram desempenho abaixo do nível básico definido pelo Inep, enquanto apenas 20% alcançaram o padrão considerado adequado.

As diferenças entre as modalidades de ensino são especialmente expressivas: apenas 12% dos concluintes de cursos a distância atingiram o nível adequado, ante 32% daqueles formados presencialmente. É importante destacar, ainda, que os resultados de desempenho dos estudantes devem ser analisados em conjunto com os indicadores de qualidade dos próprios cursos, uma vez que o conceito atribuído às instituições e aos cursos pode contribuir para identificar desigualdades na qualidade da formação oferecida.

Os dados disponíveis não permitem uma análise individualizada por estudante e curso, de modo que os resultados apresentados não esgotam a compreensão sobre a qualidade da formação inicial de professores. Ainda assim, constituem elementos relevantes para orientar a reflexão e o planejamento de ações voltadas ao fortalecimento dos currículos, à ampliação das experiências práticas e à garantia de condições mais adequadas para a formação dos futuros profissionais da educação, como parte de uma agenda estratégica de profissionalização docente.

No âmbito municipal, observa-se a existência de iniciativas que contribuem para aproximar a formação inicial da realidade das escolas. Conforme registrado no Relatório de Avaliação do Plano Municipal de Educação de Joinville – 2025, instituições formadoras participam de programas como o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) e a Residência Pedagógica, além de estudantes terem acesso a programas de bolsas de estudo do Governo do Estado. As redes municipal e estadual também aderiram ao Programa Mais Professores para o Brasil. Essas iniciativas constituem mecanismos relevantes de aproximação entre estudantes de licenciatura e a realidade da educação básica, embora sua abrangência e continuidade devam ser acompanhadas.

Nesse contexto, o desafio para o município não se limita à oferta de vagas em cursos de licenciatura, mas envolve a construção de uma trajetória formativa articulada entre universidade e escola, que contemple iniciação à docência, estágio supervisionado, inserção progressiva na prática profissional e acompanhamento dos professores em início de carreira.

O fortalecimento dessa articulação pode contribuir para reduzir o distanciamento entre formação acadêmica e exercício profissional e, simultaneamente, favorecer a atração e a permanência de novos profissionais no magistério.

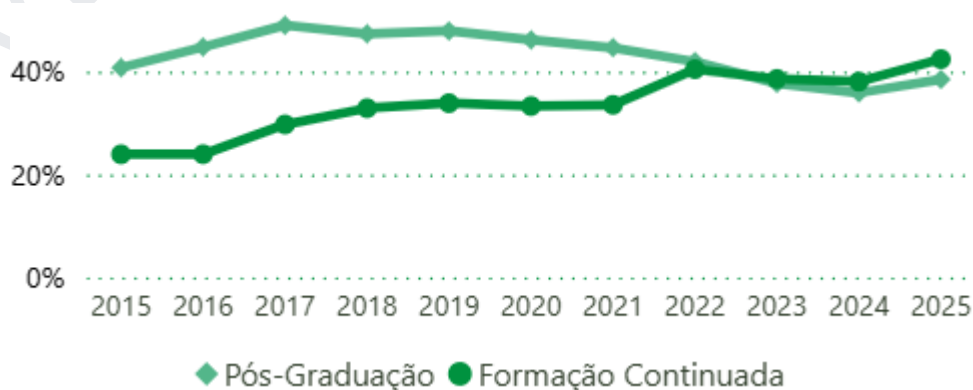
Desenvolvimento profissional e formação continuada

De acordo com o Relatório de Avaliação do Plano Municipal de Educação de Joinville – 2025, 33,37% dos professores da educação básica possuíam curso de pós-graduação, percentual próximo ao registrado em 2014, quando 34,2% dos profissionais apresentavam essa formação. A comparação dos dados evidencia, portanto, baixa alteração no indicador ao longo do período, sinalizando a necessidade de ampliar as oportunidades e os incentivos para a continuidade da formação acadêmica dos profissionais da educação básica.

O dado municipal disponível não apresenta, entretanto, o detalhamento dos níveis de pós-graduação, distinguindo cursos de especialização, mestrado e doutorado, o que limita a análise da trajetória de qualificação acadêmica dos profissionais. Como referência para o cenário nacional, o Painel de Monitoramento do Plano Nacional de Educação (2024) indica que 67,0% dos professores da educação básica não possuíam pós-graduação, enquanto 29,0% possuíam especialização, 3,1% mestrado e 0,9% doutorado. Esses dados reforçam a importância de considerar não apenas a proporção de profissionais com pós-graduação, mas também o nível de titulação alcançado e sua articulação com as necessidades de desenvolvimento profissional das redes de ensino.

No que se refere à formação continuada, dados do InepData (2025) indicam que 42,2% dos docentes da educação básica participaram de cursos de formação continuada. Conforme apresentado no Gráfico 2, a participação dos docentes nesse tipo de formação apresentou variações ao longo da série histórica de 2015 a 2025. O indicador, contudo, deve ser interpretado com cautela, uma vez que a participação em formação continuada, isoladamente, não permite avaliar sua duração, pertinência, qualidade, continuidade ou impacto sobre as práticas profissionais.

Gráfico 2 — Evolução do percentual de docentes com pós-graduação ou formação continuada - rede pública - educação básica - Joinville (2015-2025)



Fonte: INEP - Censo Escolar da Educação Básica (2024)

No âmbito das redes públicas de ensino, identificam-se iniciativas institucionais voltadas ao desenvolvimento profissional. A rede estadual conta com a Escola de Formação de Professores, Equipes Técnicas e Gestores para a Rede Pública Estadual de Ensino, instituída pelo Decreto nº 1.354/2025. A rede municipal, por sua vez, instituiu, por meio da Portaria nº 2025/2025, a Política de Formação Continuada de Professores, estabelecendo diretrizes para a organização das ações formativas. A existência desses instrumentos demonstra a institucionalização progressiva das políticas de desenvolvimento profissional, mas também coloca como desafio garantir sua abrangência, continuidade e articulação com as necessidades dos diferentes profissionais e etapas da educação básica.

Nesse sentido, o desafio não se restringe à ampliação da oferta de cursos de formação continuada, mas envolve a construção de percursos de desenvolvimento profissional articulados às diferentes etapas da carreira e às necessidades identificadas nas redes de ensino. A formação pode contemplar diferentes momentos e finalidades, desde a inserção e indução de profissionais em início de carreira até o aprofundamento de conhecimentos específicos, a formação para o exercício de funções de gestão e coordenação pedagógica e a qualificação acadêmica em nível de pós-graduação *stricto sensu*.

Outro aspecto a ser considerado refere-se às condições institucionais para participação dos profissionais nas ações formativas. A compatibilização entre jornada de trabalho, oferta de formação, deslocamentos, horários, substituição de profissionais e oportunidades de afastamento para qualificação pode constituir fator determinante para ampliar a participação e a continuidade dos processos formativos. Nesse contexto, a ampliação das possibilidades de afastamento ou licença para mestrado e doutorado, especialmente na rede municipal, constitui uma oportunidade de aperfeiçoamento das políticas de desenvolvimento profissional.

Os dados analisados indicam, portanto, que Joinville possui iniciativas e instrumentos institucionais voltados à formação continuada, mas persistem desafios relacionados à ampliação da abrangência, à diversificação dos percursos formativos, ao incentivo à pós-graduação e à melhoria das condições institucionais de participação. O fortalecimento dessas dimensões pode contribuir para consolidar uma política de desenvolvimento profissional que acompanhe as diferentes etapas da trajetória dos profissionais da educação e esteja articulada às necessidades pedagógicas e institucionais das redes de ensino.

Condições de trabalho, saúde e bem-estar

Quanto ao regime de contratação dos professores, os dados do Censo Escolar de 2025 evidenciam diferenças importantes entre as redes de ensino. Na rede municipal, 67,7% dos docentes possuem vínculo efetivo e 32,3% são temporários. Na rede estadual, 69,9% dos docentes são contratados temporariamente e 30,5% possuem vínculo efetivo, enquanto, na rede pública federal, 90% dos docentes são concursados e 10% possuem vínculo temporário. Em âmbito nacional, os dados do Censo Escolar indicam que 56,6% dos professores são concursados e 40,7% possuem contrato temporário.

A comparação evidencia que a proporção de docentes temporários na rede municipal de Joinville é inferior à observada no conjunto do país, enquanto a rede estadual apresenta participação de contratos temporários significativamente mais elevada. A rede federal, por sua vez, apresenta maior predominância de vínculos efetivos.

A presença expressiva de vínculos temporários, constitui um ponto de atenção para as políticas de valorização e desenvolvimento profissional, considerando a necessidade de assegurar condições de estabilidade, continuidade do trabalho pedagógico e perspectivas de permanência na carreira.

Vale ressaltar que tanto a rede municipal quanto a rede estadual realizaram concursos públicos para ingresso no magistério ao longo do último decênio. A rede estadual realizou concursos em 2017, 2024 e 2026, enquanto a rede municipal promoveu concursos em 2022, 2023 e 2026. A realização periódica de concursos constitui importante instrumento de planejamento e gestão da força de trabalho, permitindo a recomposição dos quadros permanentes, a redução da dependência de contratações temporárias e a maior estabilidade das equipes escolares.

Outro indicador para discutir condições de trabalho do professor, é o de esforço docente que mensura o esforço realizado pelo professor em sua atuação no magistério (BRASIL, 2014). Para a composição do indicador foram considerados o número de escolas em que o professor trabalha, de turnos, de estudantes atendidos e o número de etapas nas quais leciona. As variáveis construídas para representar o esforço são do tipo ordinal e, desta forma, categorias mais elevadas sinalizam maior esforço docente.

A construção dos níveis de esforço agrupa as categorias de percentual mais elevado de cada item. O Quadro 3 apresenta a descrição dos níveis com base na distribuição empírica das variáveis.

Quadro 3 - Descrição dos níveis de esforço docente

Níveis	Descrição*
Nível 1	Docente que tem até 25 alunos e atua em um único turno, escola e etapa.
Nível 2	Docente que tem entre 25 e 150 alunos e atua em um único turno, escola e etapa.
Nível 3	Docente que tem entre 25 e 300 alunos e atua em um ou dois turnos em uma única escola e etapa.
Nível 4	Docente que tem entre 50 e 400 alunos e atua em dois turnos, em uma ou duas escolas e em duas etapas.
Nível 5	Docente que tem mais de 300 alunos e atua nos três turnos, em duas ou três escolas e em duas ou três etapas.
Nível 6	Docente que tem mais de 400 alunos e atua nos três turnos, em duas ou três escolas e em duas ou três etapas.

*Características apresentadas por pelo menos dois terços dos docentes
 Fonte: Brasil (2014).

Em geral, na educação infantil e nos anos iniciais o professor dedica-se de forma integral à turma, estando vinculado a menos turmas. Já nos anos finais e no ensino médio, os professores são alocados por componentes, atendendo a uma maior quantidade de turmas (gerando indicadores de esforço mais altos. O Quadro 4 apresenta a distribuição dos docentes que atuam no ensino médio de acordo com o nível de esforço docente, em 2025.

Quadro 4 - Níveis de esforço docente 2025, por rede de ensino

Nível	Rede Municipal		Rede Estadual		
	Anos Iniciais	Anos Finais	Anos Iniciais	Anos Finais	Ensino Médio
1	2,6%	0,9%	12,9%	2,7%	3,1%
2	10,7%	7,9%	9,9%	10,0%	13,3%
3	54,60%	30,2%	26,6%	12,5%	14,1%
4	25,6%	43,7%	40,2%	56,1%	45,8%
5	4,1%	11,8%	6,8%	14,8%	18,1%
6	2,4%	5,5%	3,6%	3,9%	5,6%

Fonte: InepData.

A análise do esforço docente evidencia diferenças relevantes entre as etapas da educação básica e sinaliza maior concentração de situações de elevado esforço nas etapas finais. Na rede municipal, enquanto 6,5% dos docentes dos anos iniciais encontram-se nos níveis 5 e 6, esse percentual alcança 17,3% nos anos finais. Na rede estadual, os níveis 5 e 6

concentram 10,4% dos docentes nos anos iniciais, 18,7% nos anos finais e 23,7% no ensino médio.

Esse cenário constitui ponto de atenção para as políticas de condições de trabalho, planejamento da força de trabalho e organização das jornadas, uma vez que situações de maior esforço podem estar relacionadas à necessidade de atuação em diferentes turmas, turnos, unidades de ensino ou componentes curriculares. O indicador, contudo, não permite, isoladamente, identificar quais dimensões da jornada estão determinando os níveis de esforço, sendo recomendável o cruzamento com outras informações.

Por fim, um dos aspectos considerados nesta seção do diagnóstico refere-se à regularidade do corpo docente nas unidades escolares de educação básica no município de Joinville, dimensão de contexto associada à valorização e à permanência dos professores nas escolas em que atuam. O quadro 5 apresenta os dados de regularidade docente.

Quadro 5 - Indicador de regularidade docente (%) na educação básica, no município de Joinville (2021-2025)

Regularidade Docente				
	Baixa	Média-baixa	Média-alta	Alta
2021	10,6%	61,4%	27,5%	0,5%
2022	17,6%	59,6%	22,3%	0,5%
2023	21,1%	60,3%	17,6%	1,0%
2024	17,8%	48,7%	32,5%	1,0%
2025	16,8%	53,1%	29,6%	0,5%

Fonte: InepData.

A leitura da série permite identificar dois movimentos complementares. O primeiro é uma oscilação na proporção de escolas com baixa regularidade docente, que sobe de 10,6% em 2021 para um pico de 21,1% em 2023, período que coincide com a intensificação da reposição de quadro docente via concurso público na rede municipal, e que em seguida recua para 16,8% em 2025, patamar próximo ao parâmetro nacional de referência (13,9%).

Esse padrão é coerente com a própria mecânica do indicador, a admissão de novos professores eleva temporariamente a proporção de vínculos recentes, ainda sem tempo de permanência suficiente para pontuação elevada, e tende a se estabilizar à medida que esses profissionais se fixam nas unidades ao longo dos anos seguintes.

O segundo movimento é o crescimento da faixa média-alta, que passa de 17,6% (2023) para 32,5% (2024) e se mantém em 29,6% (2025), indicando que parte relevante do

corpo docente contratado nos ciclos anteriores está consolidando vínculo com as escolas em que atua.

Por outro lado, o dado que mais se distancia do parâmetro nacional ao longo de toda a série é a faixa alta, que não ultrapassa 1,0% das escolas em nenhum dos cinco anos analisados, contra 11,4% observado no Brasil em 2013. Ou seja, mesmo com a tendência de redução das escolas em situação de baixa regularidade e o crescimento da faixa intermediária superior, o município ainda não consolidou um contingente de escolas com corpo docente de alta estabilidade, o ganho de regularidade observado no período parece se acomodar no patamar intermediário (média-alta), sem avançar até o patamar mais elevado da escala.

Diante desse quadro, o diagnóstico aponta a necessidade de que o Plano Municipal de Educação preveja, entre suas metas relacionadas à valorização do magistério, estratégias específicas de fixação do professor na unidade escolar, como critérios de lotação que priorizem a permanência de docentes efetivos nas mesmas escolas ao longo dos anos, política e mecanismos de incentivo à continuidade do vínculo.

Análise causal

A análise dos desafios associados à profissionalização, atratividade e valorização do magistério em Joinville revela um conjunto de fatores estruturais, pedagógicos e conjunturais interdependentes

O problema da baixa atratividade, as fragilidades na formação inicial e os desafios da formação continuada, bem como as condições de trabalho docente geram um ciclo causal que merece atenção, pois compromete diretamente a qualidade do ensino e as condições de aprendizagem dos estudantes.

O envelhecimento acelerado do corpo docente no Brasil, combinado com o desinteresse dos jovens pelas licenciaturas, projeta um *déficit* severo de professores em curto prazo. A série histórica nacional demonstra que a proporção de docentes em final de carreira (50 anos ou mais) em relação aos ingressantes (até 24 anos) saltou de 1,95 em 2007 para 4,76 em 2017.

Esse declínio de atratividade é alimentado pela defasagem salarial do magistério, cujo rendimento médio de R\$ 5.481,01 equivale a apenas 86,1% do recebido por outros profissionais com escolaridade equivalente (R\$ 6.368,97). Ademais, estudantes do Ensino Médio não demonstram interesse em cursar licenciatura.

Esse quadro é agravado por planos de carreira que podem ser aperfeiçoados e fortalecidos, bem como tenham impacto praticamente na aprendizagem dos estudantes.

Os resultados do Enade Licenciaturas / Prova Nacional Docente de 2025 indicam que 42,2% dos formandos em licenciaturas no país não atingiram o nível básico de desempenho, demonstrando sérias dificuldades para compreender e ensinar conteúdos elementares da educação básica.

Essa fragilidade é impulsionada pela expansão desregulada dos cursos a distância (EaD), que concentram 69% das matrículas de licenciatura no Brasil. Enquanto 32% dos concluintes presenciais atingem desempenho adequado, apenas 12% dos estudantes da modalidade EaD alcançam esse patamar, sendo que 53% dos formados em EaD situam-se abaixo do básico.

Soma-se a isso a desconexão curricular entre a teoria acadêmica e as demandas reais da sala de aula: em 2021, 66% dos licenciandos declararam não ter cumprido as 400 horas obrigatórias de estágio supervisionado, o que gera ingressantes despreparados para os desafios práticos do ensino

O Indicador de Regularidade Docente (IRD) aponta que menos de 1,0% das escolas do município conseguiram consolidar um corpo docente de "alta" estabilidade no período de 2021 a 2025. A continuidade pedagógica e a criação de vínculos afetivos com os estudantes são diretamente prejudicadas pela alta rotatividade docente nas escolas de Joinville.

Essa instabilidade decorre da dependência excessiva de contratos temporários (ACTs). Na rede municipal de Joinville, 32,3% dos docentes são temporários, ao passo que na rede estadual esse índice atinge alarmantes 69,9% . Sem estabilidade funcional, os professores têm menos condições de identificar necessidades específicas dos estudantes, dar sequência aos planejamentos pedagógicos ou envolver-se nos projetos institucionais de longo prazo da escola.

A organização do trabalho escolar nos Anos Finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio precisa ser olhada com atenção, pois lecionar para centenas de estudantes, múltiplas turmas, diferentes escolas e etapas, compromete o trabalho docente.

Causas críticas

A partir da análise dos dados e dos documentos norteadores, identificam-se como causas críticas:

- **Desafios na valorização, atratividade e retenção na carreira docente:** baixa atratividade pelas licenciaturas; diferenciação salarial e de benefícios entre as redes de

ensino; necessidade de atualização e aperfeiçoamento dos planos de carreira, visando fortalecer a atração e a retenção de profissionais;

- **Fragilidades na formação inicial e na articulação entre instituições formadoras e educação básica:** qualidade heterogênea dos cursos ofertados, expansão de cursos ofertados na modalidade EaD, carência de iniciativas para efetivação do estágio supervisionado e aproximação entre as instituições formadoras e as escolas;
- **Abrangência e continuidade das políticas de desenvolvimento profissional dos profissionais da educação básica:** falta contemplar políticas de desenvolvimento profissional para todos os profissionais da educação básica, há pontos de melhoria nas condições institucionais para oferta de formação continuada;
- **Fragilidades nas condições de trabalho e políticas de bem-estar dos profissionais:** número de profissionais temporários, condições e volume de trabalho, ausência de políticas voltadas à melhoria de saúde e qualidade de vida dos profissionais;
- **Limitações de recursos financeiros para a consolidação das políticas de valorização e desenvolvimento dos profissionais da educação.**

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Nota Técnica nº 20/2014**: Indicador de Adequação da Formação Docente na Educação Básica. Brasília, DF: INEP, 2014.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Nota Técnica nº 39/2014**: Indicador de Esforço Docente. Brasília, DF: INEP, 2014.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. **Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008**. Regulamenta a alínea "e" do inciso III do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 17 jul. 2008.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, edição extra, Brasília, DF, 26 jun. 2014.

BRASIL. **Lei nº 14.681, de 18 de setembro de 2023**. Institui a Política de Bem-Estar, Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho e Valorização dos Profissionais da Educação. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 19 set. 2023.

BRASIL. **Lei nº 14.817, de 16 de janeiro de 2024**. Estabelece diretrizes para a valorização dos profissionais da educação escolar básica pública. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 17 jan. 2024.

INEP. **Censo da Educação Superior**: oferta em Joinville/SC. Brasília, DF: INEP, 2024. Disponível em:

<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados> Acesso em: 02 ago. 2026.

INEP. **Censo Escolar da Educação Básica 2025**: Caderno do Censo 2025. Brasília, DF: INEP, 2025. Disponível em:

<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar>. Acesso em: 02. ago. 2026.

INEP. **InepData**: indicadores educacionais (esforço docente, regularidade docente, formação continuada). Brasília, DF: INEP, 2025.

INEP. **Painel de Monitoramento do Plano Nacional de Educação**. Brasília, DF: INEP, 2024.

JOINVILLE. **Lei Ordinária nº 2.303, de 03 de novembro de 1988**. [Ementa]. [Veículo oficial], Joinville, 03 de novembro 1988.

JOINVILLE. **Lei nº 9.214, de 17 de março de 2021**. Institui o Programa de Valorização por Resultados na Aprendizagem nas Unidades Escolares. [Veículo oficial], Joinville, 17 de março de 2021.

JOINVILLE. **Portaria nº 2025/2025**, de [dia] de [mês] de 2025. Institui a Política de Formação Continuada de Professores. [Veículo oficial], Joinville, [data] 2025.

JOINVILLE. Secretaria de Educação. **Relatório de Avaliação do Plano Municipal de Educação de Joinville – 2025**. Joinville: Secretaria de Educação, 2025. Disponível em: <https://www.joinville.sc.gov.br/publicacoes/plano-municipal-de-educacao-pme/>. Acesso em: 28 jul. 2026.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Anuário Brasileiro da Educação Básica 2025**. São Paulo: Moderna, 2025.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Diretrizes Curriculares Nacionais para formação inicial de professores**: nota técnica sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial de professores, apresentada ao Conselho Nacional de Educação. São Paulo: Todos Pela Educação, 2026a. Disponível em:

<https://todospelaeducacao.org.br/noticias/formacao-de-professores-todos-pela-educacao-defende-aprovacao-de-novas-diretrizes-curriculares/>. Acesso em: 28 jul. 2026.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Enade das Licenciaturas**: nota técnica sobre o Enade Licenciaturas. São Paulo: Todos Pela Educação, 2026b. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/noticias/enade-das-licenciaturas-reforca-urgencia-de-mudancas-na-formacao-inicial-docente/>. Acesso em: 28 jul. 2026.

VERSÃO PRELIMINAR

18. PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL E GESTÃO DEMOCRÁTICA NA EDUCAÇÃO PÚBLICA

Problema

Insuficiência e fragilidade da participação e da representação social nos processos de planejamento, gestão democrática e controle social da educação pública.

Análise descritiva

O município de Joinville dispõe de uma trajetória marcada pela existência de diferentes espaços, mecanismos e iniciativas institucionais voltados à participação social, ao controle social e à gestão democrática da educação pública. Nesse contexto, tanto a rede municipal quanto a rede estadual de ensino presentes no território municipal possuem estruturas destinadas à participação dos diferentes segmentos da comunidade escolar e da sociedade, ainda que organizadas a partir de normativas e mecanismos próprios.

No âmbito municipal, destacam-se a atuação do Conselho Municipal de Educação, dos Conselhos Escolares, do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb, do Conselho de Alimentação Escolar, do Fórum Municipal de Educação, a realização de conferências de educação, a atuação das Associações de Pais e Professores (APPs) e outros espaços de participação da comunidade escolar.

Na rede estadual, por sua vez, a participação e o controle social articulam-se à política estadual de educação, tendo a Coordenadoria Regional de Educação de Joinville como instância regional responsável pela interface entre a Secretaria de Estado da Educação e as unidades escolares estaduais instaladas no município, além da representação da rede estadual no Conselho Municipal de Educação e no Fórum Municipal de Educação e da articulação no regime de colaboração.

A existência dessas estruturas tem como finalidade favorecer a transparência, a fiscalização da gestão e a participação da sociedade nos rumos das políticas públicas de educação. Entretanto, embora Joinville disponha de espaços institucionalizados de participação social e controle das políticas educacionais, observa-se que essa participação ainda ocorre de forma desigual, pontual e, em alguns contextos, pouco efetiva.

Essa realidade indica a necessidade de fortalecer a cultura participativa e ampliar a corresponsabilidade dos diferentes segmentos na construção da educação pública. A participação social também é condicionada pelas condições concretas em que ocorre, considerando a disponibilidade de tempo dos diferentes segmentos da sociedade, o interesse e

a percepção sobre a importância desses espaços, bem como o volume de demandas burocráticas e administrativas que recaem sobre gestores e agentes públicos, fatores que podem limitar a continuidade e a qualificação da participação.

A gestão democrática compreende os processos internos de decisão, os critérios de escolha e atuação dos dirigentes escolares, a autonomia pedagógica, a organização e a regulação do cotidiano escolar, bem como o fortalecimento dos vínculos entre a unidade de ensino, os estudantes, as famílias e a comunidade local. Constitui-se, portanto, como princípio fundamental da educação pública, pautado na participação efetiva dos diferentes segmentos da comunidade escolar e da sociedade nos processos de planejamento, acompanhamento, avaliação e tomada de decisões educacionais, promovendo uma gestão participativa, responsável e comprometida com a qualidade da educação.

Entre os desafios identificados está a necessidade de ampliar a participação das famílias na vida escolar dos estudantes, fortalecendo sua corresponsabilidade pelo processo educativo e pela continuidade e conclusão da educação básica. Também se evidencia a necessidade de ampliar práticas de diálogo horizontal, escuta ativa, acolhimento e respeito à diversidade de perspectivas, favorecendo relações mais participativas entre gestores, profissionais da educação, estudantes, famílias e comunidade.

No âmbito da Rede Municipal de Ensino de Joinville, a participação e o controle social são operacionalizados por meio de órgãos colegiados permanentes e instâncias intersetoriais de governança, que desempenham diferentes funções na consolidação da gestão democrática:

- **Conselho Municipal de Educação (CME):** órgão paritário e representativo, com funções normativas, deliberativas, consultivas, propositivas e fiscalizadoras no Sistema Municipal de Ensino. Atua na análise regimental, credenciamento e autorização de funcionamento de Centros de Educação Infantil (CEIs) e escolas públicas e privadas.
- **Conselho de Alimentação Escolar (CAE):** responsável pelo acompanhamento, fiscalização e avaliação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) nas unidades da rede municipal e entidades filantrópicas parceiras.
- **CACS/FUNDEB:** órgão colegiado encarregado de acompanhar a repartição, transferência e aplicação dos recursos do FUNDEB no município, garantindo transparência pública e fiscalização da aplicação dos percentuais de valorização profissional.

- **Fórum Municipal de Educação (FME):** instância permanente encarregada de articular o diálogo entre o poder público e a sociedade civil, além de coordenar as etapas municipais das Conferências de Educação e os processos de monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação.
- **APPs e Conselhos Escolares:** institucionalmente incorporados à gestão democrática das unidades de ensino, constituem importantes mecanismos de participação da comunidade escolar. O Conselho Escolar possui atribuições consultivas, fiscalizadoras, mobilizadoras, deliberativas e representativas, enquanto as APPs assumem responsabilidades relacionadas à gestão, à aplicação e à prestação de contas dos recursos financeiros destinados às unidades de ensino, incluindo os recursos do Programa Dinheiro na Escola (PDE), disponibilizados pela gestão municipal de Joinville, os recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), do Governo Federal, e os recursos próprios arrecadados pela associação. A existência de Conselhos Escolares em 100% das unidades, registrada no monitoramento do Plano Municipal de Educação, demonstra a ampla institucionalização desses espaços. Em 2026, essa estrutura passa por atualização normativa específica, com a Resolução CME nº 2.081/2026, que reestrutura a organização dos Conselhos Escolares da Rede Municipal de Ensino de Joinville.

A Rede Pública Municipal também desenvolve acompanhamento e assessoria aos órgãos colegiados por meio de equipes técnicas responsáveis pela orientação, formação e acompanhamento das unidades. As APPs e os Conselhos Escolares contam com suporte continuado em processos como eleições, recomposição de membros, organização documental e prestação de contas.

Entre 2021 e 2026, foram realizadas ações formativas e encontros por polos destinados aos representantes dos colegiados, além do acompanhamento permanente das unidades. Neste período, aproximadamente 1.400 representantes dos Centros de Educação Infantil e das escolas da rede municipal foram atendidos, por meio das ações de formação e instrumentalização para a atuação nos órgãos colegiados. Esse trabalho constitui um processo contínuo de assessoria e acompanhamento, contribuindo para fortalecer a participação da comunidade escolar, qualificar a atuação dos representantes e consolidar práticas de gestão democrática no âmbito da rede municipal.

Figura 1 - Infográfico: estrutura e suporte para colegiados da gestão democrática



Fonte: Elaboração própria com base em dados internos Secretaria de Educação do Município.

Nesse conjunto de mecanismos de participação, merece destaque a forma como a Rede Municipal de Ensino vem estruturando o processo de seleção dos dirigentes escolares. A adoção de critérios para a efetivação da gestão democrática está associada também à Lei nº 14.113/2020, que regulamenta o novo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), estabelecendo condicionalidades para as transferências de recursos referentes à complementação do Valor estudante Ano Regular (VAAR), entre as quais se encontra aquela relacionada aos critérios de seleção de gestores.

Nesse contexto, o processo de seleção dos candidatos a dirigentes escolares da Rede Municipal de Ensino de Joinville foi implantado com o propósito de normatizar e aprimorar a metodologia que vinha sendo utilizada pela Secretaria de Educação há mais de uma década, em consonância com os princípios da gestão democrática estabelecidos pela Lei nº 5.152/2004 e com as Metas e Estratégias previstas nas Leis nº 13.005/2014 e nº 8.043/2015, referentes aos Planos Nacional e Municipal de Educação, além das demais legislações educacionais vigentes.

A redefinição desse processo de seleção pela Rede Municipal de Ensino buscou avançar no desenvolvimento de liderança e no apoio aos gestores, estabelecendo como objetivos normatizar a escolha dos dirigentes escolares, considerando a importância de

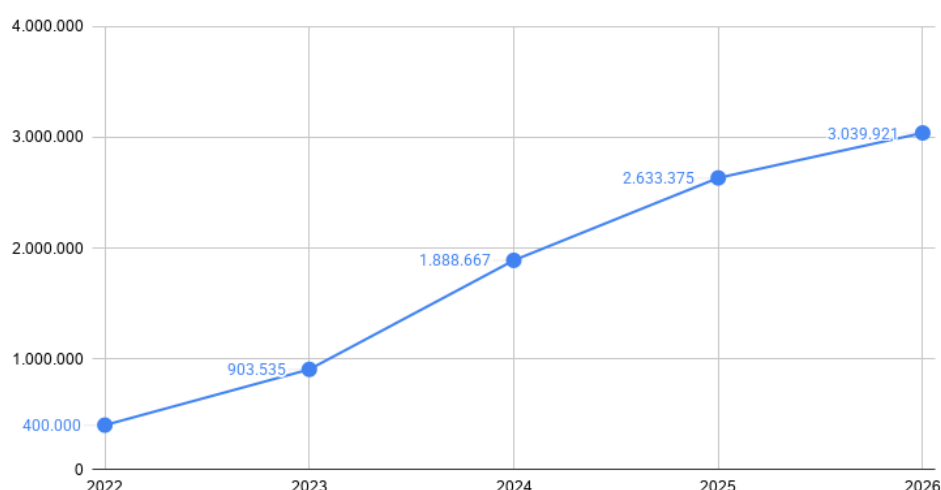
construir parâmetros para a seleção dos profissionais em consonância com as demandas da função; assegurar a participação da comunidade escolar no processo de seleção; valorizar os profissionais da educação, considerando a qualificação técnica dos candidatos; e garantir transparência e clareza durante todas as etapas do processo de seleção. Trata-se, portanto, de uma dimensão particularmente relevante da gestão democrática municipal, uma vez que articula a participação da comunidade escolar, a qualificação dos profissionais e a transparência dos procedimentos de escolha dos dirigentes.

Os dados disponíveis evidenciam a dimensão desse processo na rede municipal. Atualmente, a Secretaria de Educação conta com 312 dirigentes escolares para atender 168 unidades de ensino. Desse total, 48% dos gestores foram selecionados por meio do novo formato do processo seletivo, entre 2021 e 2025. No período, foram realizados 14 processos seletivos, com a participação de 356 profissionais inscritos para preencher vagas em 141 unidades de ensino, sendo 68 escolas e 73 Centros de Educação Infantil. Esses dados demonstram a abrangência do processo implantado e sua incorporação progressiva à organização da gestão das unidades municipais.

A participação da comunidade escolar na rede municipal também se expressa em iniciativas voltadas ao fortalecimento dos vínculos entre escola, famílias e comunidade. Desde sua criação, no início do segundo semestre de 2023, o programa Escola de Pais foi realizado em unidades escolares da rede municipal, alcançando diretamente pais, mães e responsáveis, com impacto direto sobre os estudantes.

Da mesma forma, o Programa Viva a Escola, instituído em 2022, foi adotado como estratégia para ampliar a participação da comunidade nos espaços escolares, promovendo ações, atividades e eventos que aproximam a escola da população. Considerando os registros de 2022 até o primeiro semestre de 2026, o programa contabiliza aproximadamente 3.039.921 participações de famílias e membros da comunidade nas ações realizadas nas unidades de ensino.

Gráfico 1- Participação do Programa Viva a Escola



Fonte: Elaboração própria com base em dados internos da Secretaria de Educação de Joinville entre os anos de 2022 a 2026.

A análise das APPs e dos Conselhos Escolares também evidencia que a estrutura de participação da Rede Municipal possui diferentes dimensões. As APPs atuam na gestão financeira, possuem papel concreto na execução e administração dos recursos e estão submetidas à prestação de contas, enquanto os Conselhos Escolares possuem funções consultiva, fiscalizadora, mobilizadora, deliberativa e representativa, além de atribuições de acompanhamento e fiscalização e de participação na estrutura de gestão democrática da unidade. Entretanto, a existência formal dessas instâncias não permite afirmar que a participação ocorra com a mesma intensidade em todas as escolas ou que todos os segmentos da comunidade escolar estejam igualmente envolvidos nos processos de decisão. A existência de APPs e Conselhos Escolares, por si só, não garante que esses espaços exerçam plenamente seu potencial de representação, deliberação, fiscalização e mobilização.

Quadro 1 - Colegiados da Gestão Democrática

Órgão ou Instância	Funções Principais	Atuação na Gestão	Gestão de Recursos e PDE	Documentação Normativa
Associação de Pais e Professores (APP)	Consultiva, deliberativa, fiscalizadora e de colaboração.	Atua diretamente na gestão financeira e possui papel concreto na execução do Plano de Trabalho Anual (PTA).	Responsável por administrar os recursos do PDE, estando submetida a processos rigorosos de prestação de contas.	Possui estatuto próprio.

Conselho Escolar	Consultiva, deliberativa, fiscalizadora, mobilizadora e representativa.	Atua na representação da comunidade escolar e participa da estrutura de gestão democrática da unidade de ensino.	Representa os diferentes segmentos da comunidade escolar com atribuições de acompanhamento e fiscalização das ações.	Deve possuir regimento interno.
------------------	---	--	--	---------------------------------

Fonte: Elaboração própria, com base na LEI Nº 5152/2004 e Resolução Nº 2081/2026/CME

Nesse processo de fortalecimento da gestão democrática, a atuação de assistentes sociais e psicólogos(os) na Rede Municipal de Ensino de Joinville, fundamentada na Lei Federal nº 13.935/2019 e na Lei Municipal nº 9.257/2022, também é apresentada como elemento de integração do Serviço Social e da Psicologia ao cotidiano escolar, em equipes multiprofissionais e em consonância com as diretrizes educacionais do município e o Projeto Político-Pedagógico.

Esses profissionais contribuem para a melhoria da qualidade do ensino-aprendizagem, a mediação das relações sociais e institucionais e o fortalecimento dos vínculos entre escola, estudantes, famílias e comunidade, atuando de forma interdisciplinar, dialógica e intersetorial. Sua atuação contempla a garantia do acesso, da permanência e do sucesso escolar, a inclusão e a valorização da diversidade, a prevenção e o enfrentamento de vulnerabilidades, violências, bullying, discriminações e violações de direitos, além do fortalecimento da gestão democrática e do clima escolar.

Gráfico 2 - Serviço social e Psicologia na Rede Municipal de Ensino



Fonte: Dados extraídos em documento interno da Secretaria de Educação Municipal em Julho de 2026.

No território de Joinville, a Rede Estadual de Ensino integra esse cenário de participação e gestão democrática, constituindo uma dimensão relevante do diagnóstico. De acordo com os dados considerados pelo Grupo de Trabalho, existem 35 escolas estaduais no município, todas com Conselho Deliberativo Escolar e Associação de Pais e Professores (APP), enquanto 14 possuem Grêmio Estudantil. O Decreto nº 273, de 12 de setembro de 2023, estabelece como princípios da gestão escolar democrática a participação dos profissionais da educação no processo pedagógico e a participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou instâncias equivalentes. A normativa também determina que o Projeto Político-Pedagógico e o Plano de Gestão Escolar sejam elaborados com participação da comunidade por meio das instâncias colegiadas.

No que se refere à escolha dos dirigentes, a Rede Estadual utiliza o processo de escolha do Plano de Gestão Escolar (PGE) para a designação do diretor da unidade. O Decreto nº 273/2023 não estabelece propriamente uma eleição direta para diretor, mas um processo de escolha do PGE, composto por inscrição do proponente, apresentação e validação do plano, defesa pública e escolha pela comunidade escolar. O procedimento é apresentado como parte do processo de fortalecimento da gestão escolar democrática da Rede Estadual,

destacando a escuta coletiva e a participação da comunidade na escolha do plano considerado mais adequado à realidade da escola.

A experiência estadual, nesse sentido, apresenta um dado importante para a análise da participação social no município. Embora as 35 unidades escolares estaduais disponham de estruturas formais de participação e tenham sido abrangidas pelo procedimento institucional de escolha do Plano de Gestão Escolar, somente quatro alcançaram o quórum mínimo necessário para validar o processo, correspondendo a aproximadamente 11,4% das unidades. Nas outras 31 escolas, equivalentes a 88,6%, o quórum mínimo não foi alcançado. Quando o quórum mínimo não é atingido em cada segmento, a votação é desconsiderada e a designação da direção ocorre mediante livre escolha do secretário de educação, a partir de indicação da Coordenadoria Regional de Educação.

Quadro 2 - Escolha Gestor Escolar na Rede Pública Estadual de Ensino em Joinville

Processo	Nº de escolas	%
Quantidade de escolas	35	100%
Alcançaram o quórum mínimo	4	11,4%
Não alcançaram o quórum mínimo	31	88,6%

Fonte: Documento interno SED/CRE/SC 2026

Assim, os dados analisados indicam que Joinville possui uma estrutura institucional significativa para a participação social e a gestão democrática da educação. Ao mesmo tempo, a existência desses mecanismos não assegura, por si só, a participação efetiva dos diferentes segmentos da comunidade escolar. O desafio consiste em fortalecer continuamente esses espaços, ampliar o envolvimento das famílias, qualificar a atuação dos colegiados e consolidar processos de participação que ultrapassem a dimensão formal e contribuam efetivamente para o planejamento, o acompanhamento, a avaliação e a tomada de decisões educacionais.

No caso municipal, o processo de seleção dos gestores, associado aos mecanismos de participação e acompanhamento existentes, constitui uma dimensão relevante desse movimento de fortalecimento da gestão democrática. Na rede estadual, os dados relativos ao processo de escolha do Plano de Gestão Escolar também evidenciam a necessidade de considerar os fatores que dificultam o envolvimento dos diferentes segmentos nos processos decisórios, uma vez que o resultado não permite concluir, isoladamente, pela existência de

desinteresse das comunidades escolares, mas evidencia uma fragilidade na efetividade da participação.

Análise causal

A participação social na gestão educacional está relacionada a um conjunto de condicionantes culturais, institucionais, organizacionais e pedagógicos que se articulam na consolidação de uma gestão efetivamente democrática.

Entre esses fatores, destacam-se a fragilidade da cultura de participação, corresponsabilidade e controle social, associada à baixa percepção de parte da população sobre a importância e a capacidade de sua participação para influenciar as decisões e os resultados educacionais. A limitada aproximação entre escola, família e comunidade também dificulta a construção de vínculos e reduz o interesse pelo envolvimento contínuo nos espaços de gestão.

No âmbito institucional, a organização das decisões administrativas e orçamentárias está relacionada à autonomia das unidades de ensino e à aplicação direta dos recursos conforme as prioridades deliberadas pelos Conselhos Escolares. A participação ainda restrita de diferentes sujeitos - gestão das unidades e colegiados constituídos - nos processos de decisão pode enfraquecer os mecanismos democráticos e limitar a diversidade de perspectivas da comunidade.

A transparência e a comunicação institucional constituem elementos importantes para a divulgação das ações, o acompanhamento, a confiança pública e o exercício do controle social. Outro fator relevante refere-se ao funcionamento dos colegiados, que, embora formalmente constituídos, podem atuar de maneira predominantemente burocrática e homologatória, limitando o debate crítico, a deliberação coletiva e a construção compartilhada do Projeto Político-Pedagógico.

O desafio está em fortalecer a atuação dos colegiados, ampliando o reconhecimento de seu papel, suas atribuições e sua responsabilidade nos processos de participação, deliberação e controle social, com conhecimento e observância dos marcos legais que regulamentam sua atuação. A efetividade desses espaços também é afetada pela necessidade de ampliar a formação para além dos profissionais da educação, alcançando estudantes, famílias, conselheiros e representantes da sociedade civil de forma sistemática para o exercício qualificado da participação democrática e do controle social.

A sobrecarga de trabalho das famílias, a limitação de tempo e disponibilidade dos diferentes segmentos constituem desafios para a participação social e podem reduzir a

assiduidade e o engajamento nas instâncias colegiadas. Nesse contexto, ampliar a participação pressupõe considerar as condições concretas de vida da comunidade escolar, reconhecendo que diferentes grupos possuem rotinas, responsabilidades e possibilidades distintas de envolvimento.

O desafio não se restringe, portanto, à criação ou manutenção de espaços formais de participação, mas à construção de formas, tempos e estratégias que tornem essa participação efetivamente possível. Isso envolve repensar horários e formatos de reuniões, diversificar os canais de escuta e participação, ampliar as possibilidades de manifestação e favorecer condições para que diferentes segmentos possam contribuir, ainda que de maneiras distintas e em momentos diversos.

Essas condições interferem na compreensão, pela comunidade escolar, do diagnóstico de seu território e em seu protagonismo na revisão e no direcionamento das políticas educacionais de longo prazo.

Embora existam iniciativas destinadas à aproximação entre escola e comunidade, como o Programa Viva a Escola, e estratégias previstas para ampliar a participação nos processos eleitorais e colegiados, permanecem aspectos relacionados à mobilização, à formação, à comunicação, à transparência e à efetividade dos espaços coletivos.

Dessa forma, a participação social resulta da interação entre aspectos institucionais, culturais e organizacionais, tendo como perspectiva o fortalecimento das condições de participação e dos espaços coletivos.

- **Fortalecimento da cultura organizacional:** Consolidação de uma cultura participativa, da formação permanente dos representantes das instâncias colegiadas, da transparência pública, da comunicação e da devolutiva à comunidade.

- **Práticas fundamentadas no diálogo:** Construção de práticas de gestão fundamentadas no diálogo horizontal, na escuta ativa, no acolhimento e na construção coletiva, fortalecendo a articulação entre escola, família, comunidade e diferentes políticas públicas.

Causas críticas

A análise realizada pelo Grupo de Trabalho identificou aspectos estruturais que dialogam com a efetividade da participação comunitária e com o fortalecimento do controle social nas redes de ensino.

- **Monitoramento Participativo do PME:** O acompanhamento contínuo do Plano Municipal de Educação apresenta oportunidades de aprimoramento, especialmente no que se refere à periodicidade e à ampla divulgação dos relatórios de avaliação;
- **Formação para o Controle Social:** Há espaço para ampliação de programas de capacitação continuada voltados a pais, estudantes e demais membros da comunidade que integram os órgãos colegiados;

As causas críticas destacadas apresentam relevância para a gestão participativa e se articulam com os demais elementos identificados no diagnóstico.

- **Cultura de Participação e Corresponsabilidade:** A participação da comunidade nos processos de acompanhamento e colaboração nas decisões das políticas educacionais relaciona-se ao nível de conscientização dos diferentes segmentos sobre seu papel, à mobilização da comunidade e ao reconhecimento da participação como expressão de cidadania e compromisso coletivo, aspectos que influenciam o envolvimento das famílias e dos demais segmentos nos espaços participativos da educação;

- **Qualificação dos Espaços de Controle Social:** Embora existam mecanismos e colegiados escolares de participação, há potencial de fortalecimento de sua representatividade, divulgação, funcionamento e capacidade de contribuição no planejamento e no acompanhamento da gestão.

Nesse sentido, o desafio para o próximo decênio não consiste somente em criar novas estruturas participativas. Torna-se necessário fortalecer as existentes, qualificar seus integrantes, ampliar a transparência, intensificar os processos de comunicação, proporcionar condições objetivas para a participação e acompanhar sistematicamente indicadores que permitam avaliar não apenas a existência dos colegiados, mas seu funcionamento e sua capacidade de colaborar efetivamente com as decisões.

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

CURITIBA. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal da Educação. **Diagnóstico Educacional do Município de Curitiba**. Curitiba: SME, 2025.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. Tradução de Kátia de Mello e Silva; revisão técnica de Benedito Eliseu Leite Cintra. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 80. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

FREIRE, Paulo. **O semeador de utopias: os inéditos viáveis dos sonhos impossíveis**. Ana Maria Araújo Freire e Marília Pinheiro Machado de Souza (org.). Peri Mesquida (ed.). Curitiba: PUCPRESS, 2022.

JOINVILLE. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Educação. **Portal Educação que Transforma: políticas da Escola de Líderes e seleção de gestores escolares**. Joinville: Secretaria Municipal de Educação, [s. d.]. Disponível em: <https://sites.google.com/edu.joinville.sc.gov.br/educacao-que-transforma>. Acesso em: 10 ago. 2026.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público**. Tradução de Mariana Echalar. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

LIBÂNEO, José Carlos; FREITAS, Raquel A. Marra da Madeira Freitas (org.). **Políticas educacionais neoliberais e escola pública: uma qualidade restrita de educação escolar**. 1. ed. Goiânia: Editora Espaço Acadêmico, 2018. E-book.

MESQUIDA, Peri. Paulo Freire: andarilhando com a utopia, superando situações-limite, construindo pontes de diálogo. In: MESQUIDA, Peri; BORGES, Valdir; ORLANDO, Evelyn de Almeida (org.). **Os refugiados da terra: uma problemática ético-política inspirada nas abordagens freirianas**. Curitiba: CRV, 2019.

SANTA CATARINA. **Decreto nº 273, de 12 de setembro de 2023**. Dispõe sobre a gestão escolar democrática da educação básica e profissional da Rede Estadual de Ensino de Santa Catarina e estabelece outras providências. Florianópolis, SC: Governo do Estado de Santa Catarina, 2023.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. **Diagnóstico da educação catarinense: documento preliminar**. Florianópolis, SC: Rockenbach Tecnologia, 2025.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. **Educação na Palma da Mão**. Florianópolis, SC: SED, [s. d.]. Disponível em: [Educação na Palma da Mão](#). Acesso em: 6 ago. 2026.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. **Manual de orientações sobre o processo de escolha do Plano de Gestão Escolar – PGE/2023**. Florianópolis, SC: Secretaria de Estado da Educação, 2023.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. Coordenadoria Regional de Educação de Joinville. **Resultado do processo de escolha dos Planos de Gestão Escolar das unidades da Rede Estadual de Ensino localizadas no município de Joinville**. Joinville: CRE, 2023. Documento interno.

19. FINANCIAMENTO E INFRAESTRUTURA DA EDUCAÇÃO

Problema

Descompasso entre o financiamento educacional para que a expansão quantitativa da oferta seja acompanhada da manutenção e ampliação da qualidade e da equidade das condições de atendimento.

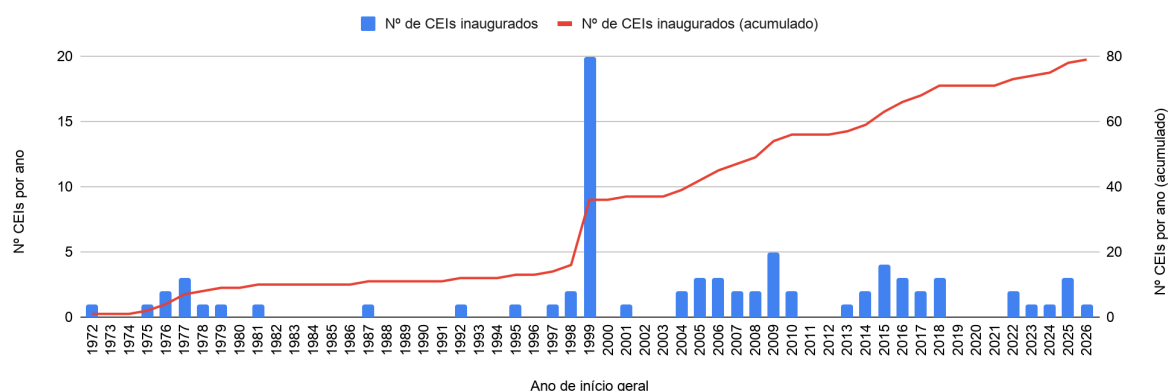
Análise descritiva

Nos últimos anos, o investimento educacional municipal cresceu de forma expressiva, especialmente em obras e instalações, e a fila de espera por vaga em creche (0 a 3 anos) apresenta trajetória de redução desde o pico observado em 2022. Ainda assim, essa faixa etária representa a demanda não atendida da rede municipal. Garantir financiamento adequado à sua expansão, sem comprometer a equidade de infraestrutura entre as unidades já existentes, é o desafio central a ser enfrentado pelo Plano Municipal de Educação neste eixo.

A rede física municipal reúne unidades construídas, adquiridas ou municipalizadas ao longo de quase um século. O parque de Centros de Educação Infantil (CEIs) concentra sua expansão desde 1999 (ano em que a responsabilidade pelas creches migrou da Assistência Social para a Educação), com um salto de 20 novas unidades nesse único ano e um ritmo mais constante de expansão nas duas décadas seguintes. Já a rede de escolas tem origem mais antiga, com prédios datados do início do século XX e picos de expansão nas décadas de 1940, 1970 e 1990. Atualmente, a rede municipal conta com 80 CEIs e 88 escolas, combinando prédios históricos com unidades recentemente entregues, o que exige estratégias diferenciadas de manutenção conforme o tempo de uso de cada imóvel.

Gráfico 1 - Evolução do nº de CEIs Municipais por ano

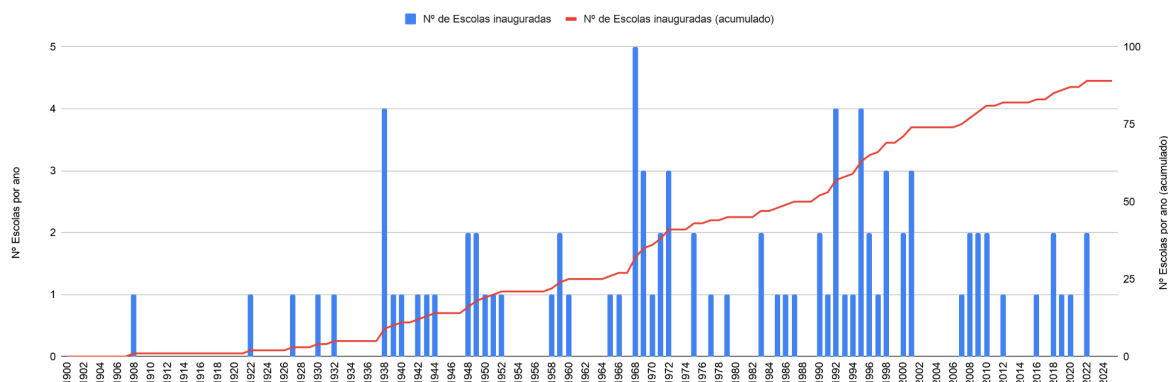
Evolução do nº de CEIs Municipais por ano



O ano de inauguração dos CEIs leva em conta o ano de início de funcionamento pela Secretaria de Educação Municipal. Ou seja, a construção, aquisição, municipalização ou transferência de responsabilidade entre órgãos do executivo municipal. O ano de 1999 é o ano em que as Creches passaram da Assistência Social para a Educação.

Gráfico 2 - Evolução de nº de Escolas Municipais por ano

Evolução do nº de Escolas Municipais por ano



O ano de inauguração das escolas leva em conta o ano de início de funcionamento pelo município. Ou seja, a construção, aquisição ou municipalização.

Essa expansão física acompanha, na ponta orçamentária, um crescimento expressivo do investimento educacional. Entre 2020 e 2025, a despesa total liquidada da Secretaria de Educação (despesas correntes e de capital) cresceu de R\$ 500 milhões para R\$ 1.141,3 milhões, um aumento de 128,3% em seis anos. No mesmo período, o número de matrículas atendidas pela rede, segundo o Censo Escolar, passou de 71.698 para 79.704, uma expansão de 11,2%. Como consequência, a despesa por estudante praticamente dobrou, saindo de R\$ 6.998,00 (2020) para R\$ 14.319,00 (2025), alta de 104,6% no período.

Quadro 1 - Despesa total liquidada da Secretaria de Educação

Indicador	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Despesa total liquidada (R\$ mi)	501,8	475,1	811,6	1.018,6	1.062,7	1.141,3
Matrícula total (Censo Escolar) EVN	71.698	72.124	74.573	76.135	78.120	79.704
Despesa por estudante (R\$)	6.998	6.588	10.883	13.380	13.603	14.319

Fonte: Elaboração própria com dados extraídos do sistema e-pública

O componente que mais se destaca nessa evolução é a despesa em Obras e Instalações. Entre 2020 e 2022, o investimento em obras foi marginal e instável, sempre abaixo de 1% da despesa total liquidada (entre R\$ 2,2 milhões e R\$ 4,0 milhões por ano). A partir de 2023, há uma inflexão clara: R\$ 41,1 milhões (4,0% do total) em 2023, R\$ 94,4 milhões (8,9% do total) em 2024 e R\$ 112,0 milhões (9,8% do total) em 2025, um crescimento superior a 40 vezes em relação a 2022.

Quadro 2 - Despesa em Obras e Instalações 2015 - 2020

Indicador	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Despesa em Obras (R\$ mi)	2,6	4,0	2,5	41,1	94,4	112,0
% da despesa total liquidada	0,5%	0,8%	0,3%	4,0%	8,9%	9,8%
Execução do orçamento de capital	19,9%	11,6%	51,6%	55,7%	36,3%	45,2%

Fonte: Elaboração própria com dados extraídos do sistema e-pública

A relação entre despesa corrente (custeio) e despesa de capital (investimento) também reflete essa mudança de padrão: caiu de 43,3 vezes em 2020 - ou seja, para cada R\$ 1,00 investido em capital, R\$ 43,30 eram gastos em custeio - para o patamar mínimo de 4,1 vezes em 2022, voltando a subir para 8,0 vezes em 2025, à medida que o custeio (majoritariamente despesas com pessoal) também cresceu.

Parte relevante desse financiamento decorre do FUNDEB, cuja receita recebida pela rede municipal cresceu de R\$ 331,8 milhões (2020) para R\$ 623,4 milhões (2025), alta de

87,9% em seis anos, puxada majoritariamente pelas transferências de imposto e, em 2023 e 2024, também pela complementação da União do Valor Aluno Ano Regular (VAAR). O percentual da receita aplicado na remuneração dos profissionais da educação básica, mínimo obrigatório de 70% desde a Lei nº 14.113/2020, ficou sempre acima do exigido, subindo de 66,6% (2020) para 82,5% (2025), o maior patamar da série. Cruzando a receita do FUNDEB com a despesa de capital total da Secretaria, o Fundo financiou entre 23% e 32% do investimento em capital da rede municipal no período de 2022 a 2025 - uma fatia relevante, mas não majoritária.

Esse esforço financeiro também pode ser lido à luz do art. 214, inciso VI, da Constituição Federal, que estabelece que o Plano Nacional de Educação deve conter meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto (PIB). Segundo dados do Painel PNE Meta 20, do Tribunal de Contas de Santa Catarina (TCE-SC), o percentual da despesa liquidada em educação em relação ao PIB municipal de Joinville oscilou entre 1,17% (2021) e 2,04% (2023) na série 2014-2023, com recuperação expressiva a partir de 2022, coincidindo com o mesmo período de inflexão observado no investimento em obras. Os dados de PIB municipal para 2024 e 2025 ainda não foram divulgados pelo IBGE, em razão da defasagem usual de cerca de dois anos na apuração desse indicador.

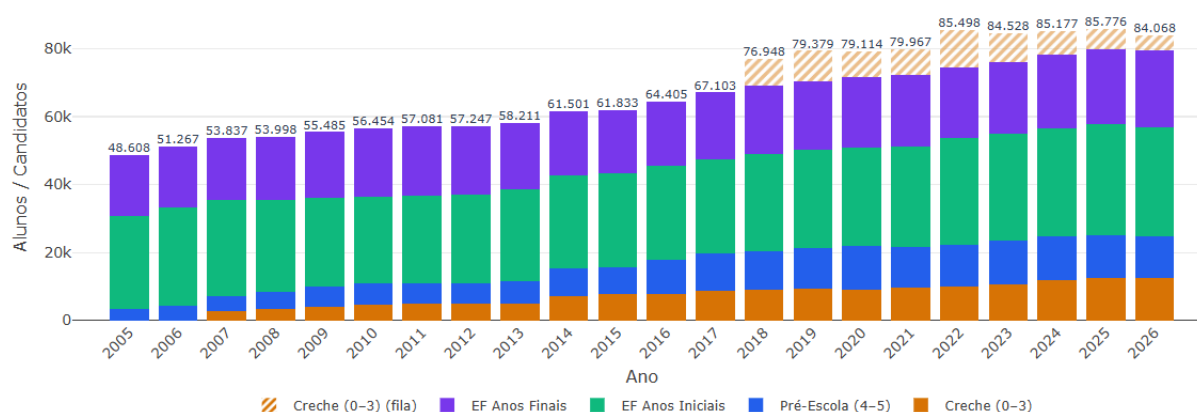
Quadro 3 - Percentual da despesa liquidada em educação em relação ao PIB municipal de Joinville

Indicador	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
% despesa educação / PIB	1,42%	1,45%	1,60%	1,62%	1,56%	1,54%	1,38%	1,17%	1,91%	2,04%

Fonte: TCE-SC, Painel de Transparência — PNE Meta 20.

Do lado da demanda, segundo o Censo Escolar, a matrícula total da rede municipal cresceu de forma praticamente contínua entre 2005 e 2026, saindo de 48.608 para 79.355 matrículas, com incremento mais acentuado entre 2014 (quando o total ultrapassa 61 mil) e 2019, e ritmo mais moderado, ainda que positivo, nos anos seguintes. O Ensino Fundamental (Anos Iniciais e Finais) responde pela maior parte das matrículas ao longo de toda a série, ainda que sua participação proporcional venha diminuindo à medida que Creche e Pré-Escola ampliam sua participação: a Creche (0-3), em especial, mais que triplicou em termos absolutos desde 2005, refletindo a expansão de vagas nessa etapa ao longo do período.

Gráfico 3 - Evolução de matrículas total da rede municipal



Fonte: Sistema de Gestão Acadêmica da SED.

Neste contexto, o número de crianças na fila de espera por vaga em creche apresentou trajetória de crescimento entre 2018 e 2022, seguida de queda expressiva nos anos seguintes: partindo de 7.871 crianças em 2018, atingiu o pico da série em 2022, com 10.925 crianças, e recuou progressivamente até 6.072 em 2025. Nos meses de 2026 disponíveis (janeiro a julho), a fila oscilou entre aproximadamente 3.900 e 4.700 crianças- patamar inferior, mês a mês, ao observado nos mesmos meses de 2024 e também abaixo da maior parte dos meses de 2025, sugerindo uma trajetória de redução da fila nos últimos anos. Ainda assim, mesmo no patamar mais recente e mais baixo da série, a fila permanece expressiva, e apresenta variação sazonal dentro de cada ano, com valores mais baixos no início do ano e tendência de alta ao longo dos meses seguintes.

Quadro 4 - Fila de espera (0 a 3 anos)

Ano	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Fila de espera (0-3 anos)	7.871	8.900	7.416	7.843	10.925	8.426	7.058	6.072

Fonte: Sistema de Gestão Acadêmica da SED.

Territorialmente, o mapa de matrículas por bairro mostra que a rede municipal atende estudantes de forma distribuída entre um número expressivo de territórios, sem concentração relevante em poucos bairros: os bairros com maior participação no total de matrículas (Paranaguamirim, Vila Nova, Jardim Paraíso e Aventureiro) respondem, cada um, por entre 6% e 7,4% do total, enquanto a maioria dos demais bairros apresenta participação individual abaixo de 3%, refletindo majoritariamente o porte populacional e a extensão territorial de cada bairro, mais do que uma concentração de oferta educacional em regiões específicas.

Quanto ao percentual de ocupação das unidades por bairro, observa-se uma gradação contínua entre territórios com ocupação acima de 96% (Boehmerwald, Floresta e Glória) e territórios com ocupação entre 57% e 63% (Nova Brasília, Marinas, Santo Antônio e Vila Cubatão), com a maioria dos bairros - cerca de vinte territórios - concentrada em uma faixa intermediária, entre 85% e 95%. Essa variação não segue um padrão claro associado ao perfil socioeconômico dos bairros, aparecendo tanto em territórios mais consolidados quanto em territórios mais periféricos.

Projetando esses dados para o longo prazo, um exercício combinando os dados observados entre 2005 e 2026 com uma modelagem até 2070 baseada na taxa de crescimento populacional projetada pelo IBGE para Santa Catarina, indica que o número de estudantes matriculados na rede municipal deve se manter, ao longo das próximas décadas, em um patamar semelhante ao atual com pico projetado em 2030 (demanda total, somando fila de espera e matrícula, de cerca de 89.900 crianças e adolescentes) e sem tendência de crescimento ou de queda acentuada no longo prazo, considerada a oscilação sazonal típica de cada ano letivo.

Quanto à infraestrutura física das unidades, segundo o Censo Escolar da Educação Básica (INEP), a rede municipal de Joinville contava, em 2025, com 162 escolas, com 100% de acesso à internet e 100% das unidades com ar-condicionado. Contudo, indicadores de infraestrutura pedagógica e de acessibilidade revelam heterogeneidade relevante entre as unidades: apenas 58,6% das escolas possuem biblioteca, 61,7% possuem quadra esportiva e 38,9% possuem laboratório de informática, este último, o único indicador tecnológico em trajetória de queda desde 2015 (quando o percentual era de 50%).

Na comparação 2015–2025, houve avanço expressivo em diversos itens de infraestrutura pedagógica e de acessibilidade: laboratório de ciências (2% para 22%), parque infantil (82% para 94%), refeitório (80% para 98%), sala de atendimento especializado - AEE (35% para 46%), rampas (0% para 78%), corrimão (0% para 53%) e banheiro adaptado - PNE (65% para 97%). Em relação à quadra descoberta (45% para 40%) e pátio coberto (89% para 82%) demonstrando leve redução, possivelmente refletindo conversão de espaços descobertos em cobertos ou reformas em andamento. Nos itens de acessibilidade sensorial, apesar do crescimento percentual, os patamares absolutos permanecem baixos: elevador (17%), sinal tátil (2%) e sinal visual (14%). Saneamento básico, alimentação escolar e climatização já estão próximos da universalização.

O mapa de infraestrutura e equipamentos pedagógicos, que classifica cada unidade segundo o número de itens ausentes em relação a um conjunto de infraestruturas básicas,

mostra que unidades com mais ou menos itens faltantes aparecem pulverizadas ao longo do território, sem concentração clara em uma região específica do município - o padrão se repete tanto nas áreas mais centrais quanto nas mais periféricas. Ou seja, as lacunas de infraestrutura identificadas não se concentram em bairros de perfil socioeconômico específico: aparecem de forma dispersa entre diferentes unidades da rede, independentemente da região da cidade.

Diante desse cenário de pressão de demanda e de necessidade de qualificação da infraestrutura, a gestão municipal assumiu, em 2023, o compromisso formal de construir e implantar 15 novos Centros de Educação Infantil (CEIs), que devem resultar em mais de 7.000 novas vagas parciais, voltadas à redução da demanda reprimida de vagas para crianças de 0 a 3 anos e à manutenção da universalização do atendimento de crianças de 4 e 5 anos. O investimento estimado nesse conjunto de obras é de aproximadamente R\$ 240 milhões, com base em análise da demanda projetada no Plano de Expansão da Rede Municipal de Educação de 2021, elaborado pela Secretaria de Educação.

Até o momento, 3 das 15 unidades foram entregues (em 2025), totalizando 342 novas vagas de creche - das quais 298 integrais -, além de 325 novas vagas parciais para 1º e 2º período. Fatores como condições climáticas adversas, escassez de mão de obra especializada e os prazos inerentes aos processos licitatórios impactaram o cronograma original, levando a um ajuste formal dos prazos de entrega em setembro de 2024.

Em 2026, mais uma unidade foi entregue, com previsão de outras duas ainda neste ano, mantendo-se o compromisso de concluir as 11 unidades remanescentes (atualmente em construção) e disponibilizar mais de 6.000 vagas adicionais. Para além desse conjunto específico de obras, a gestão municipal tem investido na expansão geral da rede para acompanhar o crescimento populacional do município, por meio da construção de novas unidades, aquisição e adequação de prédios existentes e ampliação de unidades já em funcionamento. Entre 2022 e 2026, foram criadas 4.140 novas vagas para a Educação Infantil, das quais 1.363 integrais.

O Plano de Expansão da Rede Municipal de Educação estima um investimento total superior a R\$ 1 bilhão para sua concretização, considerando aquisição de terrenos, construção das unidades e recursos para torná-las plenamente operacionais (mobiliário e equipamentos pedagógicos), valor que ainda não contempla os custos futuros com pessoal (professores, gestores e equipes de apoio) e com serviços recorrentes de manutenção, limpeza e segurança patrimonial.

Diante desse desafio orçamentário, o município tem buscado diversificar as fontes e estratégias de financiamento da expansão: a magnitude do investimento projetado para o

Plano de Expansão evidencia a necessidade de novas fontes de financiamento, uma vez que o orçamento fixado para a Secretaria de Educação e os valores destinados para a remuneração dos profissionais da educação demonstram que as fontes de recursos hoje disponíveis são insuficientes para atender à demanda de vagas na proporção necessária.

Análise causal

O descompasso entre o forte crescimento do financiamento e do investimento em obras, de um lado, e a expansão mais moderada de matrículas, de outro, decorre da combinação de fatores estruturais, de gestão orçamentária e de dinâmica demográfica.

O salto do investimento em obras a partir de 2023 (mais de 40 vezes em relação a 2022) coincide com um aumento real no número de unidades de Educação Infantil (CEIs) entregues à rede municipal, incluindo um volume expressivo de novas unidades associado a esse ciclo mais recente de investimento. Ainda assim, esse aumento de unidades físicas não se refletiu, na mesma proporção, no crescimento do número de matrículas atendidas pela rede: entre 2022 e 2025, as matrículas totais cresceram 6,9%, abaixo do ritmo de expansão do investimento. Esse descompasso pode estar associado ao intervalo natural entre a entrega física de uma obra e sua plena incorporação à rede, unidades recém-entregues tendem a passar por um período inicial de abertura gradual de turmas, com número de matrículas ainda reduzido em relação à capacidade total.

Parte da limitação de recursos disponíveis para investimento decorre da própria estrutura de vinculação dos recursos da educação. O FUNDEB financia apenas entre 23% e 32% do investimento de capital da Secretaria, o que torna a expansão da rede dependente de fontes menos previsíveis, recursos próprios do Tesouro Municipal, convênios estaduais e federais e operações de crédito. Essa limitação não decorre de uma escolha de gestão, mas do próprio desenho normativo do Fundo: a Lei nº 14.113/2020 exige que no mínimo 70% da receita do FUNDEB seja aplicada na remuneração dos profissionais do magistério da educação básica, percentual que, em Joinville, chegou a 82,5% em 2025, o que restringe estruturalmente a parcela disponível para investimento em infraestrutura e expansão de vagas.

A capacidade de financiamento da rede também foi afetada por uma mudança recente no critério de distribuição de outra fonte vinculada à educação: em decisão do Supremo Tribunal Federal (ADPF nº 188), a distribuição da quota estadual e municipal do salário-educação deixou, a partir do exercício de 2024, de considerar a proporção de matrículas em relação à arrecadação de cada estado, passando a considerar a proporção de matrículas em relação à arrecadação nacional. Como resultado, municípios de estados com

arrecadação *per capita* historicamente mais alta, caso de Santa Catarina, passaram a receber valores por matrícula mais próximos da média nacional, o que reduziu a receita de Joinville proveniente dessa fonte a partir de 2024. Em conjunto, esses dois fatores mostram que parte relevante do financiamento vinculado à educação municipal está estruturalmente direcionada ao custeio (sobretudo remuneração) ou sujeita a fatores externos ao controle do gestor local, reduzindo a margem de manobra orçamentária disponível para investimento em expansão e equidade de infraestrutura, o que reforça a relevância de estratégias complementares de financiamento já apresentadas.

A capacidade de execução orçamentária também contribui para esse quadro. A taxa de execução do orçamento de capital (percentual liquidado sobre o fixado) melhorou de forma relevante a partir de 2022, mas segue instável, variando de 11,6% (2021) a 55,7% (2023). Essa variação está associada, em boa medida, aos prazos inerentes aos processos de licitação e execução de obras públicas, que frequentemente demandam ajustes de cronograma ao longo do exercício. Nesses casos, os recursos originalmente previstos para investimento em capital não deixam de ser aplicados em educação: são redirecionados para outras políticas públicas alinhadas às diretrizes do Plano Municipal de Educação.

Quanto à infraestrutura física, a heterogeneidade nos indicadores pedagógicos e de acessibilidade, com itens ainda distantes da universalização mesmo após crescimento expressivo, indica que parte da rede ainda apresenta lacunas relevantes de infraestrutura. Importante destacar que essas lacunas não se concentram territorialmente em bairros de perfil socioeconômico específico: o mapeamento por unidade mostra escolas com mais ou menos itens de infraestrutura ausentes distribuídas de forma dispersa por todo o município, tanto em áreas centrais quanto periféricas. Ou seja, o desafio de equidade de infraestrutura é mais bem descrito como uma questão de heterogeneidade entre unidades individuais do que como uma questão de desigualdade territorial entre regiões da cidade.

Essa mesma leitura territorial se aplica à demanda por vagas: os dados de ocupação por bairro mostram variação relevante entre territórios, mas essa variação não corresponde a uma diferença sistemática entre bairros de maior ou menor renda: tanto territórios mais centrais e consolidados quanto territórios mais periféricos aparecem em diferentes faixas de ocupação. O principal desafio da rede permanece concentrado na disponibilidade de vagas, sobretudo para a faixa de 0 a 3 anos, cuja fila permanece expressiva mesmo com a redução observada entre 2018 e 2025, desafio que se manifesta de forma semelhante em bairros de perfil socioeconômico distinto, afetando tanto regiões mais ricas quanto mais pobres do município.

Por fim, parte da pressão sobre a demanda por vagas está associada ao crescimento populacional e migratório do município. Joinville passou de 515.288 habitantes em 2010 para 616.317 em 2022 - aumento de 19,6% em 12 anos -, consolidando-se como a maior cidade do estado. A parcela da população residente em Joinville nascida fora de Santa Catarina passou de 20% para 30% entre 2000 e 2022, e o número de estrangeiros residentes no município cresceu de 900 (2010) para 6.851 (2022), aumento de 761%, tornando Joinville a terceira cidade catarinense com maior número de estrangeiros, atrás apenas de Chapecó e Florianópolis. Esse crescimento acelerado da população, incluindo famílias em idade de ter filhos pequenos, contribui para manter a pressão sobre a demanda por vagas de creche, mesmo diante da expansão de vagas e do investimento crescente em infraestrutura.

Causas críticas

A partir da análise dos dados e dos documentos norteadores, identificam-se como causas críticas:

- **Investimento em obras ainda não plenamente refletido na expansão de matrículas.** Evidência: aumento real no número de unidades de Educação Infantil (CEIs) entregues à rede, incluindo o salto de investimento em obras a partir de 2023, enquanto as matrículas totais cresceram 6,9% entre 2022 e 2025, abaixo do ritmo do investimento. É crítica porque, se esse descompasso entre entrega física e efetiva expansão de matrículas persistir, o investimento em capital não se converte, no ritmo esperado, em redução da fila de espera na faixa de 0 a 3 anos.
- **Estrutura de vinculação dos recursos pouco orientada a investimento.** Evidência: mínimo de 70% da receita do FUNDEB obrigatoriamente aplicado em remuneração dos profissionais da educação (82,5% em Joinville, 2025), e redução da receita do salário-educação a partir de 2024 em decorrência de mudança no critério de rateio nacional (ADPF nº 188/STF). É crítica porque limita estruturalmente a margem de recursos vinculados disponível para investimento em expansão e equidade de infraestrutura.
- **Instabilidade na execução do orçamento de capital.** Evidência: taxa de execução do orçamento de capital variando de 11,6% a 55,7% entre 2021 e 2025. É crítica porque, quando parte do orçamento planejado para investimento não é executada dentro do exercício correspondente, a expansão e a melhoria da infraestrutura são adiadas

mesmo quando os recursos remanescentes acabam sendo direcionados a outras políticas públicas de educação.

- **Heterogeneidade de infraestrutura entre unidades da rede.** Evidência: indicadores de acessibilidade e de espaços pedagógicos com grande dispersão e patamares absolutos ainda baixos em itens críticos (elevador, sinal tátil, sinal visual, laboratório de informática em queda), distribuídos de forma dispersa entre unidades, sem concentração territorial específica. É crítica porque compromete a equidade de condições entre as unidades já existentes, independentemente da região da cidade.
- **Crescimento populacional e migratório acelerado pressiona a demanda por vagas.** Evidência: crescimento populacional de 19,6% entre 2010 e 2022, com a parcela de população nascida fora de Santa Catarina subindo de 20% para 30% e o número de estrangeiros residentes crescendo 761% no mesmo período. É crítica porque mantém pressão estrutural sobre a demanda por vagas, sobretudo na faixa de 0 a 3 anos, mesmo diante da expansão de vagas e do investimento crescente em infraestrutura.

Referências

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Artigo 214, inciso VI. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2014.

BRASIL. **Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020.** Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB). Brasília, DF: Presidência da República, 2020.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). **Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (SIOPE):** Quadro Demonstrativo das Receitas e Despesas com o FUNDEB (6º bimestre).

Brasília, DF: FNDE, [2025]. IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2022:** dados de população, migração e naturalização. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar da Educação Básica:** edições 2019 a 2025. Brasília, DF: INEP, 2025. SANTA CATARINA.

Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE-SC). **Painel de Transparência - PNE Meta 20.** Florianópolis: TCE-SC, [s. d.]. Disponível em:

<https://paineistransparencia.tce.sc.gov.br/extensions/PneMeta20/index.html>. Acesso em: 19 ago. 2026.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (STF). **Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental** (ADPF) nº 188. Relator: Min. Edson Fachin. Critério de distribuição da quota estadual e municipal do salário-educação. Brasília, DF: STF, 2023.

VERSÃO PRELIMINAR